

**Universidade Federal da Bahia – UFBA**  
**Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - FCCH**  
**Programa de Pós-Graduação em Antropologia – PPGA**  
**Doutorado em Antropologia**

FRANKLIN PLESSMANN DE CARVALHO

**FUNDOS DE PASTO**  
**TERRITORIALIDADE, LUTA E RECONHECIMENTO**

Salvador

2014

FRANKLIN PLESSMANN DE CARVALHO

**FUNDOS DE PASTO**  
**TERRITORIALIDADE, LUTA E RECONHECIMENTO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Antropologia, da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor.

Orientador: Dr. Alfredo Wagner Berno de Almeida

Salvador

2014

---

C331 Carvalho, Franklin Plessmann de  
Fundos de pasto: territorialidade, luta e reconhecimento / Franklin  
Plessmann de Carvalho. – 2014.  
256 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Alfredo Wagner Berno de Almeida.  
Tese (doutorado) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de  
Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2014.

1. Agropecuária – Bahia. 2. Fundos de Pasto. 3. Comunidade rural.  
4. Identidade. 5. Desenvolvimento regional. 6. Comunidades  
Tradicionais. I. Almeida, Alfredo Wagner Berno de. II. Universidade  
Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.  
III. Título.

---

CDD: 307.72

---

FRANKLIN PLESSMANN DE CARVALHO

**FUNDOS DE PASTO**

**TERRITORIALIDADE, LUTA E RECONHECIMENTO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Antropologia, da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor.

Aprovada em 28 de novembro de 2014

**BANCA EXAMINADORA**

---

DR. ALFREDO WAGNER BERNO DE ALMEIDA  
Programa de Pós-graduação em Antropologia – UFBA

---

DR<sup>a</sup>. MARIA ROSÁRIO GONÇALVES DE CARVALHO  
Programa de Pós-graduação em Antropologia – UFBA

---

DR<sup>a</sup>. LÍDIA MARIA PIRES SOARES CARDEL  
Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais – UFBA

---

DR<sup>a</sup>. CYNTHIA CARVALHO MARTINS  
Programa de Pós-graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia – UEMA

---

DR<sup>a</sup>. THEREZA CRISTINA CARDOSO MENEZES  
Programa de Pós-graduação em Antropologia Social - UFAM

Salvador

2014

## **Agradecimentos**

Aos meus pais, especialmente por dois motivos: pelo exemplo de uma vida dedicada a servir ao “outro”, como professora e bombeiro; e pelo apoio incansável e persistente nestes meus 43 anos de vida, proporcionando-me condições e autonomia para trilhar a trajetória profissional escolhida, mesmo que não compartilhassem dos meus ideais.

Aos irmãos, cunhadas, cunhado, e sobrinhos, pelo carinho e amor. A saudade é sempre imensa.

Aos companheiros que gentilmente me receberam em suas casas. Em Várzea Grande, Aldeir, Ana, Epaminondas, Sildete, Edézio e Ediane. Em Boa Sorte, Elias e Maria Báia. Em Panáscuo Pé do Morro, Jurandir, Andréia, Francisco, José Fernandez, Joaquim, Maria Helena, Nelson. Agradeço a hospitalidade, o carinho, a atenção e o cuidado. Em memória de Marcolina.

Aos integrantes do grupo de monitoramento pela oportunidade de conhecer novas perspectivas sobre os “fundos de pasto”. Mônica, Claudeci, Diego, Éverton, Fabiano, Genilza, Irene, Jéferson, Jéssica, Jhonatan, José de Jesus, Maria Nalva, Ricardo, Romário, Tiago.

Às lideranças das localidades de “fundo de pasto” que sempre foram atenciosas, pacientes, respeitosas e acolhedoras. Em Várzea Alegre, Mário, Bião, Janir, Gilmar, Ladú, Manoel, Avanyr, Elza, Ana Clara, Ari, Edézia, Cristiano e André. Em Várzea Grande, Ruanga, Ana Francisca, Vanda, Joaquim, Manoelzão, Eduardo. Em Jatobá, Guiomar, Gilson e Luís. Em Boa Sorte, Alice. Em Várzea D’Anta, Zé Paulino, Edite, Rose, Sandra e Solange. Em Saco de Pedra, Davi e Pedro. Em Ferrari, Cida, Erenice, Paixão, Getúlio. Agradeço às inúmeras conversas e por partilharem seu saber.

À Zuca, pelo imenso carinho que faz sentir um eterno enamorado.

À Valter pela orientação e apoio na preparação dos trabalhos de campo. Pela amizade e respeito que cada vez mais se cosolida. À Dunga, que mesmo com as divergências futebolísticas, sempre foi um grande parceiro. À Nilza, pelo carinho, pela orientação, pela paciência, pela amizade.

À João Neri. Sempre João, na qual a ausência desperta uma grande emoção. Saudades.

Às lideranças da “Articulação Estadual”. Raimundo, Eduardo, Cosme, Valdivino, Valério, Cleiton, Romário, Robervânio, Róbson, Félix. Pelo carinho, respeito, amizade, desejando aprofundar mais as relações estabelecidas.

À José Ademar, Valdemar, Galego, José Cambaia, José Alecrin e Noel, pelas entrevistas concedidas, pela franqueza e partilha de suas perspectivas sobre as situações de conflito.

Aos colegas das instituições, CPT, AATR, IRPAA, CAA, FUNDIFRAN, SASOP, especialmente à Ruben e Tatiana, pela paciência e a partilha de conhecimentos. Aos pesquisadores do grupo de pesquisa GEOGRAFAR, destacando Guiomar e Denilson, pelo apoio sempre que solicitado.

Aos colegas do PPGA, Rosana, Tatiana, Samuel, Ângela, Sílvio, Cláudia, Clara, Tedson, Lorena pelas reflexões trocadas, pelo companheirismo. Fica a sensação que podíamos ter compartilhado mais “farras”. Aos professores do PPGA, Fátima, Cecília, Nicolau e Cíntia, agradeço as orientações, a paciência e a benevolência. À Lívia pela atenção, dedicação e respeito.

Aos colegas da “Nova Cartografia”. Helen, Gláucia, Glademir, Claudina, Elieyd, Emmanuel, Luiz, Thereza, Cyntia, Flávia, Carol, Andrés, Altaci, Gabriel, Érika, Rancejanio, Willas, Rosselini, Nicolás, Diana, Carlos, Stefane, Rose, Suzy, Rosa, Euciane, Jurandir, Sheilla, Gardênia, Poliana, Danilo, Vânia, Raquel, Roberto, José, Mayra. Pela partilha de reflexões, pela amizade, pela inspiração, pelo estímulo, pelo carinho e apoio. À Carol um especial agradecimento pela paciência e orientação para a confecção dos mapas.

Aos colegas de UFRB, especialmente os de Educação do Campo, por aliviar minhas responsabilidades nos últimos cinco meses de preparação desta tese.

Aos amigos que sempre me apoiam e me inspiram. Obrigado pelo carinho, pela ajuda financeira, pela partilha de momentos bons da vida: Ana Cláudia, Renato, Iracema, Ferraro, Mari, Val, Márcio, Japi, Gi, Montse, Pepa, Luis Carlos, Juliana, Greice, Sara, Julie, Seu Zé. A Julie uma agradecimento especial pelo apoio na tradução do resumo para a língua francesa.

À Zu, que caiu do céu, que me paparica, que me acolhe como filho.

À Txai Terri, meu irmão mais velho. Obrigado por sua amizade, seus conselhos, sua luz e seu carinho. À João Pacheco, Aurélio e Henri, pela atenção, pela inspiração, pela orientação.

À Davi, meu grande irmão, parceiro. Do Tubarão ao Urubu, com ou sem dendê, nas horas de estudo ou na boa prosa, com a dose quente ou a estupidamente gelada, te respeito, admiro, te quero bem, muito bem.

À Dima, parceira de “teses”, de divagações mil, na alegria e no desespero, na exaltação à depressão, na busca pelo conhecimento, na busca do sentido da vida, na busca pelo sentido da tese. Amiga que quero para a vida.

À Lídia Cardel, Thereza Menezes e Cyntia Martins por terem aceitado participar da banca sem hesitação.

À CAPES pela concessão da bolsa de estudos.

À Rosário, pelo carinho, atenção, disposição, orientação, conselhos e reflexões. Pelos conhecimentos antropológicos partilhados. Obrigado pelo acolhimento, pela paciência. Obrigado pela inspiração, pela forte amizade. Muito te respeito, admiro e amo.

À Alfredo por me apresentar a antropologia, pela disposição, pela orientação, pelo rigor, pela partilha de conhecimentos. Obrigado pelo acolhimento, paciência, e inspiração. Por nossa amizade, pelo carinho recebido. Respeito, admiração e amor.

À minha pequenote, que cresce ligeiro, que a cada dia está mais linda, mais companheira, mais consciente das coisas da vida. Desculpe pelas ausências. O maior amor sempre fica maior. Te amo Flora.

À Ju, minha maior paixão, que é porto e destino, que é calma e tempestade. Que contraditoriamente me ensina a amar a vida intensamente. Temo pelo apagar da chama, por um dia você estar ausente. Por isso quero tudo num só dia, que este dia não se acabe, e se acabar, recomece como se ontem não houvesse acontecido. O tempo entrou em acordo comigo e encantado estarei, sempre ao lado seu. Infelizmente, sempre não é todo dia. Te amo.

## RESUMO

Estamos observando no Brasil uma série de novas estratégias empresariais, apoiadas pela implementação de políticas “de reorganização de espaços e territórios”, resultantes de uma ação de Estado deliberadamente protecionista, voltadas para a reestruturação dos mercados, disciplinando a comercialização da terra, dos recursos florestais e do subsolo. A implementação destas políticas implica na flexibilização de normas jurídicas que asseguram direitos territoriais de povos e “comunidades tradicionais”, fragilizando a afirmação das “terras tradicionalmente ocupadas” e objetivando atender as demandas progressivas de um crescimento econômico baseado principalmente na exportação de commodities minerais e agrícolas. Estas estratégias estão colocando em risco o modo de vida de uma diversidade de povos e “comunidades” tradicionais.

Esta tese trata das dinâmicas organizadas por agentes sociais, que se autodenominam “fundos de pasto”, e se articularam em torno de ações de resistência para assegurar a posse e uso de suas terras. Essas ações objetivam, principalmente, pressionar o Estado para o reconhecimento de direitos territoriais, bem como reivindicar a elaboração de procedimentos administrativos de regularização fundiária de “fundos de pasto”. Porém, esses procedimentos estão estagnados a mais de cinco anos.

Como preocupação central desta proposta, descrevo as territorialidades específicas de cinco famílias do município de Oliveiras dos Brejinhos, Bahia; relato a luta pelo “bode solto”; analiso o discurso dos líderes dos grupos e associações; analiso alguns obstáculos epistemológicos que dificultam a compreensão dos modos de vida, das territorialidades específicas, dos processos de territorialização, dos conhecimentos tradicionais, das perspectivas e necessidades de cada grupo. Para tanto, admito como referência a mobilização em torno da “Articulação Estadual de Fundos de Pasto”, e reitero a necessidade de romper com esses obstáculos epistemológicos na tentativa de consolidar novas possibilidades de descrição e classificação.



## ABSTRACT

In Brazil we are observing a series of new business actions supported by the implementation of “territory and space reorganization” policies. These policies are a result of deliberate protectionist State Action, aimed towards the restructuring of markets, thus controlling the commercialization of land, forest and subsoil resources. The implementation of these policies implies the “flexibility” of judicial norms that assure the territorial rights of traditional peoples and communities, therefore weakening the affirmation of “traditionally occupied lands”. Such policies also aim to attend the progressive demands for economic growth based on the exportation of mining and agricultural commodities. These actions are putting the way of life of diverse traditional peoples and communities at risk.

This thesis concentrates on the dynamics organized by social agents that identify themselves as “fundos de pasto” and which articulate actions of resistance to ensure the possession and use of their lands. These actions intend, principally, to pressure the State to recognize territorial rights, as well as demand the creation of administrative procedures for the land regularization of “fundos de pasto”. However, these administrative processes have been paralyzed for more than five years.

My main focus for this research proposal is to: 1) describe the specific territorialities of five families in the city of “Oliveira dos Brejinhos”, Bahia State, Brazil; 2) narrate the struggle called “bode solto” (*loose goat*); 3) analyze the discourse of leaders from different groups and associations; 4) present some epistemological obstacles that hinder the comprehension of the ways of life, specific territorialities, the processes of territorialization, traditional knowledge, perspectives and the needs of each group. Therefore, I refer to the mobilization of the “Articulação Estadual de Fundos de Pasto” (*State Articulation of Fundos de Pasto*) and reiterate the need to break these epistemological obstacles in order to facilitate the possibilities of consolidating new forms of description and classification.

## Résumé

Nous observons au Brésil une série de nouvelles stratégies entrepreneuriales, soutenues par l'implantation de politiques de réorganisation des espaces et territoires" qui résultent d'une action étatique délibérément protectionniste envers la restructuration des marchés organisant la commercialisation des terres, des ressources forestières et du sous-sol. L'implantation de ces politiques implique une flexibilisation des normes juridiques relatives aux droits territoriaux des peuples et "communautés traditionnelles" fragilisant de ce fait l'affirmation des "terres traditionnellement occupées" et visant à répondre aux demandes de la croissance économique basées principalement sur l'exportation de *commodities* minérales et agricoles. Ces stratégies mettent en péril les modes de vie de nombre de peuples et "communautés" traditionnels.

Cette thèse traite des dynamiques organisées par des acteurs sociaux qui s'auto-déclarent "fundos de pasto" et s'organisent à partir d'actions de résistance afin de garder la propriété et l'usage de leurs terres. Ces actions ont pour but principal de faire pression sur l'Etat pour la reconnaissance des droits territoriaux, ainsi que de revendiquer l'ouverture de procès administratifs de régularisation foncière des "fundos de pasto". Or ces procès stagnent depuis plus de 5 ans.

La question centrale de cette thèse s'appuie sur les territorialités spécifiques de 5 familles de la ville de Oliveiras dos Brejinhos, Bahia ; j'y décris la lutte pour le "bode solto" et j'y analyse le discours des leaders des groupes et associations ; j'analyse également certains obstacles épistémologiques qui rendent difficile la compréhension des modes de vie, les territorialités spécifiques, les processus de territorialisation, les savoirs traditionnels, les perspectives et nécessités de chaque groupe. Pour ce faire, je prends comme référence la mobilisation qui s'opère autour de l' "Articulation régionale des fundos de pasto" et insiste sur la nécessité de rompre avec les obstacles épistémologiques afin de proposer de nouvelles possibilités de description et classification.

## **Sumário**

<b>Introdução Geral .....</b>	<b>1</b>
<b>Capítulo 1 – Significados de fundo de pasto.....</b>	<b>13</b>
Critérios para seleção do trabalho de campo .....	13
As “casas”, as famílias, as posições ocupadas .....	20
As terras e seus usos .....	32
Relação produção/consumo .....	67
Fundo de Pasto: terra “coletiva” de “uso comum” .....	87
<b>Capítulo 2: A Luta pelo Bode Solto .....</b>	<b>95</b>
O Sentido de Luta.....	95
Antecedentes .....	101
A construção do conflito e a reunião do “Arroz” .....	106
Capacidade de mobilização.....	114
A regularização fundiária .....	125
<b>Capítulo 3 - As representações e práticas de lideranças de “Fundo se Pasto” .....</b>	<b>135</b>
Situações vivenciadas por lideranças locais de “Fundo de Pastos” .....	141
As representações e práticas de lideranças da Articulação Estadual.....	157
<b>Capítulo 4: Crítica das Interpretações .....</b>	<b>178</b>
Tutela, Autodefinição e o Controle dos Recursos Naturais .....	178
Obstáculos Epistemológicos .....	188
Dilemas para o reconhecimento da terra tradicionalmente ocupada.....	203
<b>Considerações Finais .....</b>	<b>206</b>
<b>Referências Bibliográficas.....</b>	<b>212</b>
<b>Anexo 1 - FOTOS .....</b>	<b>217</b>

<b>Anexo 2.....</b>	<b>232</b>
LEI Nº 12.910 DE 11 DE OUTUBRO DE 2013 .....	232
<b>Anexo 3.....</b>	<b>237</b>
Trechos da Constituição do Estado da Bahia.....	237
<b>Anexo 4.....</b>	<b>243</b>
Decreto que Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais .....	243
<b>Anexo 5.....</b>	<b>249</b>
Lista de teses, dissertações, monografias, livros sobre “Fundos de Pasto” consultados para realização desta Tese. ....	249

## **LISTA DE FIGURAS**

**Figura 1:** pg 17

Regiões e municípios com unidades sociais relacionadas à "Articulação Estadual de Fundos de Pasto"

**Figura 2:** pg 21

Croqui ilustrando cinco casas que foram referências para o trabalho de campo

**Figura 3:** pg 33

Croqui de Boa Sorte ilustrando a distinção entre áreas individuais e a área de fundo de Pasto

**Figura 4:** pg 41

Croqui das áreas dos Fundos de Pasto de Boa Sorte e Várzea da Pedra II

**Figura 5:** pg 45

Mapa com a localização das terras ocupadas pela Família de Nilza

**Figura 6:** pg 49

Mapa com localização das terras ocupadas pela Família de Valter

**Figura 7:** pg 136

Regiões e municípios com unidades sociais relacionadas à "Articulação Estadual de Fundos de Pasto"

## **LISTA DE QUADROS**

**Quadro 1:** pg 35

O uso das terras da família Vieira (filhos de Marcolina)

**Quadro 2:** pg 44

Áreas utilizadas pela família de Nilza

**Quadro 3:** pg 47

Áreas utilizadas por Dunga e Aldeir

**Quadro 4:** pg 48

Áreas utilizadas por Valter

**Quadro 5:** pg 81

Exemplos de produtos vendidos na feira semanal de Queimada Nova

**Quadro 6:** pg 97

Síntese referente à posição ocupada pelos agentes sociais entrevistados

**Quadro 7:** pg 138

Relação de Seminários Realizados pela Articulação Estadual de Fundos de Pasto

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

AATR – Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais do Estado da Bahia  
ADAB - Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia  
ATES - Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária  
BA 156 – Rodovia Estadual nº 156  
BIRD – Banco Internacional da Reconstrução e Desenvolvimento  
BR 242 – Rodovia Federal nº 242  
CAA - Centro de Assessoria do Assuruá  
CAR - Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional  
CDA - Coordenadoria de Desenvolvimento Agrário  
CEBs -Comunidades Eclesiais de Base  
CERB – Companhia de Engenharia e Recursos Hídricos da Bahia  
CESE - Coordenadoria Ecumênica de Serviços  
CEAPRI - Central das Associações dos Produtores de Caprinos e Ovinos  
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil  
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento  
CONDER - Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia  
CPT - Comissão Pastoral da Terra  
EBDA – Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola  
ECOSOL – Sistema Nacional de Cooperativas de Economia e Crédito Solidários  
FETAG – Federação Estadual dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais  
FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação  
FUNDIFRAN – Fundação de Desenvolvimento Integrado do São Francisco  
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
INEMA - Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídrico  
INTERBA - Instituto de Terras da Bahia  
MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens  
MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores  
MST – Movimento dos Trabalhadores sem Terras  
ONGs - Organizações não Governamentais  
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos  
PAP – Programa de Apoio ao Produtor Rural  
PDRI – Programa de Desenvolvimento Rural Integrado  
PGE - Procuradoria Geral do Estado  
PNAE – Programa nacional de Alimentação Escolar  
POLONORDESTE – Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do NE  
PPGA - Programa de Pós Graduação em Antropologia  
PPGCS - Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais  
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar  
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequena Empresa  
STR - Sindicato dos Trabalhadores Rurais  
UFBA - Universidade Federal da Bahia

## INTRODUÇÃO GERAL

Meu interesse sobre questões relacionadas aos “fundos de pasto” perfaz mais de 15 anos. Em dezembro de 1998, durante uma assembleia de planejamento da equipe da Comissão Pastoral da Terra (CPT) da diocese de Barra do Rio Grande, oeste da Bahia, eu conheci João Neri<sup>1</sup>, oriundo de “Boa Sorte”, localidade referida como de “fundo de pasto”. No ano seguinte, 1999, visitei outras localidades referidas também como de “fundo de pasto” - Jatobá, Várzea Grande e Várzea Alegre - localizadas às margens da BR 242, município de Oliveira dos Brejinhos. Nessa época eu trabalhava como técnico em uma “organização não governamental” (ONG), o Centro de Assessoria do Assuruá (CAA), exercendo a atividade profissional de agrônomo.

De 2002 a 2005 passei a integrar a equipe da Comissão Pastoral da Terra, onde passei à acompanhar situações envolvendo sem terras, quilombolas, fundos de pasto. Meu trabalho nesse período, ainda como agrônomo, era orientar as equipes locais da CPT na relação que estabeleciam com os movimentos sociais. Neste sentido, passei a me relacionar mais amplamente com representantes de organizações de “fundos de pasto”, como a “Articulação Estadual de Fundos de Pasto”, as “Centrais de Associações de Fundo de Pasto” e as “Associações de Fundo de Pasto”, localizadas no Estado da Bahia. Este relacionamento me proporcionou conhecer uma série de situações de conflito, na qual os agentes sociais referidos a “unidades sociais” de “fundo de pasto”, reivindicavam ao Estado o reconhecimento<sup>2</sup> das terras ocupadas tradicionalmente. As situações de conflitos eram preponderantemente ocasionadas pela tentativa de usurpação dessas terras e da restrição do uso comum dos recursos naturais.

Em 2005 ingressei no curso de pós graduação em Ciências Sociais na Universidade Federal da Bahia (UFBA) com o objetivo de melhor compreender as formas de organização e resistência de famílias relacionadas às “unidades sociais” de fundo de pasto. Também foi

---

<sup>1</sup> João Neri foi uma das lideranças do “luta pelo bode solto”. (irei detalha-la no segundo capítulo desta tese. Depois deste primeiro encontro estabeleci uma relação de bastante admiração e respeito que durou até seu falecimento em janeiro de 2011. Seu irmão, Elias Neri, contribuiu ativamente para a realização desta pesquisa.

<sup>2</sup> O debate sobre as formas de reconhecimento mobilizou pensadores desde a Grécia antiga como Aristóteles. Descartes, Kant, Hobbs, Hegel são alguns dos autores clássicos que se debruçaram sobre este tema. O uso do conceito teve acepções filosóficas distintas, implicadas na relação entre reconhecer e conhecer, reconhecer e perceber, reconhecer e considerar, reconhecer como algo verdadeiro e incontestável. (RICOEUR, 2004, p. 13-31) O uso que irei fazer deste conceito tem como referência as ponderações de autores mais contemporâneos como Axel Honneth (HONNETH, 2003) e Nancy Fraser (FRASER, 2006). Ao longo do texto irei aprofundar minhas reflexões sobre as formas de reconhecimento que estão presentes nas situações empiricamente observadas.



objeto dos estudos de mestrado a relação destas formas de organização com o território na qual realizam suas atividades. Desenvolvo os trabalhos de campo na localidade de Várzea Alegre, município de Oliveiras dos Brejinhos. A partir de então, ocorreu uma mudança na forma de me relacionar com as famílias e representantes das organizações, me apresentando e exercendo atividades como pesquisador da universidade, aluno de um curso de mestrado. Desde 2005 passei gradativamente a ser visto e a me colocar como antropólogo.

Em 2009 iniciei a elaboração de uma cartografia social que envolveu as nove unidades sociais que pertencem à “Central de Associações de Fundo de Pasto”<sup>3</sup> de Oliveira dos Brejinhos. Esse trabalho de pesquisa consistiu no mapeamento social elaborado a partir do treinamento de agentes sociais, indicados pela coordenação da “Central de Associações”, em técnicas de GPS, fotografia e entrevistas.<sup>4</sup> Foram realizadas oficinas de mapas que discutiam a noção de “território” e seus efeitos. Em 2010, momento em que ingressei no curso de Doutorado em Antropologia, da Universidade Federal da Bahia, já estava estabelecida a minha relação como antropólogo e pesquisador.

O que eu almejo problematizar neste início de apresentação da tese é a passagem que ocorreu na minha relação com as famílias referidas a “unidades sociais” de “fundo de pasto”. Ocorreram múltiplas passagens, de um período na qual eu me apresentava como agrônomo, exercendo funções de assessoria técnica e ações de militância através de uma instância mediadora, para um período na qual passei a me apresentar como antropólogo, exercendo funções de pesquisador através de uma instância acadêmica. Quero com isso afirmar que a minha posição como pesquisador foi obtida através de múltiplas passagens e de múltiplos cortes.

O ritual de entrada no campo foi marcado por uma série de rupturas. As relações que eu estabeleci antes de me tornar pesquisador possibilitaram uma aproximação inicial com o contexto vivenciado pelas famílias de “fundo de pasto”. Em um primeiro momento o meu olhar estava direcionado pela intervenção que o CAA pretendia realizar junto às “unidades sociais” que eram acompanhadas. Em um segundo momento a minha perspectiva se direcionou para a intervenção realizada pelos técnicos de cada equipe local da CPT, visando adequar esta intervenção às necessidades das organizações acompanhadas pelos técnicos.

---

<sup>3</sup> A “Central de Associações de Comunidades de Fundos de Pasto” de Oliveira dos Brejinhos e Brotas de Macaúbas tem a função de articular ações entre distintas famílias que se localizam em áreas denominadas de fundos de pasto nestes dois municípios. Especialmente dedica-se em garantir a posse das terras tradicionalmente ocupadas.

<sup>4</sup> Este trabalho foi denominado de “Monitoramento do Território” e teve financiamento da agência de cooperação internacional CESE.

Como pesquisador o meu olhar foi orientado pela teoria que embasa a atuação de um antropólogo interessado em compreender a perspectiva dos “agentes sociais”, referidos a “unidades sociais” de “fundos de pasto”, com relação a territorialidade na qual desenvolvem suas atividades de reprodução física e social.

Refletir sobre essas rupturas possibilitam evidenciar diferenças na relação estabelecida com os agentes sociais durante o tempo que os conheço. Há de se diferenciar também os conhecimentos obtidos durante o tempo de assessor, com os conhecimentos construídos durante a pesquisa. O tempo do sentido, período em que eu era agrônomo, assessor, militante, se diferencia do tempo da observação antropológica, período na qual passo a exercer atividades de pesquisa. A relação passa a ser mediada por instrumentos analíticos, por instrumentos teóricos que orientam meu olhar.

Essas rupturas não foram simples de serem realizadas. Do ponto de vista das relações sociais as perspectivas que os agentes sociais tinham da minha contribuição foram gradativamente transformadas. Embora perdesse uma perspectiva que me classifica como pessoa vinculada, de alguma forma, às questões de assessoria, pois sou chamado a contribuir em seminários, reuniões e elaboração de projetos. Porém, se antes meu papel era o de explicar aspectos técnicos que orientariam uma intervenção específica, ou de formular discursos para orientar a ação militante, passei a ter o papel de escutar e produzir descrições sobre as várias perspectivas que estão sendo formuladas pelos próprios agentes sociais na sua relação com as diversas assessorias. Essa descrição visa possibilitar uma ampla reflexão de questões que possam contribuir com as estratégias<sup>5</sup> que orientam os agentes sociais em seus enfrentamentos cotidianos.

Este exercício de “escutar” e “descrever” exigiu de minha parte um certo afastamento, isto é, uma relativização com a preocupação de uma ação de intervenção específica, me distanciando de instâncias diretas de mediação. Estas mudanças foram vivenciadas através de situações na qual ocorreram certas tensões, especialmente na relação com outros assessores e pesquisadores.

Tenho que esclarecer que este distanciamento nada tem a ver com uma pretensa neutralidade, ou uma ausência de comprometimento com as questões referentes às “unidades

---

<sup>5</sup> Durante este trabalho utilizarei o conceito de “estratégia” de forma similar ao sentido empregado por Bourdieu e Foucault. O primeiro autor ressalta que as estratégias podem não ser o produto de uma aspiração consciente de fins explicitamente colocados a partir de um conhecimento adequado das condições objetivas, nem uma determinação mecânica das causas. As “estratégias” seriam objetivamente ajustadas às ocasiões, na qual os agentes sociais perceberiam o sentido do jogo, isto é, a razão que estaria implícita. (BOURDIEU, 1990, p. 23) Já o segundo autor se refere a uma estratégia sem estrategista, isto é uma “estratégia” sem sujeito que a tivesse previamente elaborado. (FOUCAULT, 2008, p. 251-258)

sociais” de “fundos de pasto”. O meu envolvimento está na borda entre uma ação de militância e uma ação de antropologia política, entre o entendimento dos processos vivenciados através de uma perspectiva militante com os de uma perspectiva balizada por instrumentos analíticos, ou seja, através da teoria antropológica. O objeto de reflexão desta pesquisa foi construído no limite entre o capital militante, que é um capital de relações sociais, e um capital simbólico que passa a ser construído através do trabalho antropológico. E este limite, difícil de ser distinguido, marcou as relações na qual eu estabeleci em campo.

Transformar o capital militante que eu carregava, como o conhecimento da região, dos costumes locais, das relações sociais entre os agentes, em um conhecimento antropológico, foi um primeiro desafio. Uma outra ruptura precisou ser efetivada e diz respeito as pré-noções que me acompanharam nos distintos momentos do trabalho de campo. Estas pré-noções são resultantes de minha vivência como agrônomo antes de me tornar pesquisador e proporcionou estabelecer uma relação de confiança recíproca com os agentes sociais. Minha aproximação inicial proporcionou um conhecimento, mesmo que superficial, dos contextos na qual a pesquisa se realizou. A apreensão de códigos sociais locais facilitou minha comunicação com os agentes em campo. Também a relação anterior como assessor possibilitou uma boa receptividade à pesquisa que estava sendo realizada e foi responsável pelo meu interesse em aprofundar conhecimentos sobre as situações empíricas na qual eu me deparava, orientando, deste modo, as fases iniciais da pesquisa.

Porém estes conhecimentos se mostraram superficiais ou mesmo deturpados por uma certa generalização, induzidos pelo senso comum que acompanhou as atividades de assessoria por mim realizadas. As percepções iniciais sobre a organização do grupo, as relações de parentesco, as formas de ocupação da terra e de estrutura econômica me propiciaram iniciar um diálogo com os agentes sociais. Esse diálogo foi sendo aprofundado com apoio de uma literatura de sociologia e antropologia, direcionada às situações na qual fui me deparando durante a pesquisa de campo.

Para compreender esta passagem, das pré-noções para a elaboração de um conhecimento mais aprofundado com o desdobramento da pesquisa, há a necessidade de compreender o campo com o qual e contra o qual realizei esta pesquisa. É necessário evidenciar que boa parte das minhas escolhas foram realizadas na recusa de certas abordagens enquanto que outras foram privilegiadas. Porém, as minhas escolhas estão sendo aclaradas durante o processo de realização da própria pesquisa, incluindo os momentos de campo, de preparação dos dados, de reuniões de orientação, perpassando também o momento da escrita

do texto final da tese. A sensação que permanece é de algo inacabado, ou do que deixou de ser feito, ou ainda que poderia ser melhor reelaborado. (BOURDIEU, 2005, p. 37-40) (EVANS-PRITCHARD, 1978, p. 298-316) (MALINOWSKI, 1975, p. 129-139)

Tomando com objeto de reflexão a minha posição como pesquisador, me afastei firmemente de uma abordagem vinculada a uma espécie de “antropologia aplicada”<sup>6</sup>, que estaria vinculada ao serviço do Estado, mais especificamente da administração pública ou das formas de dominação e controle. Aos poucos fui observando a necessidade de também me diferenciar com relação a uma abordagem vinculada à “antropologia da ação”<sup>7</sup>, na qual compartilho da importância de compreender o ponto de vista dos agentes sociais sobre os temas estudados, levando em conta os seus interesses, denúncias e reivindicações. Porém a “antropologia da ação” pode ficar refém de um espécie de praticismo se não for acompanhada por uma reflexividade que coloque em questão as transformações que sua própria ação realiza no espaço social. Também rejeito a posição indicada por Roberto Cardoso de Oliveira, que ao criticar o praticismo da “antropologia da ação” propõe uma ação mediadora entre instâncias macro (global e generalizadora) e micro (local e específica). Oliveira se refere à Gramsci para indicar que a atuação do antropólogo deveria ser de um “etnólogo orgânico”, acentuando a relação “umbilical” que esse pesquisador deveria estabelecer com um grupo em que está ideologicamente inserido. (OLIVEIRA, 2004, p. 21-24).

Oriento-me por um conhecimento engajado numa política de intervenção no mundo social que obedeça as regras de rigor no campo científico. Neste sentido busco me aproximar de uma postura de “intelectual específico”, no sentido conferido por Foucault e enfatizado por Bourdieu. Um intelectual integrado à um coletivo de pesquisadores, capaz de definir autonomamente os objetos e os fins de sua reflexão e ação. Um intelectual preocupado em disseminar instrumentos de defesa contra a dominação simbólica, submetendo o discurso dominante a uma crítica lógica, ao mesmo tempo preocupado em criar condições de possibilidade para novas descrições do contexto social. (BOURDIEU, 2001, p. 37-44)

Percebo a relação de pesquisa como uma relação social que exerce efeitos sobre o resultado obtido na própria pesquisa. E como em toda relação social estão presentes hierarquias, estas devem ser refletidas buscando conhecer e dominar qualquer forma de violência simbólica inscrita na própria estrutura da relação de pesquisa. Refletir sobre as

---

<sup>6</sup> Também denominada de antropologia em ação. (ALMEIDA, 2012, p. 10)

<sup>7</sup> Estou me referindo a “antropologia da ação” preconizada por Sol Tax entre 1940 e 1952 (TAX, 1988).

possíveis distorções causadas por esta estrutura implica em um tipo de reflexividade reflexa, baseada em uma perspectiva sociológica que permite controlar no campo, no desenvolver das atividades de pesquisa, os efeitos sociais na qual ela se realiza. Há de ser fazer um uso reflexivo dos conhecimentos adquiridos da ciência social para controlar os efeitos da própria pesquisa e começar a interrogação já dominando os efeitos inevitáveis das perguntas. (BOURDIEU, 1999, p. 693-694)

A relação entre pesquisadores, agentes sociais e militantes são relevantes para o meu processo de formação como pesquisador. Durante a minha trajetória a troca de saberes, possibilitando ao militante conhecer ferramentas da pesquisa e do pesquisador aprofundando os conhecimentos da ação militante, indicaram que deveria contribuir para serem estabelecidas novas formas de comunicação e de debate entre os estes campos de conhecimento. (BOURDIEU, 2001, p. 71-72)

A compreensão epistemológica de quem é o sujeito da ação social passa a ser base para a compreensão de modos de vida, de racionalidades que estão em jogo. A passagem teórica que designa o sujeito como “agente”, ao invés de “ator”, denota uma concepção do sujeito como agente de suas escolhas. Essas escolhas não estariam presas a uma estrutura social, mas se relacionariam com elas. O “agente social” não estaria “solto no mundo” em que vive, mas ao mesmo tempo não estaria preso a padrões de pensamento e comportamento do universo de relações em que convive. Essa compreensão nos distancia de pressupostos teóricos na qual a motivação do “ator” estaria fora dele mesmo. Ao contrário, deve-se buscar a relação de seus interesses com o mundo na qual se relaciona. Dentro de contextos e possibilidades, o “agente social” define e executa suas ações, adequando-se às diversas situações na qual se relaciona. (BOURDIEU, 1983, p. 60-66)

As relações de pesquisa como relações sociais, os agentes sociais como sujeitos de suas ações, e a constatação de estar implicado na própria investigação que se realiza orienta minha análise. E como os agentes sociais, somos orientados a partir de princípios compartilhados em nossas relações, o que implica em consequências para o exercício da investigação. Esses princípios nem sempre estavam conscientes quando no momento das escolhas cotidianas, mas se tornaram objeto de investigação no processo de pesquisa que empreendi. O que compreendi como “sensato”, “razoável” precisou ser, de algum modo, explicitado e confrontado. (BOURDIEU, 1983, p. 73)

Reforço portanto uma necessária ruptura com o senso comum, com as representações partilhadas, sejam elas nos lugares comuns, nas ciências, ou se tratem de representações tidas

como oficiais, inscritas nas instituições. Uma prática científica rigorosa deve pôr a si mesma em causa. Caso contrário não saberia realmente de onde está falando, nem o que faz realmente. (BOURDIEU, 2006, p. 34-35)

Compreender e definir são parte do mesmo processo investigativo, e qualquer definição está ligada à compreensão do contexto na qual a relação de pesquisa se desenvolve. Mais ainda, a definição perde o sentido positivista que já teve, deixando de marcar indivíduos como um botânico cataloga uma planta ou animal. Volta-se a atenção para a compreensão que os agentes sociais têm de si mesmos e das pessoas que com eles se relacionam. (ALMEIDA, 2008b, p. 72-86)

A despeito de outras concepções em que vou me deparando no processo de pesquisa, a obra de Pierre Bourdieu tem orientado a busca por compreender subjetividades imersas nos contextos estudados e as tentativas de descrevê-las. A ansiedade por repostas, pelas definições consagradas foi perdendo sentido. Ganha espaço a elaboração de novas questões, que acabaram por reorientar a própria pesquisa. Mesmo quando chego a formulações de alguma definição estas são tomadas dentro do contexto na qual a pesquisa foi realizada, tendo por referência os agentes sociais que participaram do processo de pesquisa. Esses agentes, invariavelmente, pertencem à um grupo amplo e heterogêneo, mas compartilham racionalidades. O processo de pesquisa se afasta da pretensão de consagrar alguma definição. Por outro lado busca descrever situações em determinados contextos e assim orientar um outro tipo de conhecimento. Este trabalho representa um percurso de incertezas na qual a explicitação das concepções teóricas, utilizadas, criticadas ou refutadas, orientam a expansão dos limites de minha percepção e racionalidade.

### **O objeto de estudo**

Estamos observando no Brasil uma série de novas estratégias empresariais<sup>8</sup>, apoiadas pela implementação de políticas “de reorganização de espaços e territórios”, resultantes de uma ação de Estado<sup>9</sup> deliberadamente protecionista, voltadas para a reestruturação dos mercados, disciplinando a comercialização da terra, dos recursos florestais e do subsolo. A implementação destas políticas implica na flexibilização de normas jurídicas que asseguram direitos territoriais de povos e “comunidades” tradicionais, fragilizando a afirmação das

---

<sup>8</sup> Refiro-me especificamente as estratégias utilizadas para favorecer a expansão de empresas do ramo da mineração, do agronegócio e turismo.

<sup>9</sup> Uso o termo Estado como designação geral referente aos poderes públicos – Executivo, Legislativo e Judiciário – nas suas várias instâncias administrativas (federação, estados e municípios).

“terras tradicionalmente ocupadas”<sup>10</sup> e objetivam atender às demandas progressivas de um crescimento econômico baseado principalmente na exportação de commodities minerais e agrícolas.<sup>11</sup> Estas estratégias estão colocando em risco o modo de vida de uma diversidade de povos e “comunidades” tradicionais. (ALMEIDA, 2014, p. 352)

Estes povos e “comunidades” estruturam seu modo de vida através da relação que estabelecem com terras que tradicionalmente ocupam. E são exatamente essas terras que são cobiçadas na expansão de diversos interesses econômicos<sup>12</sup>, que objetivam apropriar-se dos recursos naturais nelas localizados. A ação expropriadora destes interesses tem provocado uma intensa especulação imobiliária, incentivando várias ilicitudes, como grilagens de terras e o deslocamento forçado das famílias de seus locais de referência. Na ação de expropriação são executadas medidas de coerção e intimidação que visam bloquear ou mesmo anular qualquer forma de resistência dos agentes sociais que estão sendo atingidos por seus empreendimentos. Dentre algumas destas medidas estão a contratação de segurança privada, a implantação de processos judiciais contra os agentes sociais e suas comunidades, a disseminação de falsas informações para confundir a opinião pública e a própria utilização das forças de segurança do Estado, isto é, a guarda nacional, as polícias federal, militar e civil, e em alguns casos as forças armadas. Empresários buscam o apoio de ações governamentais, especialmente para a implantação de infraestruturas necessárias para seus empreendimentos, e contam com o fomento de bancos oficiais, como o BNDS, o Banco do Brasil e o Banco do Nordeste. São recorrentes as alianças entre interesses privados e a ação governamental que acarretam a expropriação de “comunidades” tradicionais de suas terras e dos recursos naturais nelas localizados.

---

<sup>10</sup> Este trabalho tem como referência para definição do termo “terra tradicionalmente ocupada” o artigo 231 da Constituição Federal, a Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e o Decreto Presidencial nº 6.040, que “instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais”. Portanto, “terras tradicionalmente ocupadas” são espaços necessários para a reprodução cultural, social e econômica, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, habitados pelos povos e comunidades tradicionais, utilizados para suas atividades produtivas, imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar, segundo seus usos, costumes e tradições.

<sup>11</sup> A “reorganização de espaços e territórios” mostra-se em descontinuidade com as medidas de “zoneamento ecológico-econômico” e com os programas de “proteção da natureza” preconizados pelas agências multilaterais, que haviam caracterizado a quadra neoliberal das últimas décadas do século XX. Percebe-se a passagem de uma intervenção realizada fora do Estado e sob o signo liberalizante da chamada “proteção” para uma política que está sendo considerada “protecionista” ao enfatizar a ação governamental que neutraliza aspectos liberalizantes de determinados recursos naturais. (ALMEIDA, 2014, p. 352)

<sup>12</sup> Podemos destacar conflitos de agentes sociais como os interesses do agronegócio (celulose, soja, algodão, cana-de-açúcar, fruticultura, gado, carcinocultura, piscicultura; da indústria), guseiras e carvoarias; do turismo (implantação de *resorts*); do ambientalismo (criação de unidades de conservação de proteção integral), entre outros.

A resistência a estes processos de expropriação podem ser observados em diferentes momentos históricos e contextos políticos. Para o estudo que aqui será apresentado, irei me reportar ao contexto social e político, que, a partir da década de 1970, propiciou a construção de novos padrões de relação política. Na Bahia, pelo menos três identidades coletivas foram precursoras destas novas relações: povos indígenas, “comunidades quilombolas” e “comunidades de fundos de pasto”. Os agentes sociais ligados a cada uma dessas identidades buscaram desenvolver estratégias para assegurar a posse e uso das terras tradicionalmente ocupadas. O Estado foi pressionado por mobilizações que tinham como um dos principais objetivos o reconhecimento de direitos territoriais destes grupos sociais. Neste sentido, setores do Estado passaram a elaborar procedimentos administrativos e legais que pudessem minimamente atender às reivindicações destes grupos no intuito de garantir-lhes suas terras.

Mas a ação do Estado não tem sido célere. Como já sublinhei, o Estado tem sido um dos principais aliados da expansão de empreendimentos econômicos que pretendem as mesmas terras reivindicadas pelos povos indígenas, “comunidades” quilombolas e “comunidades” de fundos de pasto. Pode-se afirmar que o Estado pouco executa os procedimentos que ele próprio elaborou e quando o faz acolhe uma série de justificativas que visam interromper a conclusão dos processos administrativos e impedir a efetivação dos direitos territoriais das “comunidades” tradicionais.<sup>13</sup>

Dentro deste contexto, o objeto desta tese foi sendo progressivamente formulado. Inicialmente, a pretensão era comparar a relação de distintos movimentos sociais com o Estado visando o reconhecimento de seus territórios. Ainda na fase de preparação da pesquisa defini por restringir o trabalho de campo à unidades sociais de “fundo de pasto” e compará-las com unidades sociais de “quilombolas” e povos indígenas. A tarefa se mostrou demasiadamente complexa, o que extrapolaria o tempo máximo para os estudos de uma tese de doutorado.

Ainda no primeiro ano de pesquisa fui direcionando o objetivo da tese na busca por compreender como agentes de “unidades sociais” de “fundo de pasto” se organizam para resistir a ações de expropriação de suas terras e quais as estratégias que se utilizam para sua reprodução física e cultural. As ações de reivindicação junto ao Estado no reconhecimento das terras tradicionalmente ocupadas também receberam a minha atenção.

---

<sup>13</sup> Um caso emblemático se refere ao posicionamento do então governador da Bahia, Jacques Wagner. Enquanto o STF julgava a validade dos títulos de propriedade emitidos pelo Estado da Bahia a fazendeiros, dentro da Reserva Indígena Caramuru-Paraguaçu, o governador propôs que os indígenas fossem deslocados da área original da reserva e que esta fosse demarcada em outro local, na mesma região, como forma de reparação pela ocupação das terras por fazendeiros e pelo surgimento das cidades.



Fui formulando questões que orientaram a minha investigação. A primeira questão consistiu em compreender as representações relacionadas às terras tradicionalmente ocupadas, dando conta do sistema de relações sociais correspondente aos processos de territorialização de “unidades sociais” de fundos de pasto. Um segundo desafio foi identificar as representações e práticas de lideranças que fazem parte de organizações representativas das “unidades sociais” de “fundo de pasto”. Por fim busquei identificar as interpretações dos agentes de Estado bem como de acadêmicos, de distintas formações disciplinares, relativas ao reconhecimento das terras tradicionalmente ocupadas por “unidades sociais” de fundo de pasto.

Dediquei-me a realizar uma descrição etnográfica baseada em um trabalho de campo rigorosamente orientado, utilizando técnicas de observação direta e descrições pormenorizadas das ações acompanhadas. Utilizei a literatura antropológica para analisar entrevistas, discursos proferidos por lideranças em seminários, a produção acadêmica relativa ao tema e os posicionamentos do Estado relativos a questões relacionadas diretamente com a territorialidade de “unidades sociais” de “fundo de pasto”.

Esta tese foi estruturada em quatro capítulos. Cada capítulo possui uma introdução visando contextualizar o percurso metodológico de sua elaboração. No primeiro capítulo descrevo questões relacionadas ao processo de territorialização de cinco famílias, identificando as terras tradicionalmente ocupadas e seus usos, bem como a relação entre produção e consumo. Ao descrever as “territorialidades específicas” destas cinco famílias, apresento a passagem de um momento na qual predominavam as “terras soltas” para o outro momento, que irá convergir com a formação dos denominados “fundos de pasto”. Apresento também as diferenças entre “terras individuais” e “terras coletivas”, e como cada família se utiliza destas terras.

As situações empiricamente verificadas apresentaram um quadro de várias mudanças. Tomando como referência os últimos quarenta anos, as terras de uso comum se reduziram, novas técnicas agrícolas foram utilizadas e a organização do sistema produtivo passou a ter na caprinocultura sua principal orientação. A economia também passou por uma transição, de um momento anterior na qual predominava o “valor de uso” para o momento atual na qual predomina o “valor de troca”. Encontrei um sistema econômico baseado na monetarização. Simultaneamente a estas mudanças, diminuiu o número de pessoas em cada família. A “roça”, como local onde se realiza as relações sociais que estruturam um modo de vida, passa por uma transição. A diversidade produtiva se reduz, diminuem as áreas plantadas

com gêneros alimentares e aumentam as áreas destinadas à produção animal. Boa parte da base da alimentação diária é adquirida através de compra na feira. Outrossim, a feira se destaca como espaço social, fortalecedor da comunicação e das relações entre famílias. O mercado institucional, como o que destina produtos da família para a merenda escolar, está incentivando a retomada da produção agrícola. As Atividades não agrícolas se mostram presentes mas não significam a proletarianização, e sim, permitem fortalecer as condições de produção agrícola.

No segundo capítulo descrevo uma situação específica de conflito que foi denominada “a luta pelo bode solto”. Início com os antecedentes que estimularam a grilagem das terras. Durante o regime ditatorial as ações do Estado, como a construção de rodovias, BR242 e BA156, e a disponibilidade de créditos para implantação de cultivos agrícolas comerciais, induziram uma modernização produtiva, representada por empreendimentos orientados pelo monocultivo em grandes extensões de terras com fins exclusivamente comerciais. Uma série de leis e normas foram elaboradas e visavam legitimar estes empreendimentos ao mesmo tempo que permitiriam a liberação de terras tradicionalmente ocupadas ao mercado. A restrição da circulação livre de animais, com destaque para bodes e ovelhas, ameaçava o modo de vida de inúmeras famílias, pois fragilizava sua reprodução física e social.

Apresento como o conflito foi construído e a capacidade de mobilização dos agentes sociais. Essa mobilização propiciou uma organização articulada de resistência, na qual a “tradição”<sup>14</sup> é acionada como elemento da “luta”, em oposição aos interesses dos novos empreendimentos. A resistência possibilita que seja considerada legítima a reivindicação pelo direito a terra tradicionalmente ocupada, e um processo de regularização fundiária é estabelecido. Como irei detalhar, este processo é lento e o Estado apresenta dificuldades para reconhecer integralmente os modos de vida das famílias.

No terceiro capítulo irei apresentar uma análise das representações e práticas de lideranças representativas de organizações de “fundos de pasto”. Estas análises foram divididas em duas partes. Na primeira parte serão analisadas entrevistas relativas às representações de seis lideranças sobre situações específicas de conflito. A segunda parte do

---

<sup>14</sup> O termo “tradição” é empregado no sentido de afirmar um modo de vida contemporâneo, dinâmico, rompendo com uma visão essencialista e fixa. (ALMEIDA, 2008a, p. 118-119). Desta forma me distancio da concepção utilizada por Weber e Shils que empregam o termo “tradição” com relação a um tempo passado, em oposição à “modernidade”. (WEBER, 1991, p. 148) (SHILS, 1981, p. 12-21) Me aproximo de Hobsbawm ao pensar que toda e qualquer invenção é inventada, no sentido de construída, consciente ou inconscientemente. (HOBSBAWM e RANGER, 1984, p. 9-23)

capítulo apresentará a análise do discurso proferido por cinco lideranças da “Articulação Estadual de Fundos de Pasto”. As entrevistas e os discursos foram realizados durante o “4º Seminário de Fundos e Fechos de Pasto”, na cidade de Uauá, outubro de 2011.

Este “4º seminário” ocorreu em um momento em que várias famílias estavam sendo ameaçadas por empreendimentos econômicos ligados à fabricação de carvão, à extração mineral, à produção de energia e a grandes monocultivos. Esses empreendimentos visavam usurpar as terras tradicionalmente ocupadas e os recursos naturais nelas existentes. Os relatos dos entrevistados descrevem várias ações de resistência que estão relacionadas a uma estratégia ampla pela afirmação de direitos territoriais. Esses relatos possibilitam a compreensão dos significados de “luta” que estão em jogo. Os discursos proferidos por lideranças durante o “4º seminário” possibilitam compreender a complexidade em articular ações em um movimento amplo que possui uma heterogeneidade de formas organizativas. A relação com o Estado é problematizada, bem como a capacidade de mobilização

No quarto e último capítulo apresento obstáculos epistemológicos que estão na base da interpretação de agentes que trabalham em órgãos do governo, instituições de mediação e mesmo de pesquisadores ligados a universidade. Esses obstáculos se relacionam com as formas de reconhecimento da territorialidade e identidade dos “fundos de pasto”. Irei apresentar questões relativas à autodefinição, ao controle dos recursos naturais, e a autonomia organizativa do movimento.

Finalmente reafirmo que para vencer essa dificuldade é preciso romper com os obstáculos epistemológicos que dificultam a compreensão dos modos de vida, das territorialidades específicas, dos processos de territorialização, dos conhecimentos tradicionais, das perspectivas e necessidades de cada grupo.

Romper com os obstáculos epistemológicos também é um desafio para permitir que novas possibilidades de descrição se realizem. Este trabalho enfrenta este desafio. Porém estou consciente que carrego limitações relacionadas à minha própria compreensão. O processo de pesquisa, em toda sua trajetória - desde a elaboração do projeto, a reflexão teórica, o trabalho de campo, a seleção e preparação das informações, as sessões de orientação e a escrita da tese, foi revelador de minhas dificuldades, contribuindo para melhor entender as situações vivenciadas e objetivadas. Isto implica em assumir que este trabalho é resultado de uma descrição etnográfica inacabada, integrante de uma trajetória de pesquisa ainda em andamento. Mesmo com estas limitações, este trabalho teve como objetivo enriquecer e ampliar a reflexão teórica sobre as questões aqui apresentadas.

## **CAPÍTULO 1 – SIGNIFICADOS DE FUNDO DE PASTO**

### **CRITÉRIOS PARA SELEÇÃO DO TRABALHO DE CAMPO**

Esta primeira parte da tese foi construída com apoio em descrição etnográfica elaborada a partir de dois períodos de intenso trabalho de campo - outubro de 2011 e junho de 2012. A descrição foi complementada com dados da observação direta, em contatos regulares e visitas esporádicas, que ocorreram desde 2005, quando iniciei meus estudos de mestrado<sup>15</sup> em ciências sociais. Entre 2005 e 2013 realizei estudos de mestrado, organizei atividades de cartografia social e elaborei os estudos para esta tese em antropologia.

Antes ainda, de 1998 a 2005, acompanhei unidades sociais de “fundos de pasto” em atividades que realizei como engenheiro agrônomo, realizando atividades de assessoria.<sup>16</sup> Estes anos de acompanhamento às famílias, agrupadas em unidades sociais que são designadas pelos entrevistados e suas redes de relações como “comunidades de fundo de pasto”, foram marcadas por algumas rupturas que explicitarei na introdução geral desta tese. Quero apenas ressaltar que o tempo do sentido, período em que eu era agrônomo, assessor, militante, se diferencia do tempo da observação antropológica, período na qual passo a exercer atividades de pesquisa. A relação passou a ser mediada por instrumentos analíticos, por instrumentos teóricos que orientam meu olhar. Compreender esta passagem e aprofundar os conhecimentos empíricos que me estimularam a adentrar o campo da pesquisa foi um dos primeiros desafios na qual me deparei.

Outro desafio que encontrei na realização desta pesquisa foi como descrever os distintos significados e contextos nos quais o termo “comunidade” é utilizado empiricamente pelos agentes sociais e diferenciá-los do significado do termo “comunidade” que utilizarei como conceito analítico. A primeira distinção que se impôs foi discernir entre “comunidade”, como instrumento de análise e investigação, trabalhado por cientistas sociais desde fins do século XIX, como Tönnies (TÖNNIES, 1947) e Durkheim (DURKHEIM, 2008, p. 73-84), e o termo homônimo utilizado pelos grupos sociais estudados para designar os agrupamentos de famílias e suas relações.

Com relação ao uso empírico são três situações verificadas, quanto ao termo em questão. No sertão da Bahia certas localidades, que eram denominadas “fazendas”, “sítios”,

---

<sup>15</sup> Pesquisa realizada entre 2005 e 2008, “Fundos de Pasto: Organização e Território”, apresentada como dissertação de mestrado em março de 2008, no programa de pós graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia (UFBA)

<sup>16</sup> De 1998 a 2000 trabalhei para de uma ONG, o Centro de Assessoria do Assuruá (CAA). De 2002 a 2005 para uma entidade confessional, a Comissão Pastoral da Terra (CPT).

ou “povoados”, passaram a ser designadas por “comunidades” no decorrer da década de 1970. Durante as entrevistas, realizadas no decorrer desta pesquisa, alguns entrevistados utilizaram o termo “comunidade” para se referir a um determinado espaço físico. O termo “comunidade” também foi utilizado pelos entrevistados para designar as unidades sociais às quais suas famílias pertencem. A terceira utilização social e cotidiana do termo “comunidade” se refere às formas organizativas inspiradas na ação de entidades confessionais e de associações voluntárias, laicas e de objetivo político-organizativo vinculadas às unidades sociais. A atenção aqui compreende a seguinte proposição: que a designação do espaço físico, apropriado pelos agentes sociais, funcione como uma espécie de simbolização espontânea do espaço social. Representa o perigo de apresentar de forma naturalizada as hierarquias incorporadas pelo “efeito de lugar”, efeito este que pode esconder o processo histórico de constituição destes espaços, sejam eles físicos ou sociais.<sup>17</sup> (BOURDIEU, 1999, p. 59-66)

Feita esta primeira distinção, é necessário expor uma segunda, que se refere à relação existente entre o uso da noção empiricamente observada e o conceito analítico. Em várias situações o termo “comunidade” é utilizado pelos entrevistados para descrever empiricamente uma unidade social, sem que isso signifique que esta unidade designada pelo mesmo termo apresente uma homogeneidade ou cuja formação obedeça a um padrão. Objetivei descrevê-las buscando registrar essa desunidade através das relações que as constituem e assim possibilitar a identificação de aspectos como a caracterização social das famílias, o uso da terra, das atividades econômicas, das relações de produção e consumo, simbolizadas pelos significados que atribuem à “roça” e a “feira”. Atentei também para os fatores pertinentes à identidade coletiva.

Como instrumento analítico o uso do conceito de “comunidade” foi formulado a partir da observação e da reflexão crítica do processo de construção de unidades sociais tal como elaboradas pelos agentes sociais em referência a situações concretas. A análise, portanto, se orientou nos princípios organizativos e nos critérios de percepção acionados pelos próprios agentes sociais. As técnicas de observação direta buscaram compreender como o termo comunidade é acionado nas relações cotidianas registradas nos acontecimentos objeto da descrição etnográfica. (GUSFIELD, 1975). Sem pretender fazer uma reflexão sobre a arqueologia do conceito ou sua gênese social, buscarei realizar uma análise crítica de como alguns autores

---

<sup>17</sup> Para melhor descrição das situações que serão analisadas nesta pesquisa e evitar confusões entre os diferentes usos do termo, preferi nomear de diferentes formas a aplicação de “comunidade” como designação do espaço social da designação como espaço físico. Para exemplificar, ao me referir à um espaço social irei utilizar a expressão “entre aspas” – “comunidade de Várzea Grande”. Quando for referir a uma localidade, espaço físico, associada também ao espaço social, vou usar apenas a sua nomeação específica - Várzea Grande. Já quando for me referir a uma forma organizativa vinculada ao espaço social utilizarei o nome próprio entre aspas, tal como “Associação de Fundo de Pasto de Várzea Grande”.

estão classificando as unidades sociais localizadas em áreas denominadas de “fundos de pasto”. Buscarei analisar o uso social da expressão e os vários significados que foram atribuídos a ela. Em outros termos considereei a polissemia do conceito e suas implicações.

A relação social já estabelecida orientou a definição dos critérios de seleção das unidades sociais e dos agentes que foram entrevistados no decorrer desta pesquisa. Em razão de minha trajetória profissional, em 2011, momento de preparação do primeiro trabalho de campo, eu já tinha visitado uma diversidade de unidades sociais que estão organizadas, articuladas e autoidentificadas como “comunidades de fundo de pasto”. Eu também já havia desenvolvido contatos e firmado relações com lideranças da “Articulação Estadual de Fundo de Pasto”.<sup>18</sup> Estas relações foram construídas ao longo de inúmeras atividades de assessoria prestadas, inicialmente como agrônomo, e depois de 2005 como antropólogo. Durante as visitas que eu realizei, estabeleci contatos com as famílias das unidades sociais estudadas. Participei de muitíssimas reuniões, festas, comemorações diversas e cursos de capacitação. Em visitas sucessivas acompanhei atividades domésticas do cotidiano, bem como atividades regulares nas áreas de plantios e criação dos animais. Vivi com eles momentos de lazer e acompanhei algumas manifestações rituais definidas como religiosas. Sempre quando possível, me hospedei nas próprias unidades residenciais destas famílias. Com o passar do tempo fui construindo laços de amizade, baseados em admiração, respeito e confiança mútuas.<sup>19</sup> Relembrando esta trajetória e com apoio da literatura antropológica, vou alcançando o entendimento do meu próprio processo de compreensão das situações abordadas.

O critério que orientou a escolha para iniciar as atividades de pesquisa foi a aproximação estabelecida com a realidade dos “fundos de pasto” de Oliveira dos Brejinhos. A maior familiaridade com situações sociais aí localizadas e uma maior rede de relações sociais foram os fatores preponderantes para definir o local dos trabalhos de campo. As

---

<sup>18</sup> A “Articulação Estadual de Fundo de Pasto” é uma organização informal que reúne representantes de unidades sociais localizadas no Estado da Bahia. No capítulo 3 desta tese, esta articulação será descrita com maiores detalhes.

<sup>19</sup> Destaco a relação de amizade com João Neri, Alice Almeida, Elias Neri, Irene Francisca - Boa Sorte; Ormesina Araújo (Zuca), Maria Bião, Avanyr de Oliveira, Mário Xavier, Maria Santa, Diego Luís, Gilmar Vieira, Elza Alves, Ana Clara, Anésia - Várzea Alegre; João Ruanga, Nilza Vieira, Valdemar Oliveira, Valter Aquino, Ivanilda Vieira (Vanda), Armônica Vieira - Várzea Grande; Gilmar Silva e Guiomar Gomes - Jatobá; José Paulino, Edite de Oliveira, Rosemeire Oliveira, Sandra de Oliveira - Várzea D’Anta; Davi Ferreira e Pedro Oliveira - Saco de Pedra II; Claudeci de Paz e Genilza dos Santos - Várzea da Pedra II; Maria da Paixão, Aparecida Silva, Erenice Silva e Tiago Silva - Ferrari; José Teodorico, Joaquim Gomes, José de Jesus, Jurandir de Oliveira, Andréia de Oliveira, José Nogueira - Pé do Morro Panáscuo; Raimundo Jeremias, Carlos Eduardo Cardoso, Cosme Araújo, Cleiton Soares, José Saulo, Valério da Rocha, Valdivino Rodrigues - coordenação da “Articulação Estadual de Comunidades de Fundo de Pasto”

unidades sociais que serão apresentadas nesta parte inicial da tese estão localizadas neste município, situado entre a Chapada Diamantina e o vale do rio São Francisco.

O capital militante que propiciou estabelecer relações sociais e o conhecimento do contexto local precisou se converter em conhecimento antropológico.<sup>20</sup> Os primeiros anos de acompanhamento, de 1999 até 2005, se realizou como agrônomo, prestando assessoria técnica através da organização não governamental “Centro de Assessoria do Assuruá” (CAA) e depois pela “Comissão Pastoral da Terra” (CPT). Através destes acompanhamentos acabei estabelecendo uma relação de certa confiança e de amizade com muitas famílias. Neste primeiro momento eu era visto como assessor e agrônomo, e de fato exercia atividades como tal. A partir de 2005 meu acompanhamento passou a ser como pesquisador, acadêmico referido a universidade. Passo gradativamente a ser visto e a me colocar como antropólogo.

O primeiro trabalho de campo orientado especificamente para esta pesquisa ocorreu em outubro de 2011. Antes desta atividade de campo me utilizei de uma reunião da coordenação da “Central de Associações de Fundo de Pasto”<sup>21</sup> para explicitar o motivo da minha pesquisa: compreender o processo territorialização de unidades sociais designadas como “comunidades de fundos de pasto” da Bahia. Expus as motivações para iniciar meus estudos de campo com as famílias vinculadas à “Central de Associações” de Oliveira dos Brejinhos. Nesta reunião foi refletido qual seria o tempo adequado para cada visita, associando a disponibilidade das famílias e a garantia de tempo necessário para acompanhar a rotina das unidades familiares<sup>22</sup>, conversar a respeito da vida cotidiana e do histórico de ocupação da terra. Não havia de minha parte uma preferência por determinada família ou localidade específica. Ponderei que as famílias da localidade de Várzea Alegre já haviam me recebido por ocasião dos estudos de mestrado. Também pedi aos coordenadores da “Central de Associações” que avaliassem a pertinência de tal pesquisa para eles, indicando como um critério de escolha a própria motivação da família que iria me receber. Saí desta reunião sem uma definição, que só foi comunicada dias antes da minha primeira viagem a campo, em

---

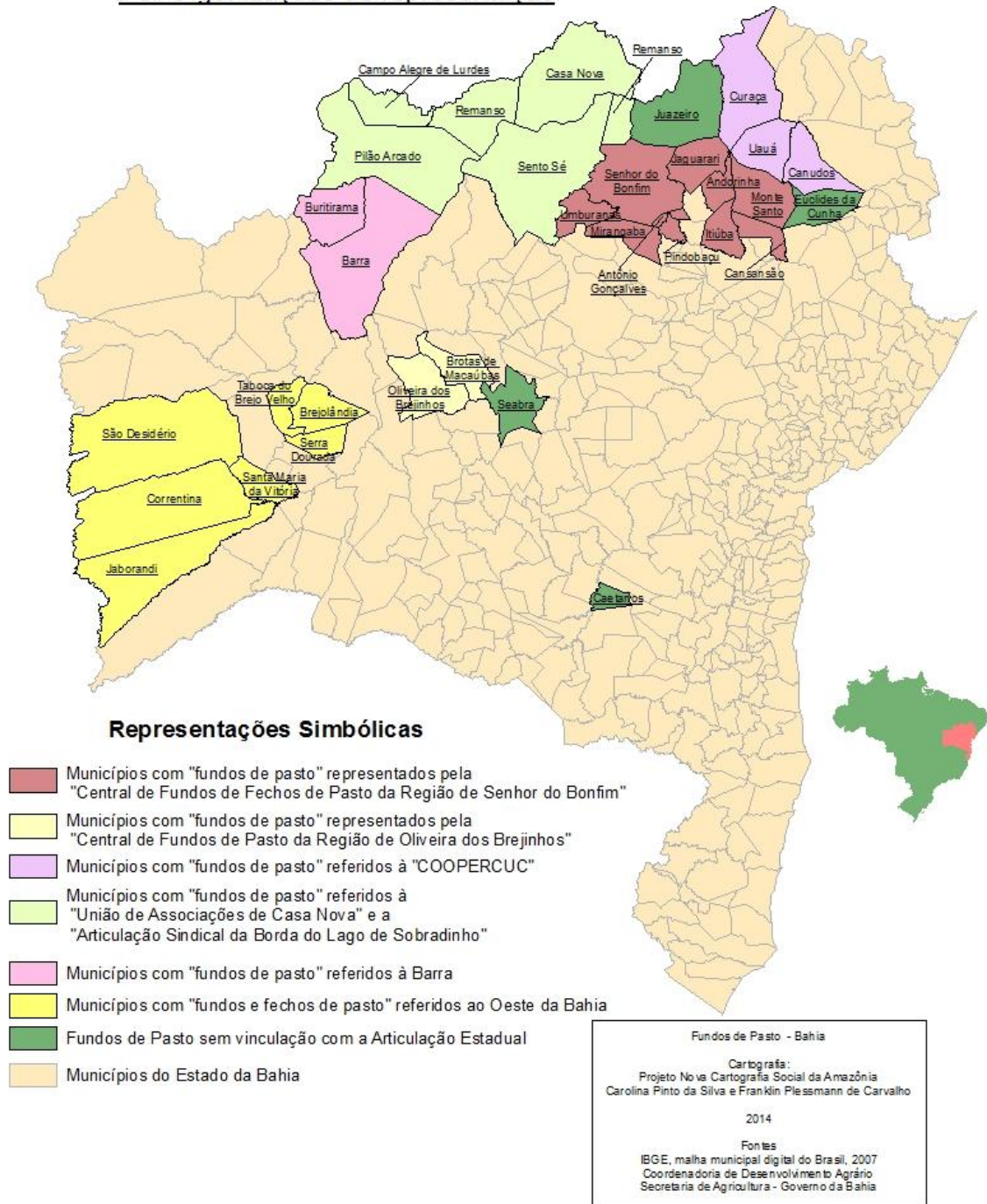
<sup>20</sup> Abordo mais profundamente na introdução desta tese a passagem, de um conhecimento empírico para um conhecimento baseado na reflexão orientada pela teoria antropológica.

<sup>21</sup> A “Central de Associações de Fundos de Pasto” de Oliveira dos Brejinhos e Brotas de Macaúbas tem a função de articular ações entre distintas famílias que se localizam em áreas denominadas de “fundos de pasto” nestes dois municípios. Especialmente dedica-se em garantir a posse das terras tradicionalmente ocupadas.

<sup>22</sup> A unidade familiar será aqui considerada como o conjunto de pessoas que participam do planejamento, da organização e executam as atividades cotidianas da família. Partilham produtos provenientes da roça e do quintal, de plantios, da criação e do extrativismo, bem como compartilham as rendas monetárias advindas de algum trabalho ou benefício social.

outubro de 2011. A “Central de Associações” exerceu a função de intermediar a definição das famílias que foram escolhidas para o meu acompanhamento durante os trabalhos de campo.

**Figura 1: Fundos e Fechos de Pasto na Bahia  
Por Organizações de representação**



**Figura 1: Regiões e municípios com unidades sociais relacionadas à "Articulação Estadual de Fundos de Pasto"**



Para o primeiro trabalho de campo a coordenação da “Central de Associações” e representantes de cada “Associação” me indicaram acompanhar a rotina de três unidades familiares relacionadas à três lideranças, sendo dois ex-presidentes da “Central de Associações”, Valdemar e Nilza, e o presidente atual, Valter. Eu mantinha uma boa relação com todos os três. No decorrer de anos de acompanhamento de suas pautas de reivindicações tínhamos estabelecido uma certa familiaridade e confiança mútuas. Todas estas três lideranças tinham um bom relacionamento com a coordenação da “Central de Associações”.

Com relação ao segundo momento de campo, a decisão de permanecer em Oliveira dos Brejinhos foi uma das recomendações dos examinadores que participaram do meu exame de qualificação, em maio de 2012. Mediante várias ponderações, fui aconselhado a aprofundar o conhecimento sobre situações sociais que se articulam, sob um ponto de vista, como “territorialidades específicas”. Deveria ampliar as informações com a perspectiva de outros agentes sociais e que, de preferência, não estivessem à frente da coordenação da “Central de Associações”. Visitar unidades sociais de outra região, para fins de exercício comparativo, seria algo para posterior decisão, o que acabou não se realizando.

Para combinar o meu retorno para a realização do segundo período de campo entrei novamente em contato, desta vez diretamente com Valter, que coordenava a “Central de Associações”. Orientei que as unidades familiares escolhidas fossem de localidades diferentes, excluindo as localidades já visitadas, de Várzea Alegre (mestrado) e de Várzea Grande (doutorado, primeira fase do trabalho de campo). Outro critério seria aproveitar para entrevistar pessoas que participaram diretamente da “luta pelo bode solto”.<sup>23</sup> Também mostrei interesse em conhecer o cotidiano de unidades familiares de casais jovens. A proposta era conhecer famílias com estruturas distintas, possibilitando a realização de comparações entre elas.

Desta vez fui informado sobre as unidades familiares as quais eu iria visitar apenas quando cheguei a Oliveira dos Brejinhos, em junho de 2012. Foram indicadas duas localidades, Boa Sorte e Panáscuo Pé do Morro. Em Boa Sorte a unidade familiar sugerida foi de Elias Neri, antiga liderança que participou ativamente da “luta pelo bode solto”. Em Panáscuo Pé do Morro a unidade familiar visitada foi de Jurandir e Andréia, um casal

---

<sup>23</sup> Os entrevistados das unidades sociais da região de Oliveiras dos Brejinhos denominaram como “a luta pelo bode solto” as ações de resistência à usurpação de suas terras tradicionalmente ocupadas. O conceito “luta” foi trabalhado como uma forma de relação social, como conflito resultado de um confronto de posições que pode levar à destruição do outro. Ao longo da descrição das situações concretas de resistência, apresento instrumentos teóricos que poderão contribuir para a compreensão do significado de “luta”. No segundo capítulo desta tese irei descrever especificamente a “luta pelo bode solto”.

relativamente jovem. Em Panáscuo Pé do Morro eu também iria entrevistar lideranças da “Associação”, que participaram diretamente da resistência visando manter as terras tradicionalmente ocupadas.

A observação em campo possibilitou perceber que a noção de unidade familiar se relacionava às unidades residenciais conferidas a cada família<sup>24</sup>. Estas unidades residenciais são designadas empiricamente pelo termo “casas”.<sup>25</sup> Minha inserção em determinada unidade familiar foi proporcionada através da hospedagem em determinadas unidades residenciais. As três primeiras “casas” visitadas estavam localizadas em Várzea Grande. A quarta “casa” se localizava em Boa Sorte e a quinta “casa” em Panáscuo Pé do Morro.

A análise descritiva aqui apresentada tem como referência a própria representação dos entrevistados, representações estas que foram objetivadas a partir das suas unidades discursivas, referidas às distintas situações que foram abordadas. Através das perspectivas dos entrevistados é que elaborei minhas análises e classificações. Busquei compreender os significados de fundo de pasto a que se referem os agentes sociais que se autodeclararam pertencer a um tipo de unidade social designada como “comunidade de fundo de pasto”. Porém a própria perspectiva dos agentes sociais sobre o sentido e a relevância da “roça”, como definidora de um modo de vida, se encontra em transição. E é neste momento de passagem que a tradição é acionada como elemento de luta. O modo de ser tradicional é utilizado para se contrapor à ação do antagonista, do “outro” que quer “te destituir”. Tradição se apresenta como algo relacional e dinâmico.

Descrever os procedimentos de seleção social que foi estabelecido durante este trabalho de pesquisa, como o que definiu as famílias e as respectivas lideranças que foram entrevistadas, reforça o procedimento etnográfico. Esta é uma forma para explorar as dificuldades de campo, numa tentativa de refletir detidamente sobre todo o processo de coleta de dados. Porém não foi possível descrever, com pormenor, várias situações de campo. Isto implica em assumir que este trabalho é resultado de uma descrição etnografia inacabada, mas que serve como exercício acadêmico.<sup>26</sup> As estruturas aqui descritas não são outra coisa senão

---

<sup>24</sup> As unidades familiares se caracterizam pela partilha de produtos ou renda oriundos da “roça”.

<sup>25</sup> Utilizei o termo “casa” durante a descrição etnográfica, como referência à denominação empírica dos próprios entrevistados. Nas análises preferi utilizar o termo unidades residenciais.

<sup>26</sup> Uma limitação neste trabalho é a ausência de estatísticas referentes aos dados de produção e comercialização de cada família. Este assunto pertence ao foro íntimo das famílias e não quis constrangê-los em aprofundar detalhadamente a composição da produção e renda. Portanto os dados aqui apresentados devem ser considerados em certa medida como performativos, isto é, foram obtidos a partir do que cada um dos entrevistados preferiu evidenciar.

o produto objetivado das lutas históricas tal como se pode apreendê-lo num momento do tempo. (BOURDIEU, 1990, p. 213)

Resalto que o momento em que se procedeu esta pesquisa foi de dupla passagem. De um lado a afirmação de minha atuação como antropólogo e pesquisador. Para os agentes sociais, a “tradição” sendo acionada como elemento da “luta” quando a “roça”, como elemento que estrutura um modo de vida, é ameaçada e está em transformação.

#### **AS “CASAS”, AS FAMÍLIAS, AS POSIÇÕES OCUPADAS**

Para iniciar a apresentação das cinco unidades residenciais, que correspondem a cinco unidades familiares diferentes, gostaria de explicitar que em todas as situações as terras ocupadas estão nos domínios dos agentes sociais que delas se utilizam para sua reprodução física e cultural. Não há relação de subordinação direta, como a relação de dependência a um “patrão”. As relações comerciais que são estabelecidas para a venda de produtos oriundos da “roça” são também efetivadas com autonomia.

No processo de regularização fundiária, que ocorreu após a “luta pelo bode solto”, foram destinados títulos de propriedade de terras. Com exceção de Jurandir e Andréia, que ocupam as terras tituladas em nome de seus pais, os demais possuem mais de uma área titulada em seu nome. Todos também se utilizam da área titulada em nome da associação na qual estão vinculados.<sup>27</sup> Essa área é denominada de “área coletiva” ou “área de fundo de pasto”. Há diferenças significativas entre a ocupação realizada por cada família. Vou apresentar estas diferenças, bem com as aproximações que existem entre cada situação, no decorrer deste capítulo.

Todas as famílias estão inseridas em alguma “associação de fundo de pasto”, que por sua vez se articulam através da “Central de Associações de Fundo de Pasto”. Além da “associação”, a “igreja” também funciona como espaço de articulação social, estimulando a mobilização conjunta das famílias.

Antes de adentrar em questões mais específicas, como o uso da terra, apresento, sucintamente, cada “casa” visitada durante o trabalho de campo. Darei ênfase a pessoa que estabeleceu uma interlocução mais detida comigo, destacando sua posição perante a unidade social na qual encontra-se inserido.

---

<sup>27</sup> Exceção feita à Panáscuo Pé do Morro, que não teve a área de “fundo de pasto” titulada. O governo do Estado da Bahia sinaliza apenas com a realização de um contrato de concessão real de uso, que até o momento da elaboração desta Tese não avia sido firmado. Irei detalhar esta questão nos próximos capítulos.

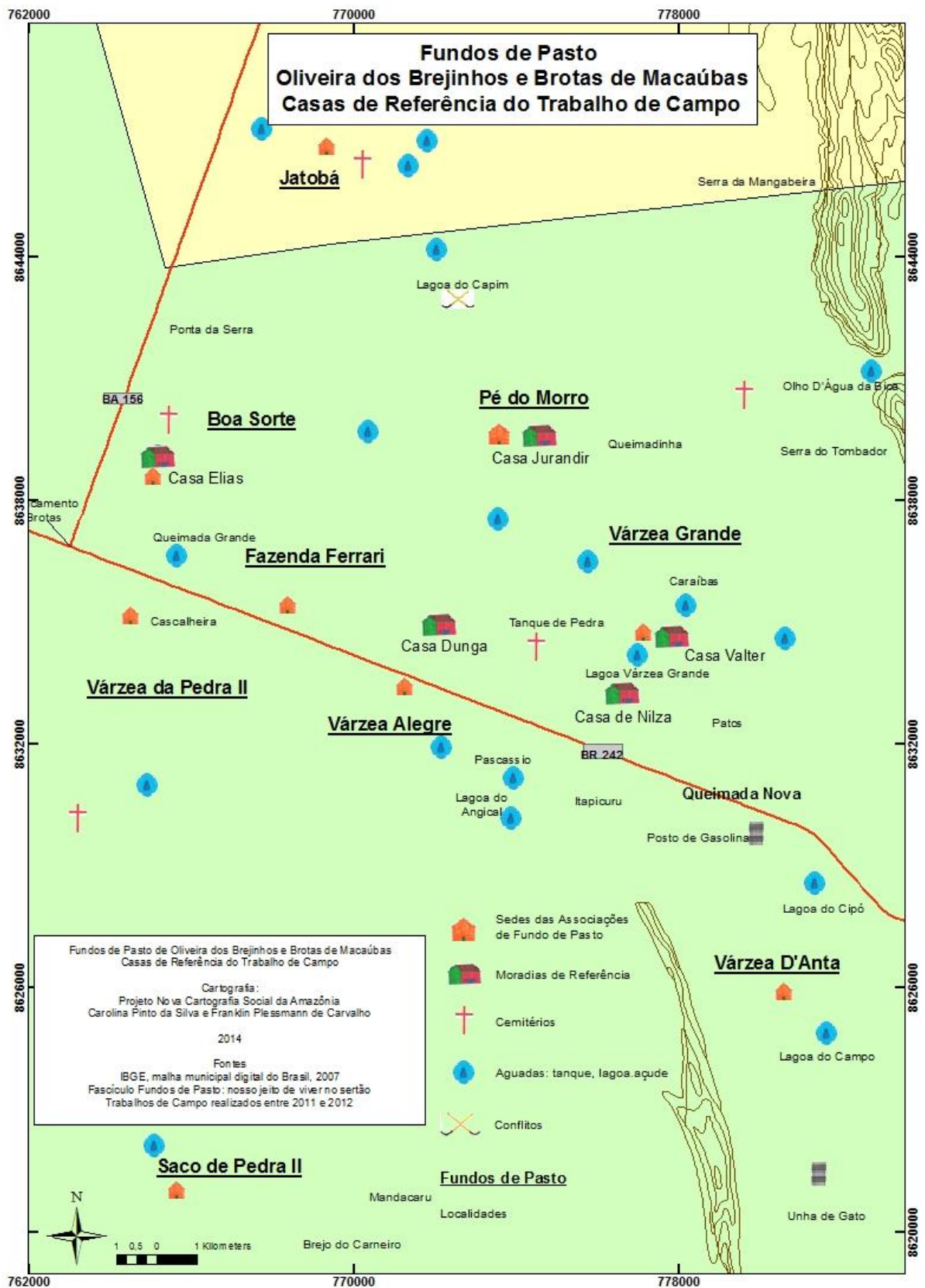


Figura 2: Croqui ilustrando cinco casas que foram referências para o trabalho de campo

### **A casa de Dunga, o articulador**

A primeira unidade familiar com o qual firmei relações de pesquisa pertence a Valdemar Santos de Oliveira (42 anos), conhecido por Dunga, e sua esposa Aldeir Guimarães Oliveira (36 anos). Residem juntos com seus três filhos: Artemísia (16 anos), Andressa (13 anos) e Otacílio (10 anos). Considerando os elementos que estruturam esta situação, apenas uma unidade residencial compõe uma unidade familiar.

Dunga foi presidente da “Central de Associações de Fundo de Pasto” de Oliveira dos Brejinhos durante os anos de 2003 à 2006. Conheci melhor Dunga no ano de 2004, quando passei a encontrá-lo com frequência por ocasião da preparação e realização do “2º Seminário Estadual de Fundo de Pasto”<sup>28</sup>, que ocorreu justamente em Oliveira dos Brejinhos. Dunga, como presidente da “Central”, participou da organização deste 2º seminário. Nesta época eu trabalhava na Comissão Pastoral da Terra (CPT), e acompanhei de perto a elaboração e realização deste evento.

Dunga exerce função de mediador, caracterizado por fomentar ações que visam a articulação entre grupos, dentro da “Associação de Várzea Grande” e entre distintas associações. Conhece relativamente bem a região, transitando com bastante desenvoltura por diferentes localidades, na qual estabeleceu relações diversificadas. Segundo ele próprio esse conhecimento iniciou-se desde bem pequeno, quando “aventurava caminhando por aí”, à pé, de montaria ou bicicleta, e mais recentemente de moto. Freqüentador das festas nas diferentes localidades, participante do time de futebol de Várzea Grande e de Várzea Alegre, sempre disposto, é respeitado por onde eu andei. Exerce as atividades de agricultura, criação, comercialização. Deslocou-se algumas vezes para São Paulo, sempre para trabalhar de pedreiro, profissão que realiza atualmente na região.

Aldeir, esposa de Dunga, ocupa atividades de apoio na “associação”, como a preparação de almoços durante as reuniões ou a participação em grupos que organizam festividades. Foram nos momentos de intervalo, durante diversas reuniões, que eu tive a oportunidade de conhecê-la melhor. Atua mais efetivamente na organização da “Comunidade

---

<sup>28</sup> Os “Seminários Estaduais de Fundo de Pasto” funcionam como uma instância coletiva que possibilita reunir representantes de distintas unidades sociais de várias localidades. Nestes seminários são partilhadas informações sobre as situações de grilagem de terras, atentados e criminalização contra lideranças, caracterizadas como ameaça ao modo de vida das famílias. Foram realizados até 2011 quatro seminários estaduais. O significado de “seminário” para os “Fundos de Pasto” se aproxima ao significado de “encontro” utilizado por outros movimentos. Os “encontros” para os movimentos sociais vêm correspondendo a uma instancia social de elaboração de decisões, equivalente a uma assembleia, a uma reunião deliberativa. É uma consulta realizada por uma coordenação junto àqueles que são por ela representados. (ALMEIDA, 2008a, p. 23). No terceiro capítulo desta tese irei analisar o pronunciamento de lideranças durante o “4º Seminário”, que ocorreu na cidade de Uauá, em outubro de 2011.

de Igreja” de Várzea Alegre e na “Associação de Várzea Grande”. Também já foi para São Paulo, executando serviços domésticos, ou como ela mesma diz “trabalhando em casas de família”. Realiza atividades de plantio, bastante dedicada ao quintal, à horta e às plantas medicinais. Gosta de trabalhar com pequenas vendas, que vão desde produtos cosméticos industrializados, passando por produtos artesanais de sua própria fabricação, como o sabão para lavar roupa, ou ainda revendendo algo. Quando realizei os trabalhos de campo entre 2011 e 2012, Aldeir revendia “pamonha”, que era produzida por uma senhora em Seabra, na feira de Queimada Nova<sup>29</sup>. Essas pequenas transações comerciais são contabilizadas no conjunto de atividades que geram renda monetária regular para a economia familiar, administrada pelo casal.

Dunga mostrou-se preocupado em organizar modalidades de cooperação simples entre diferentes unidades familiares. Idealizou a formação de pequenos grupos de trabalho dentro da associação. Esses grupos seriam compostos de quatro a seis de pessoas interessadas em aprimorar alguma atividade, como a caprinocultura, a apicultura, a confecção de sucos, doces e geleias. Em sua perspectiva o trabalho em grupo serviria como uma forma de “um estimular o outro”, e facilitaria a realização de atividades que seriam de difícil execução por uma só pessoa. Independente de exercer algum cargo formal na “Associação de Várzea Grande” ou na “Central de Associações”, Dunga era consultado sobre questões implicadas na mobilização das famílias para alguma atividade conjunta.

### **A casa de Nilza, a representante política**

Foi através da casa de Nilza Vieira, (39 anos) que estabeleci relações de pesquisa com uma segunda unidade familiar. Além de Nilza compunham a unidade residencial sua mãe Marcolína Vieira (83 anos)<sup>30</sup> e seu irmão Epaminondas Vieira (45 anos). Esta unidade familiar é formada pelo agrupamento de mais três unidades residenciais, a de Joaquim, a de Ana e de Sinésio, todos filhos de Marcolína, irmãos de Nilza.

Nilza exerce a função de representação política da “Central de Associações”. A facilidade em comunicar com clareza e determinação os seus pontos de vista possibilitou a sua indicação para realizar esta função. Ela foi uma das primeiras mulheres a representar a “Articulação Estadual de Fundo de Pasto”. Exerce a representação da “Central de

<sup>29</sup> Queimada Nova é um povoado de referência para as famílias de “fundo de pasto” destas localidades de “fundos de pasto”. A feira citada é realizada semanalmente e se configura num espaço social de trocas diversas – produtos, informações, reflexões.

<sup>30</sup> Em 2012 Marcolína veio a falecer.

Associações” de Oliveira dos Brejinhos em várias instâncias e reuniões. Integrou o grupo de representantes da sociedade civil no “Conselho de Desenvolvimento do Território do Velho Chico”<sup>31</sup>. Nilza já foi dirigente sindical e presidente da “Central de Associações”. Em 2009, participou de um encontro entre movimentos sociais e pesquisadores vinculados ao “Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA)”<sup>32</sup>. Depois deste encontro ela coordenou um grupo de “monitoramento do território”, formado basicamente por jovens, que culminou na publicação de um fascículo intitulado: “Fundos de Pasto: nosso jeito de viver no sertão - Oliveira dos Brejinhos e Brotas de Macaúbas”. Participei como pesquisador neste trabalho, e nossa amizade foi ainda mais estreitada a partir das ações realizadas na preparação desta publicação.

Nos dias da minha visita, a casa de Nilza foi frequentada por sua irmã, Ana, e Joaquim, marido de Ana. Ambos trabalham com Nilza e Epaminondas nos cuidados de Marcolina, nos afazeres domésticos, no quintal, nas áreas de plantio e na criação de animais. Também frequentou a casa, Mônica, afilhada de Nilza, filha de seu irmão Sinésio. Os irmãos de Nilza participam ativamente da “Associação de Várzea Grande” e dão suporte para Nilza, cobrindo suas atividades familiares, domésticas, ligadas ao plantio e a criação, possibilitando à Nilza realizar as atividades de representação política.

Nas entrevistas Nilza se mostrou preocupada com o grande fluxo de jovens que estão se deslocando para o Estado de São Paulo. Ela mesma, em duas ocasiões por um período longo de tempo, esteve em São Paulo exercendo atividades remuneradas de trabalho em serviços domésticos. Para ela deveriam ser incentivadas atividades que possibilitassem aos jovens melhores oportunidades e renda. Ela acredita que com opções de trabalho mais valorizadas localmente os jovens estariam estimulados por novos desafios e o deslocamento para São Paulo deixaria de ser visto como o caminho mais promissor a ser percorrido.

---

<sup>31</sup> O Governo Federal lançou, em 2008, o Programa “Territórios da Cidadania”. Os Territórios da Cidadania são uma nova forma de organização administrativa do Estado e tem como objetivo promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos como estratégia de desenvolvimento territorial. As ações definidas em cada conselho territorial através da participação social visa integração de ações entre Governo Federal, estados e municípios. O Território Velho Chico abrange uma área de 46.334,80 Km<sup>2</sup> e é composto por 16 municípios: Brotas de Macaúbas, Matina, Oliveira dos Brejinhos, Barra, Bom Jesus da Lapa, Carinhanha, Feira da Mata, Ibotirama, Igarapé, Malhada, Morpará, Muquém de São Francisco, Paratinga, Riacho de Santana, Serra do Ramalho e Sítio do Mato. A população total do território é de 370.102 habitantes, dos quais 197.622 vivem na área rural, o que corresponde a 53,40% do total. Possui 31.256 agricultores familiares, 9.227 famílias assentadas, 30 comunidades quilombolas e 4 terras indígenas. Seu IDH médio é 0,62. Fonte: Sistema de Informações Territoriais (<http://sit.mda.gov.br>)

<sup>32</sup> O “Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia” (PNCSA) é um grupo de pesquisa, que reúne pesquisadores vinculados à diversas universidades no Brasil. Tem como um dos objetivos principais consolidar uma rede de povos e comunidades tradicionais através das relações de pesquisa empreendidas. Desenvolve técnicas de mapeamento que levam em conta as modalidades de autodefinição de agentes sociais referidos à diferentes povos e comunidades tradicionais. Participo deste grupo de pesquisa desde 2005.

### **A casa de Valter, o experimentador**

A terceira casa visitada foi a de Valter Aquino de Oliveira (37 anos) e de Sildete de Oliveira (35 anos), com seus filhos, Edézio (12 anos) e Ediane (9 anos). Muito semelhante ao que ocorre na casa de Dunga, a “unidade residencial” aqui apresentada representa uma “unidade familiar”, levando em consideração os elementos que estruturam esta situação.

Valter é uma das pessoas que tem se dedicado a implantar uma nova modalidade de técnicas de manejo dos animais. Estas técnicas se inspiraram em cursos que ele participou, elaborados por “Organizações não Governamentais” (ONGs), órgãos de governo e pelo Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequena Empresa (SEBRAE). Uma destas técnicas consiste na divisão em várias partes da área que utiliza. Essa divisão propicia várias possibilidades de agrupar seus animais, proporcionando diferentes meios para a realização do manejo. Também tem se dedicado a produzir rações variadas, buscando armazenar pastagem através de técnicas como a fenação e o silo. Para isso utiliza-se desde plantas extraídas da caatinga<sup>33</sup>, como separa áreas para o plantio de plantas forrageiras.

Conheço Valter desde 1999, quando participei das primeiras reuniões da “Central de Associações”. Homem muito observador, de fala comedida, pessoa sempre presente em questões relacionadas aos “fundos de pasto” destas localidades. Quando o visitei em 2011 era o presidente da “Central de Associações”. Antes ele já tinha participado ativamente do “Sindicato dos Trabalhadores Rurais” (STR) de Oliveira dos Brejinhos, sendo membro de sua diretoria por mais de um mandato.

Sildete é atuante na organização social, seja na “Central de Associações”, na igreja ou mesmo na “Associação de Várzea Grande”. Poucas vezes a encontrei falando em público. Na maioria das atividades que eu acompanhei, ela realizava trabalhos de apoio, organizando almoços, tomando conta de barracas em festas. Em situações mais privadas Sildete expõe suas ideias com mais desenvoltura. Nos dias em que me hospedei em sua casa conversei muito com ela, porém ela preferia que as conversas não fossem gravadas.<sup>34</sup>

Já foram para São Paulo diversas vezes, mas por tempos relativamente curtos, sem a intenção de se mudar para lá. Usam este deslocamento para realizar serviços que possam

---

33 Caatinga é uma denominação de origem tupi, traduzida para a língua portuguesa como “mata clara”, ou “mata branca”, em referência ao aspecto da paisagem formada pelo conjunto da vegetação em épocas de estiagem. Parte das plantas soltam as folhas e deixam os troncos “nus” apresentando um aspecto esbranquiçado. Esta também é a denominação de um bioma que ocupa uma área de cerca de 850.000 km<sup>2</sup>. Para efeitos de distinção na descrição, estarei utilizando o formato “caatinga” quando estiver me referindo a mata local e “Caatinga” quando for me referir ao bioma. (COSTA, NUNES, *et al.*, 2002)

34 Sildete permitiu que eu gravasse apenas seu depoimento sobre plantas medicinais.



garantir uma remuneração que permita algum investimento, como a construção da casa, aquisição de carro, ou mesmo melhora na infraestrutura produtiva.

Diferente das duas casas anteriores, nesta casa havia energia fornecida por uma placa solar<sup>35</sup>, que permitia a utilização de alguns equipamentos, como a televisão, aparelho de som, alguns aparelhos de apoio na cozinha e um telefone. O telefone servia como referência de comunicação para a “Associação de Várzea Grande” e para a “Central de Associações”. A casa de Valter está localizada próxima ao “Centro Comunitário de Várzea Grande”, onde se localiza a sede da associação e a igreja. Seus vizinhos também se utilizavam do telefone como meio de comunicação, especialmente com os parentes que moram em São Paulo.

Edézio e Ediane participam ativamente da rotina da casa, apoiando principalmente o manejo dos animais. Durante as atividades realizadas pelas crianças, eu observei que cada um tratava a atividade como uma brincadeira. Era então de forma bem leve que as crianças aprendiam uma atividade, como na criação dos animais ou os tratos nas áreas de plantio. Os dois frequentam a escola no período da tarde no povoado de Queimada Nova, sendo transportados todos os dias por um ônibus que passa em frente a casa de seus pais.

Nos dias em que estive com esta família, Valter mostrou grande preocupação com a qualidade de seus animais. Suas principais questões se relacionavam em garantir um ganho de peso suficiente para propiciar o abate de animais antes de completarem um ano e a redução de enfermidades, especialmente para evitar a morte das crias recém nascidas. Em sua perspectiva a forma antiga de criar não conseguia modificar estas situações. Sua disposição em experimentar o levou a introduzir novas técnicas voltadas para manejo dos animais, mas que ainda não propiciaram atingir os resultados que ele mesmo almeja alcançar.

Como Dunga, preocupa-se em incentivar a formação de grupos de trabalho entre diferentes associados com o intuito de facilitar a realização de tarefas específicas. Dentre estas tarefas encontra-se a construção e manutenção de cercas. Estas ações conjuntas permitem a Valter dedicar parte de seu tempo para exercer as atividades de representação política como presidente da “Central de Associações”.

---

<sup>35</sup> Em dezembro de 2013 foi finalizada a implantação das instalações que permitiram o fornecimento de energia elétrica, integrando quase todas as casas desta localidade à rede elétrica do sistema brasileiro de energia.

### **A casa de Elias, uma família de lideranças**

A quarta casa visitada foi de Elias Neri e de sua esposa Maria Margarida Neri, conhecida por Maria Báia. Na casa também vive o filho caçula, Alefe (18 anos). Com a casa de seu filho mais velho, José Nilson (o Dedé, de 25 anos), de sua nora e seu neto, formam uma unidade familiar, uma vez que os produtos da “roça” são partilhados.

Minha família sou eu, meu nome que é Elias. Aí tem a esposa que é Maria, conhecida como Maria Báia, mas é Maria Margarida. Maria Báia é um apelido que pegou desde pequena. E agora tem os filhos, que é o José Nilson, conhecido por Dedé, não conhecem ele se você falar pelo nome o pessoal nem vai saber quem é. E tem esse outro que é Alefe, mas é conhecido por Lafim. É o Lafim, pronto, está aí. A família é aí, parece que depois ela vai crescendo mais, vem os netos... mas eu queria dizer que a família mesmo, tá ali, pai, mãe, filho. Depois ali já vem os netos, mas já está formando uma outra família. Aí o meu filho já tem outra com sua esposa, já tem filho. Então para mim, ali, já é uma outra família. Apesar que pertence aqui a minha família, mas é que lá já formou uma outra família. Aí tem a família maior, que é a família de... de... não é herança não... é de descendência... vamos dizer assim, de descendência, a família que vem de nome também: família Neri, família Nogueira, e assim por diante... família Ferreira, família Pereira...

(Elias Neri, 2012)<sup>36</sup>

Segundo esta explanação de Elias a unidade familiar seria composta de sua mulher e filhos. No momento que seus filhos fossem formando suas próprias famílias, iriam compondo outra unidade familiar. Essas unidades estariam interligadas pela família de descendência, no caso a família Neri. Porém a relação que ele estabelece com seu filho Dedé é de relativa separação, pois compartilha com ele produtos das áreas de plantio e o cuidado com os animais. Embora exista uma certa autonomia, as duas casas se complementam.

Minha relação com Elias era pequena até esta visita. Encontrei-me com ele em poucas ocasiões, quase sempre em reuniões da “Central de Associações de Fundo de Pasto” ou na feira de Queimada Nova. Só vim a conhecê-lo melhor durante uma oficina de mapas realizadas em janeiro de 2010<sup>37</sup>. Eu tinha uma relação mais próxima com seu irmão mais velho, João Neri<sup>38</sup>, primeira pessoa de uma localidade de fundo de pasto para qual fui apresentado. Conheci João em uma reunião de planejamento da Comissão Pastoral da Terra, na diocese da região da Barra do Rio Grande, em 1998. Nesta época eu era assessor, trabalhando no Centro de Assessoria do Assuruá (CAA). Passei então a encontrar João com

<sup>36</sup> Entrevista realizada em sua casa, em junho de 2012, durante trabalho de campo para a pesquisa de doutorado

<sup>37</sup> Essa oficina de mapas fez parte do processo de construção de uma cartografia social das “comunidades de fundo de pasto” de Oliveira dos Brejinhos e Brotas de Macaúba. Foi publicada em julho de 2013, com o título: “Fundos de Pasto: nosso jeito de viver no sertão” (CENTRAL DE ASSOCIAÇÕES DE FUNDO DE PASTO DE OLIVEIRA DOS BREJINHOS E BROTAS DE MACAÚBAS, 2012)

<sup>38</sup> João Neri faleceu em dezembro de 2010.

certa frequência, e mesmo que por breves momentos, sempre reservávamos tempo para colocar os assuntos em dia.

A família Neri é bastante respeitada nas localidades de “fundo de pasto” da região de Oliveira dos Brejinhos. Os pais e tios de Elias foram os primeiros professores que ministraram aulas na própria localidade de Boa Sorte. Mais recentemente a família teve participação ativa na implantação das “Comunidades Eclesiais de Base” (CEBs)<sup>39</sup> e na conquista do sindicato dos trabalhadores rurais<sup>40</sup>. Elias foi o primeiro agricultor a ser presidente do sindicato eleito pelas famílias sem ter uma relação clientelística com a elite local. A família Neri, antes mesmo de existir uma “Central de Associações”, já buscava articular as famílias, de diversos povoados, em ações conjuntas.

Os irmãos Elias, João e Mário Neri organizavam algumas atividades em conjunto, como nas atividades de plantio, desmatamentos para a abertura de áreas novas, a construção de cercas, vermifugação de animais. Os filhos desde pequenos foram incentivados a desenvolver trabalhos de apoio aos pais. Hoje, em sua maioria, se deslocaram para São Paulo. Dedé, filho de Elias, também foi para São Paulo, mas não demorou por lá. Sua principal atividade atual é realizar transporte de pessoas. Recentemente ele e sua esposa iniciaram uma pequena criação de cabras.

Este mais velho (filho) foi uma vez para São Paulo, mas não gostou não... Ele pretende ficar aqui. Construiu a casa dele aqui, que é aquela ali, que ele construiu aqui. Mas só que não é muito de influência de estar lutando com a gente assim. Agora que ele começou, do ano passado para cá, eu incentivando mais. Ele gosta mesmo de trabalhar mexendo com carro, comprando carro, tentando fazer a vida ali assim com carro, transportando gente. Tem muita influência de estar montando de cavalo, participando de vaquejada, aquelas festas de vaquejada, tem mais esta tendência assim. Mas só que de dois anos para cá, a gente pegou a falar, mas ele também começou a ver... A gente mostrou para ele - “você não está vendo aí, que no tempo que eu era novo, na idade de vocês, eu não tinha esta chance que os de hoje estão tendo não. Eu mesmo digo que meu pai criou nós com muito mais dificuldade do que nós estamos criando vocês.” - Aí ele também passou a se interessar mais e já está até criando animal, cabra e bode mesmo, e já é um começo... umas duas vacas. Pelo menos esta sangria de ir para São Paulo, essa aí ele... para ele São Paulo não foi o lugar não. Não foi um lugar que ele achou que

---

<sup>39</sup> A implantação de “Comunidades Eclesiais de Base” (CEBs) na região de Oliveira dos Brejinhos orientou uma reorganização das unidades sociais locais. As CEBs, são organizações vinculadas a uma entidade confessional e se constituíram de um movimento dentro da igreja católica, mas que também abrangeu igrejas protestantes. São criadas nos anos 60, com destaque para a América Latina, e que tem como referência o concílio do Vaticano II e as conferências de Medellín e Puebla. Em textos produzidos por seus integrantes apresentam-se fundamentadas pedagogicamente no escritor Paulo Freire e com referência às ciências sociais de inspiração marxista, apoiando uma leitura dos textos bíblicos visando fortalecer as bases da organização popular como forma de melhoria das condições de vida. Para mais informações, consultar o documento “As comunidades Eclesiais de Base na Igreja do Brasil”, (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, novembro de 1982).

<sup>40</sup> A conquista dos sindicatos rurais é uma outra situação que reorientou a organização das unidades sociais locais.

dava para fazer a vida lá não... Meu filho transporta aluno, transporta... carrega... faz linha para Oliveira dos Brejinhos duas vezes por semana. A atividade de minha nora mesmo é na casa. Até mesmo o ano passado para cá, ela mesmo está dando muita atenção a este criatório. Até os cabritinhos tão bem grandes mesmo, tá até mais bonito, até por ser menos... e ela deu também mais atenção. Eles também sentiram, pois do ano passado eu passei a vender muiiito, muiiito, bode mesmo. Até mesmo porque eu comecei a querer diminuir o meu rebanho, e eu passei a vender e acho que parece que eles viram que aquilo tava entrando renda aí eles se interessaram e ela tá dando atenção a esta questão da criação de cabra... eu estou até animado, estou até assim... Agora a atividade de dirigir é porque ela aprendeu, mas por enquanto ela não é habilitada, não é por dizer assim que ela não é dona da profissão ali, do trabalho. Ela vira, faz uma coisinha e outra na falta do marido, ela faz estas coisas, estes trabalhos.

(Elias Neri, 2012)<sup>41</sup>

Elias se encontrava animado com a dedicação que Dedé e sua nora passaram a ter com a criação de bodes. Segundo Elias eles perceberam o retorno financeiro desta atividade. Para Elias seus filhos deveriam se interessar com o trabalho da “roça”, podendo dar continuidade ao que ele vem desenvolvendo nestes últimos tempos. Ele até tinha mais expectativas com relação ao seu filho caçula, Alefe. Quando menor Alefe passava bastante tempo auxiliando Elias. Porém agora tem se dedicado em uma oficina de carros e na borracharia.

Elias segue com uma antiga preocupação da família Neri: a educação dos jovens. Antes a preocupação voltava-se para a leitura, a escrita e o aprendizado de matemática. Hoje sua preocupação é ter uma escola que prepare os jovens tanto para viver em uma grande cidade, quanto valorizar o modo de vida das famílias, buscando fortalecer atividades ligadas ao plantio, à criação dos animais, a comercialização dos produtos e a recuperação ambiental.

### **A casa de Jurandir, o pedreiro**

A derradeira casa visitada durante os estudos desta pesquisa de doutorado foi a casa de Jurandir Oliveira Nogueira (28 anos) e Andréia Rosa Vieira (26 anos), na localidade de Panáscuo Pé do Morro. Casal jovem, que moram juntos a dez anos. Na época da visita tinham apenas um filho, Jeferson (10 anos)<sup>42</sup>. Apesar de Jurandir considerar que sua família são os filhos e a esposa, que moram na mesma casa, a vida deles está em interação constante com seus pais e sogros. Ele descreve seus pais e irmãos como “a gente é unido”, mas cada um com seus filhos, sua casa, não moram juntos. É o único dos irmãos morando na Bahia, os

---

<sup>41</sup> Entrevista realizada em sua casa, em junho de 2012, durante trabalho de campo para a pesquisa de doutorado

<sup>42</sup> O segundo filho nasceu em 2013.

demais moram em São Paulo. Passeou em São Paulo por duas vezes e prestou um pequeno serviço para o irmão lá. Mas como ele mesmo diz, “foi coisa rápida, de uma semana só”. Ele é o filho caçula. A casa dos pais de Jurandir é vizinha à dele e a casa dos pais de Andréia fica um pouco mais distante, mas também localizada em Panáscuo Pé do Morro.

Diferente das outras famílias aqui apresentadas, sua renda principal não vem da criação dos animais. Ele trabalha com construção civil, em Oliveira dos Brejinhos e nos municípios próximos. Andréia assume o cuidado com as plantas do quintal, das galinhas, das ovelhas, da casa e acompanha mais de perto seu filho Jeferson. Os produtos da roça dos pais de Andréia e Jurandir são compartilhados com eles.

O bode é uma renda que tem aqui na região. Mas para mim eu vejo assim que não é uma renda mais principal, não. Eu acho que a aposentadoria está em primeiro lugar e tem uns serviços assim... Para mim mesmo a caprinocultura ajuda, mas minha renda mais é na construção civil... Hoje está faltando é mão de obra... Em São Paulo só a passeio. O meu serviço é mais aqui na Bahia mesmo... Eu aprendi esse trabalho foi aqui, na Bahia... Acho que foi um dom de deus. Eu via os outros fazendo e aí a inteligência deu... aí eu comecei a fazer aqui, para mim, e eu aprendi... graças a deus está me ajudando... Não sou engenheiro, não estudei para isso, mas um prédio se for possível eu faço... Pego a planta e vamos embora... Eu acho que para mim está em primeiro lugar o trabalho na construção... é bico, aparece um bico hoje, outro amanhã... Também o bode... é uma alternativa...

(Jurandir Oliveira Nogueira, 2012)<sup>43</sup>

Acordo, cuido ali das plantas, molho tudo... cuido das galinhas, já arrumo Jeferson para ir para aula. Acompanho ele nas atividades de escola, quando tem. Cuido mesmo das coisinhas do dia a dia. E aí Jurandir, meu marido, trabalha muito fora, às vezes. E aí eu já tenho que cuidar de ovelha, e essas coisinhas. Tenho que cuidar em casa tudo para ele tirar o sustento fora... Mas foi uma ideia dele mesmo a decisão de acabar com as cabras, pois ele achava que a ovelha melhor de a gente criar. A cabra é muito... em cercas, ela não se segura igual as ovelhas. A ovelha se segura mais, e dá menos trabalho. Eu gosto da ovelha, mas também gosto da cabra... Mas a gente pretende, depois, quando a gente tiver mais condições de ir cercando mais pedaços... antigamente a gente criava mais gado. O jeito de a gente sobreviver aqui é isso mesmo, da criação...

(Andréia Rosa Vieira, 2012)<sup>44</sup>

Antes desta visita conhecia apenas superficialmente Jurandir e Andréia. Estar com eles me proporcionou observar a perspectiva de um casal, relativamente jovem, com relação ao do modo de vida das famílias das localidades de “fundo de pasto”. Ao mesmo tempo que eles ressaltam a importância do enfretamento que seus pais e as antigas lideranças fizeram para

<sup>43</sup> Entrevista realizada em sua casa, em junho de 2012, durante trabalho de campo para a pesquisa de doutorado

<sup>44</sup> Entrevista realizada em sua casa, em junho de 2012, durante trabalho de campo para a pesquisa de doutorado

impedir a grilagem das terras<sup>45</sup>, mostraram a preocupação com a renovação do modo de vida nas circunstâncias do presente. Aliam a valorização à terra tradicionalmente ocupada com inovações no modo de vida. Participam ativamente da associação, da “Comunidade de Igreja” e das atividades da “Central de Associações”.

Enquanto Jurandir mostrou uma grande preocupação em diversificar as formas de renda, Andréia demonstrou preocupação com o futuro de Jeferson. A escola é para ela uma oportunidade para prepará-lo para vida profissional, uma vez que na sua perspectiva será difícil seu filho permanecer em Panáscuo Pé do Morro ou mesmo em alguma cidade próxima.

Eu sempre tenho falado para ele que tudo depende dele – “Olha os estudos, olha os estudos. Vai estudar para trabalhar e ser alguém na vida”... Sei que vai ser um pouco difícil para manter ele mesmo aqui. E olha que é o que eu quero, quero demais que ele fique por aqui, por perto da gente. Mas a gente vê que as condições não é muito boa para manter por aqui mesmo. Terminar os estudos e querer fazer a faculdade, alguma coisa, aí eu acho difícil... Eu falo para ele – “Se dedica aos estudos que você vai progredir muito”

(Andréia Rosa Vieira, 2012)<sup>46</sup>

Como na casa de Valter, a casa de Jurandir possui energia solar, equipamentos de cozinha, televisão, rádio e um telefone. Sua casa também fica próxima a sede da associação e é bastante frequentada pelos vizinhos. Como são um casal jovem, interagem bastante com os jovens da localidade. Transitam entre os espaços sociais constituídos por gerações diferentes.

Nestes dias pude entrevistar Francisco Borges Nogueira (83), pai de Jurandir. Mesmo aposentado Francisco mantinha as atividades cotidianas com o plantio e a criação dos animais, mas como ele mesmo afirmava, em um ritmo menos intenso do que outrora. Com Francisco pude compreender como ele e sua esposa criaram os filhos com a renda exclusiva da roça e dos animais. Francisco só foi trabalhar em São Paulo antes de casar e na vez derradeira que esteve por lá decidiu que não era em São Paulo o local que queria tocar sua vida. Com ele também pude ter outra perspectiva de como as famílias se organizaram para manter a terra ameaçada pela grilagem.

Durante minha estadia visitei vários pontos específicos dentro da área considerada pertencer às famílias de Panáscuo Pé do Morro. Percorri também algumas extensões, margeando parte da cerca que limita a área. Duas pessoas me acompanharam nestes

---

<sup>45</sup> O termo “grilagem” vai ser usado em referência a invasão e usurpação, realizadas por fazendeiros e empresários, de terras tradicionalmente ocupadas pelas unidades sociais de “fundo de pasto”. O sentido aqui usado remete ao uso popular que consagrou o termo ao designar a usurpação das terras, mas sem a necessidade desta ação ter sido ratificada em cartórios.

<sup>46</sup> Entrevista realizada em sua casa, em junho de 2012, durante trabalho de campo para a pesquisa de doutorado

percursos: José Fernandez Nogueira (52 anos) e Joaquim Gomes Nogueira (53 anos). Os dois fazem parte da direção da “Associação de Panáscuo Pé do Morro”, e coordenam a maioria dos trabalhos da associação. Quando jovens, acompanharam de perto a “luta pelo bode solto”. José Nogueira é casado, tem três filhas. Joaquim é solteiro. Seus relatos contribuíram para que pudesse compreender o processo de territorialização mais recente dos “fundos de pasto” desta região.

### **AS TERRAS E SEUS USOS**

Seguindo a caracterização de cada unidade familiar, podemos fazer um comparativo tendo como referência as terras que possuem e seus respectivos usos. Antes devo explicitar, sucintamente, uma distinção que ocorreu depois que se iniciou o processo de regularização fundiária, classificando as terras tradicionalmente ocupadas em dois tipos. O primeiro se refere às terras que foram regularizadas em nome de uma pessoa da família. Estas terras são conhecidas como “áreas individuais”. O segundo tipo são as terras que foram regularizadas em nome de uma associação que representasse um grupo de famílias. Essas terras são conhecidas como “áreas coletivas” ou ainda como “área de fundo de pasto”, onde vige o uso comum dos recursos. Abaixo segue um croqui de Boa Sorte, mostrando a separação entre “áreas individuais” e a “área coletiva” que ocorreu após a regularização fundiária.

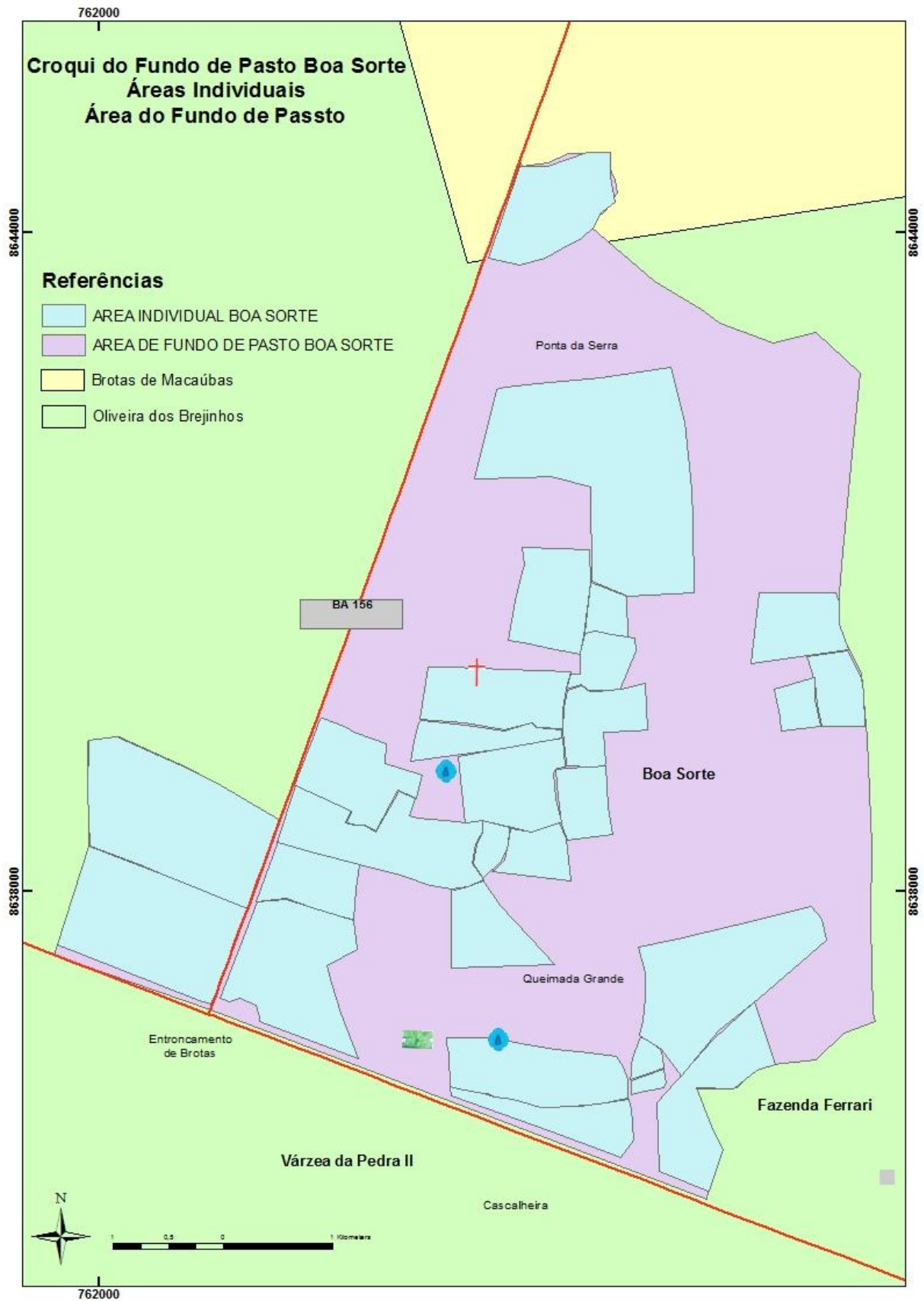


Figura 3: Croqui de Boa Sorte ilustrando a distinção entre áreas individuais e a área de fundo de Pasto



Em Várzea Grande foram cadastradas pelo Instituto de Terras da Bahia (INTERBA) 54 famílias e foram requeridos 156 títulos individuais. Os títulos emitidos somaram 3.928,14ha. A área de fundo de pasto de Várzea Grande, registrada em nome da associação, foi de 2.390,82ha. Assim o total de terras regularizadas em Várzea Grande foi de 6.318,96ha.

Em Panáscuo Pé do Morro foram cadastradas 33 famílias e foram requeridos 114 títulos individuais. A área de fundo de pasto registrada em nome da associação de Panáscuo Pé do Morro é de aproximadamente 1.800ha. Em Boa Sorte foram requeridos 28 títulos individuais, correspondendo cerca de 1.900ha. A área de fundo de pasto de Boa Sorte é de aproximadamente 2.200ha.<sup>47</sup>

Antes da regularização fundiária as posses e os limites das terras eram reconhecidos e respeitados por cada família. Os animais circulavam livremente e as famílias só cercavam áreas na qual os animais não deveriam adentrar, como as áreas de plantio, os quintais, certas aguadas ou junto à uma unidade de residência. Os espaços físicos não cercados, chamados de “terras soltas”, eram considerados de uso comum, na qual os animais de qualquer família poderiam pastar, os frutos poderiam ser livremente extraídos pelas unidades familiares e as madeiras mortas poderiam ser recolhidas como lenha. O direito à lenha consiste numa característica histórica nestas terras de uso comum. Várias aguadas também eram de uso comum, como as fontes d’água, as lagoas e certos barreiros. Já as madeiras melhores, para a construção de casas e outras instalações, como cercas e chiqueiros, deveriam ser retiradas das áreas que estavam na posse da família.

No momento da regularização fundiária, as famílias estavam cercando os limites de suas terras como forma de combater a usurpação de suas áreas. O receio que as áreas individuais fossem totalmente cercadas foi uma das motivações para criação de uma área de fundo de pasto e assim assegurar que em uma parte do território sempre fosse mantido o uso comum, extensão na qual os animais sempre poderiam circular livremente. Atualmente o uso comum se estabelece na área destinada a associação e nas áreas individuais não cercadas.

Ao comparar as terras das cinco famílias visitadas verifiquei que todas apresentam diferenças acentuadas no que se refere ao tamanho das terras, sua localização e distribuição. As famílias possuem também diferentes formas de organizar o trabalho com os animais e na realização das atividades de plantio. Embora possam ser percebidas certas semelhanças, cada uma possui uma “territorialidade específica”. Essa territorialidade é resultado de um processo de territorialização complexo, que compreende o conhecimento de cada pessoa da família ao

---

<sup>47</sup> Base de dados da Coordenadoria de Desenvolvimento Agrário (CDA) e da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR) (Santos, 2010 p110, 142, 163)

longo da ocupação tradicional das terras e as relações que são estabelecidas com os vizinhos, comerciantes, antagonistas e as autoridades governamentais. Podemos afirmar que o território de cada localidade de fundo de pasto se apresenta como o conjunto das “territorialidades específicas” de cada família.

Dentre as especificidades, a primeira observação que destaco se refere à própria unidade familiar. Como apontei anteriormente, as casas de Dunga e Valter formam, cada uma, uma só unidade familiar. A “casa” de Elias dá suporte à “casa” de seu filho Dedé e a “casa” de Jurandir tem nas “casas” de seu pai e de seu sogro um apoio significativo para a reprodução de sua família. Já “casa” de Nilza forma uma unidade familiar com a “casa” de seus irmãos. O sentido de “unidade familiar” se relaciona com a partilha dos produtos ou renda advindos da “roça”.

Dos doze filhos criados pela mãe de Nilza, a senhora Marcolína, três já faleceram, três vivem em São Paulo, cinco em Várzea Grande e um na sede do município de Oliveira dos Brejinhos. Mesmo os que hoje moram na Bahia já se deslocaram para São Paulo em busca de emprego ou tratamento de saúde. A comunicação entre quem mora na Bahia e quem mora em São Paulo é bastante intensa, realizada semanalmente. A terra da família foi dividida e cada um dos filhos recebeu uma parte, como mostra o quadro a seguir:

Quadro 1: O uso das terras da família Vieira (filhos de Marcolína)

Nome do Filho de Marcolína	Local de moradia (2011)	Situação da Área Individual
Dalvio - 1º filho	Falecido em São Paulo	Terra em seu nome com mata bruta, sem casa.
Maria - 2ª filha	São Paulo	Terra em seu nome com mata bruta, sem casa.
Epaminondas – 3º filho	Várzea Grande, divide a casa com sua Mãe e Nilza	Terra em seu nome. Parte com área de plantio, parte como área de pasto para animais.
Joaquim – 4º filho	Várzea Grande, área que foi do avô materno	Mais de uma terra em seu nome com casa, quintal, área de plantio e pasto para animais.
Milza – 5ª filha	São Paulo, mas criou seus filhos em Várzea Grande nas terras do marido	Terra em seu nome com mata bruta, sem casa.
Ana – 6ª filha	Várzea Grande	Terra em seu nome com casa, quintal, área de plantio e local de pasto para os animais.
Sinésio – 7º filho	Várzea Grande, próximo a casa de Marcolína	Terra em seu nome com casa, quintal, área de plantio e local de pasto para os animais.
Nilza – 8ª filha	Várzea Grande, divide a casa com sua Mãe e Epaminondas	Mais de uma terra em seu nome, especialmente usadas para pastagem dos animais.
Maria da Cruz – 9ª filha	Falecida, morou muito tempo em Várzea Alegre	Terra em seu nome com mata bruta, sem casa.
José Antônio – 10º filho	Oliveira dos Brejinhos (sede)	Terra em seu nome com casa e área de plantio.
Manoel – 11º filho	Falecido – Morou muito tempo em São Paulo, mas faleceu em Várzea Grande	Terra em seu nome com mata bruta, sem casa.
Adão – filho de criação	São Paulo	Terra em nome de sua mãe, com mata bruta.

Boa parte das terras está em nome de irmãos de Nilza que estão em São Paulo ou mesmo que já faleceram. Estas terras são utilizadas pelos irmãos que moram na Bahia e também por outras famílias em forma de uso comum. Estas terras podem ser comparadas na literatura às terras denominadas “terras de ausentes”. (ALMEIDA, 2008a, p. 155) Nestas terras não foram feitas benfeitorias, como casas, chiqueiros, tanques de captação de água. Elas se encontram abertas possibilitando a circulação de cabras e ovelhas.

Já as terras dos irmãos que estão na Bahia, mesmo as mais afastadas das “unidades de residência”, são utilizadas preferencialmente para pastagem e para o plantio de cultivo alimentares, sendo recorrente a observação de alguma benfeitoria. O uso destas terras respeita uma lógica de cooperação mútua entre os irmãos, que pode ser aproximada da denominação “terra de parente”. (IB) Cabe diferenciar esta denominação de outra, “território de parentesco”, na qual as pessoas são classificadas e referidas à alguma família, que por sua vez está relacionada a um determinado território. (COMERFORD, 2003, p. 41)

A formação da territorialidade da família de Nilza está alicerçada na valorização do trabalho realizado pelos filhos na perspectiva dos pais. Marcolina, mãe de Nilza, relatou que desde sua época de solteira ela mesma era responsável por variados serviços nas terras de sua família. Ela passou seu conhecimento aos filhos, que aprenderam a trabalhar nas atividades de plantio, com a criação dos animais e nas atividades domésticas. Ela destaca que o trabalho dos filhos foi especialmente necessário após a doença e falecimento de seu marido.

Meu marido adoeceu novinho. Os meninos ficaram pequenos, os derradeiros filhos ficaram pequenos... Os maiores já ajudavam sim, muito... e eram muito inteligentes... Iam caçar gado no mato, iam caçar vaca... Eles eram inteligentes também... E tudo aconteceu... no tempo que gente criava o negócio de égua, eles caçavam égua no mato... Agora que eles deixaram de criar égua... uns gadinho, umas vaquinha... todas umas coisinhas assim... Tive onze filhos, 6 homens e 5 mulheres... Hoje em dia o povo não está tendo mais esta meninada de uma vez não... esse tanto não... As mulheres hoje, e os homens, estão tendo pouco filho. Você sabe disso, né? É, está tendo pouco filho. Mulher, de um tempo parta trás, tinha menino o quanto que fosse para ter... que marcava para ter... Hoje em dia, não. Essa mudança está nesses meio aí... como diz... muitas horas precisa demais... mas o povo hoje para ter o quanto que eles querem, quer dizer, dizer que teve filho de qualquer maneira, ter esta meninada para morrer de fome e zelar é ruim também... E o tempo foi mudando. Não tem as coisas que para trás tinha, não... Você sabe né? ... Hoje em dia só tem o quanto a pessoa quer, não dá para dizer que é deus... dizer que fulana teve uma ou duas por obra de deus, nasceu tanto menino pois é deus que dá. Não, o povo hoje muda. Tem é pouco filho. A mulher não quer ter um lote, o homem também não quer. Tão caçando um jeito de criar pouco filho. A meninada, de não sei quantos filhos, daqui para trás a pessoa achava mais jeito de criar, mas hoje em dia não pode mais não... O povo não quer ter mais este tanto de filho não. A mulher não quer, o homem também não quer. Muda... não sei nem o que é que faz para ter pouco... não sei se passa um remédio, não sei qual é a coisa... Não tem porque os povo não quer mais ter esse mundão de filho...O povo

não quer mais não, hoje a mulher e o homem não querem mais não... Caçam um jeito aí, acho que é um remédio... As coisas mudam, o tempo muda, não sei se é o tempo, não sei se é o povo? ... Tem uns que não querem ter mais menino mesmo, os homens não querem caminhar de ter menino, as mulheres também não querem...

(Marcolina Vieira, 2011)<sup>48</sup>

Marcolina percebia como o trabalho dos filhos foi fundamental para apoiar as atividades da família, fazendo que ela valorizasse a quantidade de filhos em uma casa. Era o costume na sua família ter muitos filhos. Assim aconteceu com o pai de Jurandir, o senhor Francisco. Já os irmãos Neri, mais novos, tiveram em média três filhos cada um. A geração de Dunga, Valter, Nilza acompanha esta tendência de dois a três filhos por casal. Mesmo com poucos filhos estes são acostumados desde cedo com os afazeres da “roça”. Na casa de Dunga e Valter seus filhos participam ativamente dos serviços da casa. Elias Neri passou seus conhecimentos para seus filhos e Jurandir e Andréa aprenderam com seus pais e tentam passar seus conhecimentos para Jeferson. O tamanho das famílias se altera, e com ele a quantidade de alimentos necessários para a manutenção cotidiana. Ao mesmo tempo que as atividades de trabalho no plantio e com os animais também vão se alterando com a introdução de cercas e de novas tecnologias, como veremos mais a diante. A circulação monetária passa a ser mais frequente, tanto pelas possibilidades de trabalho remunerado, o aumento da comercialização dos animais, e com recursos advindos de benefícios sociais, entre eles a aposentadoria e a bolsa família. As relações entre produção, consumo, comercialização e renda se modificam, implicando também em mudanças no uso da terra.

Na casa de Nilza, ela e seus irmãos participaram desde cedo das atividades produtivas da família. E mesmo depois de adultos, alguns até casados, outros solteiros, permaneceram trabalhando conjuntamente. Após a divisão das terras, os irmãos continuam compartilhando atividades e responsabilidades, tendo a casa da mãe, Marcolina, ainda como referência. Estas atividades foram sendo reformuladas ao longo do tempo, mas visaram a manutenção de áreas de pastagem e de plantio adequando-se aos interesses da família.

Ainda temos esta roça. A gente quer... hoje a gente não tá tendo tempo... é mais para capim, botar um gado que a gente tem, mas a gente quer voltar a cultivar lá... é dar uma folga aí... botar um trator pois a terra é um pouco melhor. Queremos aumentar o capim mais também plantar outras coisas como sorgo. A terra lá é boa para sorgo... Era a roça em que a gente plantava feijão, milho. Tinha época que dava milho, tinha um paiol aqui do lado, um paiol grande... produzia abóbora, batata... batata doce, plantava também... a melancia... só que a gente não trabalhava só aí não... trabalhava em outras roças que a gente tinha no meio da serra, um lugar

---

<sup>48</sup> Entrevista realizada em sua casa, em outubro de 2011, durante trabalho de campo para a pesquisa de doutorado

de barro vermelho, próximo de onde era aquela água de Queimada Nova... ainda tem essas roças lá também... só que hoje já vai lá muito... pois fica muito distante... Lá tinha água dentro... levava o gado para lá... a água vinha por gravidade, lá da nascente, vinha no riacho, mas quando encanou para cá a água da roça acabou... a água acabou... Quando encanou a água para rua, a serra lá do Coqueiro, chama lá do Coqueiro... Na verdade a água era do Coqueiro, mas passava pelo Barro Vermelho, e era próximo ao Coqueiro, e a água vinha correndo, escorrendo. Ela brotava ali na frente... Então tinha água na roça para os animais... Hoje não, para dar água ao gado lá é uma maior dificuldade<sup>49</sup>... não tem nem como... nem como... Aí a gente parou de levar para lá... Os animais ficavam soltos, na área solta... o campo é isso que o pessoal fala... no campo, era na área solta... tinha que recolher, tinha que pegar... o gado tinha que recolher por que o gado também era solto, e todo mundo criava aqui... O pai era vaqueiro, vaqueiro mesmo... era conhecido como... o pai era vaqueiro. Ele cuidava mais dos animais... ele ia para roça, mais nem tanto...

(Nilza Vieira, 2011)<sup>50</sup>

As terras tradicionalmente ocupadas pela família Vieira não são contínuas. Há uma inter-relação entre as áreas consideradas individuais e a área da associação. As terras individuais, em nome da família, são dispersas, algumas mais distantes do local na qual estão as casas de cada um, decorrência da adequação de terras mais propícias para cada tipo de plantio. Também se localizavam em pontos estratégicos, como próximas à fontes de água. Estes locais eram intensamente usados. Hoje grande parte das áreas que eram consideradas locais de “roça” são usados para pastagem dos animais ou para produção de forragem. Há uma maior concentração na atividade de pecuária com uma maior dedicação para a criação de animais.

O individual é o particular. É o que não é coletivo. E no caso hoje é titulado. Se não fosse titulado era o que era demarcado por todos. Geralmente, poucos casos que as pessoas não se identificavam, aquilo ali era de fulano e aqui não é meu... vai da família, vamos supor, da família de dona Marcolina, da família de Alfredo... Antes de titular as pessoas já identificavam – “ Aquela área lá é da família de Dona Marcolina” - que era onde as pessoas utilizavam, ou fechavam ou tinha lugar para por sua própria roça, de plantio... E hoje as áreas que eram consideradas da família, já são medidas, o que é particular. Muitas vezes, a maioria delas não está toda fechada. Como a nossa não... A nossa está sim toda fechada, digo que ela está fechada com quatro fios, toda área da família ta cercada com quatro fios, mas só não circula animais grandes, gado, égua... essas coisas... mas o bode circula. No título de mãe é quarenta hectares<sup>51</sup>. Mas todos os filhos tem uma pequena área. O individual que está no nome da minha mãe é 40 hectares de terra, e 80% é em

<sup>49</sup> Várias mudanças são observadas. Uma delas foi a canalização da água da nascente, realizada pelo poder público municipal para abastecer os povoados maiores, como o distrito de Queimada Nova. Essa canalização ocasionou a redução drástica da disponibilidade de água em antigos lugares de plantio e de pastagem.

<sup>50</sup> Entrevista realizada em sua casa, em outubro de 2011, durante trabalho de campo para a pesquisa de doutorado

<sup>51</sup> As unidades de medida que organizam o sistema de cálculo para a compreensão do estoque de terras são elementares para se pensar os grupos sociais. Essas unidades de medidas são decorrentes da interação estabelecida pelos agentes sociais, que passam a ser filtradas pelos atos de Estado, ao estabelecer os parâmetros para a realização do processo de regularização fundiária. (BOURDIEU, 2014, p. 39-42)

aberto, é uso comum.... Esta casa tá dentro. Só pode ser feita dentro dela. Esta área fechada do plantio de palma e lá embaixo onde planta milho, planta sorgo para fazer feno, planta feijão... Roça. Roça mesmo. Roça de palma. Quintal. Mas aqui a gente chama mais como quintal, quintal de palma. Porque está aqui próximo da casa e é pequena. Mas quando ela está mais afastada da casa e se estende mais é a roça de plantio... Destes 40, tem 8ha de terra fechada, aí sim, para o plantio e prender animais... fazer o manejo de animais... É uma área contínua... É da família, mas quando veio a medição já mediu, pensando que mãe já estava de idade, assim como exemplo lá no Itapicuru, é da família mas está regularizada em meu nome...

(Nilza Vieira)<sup>52</sup>

Nilza aborda a questão de a área ser “fechada”. O costume, como já assinalado, era criar os animais na caatinga, nas “terras soltas” na qual circulavam livremente. Alguns locais específicos eram interditados para os animais, como as áreas de plantio, o quintal, algumas aguadas e a casa. Estes locais eram cercados cuidadosamente para impedir a entrada dos animais.

No momento em que se intensifica a grilagem das terras tradicionalmente ocupadas a cerca passa a ser utilizada como forma de barrar a ação dos grileiros. O processo de cercar as terras acarretou em delimitar perímetros. As áreas internas a este perímetro foram denominadas como “círculo comunitário”<sup>53</sup>. Em cada círculo comunitário se constituiu uma “Associação” que passou a representar os interesses das famílias que tinham suas terras inseridas neste perímetro. Estas cercas foram feitas inicialmente com quatro fios de arame.<sup>54</sup> O cercamento limitou a circulação livre dos animais e estimulou a criação de uma área de “fundo de pasto”, de propriedade da associação.

A área de “fundo de pasto” é considerada por Nilza como uma área de “reserva”, especialmente com relação a criação dos animais. O termo “reserva” se relaciona com uma área na qual todos têm acesso e que não pode ser desmatada. Ela entra no planejamento que cada família faz no manejo dos seus animais. Esse momento, da criação das áreas de “fundo de pasto”, representou uma mudança significativa no manejo dos animais. Antes os animais circulavam em uma ampla área na qual as terras eram consideradas “soltas”. Agora percorrem apenas nas áreas abertas dentro de cada “círculo comunitário”. Agora as áreas abertas compreendem, segundo Nilza, a área da associação e todas as áreas individuais que não foram

<sup>52</sup> Entrevista realizada em sua casa, em outubro de 2011, durante trabalho de campo para a pesquisa de doutorado

<sup>53</sup> O “círculo comunitário” é designação empírica dada pelos próprios agentes sociais com relação à construção de cercas que delimitam o perímetro de uma localidade de “fundo de pasto”. A designação se refere à um espaço físico que tem seu perímetro totalmente cercado. Porém a adjetivação “comunitário” indica também sua vinculação com a organização social das famílias que possuem áreas dentro deste perímetro e estão associadas à uma mesma forma de organização, isto é, a “Associação”.

<sup>54</sup> Existe uma distinção da área fechada com quatro fios de arame, que impede apenas a circulação de animais maiores, como cavalos, jegues e bois, de áreas realmente fechadas, na qual a passagem de animais menores, como bodes, ovelhas e porcos, também é impedida.

cercadas. Nos últimos anos tem-se observado uma redução de áreas individuais abertas, o que acarretou em um maior desgaste da vegetação da área que pertence à associação. Novas técnicas estão orientando o manejo, que consiste em utilizar áreas de confinamento para a separação de animais mesclada com áreas para plantio de forragens.

A área coletiva<sup>55</sup> ela tem... bem, pensando em mim, no que eu penso mesmo, se você tem uma área coletiva, e essa área não pode ser derrubada, você não pode mexer nela, é uma forma que você tem, além de ajudar no pastoreio dos animais, e para mim já não é tanto isso, mas é quase como um pulmão das áreas daqui. Porque você sabe que são áreas que nunca serão derrubadas. Não vai perder a coletividade, eu acho que isso é forte. Saber que tem áreas que são reconhecidas como da “comunidade” e estão lá para ser preservadas, para não mexer. Só que existe um problema que a gente acaba concordando quando os órgãos falam, a gente rebate porque, muitas vezes, a forma deles, como colocam na hora, é meio (equivocada)... mas a gente reconhece que o manejo dos animais se diversifique. Só que da forma como que eles falam é que a gente não aceita. Eu mesmo reconheço que há uma necessidade de fazer o manejo... e o animal acaba por não deixar a reprodução das árvores. Eu olho assim e fico preocupada... E vou falar para você que é difícil, não é fácil, não... Tem problema sério mesmo. Tem local que tem degradação mesmo... Precisamos encontrar uma saída. Deixar uma área para descanso, sem deixar animal por ela andar. Até na minha roça mesmo, nesta área de 30ha de terras, particular minha, eu estou pensando em fechar. Se eu pudesse mesmo eu fechava...

(Nilza Vieira, 2011)<sup>56</sup>

Uma das preocupações das famílias é com a regeneração da vegetação da área da associação. Com a redução da área de uso comum, na qual os animais podem circular livremente, há uma intensificação do uso da área da associação. Nilza apresenta duas preocupações neste sentido. Uma é exatamente como recuperar as áreas que pertencem à associação. A outra é com a dificuldade na relação com os técnicos dos órgãos governamentais, que querem impor uma forma de manejo ambiental que não dialoga com os conhecimentos das famílias e que quase invariavelmente, demonstra desconhecer a realidade das áreas de “fundo de pasto”.

---

<sup>55</sup> A área da associação é também chamada de área de “fundo de pasto” ou de área “coletiva”.

<sup>56</sup> Entrevista realizada em sua casa, em outubro de 2011, durante trabalho de campo para a pesquisa de doutorado

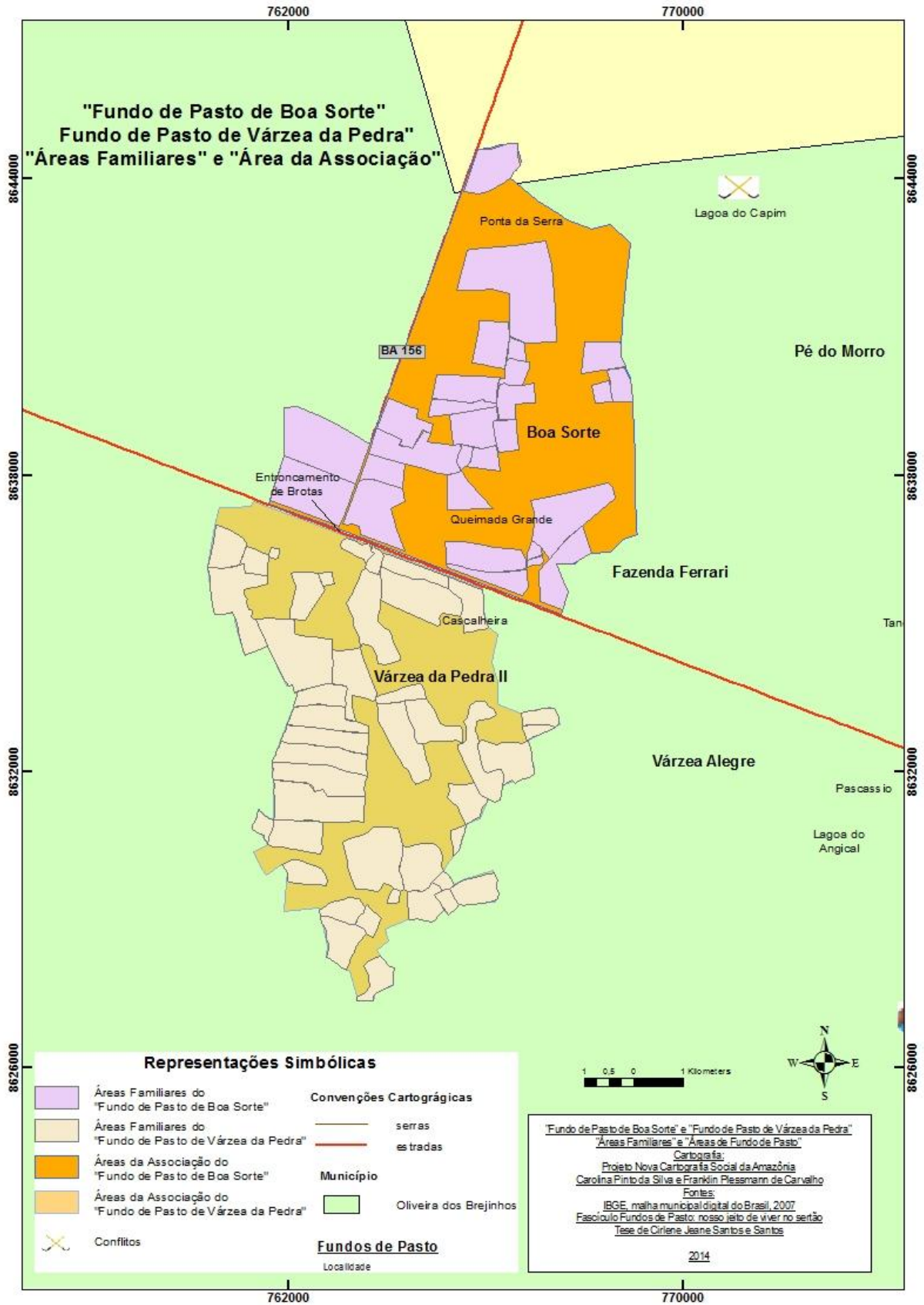


Figura 4: Croqui das áreas dos Fundos de Pasto de Boa Sorte e Várzea da Pedra II



Na oficina de mapas para elaboração de uma cartografia social das “comunidades de fundos de pasto” de Oliveira dos Brejinhos e Brotas de Macaúbas, José Fernandez, de Pé do Morro, mostrou sua observação com relação à morte dos pés de umbus. Numa área ao redor de sua casa ele observou que morreram 35 pés e só nasceram três

“Eu fiz mais há mais ou menos uns cinco ou seis anos uma pesquisa lá na minha propriedade em relação ao umbuzeiro. Eu nasci ali, me criei ali, conheço bem até as pedras. Então eu fiz um levantamento em um raio de 500 metros em volta da casa, de quantos umbuzeiros que existiam e que não existem mais e os que vieram a existir. Neste raio eu constatei 35 pés de umbuzeiros que não existem mais, que haviam quando eu era menino, criança. Um ano falta um, no ano que vem falta mais outro. Eu lembro que dois mesmo morreram pois foi a gente que atacou. Mas a maioria morreu mesmo porque “fraqueô” e morreu. Neste mesmo raio nasceram três. No lugar que morreram 35 recuperou apenas três. É uma árvore nativa e a gente vê se não tiver um certo cuidado vai acabar porque a situação é desta forma.”

( José Fernandez, 2012)<sup>57</sup>

Esse relato de José Fernandez simboliza o conhecimento partilhado sobre a terra tradicionalmente ocupada, sobre os recursos naturais nela localizados, a forma de recuperação das terras e os limites de cada família. As relações que foram sendo estabelecidas, seja com os circundantes, instituições religiosas, organizações não governamentais, instituições públicas, ou mesmo com os antagonistas, tem no conhecimento tradicional<sup>58</sup> uma referência que legitima as reivindicações das famílias, das lideranças. No processo de organização este conhecimento foi sendo direcionado à noções de direito, sobretudo ao direito a terra, e a organização do grupo foi se fortalecendo.

Antes mesmo do processo de regularização das terras cada família dominava plenamente às áreas que possuía e havia uma forma de reconhecimento de todos sobre o limite de cada um. Como as terras não eram todas contínuas havia áreas de cada família espalhadas por diferentes localizações.

A área do Itapicuru está toda medida. Quando veio a regularização fundiária a gente mediu estas áreas... São 11ha. Tá no meu nome. Nilza e outros...O Itapicuru era uma área que a gente plantava feijão, milho, tudo. Hoje está mais para capim. Para um pequeno rebanho, umas 8 cabeças... Era lá o plantio maior nosso, mesmo, era lá. De milho, de feijão... de tudo era lá. E quando retirava o milho e o feijão, ficava a palhada para o gado... Mãe ia muito para lá... quando ela parou de ir era nós que íamos... quantas vezes a gente, na saída da escola, e já passava para lá.

<sup>57</sup> Fascículo “Fundos de Pasto: nosso jeito de viver no sertão. Oliveira dos Brejinhos e Brotas de Macaúbas” (CENTRAL DE ASSOCIAÇÕES DE FUNDO DE PASTO DE OLIVEIRA DOS BREJINHOS E BROTAS DE MACAÚBAS, 2012, p. 8)

<sup>58</sup>Ao falar de “conhecimentos tradicionais” neste caso específico estou me referindo aos saberes sobre o ciclo das plantas, sobre a biodiversidade e os ecossistemas. Assinalo que este termo é utilizado em outras situações para se referir às línguas, às técnicas de artesanato, aos saberes de cura com o uso de substâncias naturais, à produção de expressões artísticas, aos cantos, às danças e aos rituais. Há uma grande variedade de conhecimentos que podem ser assim classificados, numa variedade de situações e contextos sociais e culturais em que eles são mantidos, produzidos e transformados. (DOURADO, 2012, p. 1)

Quando ela parou de ir era nós que íamos para o Itapicuru... Ela parou de ir quando nós já estávamos grandes e já trabalhávamos... ela não mais ia... Já estava quase todo mundo assim, já grande... e não tinha mas necessidade de ir... era com nós mesmos... ela ficava mais do lado de cá... Mas mesmo assim às vezes ela ia... Ela nunca deixou de ir... só deixou de ir mesmo quando o pai adoeceu. Quando o pai adoeceu é que ela não foi mais mesmo... o pai ficou na cama e aí ela não foi mais. Quem ia éramos nós mesmos. Os meninos mais novos iam para a escola e aproveitavam para dar água ao gado, o gadinho que tinha lá... E tinha umas áreas também, só que estas não estão tituladas, lá no Barro Vermelho, estas na faixa de uns 40ha de terra. Está dividida em duas áreas, uma eu acho que está em nome de Ana e a outra no nome de Epaminondas. A gente usava também para plantar milho, plantava de tudo também. Lá, plantava de tudo. Plantava capim, plantava feijão, tinha área que plantava batata. Tava mais próximo do úmido... Por ficar na serra, não tem jeito, deve ser uma terra melhor... É na serra, da Mangabeira. É dentro da serra, entre uma serra e outra, onde faz uma baixada. Então a gente plantava lá também. Hoje não vai lá, nem leva o gado para lá. Não tem mais água e é longe demais... Na verdade a nascente não é nela mesmo, é mais em cima, no Coqueiro. Nesse Coqueiro, que também é uma terra comum, a gente usava lá para plantar mandioca. A gente fazia farinha lá, quando a gente era criança a gente fazia farinha lá. Hoje mais nenhuma família cultiva mais lá. É longe, fica distante, não tem mais ninguém disponível de ir para lá. Saia até da escola e ia para lá. Essas áreas não tem título. A do Coqueiro a gente nem considera como da gente. Do Barro Vermelho foi feito o requerimento, mas não saiu o título. Só tem o "INCRA"... continua pagando o cadastro do INCRA dessas áreas... No fundo, no fundo, era fundo de pasto. Hoje eu entendo lá como que o pessoal chama de fecho de pasto, e nós chamávamos de retirada, retirada do gado. Essa área do Coqueiro, Barro Vermelho... no Coqueiro tinha uma área solta, onde o pessoal retirava o gado na seca, todos iam para lá... mas depois o pessoal parou de levar... problemas de água... a mesma coisa que o pessoal hoje considera... tinha estas áreas soltas, de retiro dos animais no período da seca. Só que a área do Barro Vermelho nós não temos o título não...Eu sabia, mas depois do momento que foi dividido... Ana sabe... Uma área tá no nome de Ana e a outra no de Epaminondas... Essas áreas que consideramos da família, né, porque é de todos. Mas assim... cada um, dentro desta área fechada, cada um tem um pouco de terra.. tem um título. Eu tenho um título que é meu mesmo, que tem 32ha de terra, que fica próximo da lagoa da Várzea Grande... É meu mesmo. É individual, não é da família mesmo, é particular meu... Fica próximo da lagoa de Várzea Grande, mas bem na margem da lagoa mesmo... só tá cercada com quatro fios e está com a vegetação nativa... toda com vegetação nativa, não tem roça não... O que é particular, se é particular de uma pessoa, mesmo que a terra ainda esteja meio que no uso comum, é particular...

(Nilza Vieira, 2011)<sup>59</sup>

Nilza apresenta as distintas áreas que são usadas pela sua família. Uma área específica, de 110ha, foi inicialmente cercada com objetivo de impedir o avanço da ação de grilagem promovida por um vereador de Oliveira dos Brejinhos. Posteriormente a terra foi dividida e sorteada em comum acordo por todos os irmãos. A divisão e o sorteio não foram alheatórios. Foram criados critérios que identificavam as melhores terras (fertilidade, acesso a água, localização). Montaram lotes menores quando as terras eram melhores e lotes maiores

---

<sup>59</sup> Entrevista realizada em sua casa, em outubro de 2011, durante trabalho de campo para a pesquisa de doutorado

quando as terras eram consideradas piores. Tentou-se equilibrar lotes melhores e piores, para que todos fossem satisfeitos com a separação. Essa divisão feita pela família, no momento de regularização fundiária, foi respeitada pelos técnicos do governo responsáveis pelo processo administrativo. Hoje, mesmo que nestes lotes cada um tenha o domínio, e assim possa decidir autonomamente o que fazer com ele, sua lógica de utilização permanece em sintonia entre os irmãos. Mesmo entre aqueles que hoje se encontram morando em São Paulo. O processo de territorialização vivenciado pela família de Nilza conformou uma territorialidade específica que se assemelha com a situação designada como “terra de parente”, com algumas características da situação de “terra de ausente”.

Essa área que nós estamos falando, além dos 40ha de terra, que são 110ha da família de pai, que os outros irmãos deixaram para meu pai. Deixa eu falar para eu explicar. Esta moradia, do lado aqui é do meu Bisavô, o avô do meu pai, a casa do meu bisavô era do lado desta, aqui do lado. Esta casa aqui já tem quase que 70 anos de construída e a do meu bisavô é aí do lado. Eu já não conheci, eu só conheci uns turrãozinhos mesmo, que era do meu bisavô, aqui do lado mesmo... Por isso que era da família mesmo, da família do meu pai. E os outros filhos de meu bisavô foram morando para fora e ficou para meu pai esta parte daqui, com meu pai mesmo. Depois foi uma tia que criou meu pai, e ficou na família, ficou nossa, já era considerada nossa quando a gente fechou. Quando foi atingido por grilagem a família toda, nós mesmos, os filhos de pai, os irmãos, nos juntamos e cercamos toda área com quatro fios de arame. Só cercamos o entorno.

(Nilza Vieira, 2011)<sup>60</sup>

Quadro 2: Áreas utilizadas pela família de Nilza

Nome da Área	tamanho	Uso	Situação
Área base (onde está localizada sua casa)	40ha	Moradia 8ha fechados para plantios diversos e manejo de animais +/- 80% da área aberta para circulação de bodes e ovelhas	Titulada em nome de Marcolína
Itapicuru	11ha	Antes da luta pelo bode solto era utilizada para plantio, mais especificamente de milho e feijão. Palha destinada aos animais	Titulada em nome de Nilza e outros
Barro vermelho	+/- 40 ha	Antes da luta pelo bode solto era usada para plantio de diversos produtos. Hoje não está sendo mais usada	Área em nome de Ana e Epaminondas Não titulada
Lagoa Várzea Grande	+/-30 ha	Área cercada com quatro fios de arame antes da medição das terras. Vegetação nativa	Titulada em nome de Nilza
Cerco	110ha	Área que foi dividida entre os filhos de Marcolína, cada um dando um uso específico a ela.	Titulada em nome de cada filho de Marcolína
Fundo de Pasto	2.500ha (+/-)	Área com vegetação nativa, onde se localizam aguadas e na qual os animais ficam soltos. Todas as áreas individuais que estão na Associação fazem limite com a área de fundo de pasto	Área titulada em nome da Associação

<sup>60</sup> Entrevista realizada em sua casa, em outubro de 2011, durante trabalho de campo para a pesquisa de doutorado

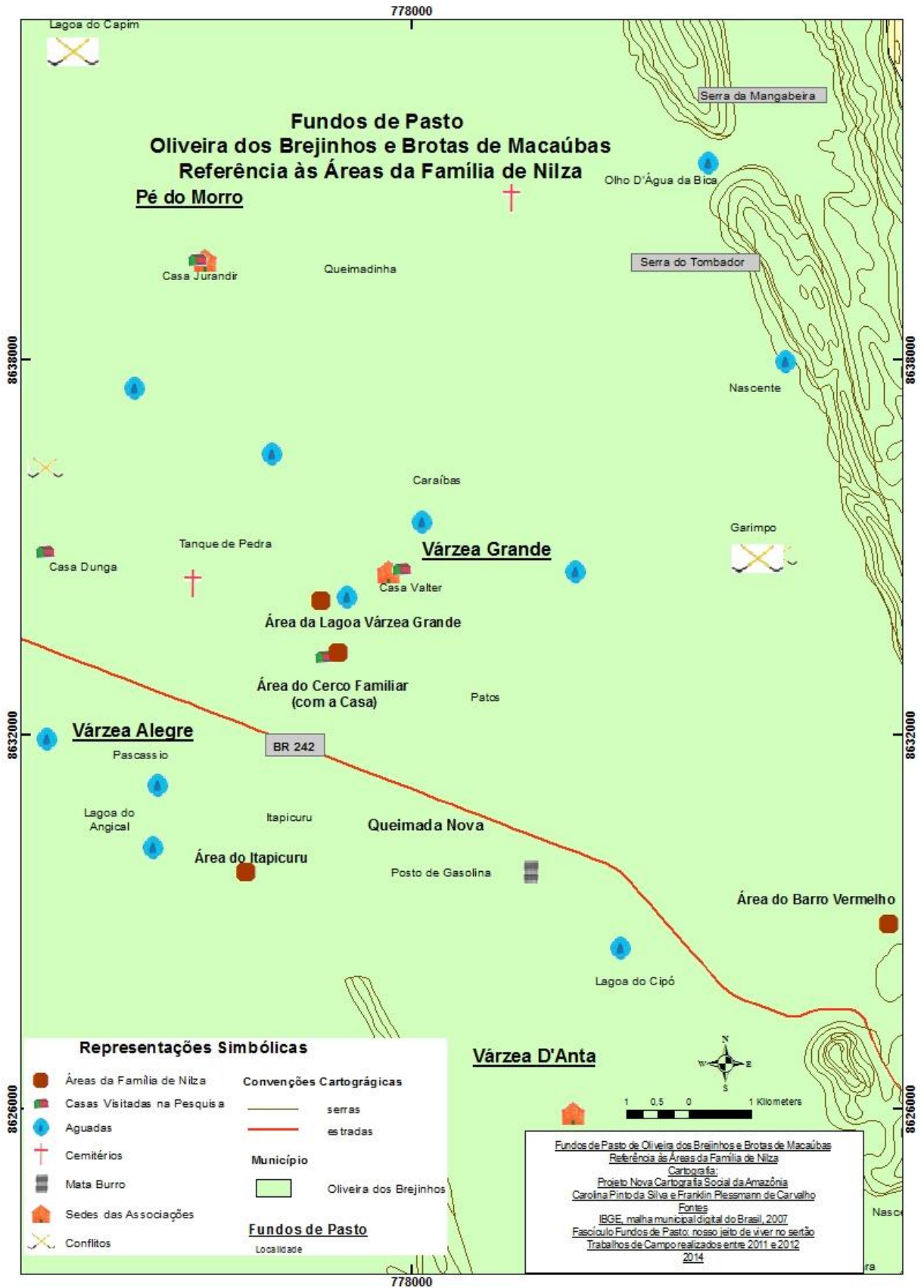


Figura 5 – Localização das terras ocupadas pela Família de Nilza

Já Dunga e Aldeir utilizam quatro áreas diferentes para organizar as atividades de plantio e da criação. Três áreas são individuais. A outra área é de “fundo de pasto”, que pertence à “Associação de Várzea Grande”.

O meu são dez hectares. Na outra parte que está no outro lado da estrada, eu tenho mais 19ha, que é o terreno que eu comprei do pessoal... Eu comprei em 2006, parece. Eu comprei para caprinocultura. Mas eu tenho uma outra área que ela deve levar em torno de uns 28ha, mais ou menos. Fechada também para criação pequena. Só que esta área não é só minha, é da família, da minha mãe. É uma área que tem parte minha e parte dos meus irmãos. Aí é onde eu crio estas ovelhas. É uma área que não tem capim, é uma área chamada de circo, uma área que não tem capim, que é só fechada, mas no período das chuvas, sai muito bamburrá, onde as ovelhas comem no período das chuvas... A área que comprei chama Sítio Olaria... A área de 28ha não tem nome. Assim ela tem o nome do título, só que o título da terra, como nós dividimos aí ficou vários nomes, só que assim eu não sei para te falar todos os nomes, por que tem vários nomes, os dos meus irmãos também, mas eu não sei te dizer... Mas juntando estas áreas dá para ver que dá para criar um bom rebanho aí dentro... se você fizer um manejo bem feito tem como criar muitos animais aí dentro. O outro terreno que eu comprei era de uma moradora daqui da associação, a esposa de Eduardo, Margarida. Foi dela e mais um irmão e uma cunhada dela. Este terreno era de três donos. Eu quero terminar de cercar. Pois já é cercado só para gado... e eu quero terminar de cercar para criação. Já tem uns 80% da cerca já está feita para criação pequena. Então estou para terminar. Assim que eu terminar eu quero aumentar as ovelhas, pois eu tenho as matrizes, que não é tanto, eu quero aumentar mais. Aí eu quero praticamente me dedicar só a isso. É um espaço para deixar presa, mais reservado. Tipo assim, eu vou dividir os piquetes, eu quero terminar de fechar por fora, e aí dividir. Quero fazer como se fosse um cruz dentro da roça. Quero dividir em quatro partes. Isso é aí para no período das águas, para que elas fiquem bem gordinhas. E tem outra parte que é para ficar no período da chuva. E aí quando vier este período da seca que é um período mais carente, aí lá dentro tem muita comida. Aí elas passam gordinhas, qualquer época. Se precisar tirar alguma, para abate ou para qualquer outra coisa, tá pronto.

(Valdemar Santos de Oliveira – Dunga, 2011) <sup>61</sup>

Novamente podemos relacionar a situação observada com as designações “terra de ausente” e “terra de parente”. Porém se diferencia do caso anterior, pois Dunga é o único que utiliza as terras que pertencem a sua família. Dunga também se utiliza de outras áreas que reconhece como sua. Ainda neste relato, Dunga enfatiza uma grande destinação de áreas para criação de pequenos animais, neste caso especialmente de ovelhas. Sua preocupação principal é cercar terras, inserir repartições internas, montando uma sucessão de divisórias para possibilitar certa diversidade de estratégias no manejo de animais. Direciona a organização da

---

<sup>61</sup> Entrevista realizada na casa de Dunga, em outubro de 2011, durante trabalho de campo para a pesquisa de doutorado.

produção visando formar áreas de pastejo e áreas para plantio de forragens. Já as terras para plantio de alimentos são significativamente menores do que outrora já se realizou.

Quadro 3: Áreas utilizadas por Dunga e Aldeir

Nome da Área	tamanho	Uso	Situação
Área base (onde está localizada a casa de Dunga)	10ha	Plantios diversos: milho, feijão, sorgo, melancia, abóbora, caiana, andu, palma, em áreas pequenas. Localização do pomar e da horta (quintal) Há cercas com capim para criação	Titulada em nome de Dunga
Sítio Olaria	19ha	80% cercado para criação pequena	Comprada mas ainda não titulada em seu nome
Circo	28ha	Fechada para criação pequena – ovelhas pasto nativo	Área da família, titulada em nome da mãe
Fundo de Pasto	2.500ha (+/-)	Área com vegetação nativa, onde se localizam aguadas e na qual os animais ficam soltos. Todas as áreas individuais que estão na Associação fazem limite com a área de fundo de pasto	Área titulada em nome da Associação

Eu planto nesses 10 primeiros hectares aí, tem partes aonde eu planto. A maioria é cercado, mas tem alguns lugares que é cercado assim, mas como eu posso falar, não está desmatado para plantio, entendeu... só em alguns lugares... e é tudo muito pequeno também... Plantio milho, feijão... tem milho sorgo que a gente planta também... melancia ...abóbora... caiana... andu... palma... capim... é isso... em áreas pequenas... tem alguns lugares onde a gente planta tudo junto, principalmente onde se planta o milho, sorgo e feijão... Eu faço assim, planto milho e sorgo junto e feijão em outra parte, mas na maioria das vezes planto tudo junto...

(Valdemar Santos de Oliveira – Dunga, 2011)<sup>62</sup>

A área que está titulada em nome de Valter, de 26 ha, ela está totalmente fechada, impedindo a passagem de animais. Ele fez várias divisões internas nesta área, o que possibilita diversas formas de organizar a criação de animais e os plantios. Nesta área também está localizada a casa, o quintal, as cisternas e um chiqueiro. Ele também usa a área titulada em nome do seu pai, de 43ha, para organizar a produção. Porém esta área está em sua grande maioria aberta, possibilitando o transito livre de animais. Nesta outra área, uma pequena parte está cercada, que compreende a casa antiga da família, e que possui uma cisterna e um quintal pequeno, que na época de minha visita estava ocupado por uma plantação de palma. Valter organiza cada vez mais estas áreas em função da criação de cabras e ovelhas. Além destas

<sup>62</sup> Entrevista realizada na casa de Dunga, em outubro de 2011, durante trabalho de campo para a pesquisa de doutorado.

duas áreas, Valter conta com as terras da associação, o “fundo de pasto”, que usa basicamente para o pastoreio dos animais. Uma outra área que está titulada em nome de seu pai, que fica mais distante, não está sendo usada no momento.

A minha área é essa aqui. A medição passou direto aí na estrada e virou. Aí faz o quadrado. Toda esta área individual é minha. Aí tem a coletiva. A minha área tem vinte e quatro hectares. E ela já está toda cercada. E tem a área de pai, que desde a casa da minha mãe aí, é a área individual de pai. É o título individual de pai...Toda essa área para lá. Esse corredor da estrada até lá na casa de mãe aí é coletivo. É a passagem de fundo de pasto. Essa parte lá embaixo é a parte que nós doamos, para associação, para que se um dia precisar fazer um roça aí. Lá naquela árvore, a umburana, já é coletivo, da associação, fundo de pasto. Mas da cerca aí é que é individual... A área de pai é quarenta e três hectares. É uma área grande. E está toda aberta, só tem um local fechado que é em volta da casa lá. O quintalzinho. Tem uma roça fechada, que eu concluí este ano. Toda a cerca de xique-xique. Depois a gente pode dar uma olhada para você ver... Já essa roça que eu reservei é para separar os animais. Muitas vezes a gente tem um animal que a gente precisa isolar ele, separar dos outros, colocar nesta rocinha aí. Eu tenho um problema muito sério com as minhas matrizes. As marranzinhas de cinco, seis meses, se elas já ficarem prenhas, e aí parem muito novas. E aí elas perdem todo o crescimento... Tendo as divisórias para poder fazer o manejo... Ajuda muito no manejo dos animais. Se você não tem várias divisórias você não pode manejar os animais direito... Uso também mais uma outra área, mas só que fica lá na perto da serra, mas era para o retiro do gado, na época que a gente tinha gado. Mas hoje acabou tudo. Acabou o capim, secou a água. Devido umas queimadas que o pessoal fez lá na serra, o poço secou. É a Mata Verde... do Tombador.... A gente não usa mais, a terra é titulada, medida... do meu pai...vinte nove hectares.

(Valter Aquino de Oliveira, 2011)<sup>63</sup>

Quadro 4: Áreas utilizadas por Valter

Nome da Área	Tamanho	Uso	Situação
Área base	26ha	Área com a casa de moradia, cisterna, armazém, pomar e horta (quintal) Está toda dividida para separação dos animais, implantação de pasto e realização de pequenos plantios	Titulada em nome de Valter
Área da Moradia antiga	43ha	Área com a casa antiga, hoje usada como depósito, cisterna, e uma pequena área cercada (quintal) com plantio de palma. Há uma casa mais nova, utilizada pela mãe de Valter quando vem a Várzea Grande, em frente a casa de Valter. O restante da área está aberta, com vegetação da Caatinga, permitindo o trânsito de animais.	Titulada em nome de Joaquim (pai de Valter)
Poço das Onças (Mata Verde)	29ha	Área hoje sem utilização, que era usada antigamente para o plantios diversas, especialmente de milho e feijão.	Titulada em nome de Joaquim (pai de Valter)
Fundo de Pasto	2.500ha (+/-)	Área com vegetação da Caatinga, onde se localizam aguadas e na qual os animais transitam livremente.	Área titulada em nome da Associação

<sup>63</sup> Entrevista realizada em sua casa, em outubro de 2011, durante trabalho de campo para a pesquisa de doutorado

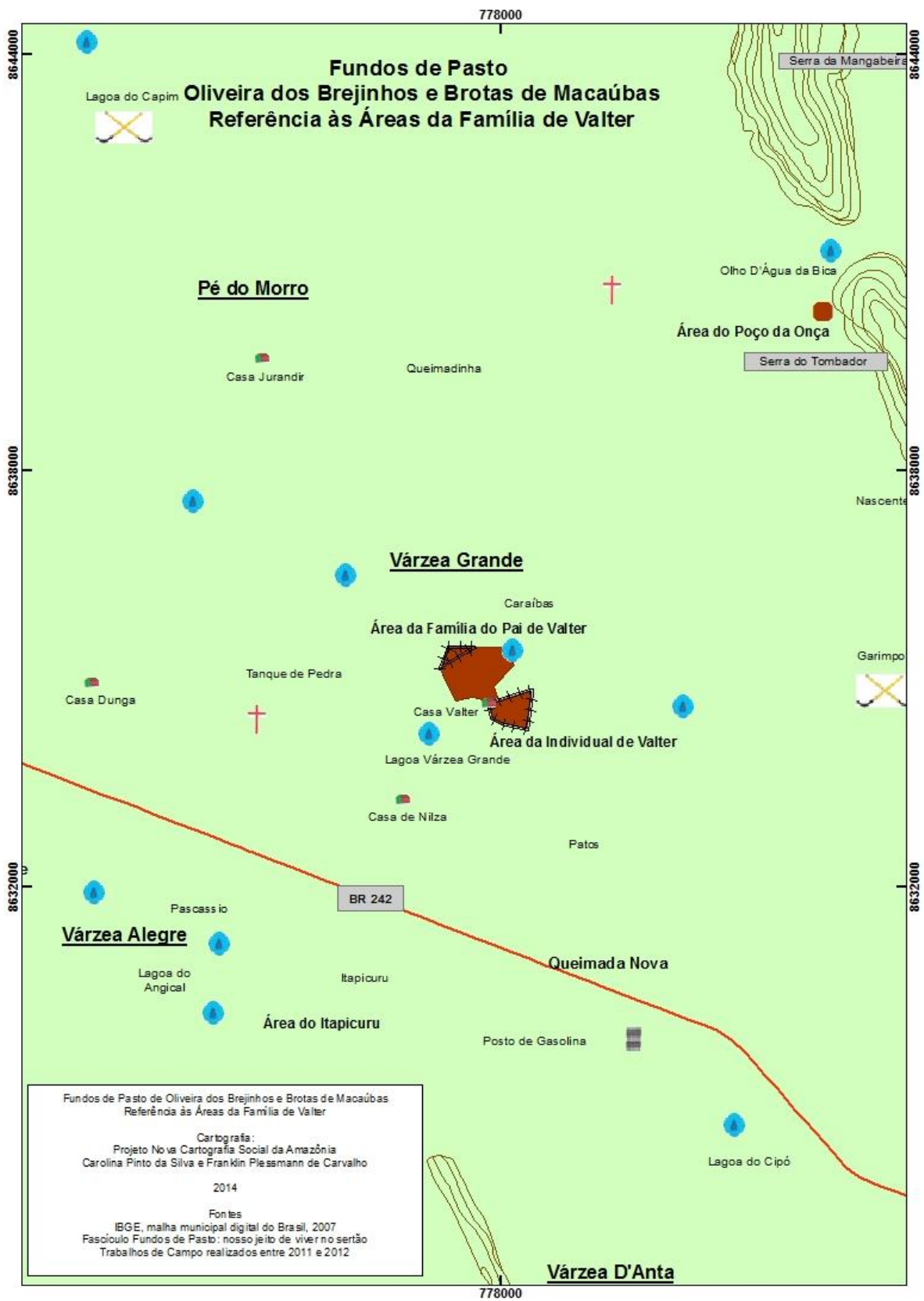


Figura 6 – Localização das terras ocupadas pela Família de Valter



É com os animais, setenta por cento do trabalho, da luta, é para os animais. As áreas que eu tenho para o plantio são muito pequenas. O solo daqui é muito pobre. A gente planta pouco. A gente planta mais nos quintais aqui, que a gente coloca um pouco de adubo. Não adianta a gente plantar bastante lá nas roças que não produz... A gente coloca adubo no quintal, nas roças, e agente planta um pouco. Feijão, melancia, maxixe. Capim para fazer fenação e silagem para os animais.

(Valter Aquino de Oliveira, 2011)<sup>64</sup>

Apesar de Valter ter a disposição três áreas que totalizam 98 ha, ele trabalha apenas em duas áreas. A área principal de trabalho possui 26 ha e está todinha planejada para o manejo dos animais, contendo várias divisões internas. Nesta área que está localizada a sua casa e quintal. Apenas uma pequena parte dos 43ha da área antiga utilizada por seu pai está cercada e é utilizada por Valter. O restante desta segunda área está aberta, permitindo o uso comum. A terceira área é mais afastada, localizada em Poço das Onças, já foi bastante utilizada por seu pai, hoje sem uso, a espera de uma necessidade para o manejo dos animais. Semelhante à situação de Dunga, Valter é o único da sua família a usar as terras que foram de seu pai.

Dunga está trabalhando em quase 57 ha de terra divididos em três áreas distintas. Tirando os 10 ha na qual está localizada sua casa e quintal, todo o restante das duas áreas está organizado para a criação animal. O objetivo de Dunga é ter todas as suas áreas individuais cercadas, possibilitando diferentes arranjos para o manejo dos animais. Ao cercar as áreas estas ficam de fora do uso comum.

Já a família Vieira possui 231 ha em cinco áreas diferentes, conforme a classificação apresentada por Nilza. Porém apenas duas áreas estão sendo utilizadas mais sistematicamente, e só uma pequena parte dos 150 ha, que compreendem o total destas duas áreas, é que está cercado. Permanecem cercando pequenas áreas e deixando abertas grande parte das terras para circulação dos animais de pequeno porte. As áreas que eram destinadas para o plantio de alimentos estão sendo transformados em espaços para a produção de forragem para os animais. As áreas mais afastadas não estão sendo utilizadas.

Nas situações observadas referentes às famílias de Nilza, Valter e Dunga, a quantidade e disposição das terras se distinguem, como também varia a forma de organização do trabalho, seja ele doméstico ou relativo a produção agrícola e animal. Embora as técnicas utilizadas sejam semelhantes, sua adaptação por cada família caracteriza uma apropriação

---

<sup>64</sup> Entrevista realizada em sua casa, em outubro de 2011, durante trabalho de campo para a pesquisa de doutorado

particular. Toda esta variação acaba por marcar especificidades ao mesmo processo de territorialização pelo qual as famílias de uma mesma localidade, Várzea Grande, percorreram. O mesmo ocorre com outras famílias em Várzea Grande e de outras localidades próximas.

Nas cinco casas visitadas pude constatar que mudanças significativas ocorreram no uso das terras tradicionalmente ocupadas. No final dos anos de 1960 a construção da rodovia federal, a BR242, que atravessou as terras tradicionalmente ocupadas pelas unidades sociais de “fundo de pasto”, é considerada como marco destas mudanças.<sup>65</sup> Deste momento em diante a “ação do Estado” passa a ser recorrente, com efeitos profundos sobre o modo de vida das famílias. Uma das mudanças que foram bastante enfatizadas pelos entrevistados concerne à atividade econômica, antes baseada prioritariamente nas áreas de plantio. Hoje a renda das famílias, segundo os entrevistados, depende muito mais da criação dos animais. Estamos diante de uma transição em que se rearticulam as atividades produtivas.

A vivência da gente daqui mesmo era a roça. Principalmente do plantio de mandioca. Fazia a derrubada... todo ano tinha que abrir uma roça... derrubava, botava fogo, cercava... pois cultivava também os animais, não como agora, não tava tanta assim... como atividade principal, assim os animais... mas tinha os animais... tanto os bovinos como os animais de pequeno porte, como os caprinos... mas a mola mesmo era a roça de mandioca. Aí derrubava aquele mato, botava fogo, plantava. Mas no outro ano, de novo, outra derrubada, ia queimando, cercando para os animais não entrar, cada ano era uma derrubada... As roças de mandioca eram sempre naqueles carrascos, que tem muito angico. Quando você tirava a mandioca, ou mesmo quando havia a roça, aqui e ali o angico brotava. Quando saía fechava de novo, ficava do mesmo jeito... Era assim desde os nossos bisavós. E essa região dos fundos de pasto era tudo desse jeitinho... de fazer derrubada... a técnica era essa... derrubar o mato, limpar, plantava feijão, mandioca. Não acreditava assim, se não queimasse não ia produzir. Depois que já tinha tirado a mandioca, ali já dava o nome de capoeira. Aquela área ali dava o nome de capoeira. Alí nestas capoeiras você plantava feijão, feijão de corda... esse era melhor plantado... para produzir. Mas a mandioca mesmo era derrubada para plantar. Nova derrubada para fazer novo plantio de mandioca. Isso foi anos e mais anos assim. É por isso que você hoje chega aqui é vê esta abertona assim – “por que isso assim?”... Em redor de casa, dessas casas aí assim, eu conheci mato fechado.

(Elias Neri, 2012)<sup>66</sup>

As áreas de plantio de alimentos além de serem numerosas, eram responsáveis tanto pela alimentação das famílias, como eram responsáveis por boa parte da renda. O plantio de mandioca, que era a atividade principal, quase não é mais realizado. Esta mudança não aconteceu apenas em Boa Sorte. O pai de Jurandir, Francisco, realizava os plantios

<sup>65</sup> Irei me referir à construção desta rodovia com mais detalhes no segundo capítulo desta tese. No terceiro capítulo irei abordar outras “ações do Estado” que impactaram “fundos de pasto”, como a construção do Lago de Sobradinho.

<sup>66</sup> Entrevista realizada em sua casa, em junho de 2012, durante trabalho de campo para a pesquisa de doutorado

diversificados, com feijão, arroz, melancia, batata. Mais recentemente as áreas de plantio de alimentos da família de Jurandir foram sendo substituídas pela plantação de capim para os animais. A introdução de plantas forrageiras de outras regiões passou a se destacar na paisagem.

Então, aqui meu pai morava, ali, logo ali em frente, aquele pé de árvore lá, ali tem uns barros lá, onde meu pai habitava... Começou a vida de família e aqui ele fazia os plantiozinhos, tinha a estrada principal de antigamente... passava aí ó... Os arrumeiros, naquela época tinham muitos arrumeiros a cavalo que vinham das cidades daqui... Seabra e toda região, para Bom Jesus da Lapa... a cavalo, passavam aí... tinha um pé de tamarindo enorme aí no pé da casa, bem grande. Eles se alojavam aí, se hospedavam, já eram bastante conhecidos... Com o tempo foi mudando... A estrada já veio para cá, ele já cercou, fez a nova morada mais na frente, e é isso aí... Ele plantava Feijão, melancia... Milho aqui nunca foi o forte, as terras fracas. Era o feijão mesmo, melancia. Arroz... Arroz na lagoa até chegou a plantar... batata... só... aqui não produz feijão de arranca e o milho é raro... Todo ano ele cultivava... pegava seu feijãozinho, o da despesa... Mas tem muitos anos que ele deixou de plantar aqui. Aí começou a plantar um capinzinho. Esse capim aí é outra espécie. Aquelas primeiras já acabou há vários anos e a gente só vai reformando... tai hoje aí... Nesta área a gente solta os animais. Aqui nós já temos o conhecimento tanto o silo como o feno, mas nós nunca chegamos a cortar não. É colocar o bicho aí, para pastar mesmo. É muita mão de obra, rapaz, tem que ter muitas pessoas... para armazenar um alimento para a criação é muita mão de obra, pelo criatório... os animais são poucos, mas comem muito. Para você armazenar uma forragem para passar um período de quatro, cinco, seis meses, que é aqui a seca, então, fica meio impossível.

(Jurandir Oliveira Nogueira, 2012)<sup>67</sup>

Na família de Andréia também havia uma maior diversidade, e a “roça” designava um modo de vida além de ser o local em que se produzia a renda principal da família. Ela destaca o trabalho de sua mãe no manejo das plantações e dos animais.

Minha mãe, ela conta... que cuidava de nós todos em casa, os pequeninhos, os maiorzinhos, mas ninguém tomava conta só, tinha que ser tudo no comando dela. Era em casa com nós e na roça. Ela levava nós para roça e os maiorzinhos já ajudavam ela. E os pequeninhos ela falava que colocava uma rede. Uma rede debaixo de uma sombra, colocava ali. Ela trabalhando e os mais grandinhos ali, olhando os pequenos... Ela trabalhava na roça. Plantava, carpia, tudo na roça. A plantação de mandioca era o que o pessoal, mais antigamente, trabalhava na fabricação de mandioca... E nós também. Meu pai trabalhou muito em mantimento, trabalhou muito nessa lavoura de mandioca... Fazíamos muita farinha mesmo. Dava para todo sustento da família, ajudava na alimentação de animais que tinha. A farinha e tudo que vinha da mandioca ajudava bastante. E ainda dividia, em troca com algum vizinho. Às vezes ele não tinha muito feijão naquela época, e aí o vizinho já tinha. Aí eles faziam aquelas troca... de farinha com feijão... Meu sogro mesmo aqui tinha uma casa de farinha. Hoje até tem umas coisas, alguns dos objetos que ficaram aí... Hoje não funciona mais nada. Mas meu sogro mesmo tinha. Todos os vizinhos, muitos tinham. Meu pai não tinha, só tinha a roça, sabe.

---

<sup>67</sup> Entrevista realizada em sua casa, em junho de 2012, durante trabalho de campo para a pesquisa de doutorado

Mas ele usava a casa de farinha dos vizinhos para fazer farinha. Vendia às vezes, mas muito pouca. Pois quase todo mundo tinha. Agora alguns vizinhos que não tinham, que não faziam... neste tempo era mais garimpo. Você entendeu? Eles faziam troca com feijão, com o vizinho que não fazia a atividade de mandioca... Era mais feijão na roça também. Era muita roça de feijão, mãe plantava feijão também. Mais estas coisas. Criava gado também... Cabra tinha, mas era pouca, preferia criar mais com o gado... Fazia requeijão com o leite... Produzia arroz também. Chovia bastante. Lá em casa de meus pais, tem dois tanques, que vocês chamam de barreiro... Chovia bastante que ficava todo alagado e meu pai plantava bastante arroz... Até hoje ela cria galinha, pato. Ela criava galinha, pato, peru, cocá, tudo. Hoje só tem galinha e pato. Assim que nós mudamos nós tínhamos bastante, mas tinha uma raposa... Ela devorou as galinhas, tudo... Tinha noite que ela matava quatro assim, outra noite duas... meu deus do céu... um horror. Até hoje ela está pegando lá no meu sogro, ela pega direto... Nós não, mas minha mãe criava porco também. Meu pai gostava de criar porco. A gente criava bastante. Como plantava muito, às vezes tinha milho, melancia, essas coisas, aí tinha como manter e a gente criava bastante. Vendia, abatia para o nosso consumo da casa... Meu pai sempre criava caprino, mas porco e gado tinha mais... Assim, porco mesmo eles criavam mas não tinha assim uma divisória certinha para eles ainda não. Eram criados soltos... não tinham aquelas divisórias certinhas para eles também... Só para gado, coisa assim, tinha curral... Agora mandioca não tem. Acabou tudo, tudo mesmo... Eu ainda lembro de pai fazendo farinha. Aí ele adoeceu, teve um problema de saúde, foi deixando mais, aí foi acabando. O tempo foi ficando mais difícil ainda, foram ficando pouca as chuvas, e aí ele não plantou mais... O arroz a mesma coisa. A chuva diminuiu bastante e daí não dava mais para plantar arroz. Aí é que veio mais dificuldade sobre tudo isso. Veja, não tinha mais aquilo que já tinha... e aí foi grande dificuldade. Aí foi quando os filhos, de minha mãe, os irmãos maiorzinhos tiveram que ir para São Paulo cedo, bem cedo... Meus irmãos. Foram bem cedo para São Paulo para já ir ajudando ele. Mandavam recurso, foi, foi... Nossa casa mesmo, nossa... Com essa ida para São Paulo eles ajudavam os meus pais a fazer toda a construção. Aí eles tiveram que ir bem cedo para São Paulo, dezesseis, dezessete anos já estavam em São Paulo, trabalhando um pouco e ajudando o pai... para aqui mandando recurso... Hoje não mandam mais como antes não. Eles têm bem mais pouco e minha mãe já tem a aposentadoria que ajuda bastante. Eles ajudam um pouquinho, mas já não como antes... Recebe a pensão de pai e aposentadoria... Ela está bem mais sossegada...

(Andréia Rosa Vieira, 2012)<sup>68</sup>

As transformações sociais e econômicas que vieram depois da construção da estrada atingiram as áreas de plantio e os quintais. Num primeiro momento a própria construção da rodovia estimulou a produção local de alimentos. A necessidade de fornecer alimentação aos trabalhadores oriundos de outras regiões do país estimulou a mãe de Nilza, Marcolína, a plantar hortaliças e condimentos. Junto com outros produtos, como feijão e a vagem, vendia para as pessoas que estavam envolvidas na construção da BR242.

---

<sup>68</sup> Entrevista realizada em sua casa, em junho de 2012, durante trabalho de campo para a pesquisa de doutorado

...Ela plantava muita horta.. naquela época chovia um pouco mais que hoje, e quando estava construindo a BR aí ela plantava muita horta, muita verdura, ela vendia. Então tinha muita gente de fora do povoado e tinha um tanto de verdura que ela levava para vender ... de cebola, de alface, de cheiro verde, vários tipos de folha verde, couve, mostarda, tudo que ela plantava aqui ela levava, até vagem de feijão ela levava e vendia, porque não tinha vagem, não se encontrava vagem, e o pessoal que vinha de fora já estava acostumado a comer vagem, mesmo assim eles compravam a vagem de feijão verdinha para passar como vagem, compravam... ela vendeu muito... Meus primos diziam que se fosse contabilizar o que tia Marcoa vendia... a gente acordava no sábado para já fazer os moinhos de verdura... aí vinham daqueles barreiros dos tanque, que a gente fazia ao redor dos tanque e a gente vendia. E naquela época também parece que praga, o sol que era quente não estragava, hoje, agora você planta um alface e ela queima no sol. Não consegue a saída que tinha antes. Acho que era o clima, deveria de ser o clima, que era mais... As sementes antes eram tudo da gente... e hoje a maioria é comprada... É alguma ou outra semente que a gente tem. Mas agora é comprado mesmo. E antes não, você plantava e já deixava os pés para recolher a semente de alface, de coentro, de cheiro verde, de qualquer coisa... Já deixava plantado e colhia a semente. E a cebola, não era a cebolinha, era cebola da região, uma cebola pequenininha... aí levava os galhos e com a polpa da cebola.. e era isso para feira. E alho a gente plantava... o alho que a gente tinha, a gente não comprava alho, era o alho que a gente tinha na horta. Hoje compramos tudo. A mãe mesmo já falou – “planta alho meninos”. Aí eu disse – “mas a gente planta e não dá” - ... plantar e não dá... o alho tem dificuldade. Eu até peguei de um menino lá da região aqui que planta alho ali em Brejinhos... não consegue não... pequenininho...

(Nilza Vieira, 2011) <sup>69</sup>

A grande procura por alimentos incentivou as famílias a diversificar ainda mais os plantios, especialmente nos quintais e hortas. Nesta época as sementes utilizadas eram produzidas e armazenadas pela própria família. Hoje a maioria das sementes é comprada e segundo as próprias famílias não se adéquam plenamente ao clima e ao solo local. Fatores como o clima, as pragas e as sementes, são apontados como dificuldades para a implantação de plantios.

Agora só que o céu é que não está ajudando. A seca de quando tá aí... os anos que seguiu secou mais e a criação está dando um trabalho medonho. Mas sem trabalho a gente não vive não... Igual este ano que choveu pouco é preciso estar em cima da criação, dando palma, milho... mas vai rompendo... Agora só crio ovelha. Eu criava cabras também, mas vendi um resto que eu tinha ali. Mas também só eu para olhar não estava aguentando e aí o jeito foi acabar. Mas ovelha tem um pouquinho, você viu elas, por volta de vinte cabeças.

(Francisco Borges Nogueira, 2012) <sup>70</sup>

<sup>69</sup> Entrevista realizada em sua casa, em outubro de 2011, durante trabalho de campo para a pesquisa de doutorado

<sup>70</sup> Entrevista realizada na casa de seu filho Jurandir, na presença de sua nora Andréia, em junho de 2012, durante trabalho de campo para a pesquisa de doutorado

As dificuldades com relação às mudanças climáticas são um dos fatores usados na explicação para a redução das áreas de plantio e o aumento na dedicação à criação dos animais. O momento em que estas mudanças são percebidas coincide com a intervenção de instituições não governamentais, da igreja e do próprio governo. A percepção de mudanças climáticas ocorre ao mesmo tempo que são introduzidas novas tecnologias.

E hoje está assim. O pouco que ficou está também defasado. Agora já não é mais fazendo roça, mas são os animais. Depois que a gente estabeleceu de legalizar esta questão dos fundos de pasto, e foi feito mesmo um estudo melhor, de entidades não governamentais, no caso a FUNDIFRAN trabalhou aqui na região, se organizou em sindicatos. Tinha o trabalho aqui da paróquia, da igreja católica. Aqui se pertencia à paróquia de Brotas. Tinha uma escola família agrícola... não é mesmo família agrícola, tinha o nome de “escola comunidade rural”. Foi criada como instituição de cunho técnico, tinha técnicos para orientar estas comunidades e a gente começou a dar mais atenção à criação dos animais. Quando entrou aquela questão da ameaça da grilagem de terras, veio pessoal de fora, começou, gente de fora, começou a comprar terras, pedacinho de terra por aqui, e começou a fazer roça de um sistema diferente. E aí ficou sem poder criar os animais por que eles faziam a roça com quatro fios de arames e lá os animais entravam. E aí levantou um conflito com a terra. Tanto pelos animais quanto pela terra mesmo, pois o objetivo principal deles mesmo era tirar os posseiros aqui da região e negociar as terras. E uma das formas era essa. Quem tinha um pedaço de terra, quem vem de fora, e com pessoas aqui da região mesmo que começou a dar apoio a essas pessoas a criar boi, acreditando que plantando capim ia ser a solução, surgiu o capim... mas ficou naquele engano, achando que qualquer terra, de qualquer jeito, esse capim ia dar resultado... e com isso levantou esse conflito. Mas aí essas comunidades, como já vinham sendo trabalhadas com essas entidades que eu já falei aí, a gente já estava organizado em sindicatos e através do sindicato a gente conseguiu contratar até advogado, nos ajudou nessa luta aí. Foi então que a gente tomou o conhecimento que aqui na região, no norte do estado, em Uauá, já existiam estas comunidades, já tinham uma experiência melhor nesta questão de Fundo de Pasto e com isso... a gente, junto com estes técnicos, fizemos uma visita lá em... nas áreas de senhor do Bonfim, de Uauá... E aí quando que a gente tomou conhecimento lá, e através dos técnicos e dos advogados contratados pelo sindicato, começou a nos orientar que nós tínhamos razão, só que dá forma que estávamos não tinha nem como pegar apoio do governo, pois na verdade, pela lei que está aí, quem quer criar, tem que criar dentro das suas áreas, era que ver uma outra forma... e quando nós pegamos a experiência de lá de Uauá, aí fizemos um documento com apoio de um técnico, e nós não esquecemos nunca o nome dele, não é menosprezar os outros, mas a gente não esqueceu mais o nome dele que era o Isaac, que trabalhou na FUNDIFRAN, acompanhou a gente mesmo assim, como que tem que diz, que trabalhava com amor mesmo, ajudou a gente a fazer este documento e a gente foi com ele em Salvador, levar para órgãos governamentais, secretaria da agricultura e várias outras. E aí conseguiu um pequeno apoio do governo e aí veio regularizar as terras... as terras mas nesta forma... a área coletiva onde a gente queria criar os animais, tinha que ser documentada e tinha que ser em nome de uma associação. Então a partir daí criaram as “Associações de Fundo de Pasto”. Naquele tempo ainda existia o INTERBA, que era o instituto de terras da Bahia. O governo mandou o INTERBA, e tinha aqueles recursos lá, aquela era época do Nordeste, nem sei, só sei que tinha uma coordenação que coordenava recursos que vinham do governo federal e coisas assim, não sei explicar tanto assim, para dar um apoio aqui no Nordeste... e aí a CAR, você sabe muito bem, até hoje ainda existe a CAR, a

Companhia de Desenvolvimento Regional... parece... um negócio assim... veio a CAR, e daí veio o INTERBA, o instituto de terras, com a missão das terras. A primeira comunidade a ser medida foi aqui na Boa Sorte, mas com uma proposta de ter que criar uma associação. Esse documento da área coletiva vinha em nome da associação. E também vai medir as terras individuais, vai tirar uma pequena área individual para cada família e a outra área maior fica como área coletiva. Foi assim, foi desta forma que foi criada. E a partir daí a gente parou, mesmo que foi depois que quase já houvesse derrubado tudo, parou mais com essa derrubada assim de mata, botar fogo, aprendemos uma técnica melhor. Mesmo assim, a mandioca, até agora assim, pararam de cultivar, algumas comunidades por aí talvez ainda talvez ainda cultive um pouco de mandioca, agora aqui em Boa Sorte a gente mesmo não cultiva mais mandioca. Aí a criação do bode também aumentou, tivemos mais este apoio e agente viu que dava mais resultado também e a partir daí parou a derrubada e também o resto de mata tá o bode que estraga um pouco.. a gente olha assim e já não vê mais tanta mata assim, principalmente aqui na Boa Sorte. A gente vinha daqui do entroncamento mesmo, e aqui nunca tinha sido derrubado. Alí é mata nativa. Mas você só vê mais as árvores grandes, por baixo você olha e tá aquele aberto assim. Também prendeu, a área ficou pequena também, os animais ficaram presos ali e a gente investiu mais na criação de bode e aumentou também o número de animais. Hoje em dia já tá quase no ponto de não suportar mais o número de animais que tem.

(Elias Neri, 2012)<sup>71</sup>

Elias relata que mudanças significativas são observadas depois da construção das estradas, do conflito com os grileiros, da vinda de várias instituições mediadoras - o sindicato, a igreja, organizações não governamentais, a escola agrícola - da intervenção de instituições governamentais visando a regularização fundiária e a implantação de políticas públicas, do contato com outras regiões que se identificavam com a mesma ameaça de grilagem de terras e interrupção da criação “solta”. A ação do estado caminhou paralelamente com uma crescente perspectiva de mercado, que de certa forma orienta as ações das instituições que vão se relacionar com as famílias das localidades de fundo de pasto.

A “ação do Estado” vai estimular uma série de intervenções que irão afetar o uso comum das terras. Inicialmente as estradas dividiram o território e impediram que os animais atravessassem de um lado para outro. A grilagem, estimulada pela valorização das terras, tomou terras disponíveis para o pastoreio de animais e em muitos locais também fragmentou as áreas de uso comum. As organizações mediadoras trouxeram novas técnicas de manejo de plantio e da criação. O comércio de carne caprina se intensificou. Neste contexto de mudanças, as famílias percebem na criação dos animais um modo de manter o seu modo de vida, com certa autonomia e segurança.

---

<sup>71</sup> Entrevista realizada em sua casa, em junho de 2012, durante trabalho de campo para a pesquisa de doutorado

A cerca passa a ser usada com a função de inibir o avanço da grilagem e passa também a delimitar os limites das áreas das novas associações criadas.<sup>72</sup> Essas cercas impediram a ampla circulação dos animais. O que seria a defesa de um modo de vida acarreta sua possível desestruturação. Dentro dos limites de cada associação os animais permaneceram a andar livremente.

Para nós não ficou a mesma coisa porque precisamos cercar, por causa da BR, por causa das fazendas que já tinham no meio, não tem jeito... E por causa de algumas pessoas que não aceitavam, não queriam bode solto ali. Já lá em Uauá, lá diziam que era diferente, lá era aberto, só fez mesmo era como um apoio, não sei explicar tanto assim, o que mudou lá para eles, mas que continuou aberto assim, os animais continuavam assim encontrando umas com as outras. E aqui, para nós, ficou um pouco difícil, entre uma comunidade e outra, às vezes tinha uma estrada, às vezes quando não tinha estrada tinha uma fazenda aí no meio, até esta fazenda Ferrari aí, que agora foi no processo de reforma agrária, tá aí. Então para nós ficou ruim. Teve esta diferença que nós não pudemos deixar os animais soltos, que encontrava Várzea Grande com Pé do Morro, com Boa Sorte encontrava. Isso aí acabou, teve essa mudança grande. Mas aqui para nós, em cada comunidade, continuou a mesma coisa, solto. Você faz sua roça e cerca. As comunidades, dentro das suas comunidades, não tem diferença não. Cercou sua roça, e o costume era esse mesmo, pronto. Agora a diferença era só essa, a ligação de uma comunidade com outra.

(Elias Neri, 2012)<sup>73</sup>

Também houveram mudanças com relação à criação de animais. Cavalos, éguas e jegues, que serviam para locomoção e transporte de carga, vão sendo substituídos por automóveis e motos, e deixam de ser criados. O porco, muito consumido antigamente, vai gradativamente diminuindo em quantidade e na forma de manejo. Antes criados soltos, hoje passaram a ser criados presos em chiqueiros.

Ele ia para o campo e eu ia para roça. Ele ia caçar égua, alguma coisinha. Ele vinha da serra, subia da serra lá... na lida com as éguas, ali do campo... agora não temos mais éguas, a gente não cria mais éguas de jeito nenhum... Tem um gadinho, cabra, ovelha. Nós também criávamos o negócio de porco, porquinho... você sabia disso que a gente criava porco, não é?... Pois é... nós também deixamos de criar porco, não criamos porco mais não... Era criado aí para o mato, comendo... Aí a gente punha no chiqueiro para dar de comer, para engordar, para a gente comer... Mas o povo que tá aí criando está pondo em chiqueiro... mas nós não criamos mais porco não, de jeito nenhum... Já tá com muitos anos que eu não trabalhei mais. Eu era muito inteligente... meu pai ia para roça, meu marido ia para roça. E meu pai era também muito trabalhador, meu pai, minha mãe... Meu pai ia num lugar chamado lá... Queimada Nova... um lugar lá... meu pai perguntava e nós íamos lá para roça... Os outros eram pequenos e eu era mais de caminhar, eu ajudava muito meu pai lá

<sup>72</sup> Como já mencionado, o ato de cercar o perímetro da área referida às famílias de uma mesma associação, incluindo nela as áreas individuais e a área de fundo de pasto, foi denominado de “círculo comunitário”.

<sup>73</sup> Entrevista realizada em sua casa, em junho de 2012, durante trabalho de campo para a pesquisa de doutorado



na roça lonjão, na serra lá, trabalhava muito. Tinha que caminhar muito, na roça lá longe. Ia plantar, capinar, aí... Das mulheres, eu era a mais velha.

(Marcolina Vieira, 2011)<sup>74</sup>

Mudanças tecnológicas afetaram a forma de trabalhar, seja no plantio, mas especificamente com as criações. Antes se trabalhava em “terra bruta”<sup>75</sup>, com uso de queimadas como forma de remover parte da vegetação. Faziam-se rodízios de áreas com o objetivo de recuperar a fertilidade da terra, técnica chamada “pousio”, que possibilita “dar descanso para terra”, isto é, permite que uma área que foi intensivamente usada se recupere ambientalmente. Com o uso do arado a força empregada no processo de preparação do solo é menor, mas a renovação da fertilidade fica dependente de insumos, como adubos químicos ou orgânicos. A menor fertilidade da terra passa a ser utilizada como motivo para não se plantar mais cultivos alimentares. Os relatos apontam para a introdução plantas forrageiras voltadas para a criação dos animais em áreas que eram destinadas ao plantio de alimentos.

Para trás a gente plantava era no bruto mesmo... Era abrindo as covas e plantando. Depois inventou arado. A gente pega e ara a terra e planta... De primeiro eu não arava não... Aquela ideia que apareceu arar diferenciava muito. Quem arava, riscava ali, matava aquele babujo primeiro, e fofava a terra e a gente pegava e plantava. Quando vinha outro babujo facilitava a limpa e muito. Na limpa ajudava muito, porque nascia menos mato. A gente pegava a enxada e enterrando aquelas valetas, jogando nos matos. Uma hora a gente tira muito mantimento. Esta terra aqui mesmo foi arada, também para plantar capim. O arado ajuda muito. Agora plantar a bruto era um trabalho danado. Plantava... essa roça deu muita melancia. Teve um ano que deu até milho que eu engordei por meio de cair... É lá um ano... Era melancia e feijão também. Já na monta do morro eu tenho umas capoeiras lá... lá está aberto. Lá eu plantava mandioca... A gente roçava, queimava e plantava mandioca. E saia bem melhor que nas terras velhas... Era sempre em terra nova. Mas hoje o negócio de fogo é proibido. E não se está querendo queimar mais as coisas não. Tem vezes que estraga, a terra fraqueia, só volta com sete anos o alimento... que alimenta a terra outra vez... A gente está queimando pouco... Pra trás pegava o folha, roçava e queimava... Todo ano eu colhia uma roça. Eu tinha uma roça de mandioca do outro ano, num ano eu roçava novo. Eu roçava no novo a mandioca e quando fazia farinha naquela de lá eu plantava feijão. Acabava mandioca e eu plantava feijão. Estes estão abertos. Lá só malva. Este está cercado por que a cerca é aqui, tá agarrado em mim aqui. Tem uma cancela ali em baixo... talvez você veja a cancela que está ali na lagoa, aquele que sobe lá para cima... Então estas terras que eu plantava mandioca tá lá, para aqueles paus ficarem por lá. Lá é o angico, que a gente vê. Lá que eu plantava mandioca... Era mais eu sozinho... Naquele tempo o dinheiro era difícil, a gente não tinha certo o dinheiro para fazer certos serviços, pagar alguém para ajudar... Era a gente mesmo... Tinha

<sup>74</sup> Entrevista realizada em sua casa, em outubro de 2011, durante trabalho de campo para a pesquisa de doutorado

<sup>75</sup> “Terra Bruta” é uma expressão utilizada pelos agentes sociais para descrever áreas na qual a cobertura vegetal é densa. Pode representar áreas bastante preservadas e pouco exploradas, ou áreas que já foram utilizadas para plantios, mas que estão em “descanso”, ou ainda que foram “abandonadas”, permitindo uma regeneração da vegetação.

hora que eu ajudava, tinha aquelas ajuda também, do colega. Trocava dia. – “hoje vamos trabalhar ali, amanhã vamos trabalhar acolá”. Ia levando a vida aí...

(Francisco Borges Nogueira , 2012)<sup>76</sup>

Francisco exemplifica uma mudança tecnológica que por um lado veio facilitar a limpeza das áreas para a realização de plantios, mas foi responsável pela diminuição da fertilidade do solo. A técnica de queima e pousio vêm sendo condenada por ambientalistas, localmente representados por técnicos de ONGs e de instituições do governo. Os relatos de Francisco, acompanhados daqueles de outros agricultores, evidenciam que a queima e pousio era uma técnica que garantia a recuperação das áreas. Já o uso do arado vem relacionado a uma diminuição na capacidade de produção de alimentos, direcionando as áreas para a implantação de pastagens.

Francisco aponta para outra mudança, que se relaciona com a forma de organização do trabalho. Antes era comum a troca do dia de serviço entre diferentes casas, diferentes famílias. Combinavam trabalhar juntos em determinados serviços, que demandavam uma quantidade de trabalho maior, como a abertura de novas áreas de plantio. Formavam-se grupos de pessoas que iam se ajudando reciprocamente. Hoje há esta prática de trocar o dia de serviço, mas cada vez mais ela dá lugar ao pagamento do dia trabalhado. De toda forma ainda se pode perceber a reafirmação das formas de ajuda mútua.

Outra mudança que pude observar através dos relatos se refere ao fortalecimento da criação de animais, como cabras e ovelhas, e também da criação galinhas. Porcos já foram criados em maior quantidade. A venda de ovos caipira, como iremos ver mais adiante, também é uma fonte de renda de algumas famílias. Mas a caprino e ovinocultura tem se destacado, tanto em área destinada para a criação, como na implantação de técnicas e no tempo de dedicação. Aparentemente também tem intensificado os recursos financeiros que são investidos na criação. Foram realizados estudos que indicaram a criação de pequenos animais como mais adequadas ao clima semiárido.

A gente fez um diagnóstico juntamente com o pessoal do CAA<sup>77</sup> e esse diagnóstico foi muito bom porque também despertou a gente no sentido de você começar a pensar realmente, pois você vai criando e tal, mais assim parar para fazer um análise do que você está produzindo... e este diagnóstico que foi feito foi bom demais para a gente entender isso... o que você produz durante o ano... no ano o que você gastou com o animal, o que que morreu, o que que abortou e tal porque e

<sup>76</sup> Entrevista realizada na casa de seu filho Jurandir, na presença de sua nora Andréia, em junho de 2012, durante trabalho de campo para a pesquisa de doutorado

<sup>77</sup> Centro de Assessoria do Assuruá, CAA, é uma organização não governamental, atualmente com sede em Irecê, que vem trabalhando com as famílias de localidades de “fundo de pasto” da região de Oliveira dos Brejinhos desde o ano de 1999.

tudo isso assim quando você faz um diagnóstico vai abordar tudo isso. Então o que acontece, você pode estar fazendo a sua programação. Na época nós fizemos uma programação com cinquenta matrizes. Dentro das condições aqui da região, com cinquenta matrizes você consegue todo mês ter um salário mínimo. Entendeu? Você acompanhando, você fazendo um processo, chegando aos três meses tirar aquelas crias que estão mamando, não deixar a mãe enfraquecer muito e tal... mas se você tiver estes cuidados, com certeza com 50 matrizes você vai fazer um salário mínimo por mês, como se você tivesse trabalhando e ganhando um salário mínimo por mês. E aí o que que acontece... se você passar deste número é claro o salário vai aumentar e meu pensamento é esse... hoje eu tenho mais do que isso, só que é assim não está muito cuidado. Mas se a gente cuidar melhor, com certeza, o que tem dá muito mais do que isso por mês... entendeu... se fizer isso e estiver produzindo mais de um salário mínimo por mês... aí não vai precisar estar trabalhando fora aí... dá para ficar na casa só cuidando disso aí. Por isso que eu vejo desta forma aqui, que a caprinocultura aqui é uma solução.

(Valdemar Santos de Oliveira – Dunga, 2011) <sup>78</sup>

Desde os anos 80 se intensificou o relacionamento das famílias dos “fundos de pasto” com instituições que prestam serviços técnicos agrícolas. Uma escola foi constituída pela paróquia de Brotas de Macaúbas, voltada para filhos de agricultores, que ficou conhecida com o nome de “escola comunidade rural”. (BURGHGRAVE, 2011) <sup>79</sup> Depois ONGs e os serviços de assistência técnica do governo realizaram cursos e atividades junto aos agricultores, visando implementar novas práticas agrícolas, dando sempre destaque para a criação de caprinos e ovinos. Podemos observar que esta relação com técnicos trouxe outra lógica na forma de estruturar a criação dos animais. Carregada de uma racionalidade específica, a visão técnica relaciona produção e renda, e incluiu novos fatores no planejamento das atividades. Como exemplo de novos parâmetros de planejamento é a divisão da área individual das famílias em áreas menores, visando separar as cabras e ovelhas de suas crias após três meses de nascidas. Outro exemplo é a separação de fêmeas no período do primeiro ciclo fértil para evitar uma gravidez e assim prolongar o crescimento das marrãs<sup>80</sup> visando ter um animal mais forte, maior e em melhores condições para reprodução.

Já tem algumas pessoas que estão mudando o modo de criar... por exemplo os cabritos, quando chegam três meses eles podem ser separados das mães. No período que ela está desmamando ela tem uma facilidade muito grande de entrar

<sup>78</sup> Entrevista realizada na casa de Dunga, em outubro de 2011, durante trabalho de campo para a pesquisa de doutorado.

<sup>79</sup> Para maiores informações sobre a experiência desta escola consultar o livro de Thierry de Burghgrave intitulado “Vagabundos, não senhor: Cidadãos brasileiros e planetários. Uma experiência educativa pioneira do Campo” Este livro aborda a reflexão do autor sobre a experiência pedagógica da implantação da Escola Comunidade Rural, criada nos anos 70 do sec XX, na cidade de Brotas de Macaúbas. (Coleção Agir e pensar EFAs no Brasil, 2011)

<sup>80</sup> Termo utilizado para designar cabras fêmeas recém desmamadas.

em cio, e com certeza ela vai ficar mais fortinha, pois parou de amamentar, e o cabrito que separa vai comer mais, pois quando ele está mamando ele fica muito incutido, ele que ficar só no leite, querendo mamar e não come mais... mas quando separa da mãe ele vai comer mais, e tendo os piquetes aonde tem bastante comida não vai fazer diferença, ele vai comer e rapidinho ele vai estar grande.... E aí você pode estar programando, você pode estar fazendo lotes, por exemplo eu posso fazer 10 (lotes) para daqui a mês e meio, dois meses... Você vai programando como se tivesse um salário. Só vai fazer mesmo a diferença quando você conseguir fazer isso... Por mês eu vou conseguir vender 5 cabeças, cinco cabeças por mês, cinco bodelhos por mês por exemplo, mas todo mês eu vou ter aqueles cinco, e aí eu vou fazer uma programação, entendeu, para ser 20 ou 30.... ai eu sei que eu vou botar este no piquete por um mês e meio, já este eu vou tirar. Quando tiver 20 dias, um mês para eu tirar eu já tenho que colocar outros... e assim sucessivamente.... você tem que ter uma programação pois se não você vende 50 neste mês e passa o resto do ano sem vender nenhum... e aí não funciona... Mas tem que ter um capitalzinho para poder fazer isso, se não você não consegue fazer, né?

(Valdemar Santos de Oliveira – Dunga, 2011) <sup>81</sup>

Com relação aos animais as inovações técnicas passam por duas intervenções principais: alimentação e a subdivisão das áreas. O sorgo e algumas outras forragens se destacam na produção e preparação de alimentos para serem servidos aos animais como complemento da alimentação disponível pelas plantas encontradas na caatinga local. Estes são transformados em feno e guardados para utilização nos meses com maior necessidade de complementação alimentar. Embora boa parte da alimentação fornecida aos animais fosse produzida pelas próprias famílias, parte do milho e toda a soja são comprados de fornecedores de outras regiões, com destaque para o Oeste da Bahia

Nas casas que visitei a alimentação básica fornecida aos bodes e ovelhas era a ração de palma e feno. Na casa de Valter havia um diferencial, na qual alguns animais recebiam um mistura de milho, soja e feijão triturados. Além das necessidades de complementação relacionadas à disponibilidade de plantas forrageiras encontradas na caatinga, a idade dos animais, a gravidez das fêmeas, o período de amamentação direcionavam qual ração Valter forneceria para os animais.

Valter também se aplica em outra inovação tecnológica: a divisão da área individual em várias repartições, possibilitando diversos arranjos para o confinamento dos animais. Quando o visitei, os animais estavam separados em diferentes chiqueiros e repartições para o pernoite. Ele me explicou que os locais separados possibilitam fazer vários tipos de organização. Naquele dia ele tinha organizado os animais pelo tamanho e “brabeza”. Também

---

<sup>81</sup> Entrevista realizada na casa de Dunga, em outubro de 2011, durante trabalho de campo para a pesquisa de doutorado.

separou aqueles que necessitavam de cuidados especiais, como cabras prenhas e filhotes desmamados ainda pequenos. Valter utiliza as áreas subdividas de sua propriedade combinando com o uso das áreas de uso comum, compostas por parte das terras que permanecem abertas e que pertencem às famílias (incluindo a sua família) e pela área da associação. Aqui cabe a observação que as técnicas que foram passadas pelas organizações através de cursos, capacitações, intercâmbios são inseridas segundo os critérios e o conhecimento tradicional de cada família, que fazem as adequações que acham necessárias. A adequação destas técnicas é um processo delicado, pois requer a construção de novos conhecimentos. A simples aplicação das técnicas como são repassadas nos cursos de capacitação poderia levar ao total cercamento das áreas individuais, reduzindo as áreas abertas e sobrecarregando a área da associação com o pastejo dos animais.

A renovação dos conhecimentos se faz numa constante relação entre o conhecimento tradicional e o técnico. Algumas práticas de manejo dos animais, as instalações para facilitar o fornecimento de água e alimentação são aprimoradas continuamente através de processos de experimentação.

A transição da “roça” como estruturadora de um modo de vida, altera própria organização da produção transformando as antigas áreas de plantio em áreas de produção de forragem ou locais de pastagem para os animais. A relação com os órgãos governamentais e ONGs introduz técnicas de manejo que reforçam o confinamento dos animais e a produção de forragens, além de incentivar o armazenamento da água de chuva. Novos conhecimentos são formulados, sem significar uma substituição dos conhecimentos tradicionais. Porém neste momento de transição ocorre a valorização de uma racionalidade que organiza a produção para atender o mercado. Conhecimentos tradicionais sobre o uso de sementes ou a identificação de solos adequados para plantio de alimentos vão sendo desvalorizados perante as novas orientações técnicas voltadas prioritariamente para a criação dos animais.

Outro desafio que reflete sobre o uso da terra se relaciona à própria organização das famílias. A necessidade de coordenação das novas organizações criadas, como as “Associações” e a “Central de Associações”, a relação com outras organizações, como o sindicato, as ONGs e os órgãos de governo, demandam tempo para a participação em inúmeras atividades, especialmente as reuniões. Nilza considera estas relações importantes e dedica grande parte de seu tempo às reuniões e a representação política. Mas em sua perspectiva há uma grande quantidade de reuniões que acaba por atrapalhar a dedicação das

famílias a adequação dos novos conhecimentos que são necessários para melhoria da criação dos animais.

Este ano mesmo, quero ver se a gente consegue plantar sorgo suficiente para fazer silo, para fazer alimento para os animais. Eu sei que se você tiver alimento para os animais mesmo, a criação contenta. Mas tem que investir, tem que trabalhar. Tem que deixar as reuniões de lado... Teve uma vez que nós da comunidade chegamos a estabelecer, até quando o pessoal do CAA estava atuando. Pedimos para o pessoal não marcar muita reunião no período de plantio, de colheita. Não deixar uma reuniãozinha te atrapalhar.

(Nilza Vieira, 2011)<sup>82</sup>

Tem gente que joga a palma aí no chão para ao animais comerem. Isso eu não faço não. Eu corto elas assim bem pequenininha, assim nos cochos para elas comerem. Mas tem hora que não dá jeito não, que vira e cai tudo. Mas já fica mais fácil delas comerem. Vou ajeitar aquela coqueira grande. Vou ajeitar o esquema dela direitinho. Fazer as divisórias delas para elas colocarem a cabeça direitinho. Mas a gente vive na correria, rapaz. São coisas simples mas demanda tempo. Tem que ir no mato, cortar as madeiras direitinho. E eu quero arrumar, ficar bem feitinho. Para elas não pisarem dentro da comida... O milho e a soja são comprados. Vem lá desta região de Barreiras, Mimoso. Milho... soja também.

(Valter Aquino de Oliveira, 2011)<sup>83</sup>

Para Valter, um dos principais desafios é conseguir implementar todas adequações nas instalações de sua propriedade para a realização de um manejo na qual ele considera mais adequado. Nos dias que acompanhei sua rotina no manejo dos animais, reclamou da dificuldade em organizar as atividades no tempo que tem disponível.

Cabe enfatizar que as novas técnicas são priorizadas dentro de uma percepção na qual a criação de bodes fornece um retorno em renda significativo e seguro ao trabalho que é realizado. A venda de bodes garantiu uma renda suficiente e proporcionou a reforma da casa de Marcionília, Nilza e Epaminondas.

O aumento da procura pelo bode foi depois da BR, com certeza... A gente vende bode quase todo mês. Tem hora que demora mais por que depende do comprador. Por que a depender do comprador que aparece, ele pechincha muito e é melhor deixar lá. Agora mesmo a gente demorou, porque os que queriam comprar queriam comprar barato. Menos que 3,50 o quilo vivo é barato. Hoje vender por 3,50 só o animal que está muito inferior. Mas o bom é 3,70 a 4,00. Um animal bem inferior só que pode vender a 3,50. Mas fora disso, não. Na feira nós não vendemos... Os bodes... quase que todos os meses a gente vende um pouco. Quando não vende, acumula para vender no outro mês... Veja a reforma da casa. A reforma está sendo feita com a venda de animais...

(Nilza Vieira, 2011)<sup>84</sup>

<sup>82</sup> Entrevista realizada em sua casa, em outubro de 2011, durante trabalho de campo para a pesquisa de doutorado

<sup>83</sup> Entrevista realizada em sua casa, em outubro de 2011, durante trabalho de campo para a pesquisa de doutorado

As mudanças técnicas são acompanhadas de mudanças na organização dos agricultores com relação a venda dos animais. A “Central de Associações” passa a ter uma função de mediar a venda dos animais e a compra de insumos agrícolas, como complementações na ração com milho, soja e minerais, e até mesmo remédios e vacinas. Outro papel da “Central de Associações” foi o de buscar um preço mínimo para a venda de animais vivos, na qual os compradores ficam submetidos.

Tem um comprador que tá comprando aqui nas associações agora, que a “Central”, através das feiras aí, conseguiu um comprador que está vindo comprar animal na condição de abate, compra também borregos que estão aí de cinco meses, quatro a cinco meses... e tem outros compradores. Aqui perto da BR242 tem uma facilidade enorme de vender. Aqui sempre aparece comprador. Às vezes ali no bode assado a gente está por ali e chega uma pessoa: eu queria cinco animais, dez animais, três animais... aqui falta animal, mas quem compra não falta não. Agora o bode aqui está em alta, o bode está em alta e principalmente o de abate. Tendo pronto para abate pode ficar sossegado... pode fazer lotes da quantidade que for, de dez, de vinte, de quinze, de cinquenta. Estando pronto para abate não falta quem compra, não... O preço? Tá mais ou menos... não está assim... poderia estar um pouquinho melhor. Mas está até bom, de quatro reais o kg vivo vende tranquilo, se for uns animais bonzinhos é tranquilo vender de quatro reais. Na verdade o preço da “Central” é três e cinquenta. Entendeu... mas como esse período é mais difícil arrumar os animais, aí aumentou um pouco, em torno de três e setenta, três e oitenta. Mas aqui, como eu disse no início, tem facilidade de vender perto da BR242, se tiver animal de qualidade, gordinho mesmo, no ponto de abate, à quatro reais pode chover animais que acha comprador tranquilo. Não só esse que vem pegar aqui que compra, como também tem um pessoal de Brejinhos que já veio comprar, pegou uns aqui só que esses não estavam muito bons para abate, estavam meio baixo, baixo que eu digo é que estavam meio magros. Esse aí pagou a três e sessenta, mas se estivesse gordinho era quatro reais. É no período das chuvas, especialmente no período de fevereiro à março, pois é onde, vamos dizer assim, a safra maior dos animais de abate é nessa época e como tem bastante animais, o que que acontece, os compradores, os atravessadores mesmo seguram um pouco, e como as pessoas tem mais animais e precisam vender acabam por vender por um preço mais barato... É nessa época que a “Central” tentou manter este preço de três e cinquenta, pois nessa época se assegura o preço que a “Central” tem... entendeu... por que se deixar para o atravessador... se está de quatro reais agora, três e cinquenta, eles querem pagar de dois e oitenta, três no máximo... Só que como a “Central” colocou este preço de três e cinquenta foi bom demais porque assim a gente está conseguindo manter este três e cinquenta, mesmo no período da safra maior, mas a gente está segurando o preço, mantendo o preço mesmo neste período. E aí quando passa para o período mais crítico que sempre tem menos a gente consegue vender um pouquinho melhor...

(Valdemar Santos de Oliveira – Dunga, 2011)<sup>85</sup>

---

<sup>84</sup> Entrevista realizada em sua casa, em outubro de 2011, durante trabalho de campo para a pesquisa de doutorado

<sup>85</sup> Entrevista realizada na casa de Dunga, em outubro de 2011, durante trabalho de campo para a pesquisa de doutorado.

As terras estão sendo ocupadas tendo como orientação a criação de cabras e ovelhas. As técnicas de manejo implementadas são acompanhadas da reformulação da organização produtiva. Incentivados pelo governo e por ONGs, algumas famílias passam a buscar o crédito bancário. Mas a dificuldade de acesso ao crédito em razão das normatizações impostas pelas instituições bancárias motivou as famílias a constituírem uma cooperativa de crédito em Oliveira dos Brejinhos. Esta cooperativa está ligada a um sistema integrado de crédito com outras cooperativas <sup>86</sup> e foi criada com incentivo do sindicato e da própria “Central de Associações de Fundo de Pasto”. Embora a cooperativa ainda não tenha conseguido trabalhar com um volume de crédito significativo, o crédito é idealizado, especialmente por lideranças como Nilza, como uma possibilidade para adquirir a materiais necessários para implantação de algumas técnicas de manejo.

Mas eu quero voltar para minha propriedade, eu queria ter tempo de pensar na minha propriedade, tentar fazer algumas coisas, estruturar. Eu acho que a propriedade deixa a desejar. Se eu investisse melhor, se eu me dedicasse melhor, eu acho que ela me daria um retorno melhor, até para poder fazer horta para vender. Eu tenho que trabalhar, eu quero fazer uma caixa suspensa de cinco mil litros, algo assim, para não ter que ficar carregando água, ficar pegando muito peso. Essas coisas assim. Ter um motor próprio para fazer o manejo. Se eu tenho um motor aqui, no dia a dia, posso fazer feno, colher, fazer, empilhar, guardar. Se eu tivesse um motor aqui, eu podia pegar a palma mais dura, passar no ralador, e com a ração comum, comprada, você enriquece, é melhor. Para você pegar um crédito, e não estar na propriedade, não ser você a gestora, só acumula dívidas... Eu já peguei. A primeira vez que nós pegamos foi coletivo mesmo, foi no nome de Zé Antônio, mas era para nós todos. Ficou no nome de Zé. Antes era fechado aqui na frente, aí colocou estas cancelas, esta parte era aberta... Foi praticamente um investimento em cerca mesmo. Teve um PRONAF, pequeno. Que eu dividi parte em tela e outro em criação. Comprei umas matrizes... Nós não temos dívida aqui não. Eu estou pensando em pegar. A gente fala assim, do PRONAF, deste da reforma de casas, este eu não pego, pois eu já peguei e eu não pude mais.

(Nilza Vieira, 2011) <sup>87</sup>

O crédito bancário se apresenta como mais um mecanismo que acarreta uma maior monetarização da economia das famílias. Mesmo tendo impacto diferenciado dos benefícios sociais, como a aposentadoria rural e a bolsa família, e os trabalhos remunerados, como os na construção civil ou em “casa de família”, vão transformando uma economia baseada em valor de uso, em uma economia baseada em valor de troca e em relações monetárias, acentuando a especialização na caprinocultura como forma de renda principal das famílias.

---

<sup>86</sup> Esta cooperativa pertence ao sistema ECOSOL, vinculado a “Agência de Desenvolvimento Solidário” da “Central Única dos Trabalhadores” (CUT)

<sup>87</sup> Entrevista realizada em sua casa, em outubro de 2011, durante trabalho de campo para a pesquisa de doutorado



A ocupação tradicional da terra vai se modificando. Cada família visitada demonstrou possuir territorialidades específicas, que associam de forma particular o uso privado familiar em terras de “propriedade individual”, com terras de uso comum das áreas individuais abertas e da área de “fundo de pasto” de propriedade da associação. A “ação do Estado” acarretou em mudanças na territorialidade das famílias. A construção da rodovia BR242, o processo de regularização fundiária, a indução de outras técnicas de manejo, o incentivo ao acesso ao crédito agrícola contribuíram para a redução de áreas abertas ao pastejo dos animais. A criação deixa de estar solta, e passa a circular em áreas restritas dentro de perímetros relacionados a cada “Associação”.

Simultaneamente a criação de bodes e ovelhas vai sendo valorizada e passa a ser intensificada. As técnicas de produção são introduzidas pelas famílias na relação com outras organizações, como a igreja, o sindicato, ONGs e órgãos governamentais. O crédito bancário passa a ser idealizado como uma forma de financiar mudanças na estrutura física relacionada com a produção. A “monetarização” transforma as relações comerciais, antes baseadas mais em relações de uso, passando a serem orientadas para troca em dinheiro com apoio de crédito financeiro. Gradativamente as áreas de plantio alimentares vão sendo transformadas em espaços para a criação de animais, seja através da implantação de pastos, seja na troca de produtos plantados, como a mandioca e arroz, por plantas forrageiras, como sorgo e a palma. As mudanças na produção são acompanhadas de mudanças no consumo das famílias, com pretendo mostrar a seguir.

## RELAÇÃO PRODUÇÃO/CONSUMO

Desde o ano de 2005, quando realizei a pesquisa para os estudos de mestrado, registro os alimentos que são produzidos e consumidos pelas famílias das localidades de Fundo de Pasto. Em Várzea Alegre, localidade em que visitei oito famílias, constatei que boa parte dos alimentos consumidos vinham de compras realizadas na feira ou em armazéns. O mesmo ocorreu nas cinco casas visitadas entre 2011 e 2012, confirmando essa situação para grande parte da alimentação de uso diário, como arroz, açúcar, macarrão, café, farinha. A carne de bode, o frango, os ovos de galinha, o leite de vaca e as frutas da região se destacam como produtos que são produzidos e consumidos pelas próprias famílias.

Uma boa parte é comprada mesmo. Arroz, açúcar, rapadura, café... tudo é comprado... Carne às vezes a gente mata bode, de vez em quando come galinha, de vez em quando a gente está matando... de vez em quando um peixe como hoje, traíra e cascudo. Boa parte das frutas que consumimos também é comprada na feira. O que produz aqui é praticamente zero por cento... No período das chuvas tem as frutas nativas que a gente consome muito aqui, mas assim de plantar para produzir aqui assim são mesmo poucas, geralmente poucas... Por exemplo, o umbu mesmo esse no período dele mesmo perde até bastante mesmo... Quando eles começam a produzir é de uma vez e aí é muito umbu mesmo... as coisas aqui são interessantes mesmo.. no período de produção das frutas nativas produz na “Associação” toda e quem está mais próximo (da sede) tem mais facilidade de entregar... entendeu?<sup>88</sup> E por causa disso mesmo acaba por ficar sem aproveitar muito. Poderia ser bem melhor aproveitado. E aí tem uma série de frutas nativas que a gente pega também. Tem uma que chama caigato... eu não sei se o nome científico dela é esse mesmo mais... aqui a gente conhece por este nome... Para fazer suco é uma delícia. Pois é bom demais, mas ela só produz no período das chuvas... Pois você vai ver, tem tanta fruta nativa... tem umas que até eu não lembro o nome, mas quando você vê... tem uva nativa também... que é bem diferente da uva plantada, mas é gostosa demais... você já comeu a uva daqui? Se você tiver a oportunidade... rapaz... você passa o dia inteiro chupando uva daqui... mas é boa demais... boa, boa, boa... E tem outras que dão fruta também.... mandacaru.... xique-xique... Quando produz é para o consumo... vender mesmo não... mesmo produzindo, a quantidade que a gente planta é mesmo assim... se produzir normal mesmo, como em alguns anos a gente produz... é para despesa... No ano passado mesmo foi feito silo, quando tava começando a sair os carocinhos da boneca, quando estava começando a sair os carocinhos de milho nós cortamos todinho com o milho sorgo, juntamos com leucena, mata pasto, uma série de coisas gliricídia e tal, aí passamos na máquina e fizemos o silo. O meu pensamento mais em relação ao milho sorgo é para isso, fazer o silo... O que eu planto mais para despesa da casa é o feijão. Esse sempre ajuda. Quando não dá de passar o período todo da seca, toda, mas ele ajuda bastante.

(Valdemar Santos de Oliveira – Dunga, 2011)<sup>89</sup>

<sup>88</sup> Na “Associação de Várzea Grande” formou-se um grupo, composto basicamente por mulheres, que produz doces e sucos, usando as frutas nativas e dos quintais, fornecidas pelas famílias das localidades de fundo de pasto.

<sup>89</sup> Entrevista realizada na casa de Dunga, em outubro de 2011, durante trabalho de campo para a pesquisa de doutorado.

Antes da construção da rodovia BR242 havia intenso comércio local abastecido em grande parte pela produção das famílias da região. Esse comércio também era frequentado por comerciantes, costumeiramente chamados de “atravessadores”. Há o registro da presença constante destes comerciantes que estabeleciam relações sociais com as famílias. Havia também pessoas da região que trabalhavam como atravessadores, levando parte da produção local para ser trocada por diversos produtos de interesse das famílias. Estas trocas ocorriam em uma ampla região, que ia da beira do Rio São Francisco à localidades da chapada Diamantina. (CARVALHO, 2008, p. 83-91) Grande parte das relações comerciais era baseada na troca de produtos, especialmente entre as próprias famílias. A monetarização era comparavelmente bem menor do que é hoje.<sup>90</sup>

Ana: Aquele homem que dormia aqui em casa, seu João Mineiro, ele comprava bode e porco também.

Nilza: E nós éramos crianças. Comprava e levava até pocando. Comprava porco, levava para região de Irecê... levava porco, bode. João Mineiro dormia aqui em casa.

Epaminondas: Passava sempre aqui, comprava bode, quase direto.

Ana: Morreu num acidente

Nilza: E foi antes da “luta do bode”.

Epaminondas: Ele comprava bode, porco, tudo da gente daqui. Ela estava comprando bode na serra quando tombou o caminhão.

Nilza: Mãe era uma verdadeira negociadora de bodes aqui. Encontrava com os caras, trazia os caras. E ela negociava assim: traz milho, traz isso. Porque, mãe, ela comprava, muitas vezes ela comprava os alimentos. Porque não se comprava assim, um pratinho como se faz hoje não. Ela comprava de saco, saco de arroz, saco de farinha, saco de não sei o que. Um fardo de rapadura. E era assim. Vinha um, ela negociava, fazia uma troca. E eu conheci assim, toda vida, minha mãe vendendo.

Ana: Eu lembro uma época que acabou o feijão na região e os caras trouxeram a fava... (risos)

Nilza: e quando cozinhava ficava deste tamanho. (risos)

Ana: Trocava por bode

Nilza: Trocava por bode.

Ana: Chegou aqui com todo entusiasmo, mas cozinhava que até espumava...

Nilza: Era horrível. Meu sobrinho dizia: H O R R Í V E L. E esse pessoal foi antes da luta, seu Antônio...

Epaminondas: Seu Antônio, lá de Itaberaba. Foiiii... Quando este asfalto daqui ficou logo pronto ele foi comprando coisa aqui.

Nilza: Foi. Aí é verdade. Que é mais verdadeiro que veio mais comprador depois do asfalto, mas mesmo antes tinha. Que era esse João Mineiro que Ana falou.

---

<sup>90</sup> As trocas efetivadas através de produtos tinham como referência o “valor de uso”, especialmente em trocas realizadas entre famílias. Com a intensificação da comercialização e da monetarização da economia local o “valor de troca” vai se tornando preponderante.

Epaminondas: Foi. Tinha um menino da Várzea, filho da região de Irecê. Ele comprava por aqui e levava porco tocando. Ele passava uma semana comprando os porcos aqui. Vinha na época do milho, era de saco. Ele demorava muito para chegar aí. Aí ele chegava. Comprava porco, colocava num mangueirão, na casa de um vizinho aí. Deixava os porcos aí de manhã, as vezes dava uma caminhada com eles para poder viajar. Quando dava o dia mesmo ele viajava. Eu mesmo fui ajudar ele a tocar os porcos até o povoado de Queimada Nova. A gente ia levando naquela farra. Ele ia tocando os bichos pela serra, até Canarana. Acho que era Canarana.

Nilza: E o João Mineiro comprava bode também.

Epaminondas: Ele veio muito nesta casa aqui. Pegou uma amizade com meu pai. Comprou borrego. Ele levou tocando também...

Nilza: Que era verdade que a carne nossa, que o bodinho era amoadado, era. Que o bodinho que a gente matava para levar nos dias... Foi o que eu te falei, que as roças nossas do Barro Vermelho e do Coqueiro, que às vezes a gente passava a semana, até quinze dias lá. O bode aqui em casa foi muito presente.

Ana: Tinha dias que matava eram dois, um para levar e o outro para ficar.

Nilza: E matava gado também. O gado que a gente criava naquela época era razoavelmente grande também. Eu lembro da gente ter até vinte e tantos bezerros, trinta bezerros no curral. Fazia requeijão. Era uma coisa que a mãe vendia muito naquela época, fazia e vendia requeijão na feira. Onde o requeijão de mãe chegasse, e não é porque é da família não, o de mãe e das irmãs de mãe, chegasse na feira, era a preferência. Eram gostosos mesmo. Eram bem feitos. Até hoje eu tenho saudade destes requeijões. Eu não vejo mais assim igual.

Epaminondas: E também a manteiga...

Nilza: Tinha as cabacinhas de... a cabaça, sabe o que é cabaça?

Franklin: Sei.

Nilza: A gente lavava, deixava ali curtir, depois – chope, chope, chope – bater a nata para virar manteiga. Depois lavava, fritava, e guardava. Era até uma vida mais interessante que a de hoje. Tem um lado bom de hoje mas tem um lado... A gente tinha plantio de arroz. Arroz, lá no baixo, onde tinha uma lagoa, uma meia lagoa, onde plantava o arroz. Vendia bode... vendia boi.

Franklin: E pele de bode, tinha comprador?

Nilza: tinha mais do que hoje.

Epaminondas: Tinha compradores na feira. Você levava sua pele e tinha dois compradores na feira. Sabe, naquele tempo a pele era seca. Você deixava a pele seca, Você chegava lá com um pacotão de pele assim...

Franklin: A pele se você levasse na feira toda semana tinha comprador?

Epaminondas: Ah, tinha...

Nilza: Tinha... E tinha mais valor a pele naquela época.

Epaminondas: A de hoje você leva na feira e praticamente só paga o sal.

Nilza: Antes ajudava a fazer a feira

Ana: A gente até deixa no depósito, porque né...

Epaminondas: Hoje a pele fica aí jogada. Outro dia vendi um tanto por três reais

Mônica: Não dá nem o trabalho de salgar

Nilza: quem que tá comprando agora?

Mônica: Celso

Epaminondas: Tinha que ser uns dez reais uma pele. (Lembro) como se fosse agora... Comprador de pele... Tinha uma dona no caminho aqui por trás. Ela comprava para tornar a entregar. Às vezes a gente passava com uma caixinha por lá

e ela perguntava: “tá levando pele aí menino?”. – “Não”. Tinha dias que eu vinha com uma broaca e ela dizia: “se tiver pele eu compro”. Ela ia querer uns cinco centavos a menos aí...

Nilza: Sempre tem um comércio local, da venda do feijão, da venda do arroz, da venda da farinha, da venda da rapadura, da venda do melaço da cana, que era feita nos engenhos aqui da região, do beiju. Sempre tem um comércio local. Eu conheci como comércio local, a venda de produtos da região na feira. O doce de leite, doce de leite de vaca. O requeijão era muito vendido, o tanto que chegasse na feira vendia.

Epaminondas: antes deste asfalto aqui a gente comprava muito os produtos da região. Antes era difícil passar um caminhão aqui. Era difícil subir esta serra, descer. Agora quando fez esta rodagem aí, vem carro de Irecê, vem carro de Barreiras, vem de Goiás. Quando a pessoa não tinha, não queria comprar o milho, sabia quem tinha o milho. Como eu vou fazer para dar comer para os porcos? Onde tem milho? Toicinho, aqui tinha muito toicinho, consumia muito toicinho na feira de Queimada Nova. Agora mudou muito. Tem hora que até o médico recomenda que não coma muito essas gorduras. Mas de primeiro o toucinho, o porco, a gente matava muito porco aqui...

Franklin: Mas já faz um tempinho que não tem mais porco?

Epaminondas: Não, tem...

Franklin: Mas tem pouco?

Nilza: A gente mesmo parou de criar.

Epaminondas: Nós paramos. Nós não criamos mais porco.

Nilza: E a gente criava. Sempre tinha dois ou três porcos no chiqueiro.

Franklin: Foi acabando aos poucos ou foi de uma hora para outra?

Nilza: Foi aos poucos. Fomo diminuindo, diminuindo. E eu lembro até hoje que a última porca que gente tinha já botou mesmo com a intenção de acabar mesmo, botou lá para engorda. Mas aqui todo mundo cria. Quase todo mundo ainda cria um porquinho, uma porquinha. Só nós mesmo aqui em casa. Todo mundo cria lá seu porquinho...

(Nilza Vieira, Epaminondas Vieira, Ana F. Viera Lemos e Armônica Vieira, 2011)<sup>91</sup>

Esta conversa se refere à presença de um ativo comércio local. De um lado possibilitava a venda de parte da produção de doces, requeijão e manteiga feitos pela própria família de Nilza, que eram oferecidos na feira local. A pele do bode era mais valorizada que hoje, especialmente quando havia um intenso consumo da carne pelas famílias, havendo pele em certa quantidade, numa época que havia compradores voltados especificamente para esse produto.

Do outro lado era a possibilidade das famílias, como a de Nilza, adquirirem algo que estava faltando num determinado ano ou período - como feijão, arroz, farinha, beiju, cebola, alho, verduras, legumes - ou o que nem produziam - como rapadura, melaço, tabaco, pólvora, tecidos e alguns produtos manufaturados. Assim o comércio local, na feira, de casa em casa,

<sup>91</sup> Conversa realizada na casa de Nilza e Epaminondas, com a participação de Ana e Armônica, em outubro de 2011, durante trabalho de campo para a pesquisa de doutorado

entre vizinhos, entre famílias, estimulava a produção diversificada, e por vezes diferenciada entre as famílias.

Era usual também a partilha de alimentos, hoje realizada de forma menos intensa e mais esporádica, entre famílias mais próximas socialmente.

Entre os vizinhos mais próximos... é quase “natural” das famílias que com certeza conseguem manter esta questão da solidariedade, do costume mesmo, nestes casos se faz isso... Seus vizinhos mais próximos, seus filhos, seus irmãos... quando matam um animal repartem... Esse foi meu irmão Sinésio... aí ele mandou o pernil do bode...Dianteiro, uma parte...

(Nilza Vieira, 2011)<sup>92</sup>

O comércio local era complementado com a vinda de comerciantes de outras regiões, ainda que relativamente próximas. Estes comerciantes estabeleciam relações de confiança com determinadas famílias garantindo suas trocas comerciais. Animais eram trocados por alimentos como arroz, feijão, milho e rapadura.

As relações comerciais com estes comerciantes utilizavam predominantemente trocas não monetárias.<sup>93</sup> Animais eram trocados por sacos de milho, arroz, fardos de rapadura, e outros produtos necessários para o consumo da família ou dos animais. As transações comerciais passavam pela relação direta entre quem comprava e vendia, sem necessitar de agências de fomento, isto é, não se baseavam no crédito bancário.

Mesmo parecendo contraditório, quando passa a ocorrer a perseguição da criação de bodes e ovelhas é simultaneamente o tempo na qual aumentou a procura e venda do animal vivo. Por outro lado diminuiu o consumo local da carne destes animais pelas famílias. Com a estrada aparecem comerciantes de localidades mais distantes e o comércio se realiza em um fluxo mais intenso.

Ao mesmo tempo em que surgem novos compradores para os animais, o mercado local recebe uma diversidade de produtos com preços relativamente mais baixos. Com a queda dos preços há um desestímulo na produção de certos produtos para a comercialização. Também são introduzidos novos produtos, como os óleos vegetais, que vão substituir a gordura animal, como banha de porco e a manteiga, na preparação dos alimentos. Os novos comerciantes desenvolvem relações mais impessoais entre quem compra e quem vende. A monetarização vai crescendo e o crédito bancário passa ser disponibilizado.

---

<sup>92</sup> Entrevista realizada em sua casa, em outubro de 2011, durante trabalho de campo para a pesquisa de doutorado

<sup>93</sup> Não exclusivamente, mas segundo os relatos, predominantemente.

Como já descrito, atualmente as áreas de plantio de alimentos diminuíram em tamanho e número, com relação às gerações anteriores. Em muitas situações essas áreas deram lugar ao plantio de forragens para alimentação animal. O preço baixo dos produtos vindos de fora e a maior procura pela venda de animais vivos estimulam esta mudança. Mas na visão de algumas famílias são as chuvas irregulares que comprometeriam o desenvolvimento dos “plantios”.

Tem outras famílias que plantam mais... mas também não são tantas... Uma das coisas que o pessoal tá apontando mesmo é o descontrole das chuvas. No período que a gente fala ser o período das chuvas, até que chove bastante... tem um mês que chove, como por exemplo no ano passado, no mês de fevereiro choveu muito... não, no mês de março... Choveu bastante mesmo... O final do período das chuvas deste ano mesmo. Choveu e choveu bastante, encheu os tanques, encheu tudo... Fez muita água e tal... Só que um mês de chuva não chega para produzir muita coisa. Para o pasto do campo, para o capim aí é beleza, em um mês de chuva sai muito... Mas agora assim para o milho produzir, o feijão produzir, e tal, não é tanta chuva, mas sim controle de chuva... E na época do pai de Mário,<sup>94</sup> como que você estava falando, produzia pois as chuvas eram mais controladas, eram basicamente seis meses de chuva, de setembro a março, final de setembro, outubro, novembro, dezembro, janeiro, fevereiro e março, eram seis meses de chuva, então o pessoal plantava... Alguns deles até plantavam duas vezes aqui na nossa região... Plantavam, tiravam aquela safra, plantavam de novo e ainda pegavam alguma coisa... E agora está tendo dois meses de chuva por aqui na região nossa... Assim mais controlado, chove dois meses... Você planta e quando chega o mês, chega na posição de você ganhar a produção, falta a chuva... Como a gente está fazendo silo é bom que a gente aproveita de qualquer forma, é um plantio que não está sendo perdido por causa disto. Se ele chegar na posição de um metro, um metro e meio, beleza, já está ganho, se não produz para vagem no caso, mas produz para... eu esqueci a palavra agora... mas produz para fazer o silo... mas o que acontece então, no período igual eles plantavam, como o pai de Mário, roças grandes, chovia “normal”... plantava o milho, que o milho dava, o feijão também dava tranquilo, passava o período da seca toda e ninguém comprava o feijão, era tudo o pessoal que produzia... feijão, milho... Hoje são bem pouquinhos as pessoas que plantam mais um pouquinho... Outra coisa, aqui na região tinha muitas pessoas que tinham casa de farinha.. Era farinha até umas horas quase... ia para o consumo, para despesas e para vender... e hoje praticamente acabou... aqui na “Associação de Várzea Grande” tem um senhor, lá na Queimadinha... chama Alfredinho. Na semana passada teve um pessoal da “Associação da Lagoa das Covas”, que passou aqui, o marido levando a esposa para ver fazer farinha porque nunca tinha visto... Queimadinha é dentro da “Associação de Várzea Grande”. Ele fez farinha este ano. Ele tem a casa de farinha lá, ele tem até bastante mandioca... Eu não sei a quantidade, mas deu bastante farinha este ano. Mas também foi isso esse ano... Algumas pessoas fazem isso mesmo, põe um quintalzinho, para garantir a alimentação do ano, mas a maioria das pessoas, assim para fazer farinha... Quando planta é algum assim, alguns aipinzinho em volta da casa, no quintal. Mas coisa maior assim não tá não... Aqui, no momento, não tem não... Já plantamos... mas agora no momento não... Meu pensamento é que no período das chuvas agora eu

---

<sup>94</sup> Mário Xavier pertence à “Associação de Várzea Alegre” e fez comparações entre o tempo de seu pai e os desafios atuais para manter as áreas de plantio. (CARVALHO, 2008, p. 122-129)

quero plantar um pouco... Você produz e é bom demais... arrancar ali e comer na hora ali...

(Valdemar Santos de Oliveira – Dunga, 2011)<sup>95</sup>

As chuvas irregulares não indicam, isoladas, a redução das áreas de plantio de alimentos. Como relatou Dunga, Alfredinho de Queimadinha mantém certa produção de mandioca e continua com sua casa de farinha funcionando. E Alfredinho possui condições parecidas à de outras famílias. Outra situação é a de Oscar Alves da Silva, pertencente à “Associação de Várzea Alegre”. Ele mantinha uma área com a plantação de arroz vermelho, pelo menos até 2006, quando visitei sua casa durante a pesquisa de mestrado.

A redução no tamanho das famílias, os benefícios sociais garantindo recursos financeiros constantes, a introdução de técnicas agrícolas, o crédito bancário, outras formas de renda e a valorização comercial dos animais devem ser analisadas conjuntamente para compreender a lógica atual na organização e planejamento da produção das famílias.

Pouco a pouco a organização da produção agrícola foi se adequando para atender os atravessadores interessados em comprar o animal vivo para ser revendido. Hoje a venda de animais vivos representa, para maioria das famílias, a principal renda, se constituindo como a produção mais significativa.

Os próprios relatos apontam que antes predominava a produção de animais para o consumo das próprias famílias. Como já relatado, havia também o costume de partilhar a carne do animal abatido com as pessoas mais próximas. Abater animais com o intuito de venda era bastante raro, que ocorria apenas por solicitação, por encomenda. A produção e consumo dos animais pelas próprias famílias era o que predominava.

Mas o consumo de carne dos animais se altera simultaneamente ao início da “luta pelo bode solto” e da implantação do processo de regularização fundiária. A chegada de atravessadores em maior quantidade estimulando o comércio de bodes e carneiros vivos reduz a quantidade destes animais para o consumo das famílias nas localidades de “fundo de pasto”. E em alguns municípios da Bahia a criação de caprinos foi bastante combatida, num contexto na qual se incentivava o consumo de carne de boi, ao mesmo tempo em que a carne caprina era depreciada. Resalto que em vários povoados do sertão da Bahia as famílias deixaram de criar os bodes e ovelhas e o costume de consumi-los cotidianamente foi se perdendo.

Porém os rebanhos das famílias de “fundos de pasto” foram mantidos e até crescendo visando a garantia de renda que se relaciona com a demanda sempre constante dos

---

<sup>95</sup> Entrevista realizada na casa de Dunga, em outubro de 2011, durante trabalho de campo para a pesquisa de doutorado.



atravessadores. As condições da comercialização eram muito determinadas pelos compradores, que na época de maior produção dos animais ofereciam preços relativamente baixos. A “Central de Associações de Fundo de Pasto” passa a organizar os sócios das associações filiadas visando valorizar o preço dos animais. Como uma das ações principais passou a se realizar uma feira anual, desde 2003, intitulada “feira do bode”. Nesta feira além da exposição de animais vivos, há o preparo de uma serie de pratos baseados na carne de bode. Churrasco, guisado, sarapatel, buchada são servidos abundantemente. A “feira do bode” é frequentada por pessoas de vários municípios e tem se destacado como um evento que incentiva o retorno do consumo da carne de bode nas localidades. O evento se tornou tão relevante que as autoridades públicas, como prefeitos, vereadores, deputados estaduais e federais, são presença constante todos os anos. A “feira do bode” passa a ocorrer em uma nova conjuntura. A produção de bodes e ovelhas, que foi perseguida nos anos 1980, passa a ser incentivada por políticas públicas.

Após as primeiras edições da “feira do bode” ocorre uma maior procura pela carne de caprinos na feira semanal em Queimada Nova, que estimula alguns criadores a oferecer animais abatidos e tratados em cortes específicos. Mais recentemente, algumas famílias percebem que a venda de animais vivos pode ser complementada com a venda direta de animais abatidos no mercado. João Batista, de Várzea Grande, juntamente com Dunga, passam a manter um “box” dentro do mercado, oferecendo a carne de bode, todos os sábados, dia da feira semanal.

A iniciativa de vender carne de bode no mercado não fui eu que comecei. Quem começou foi um colega meu. Ele mora bem perto da sede da “Associação de Várzea Grande”... foi o João, ele que começou... aí quando ele começou vendendo lá e tal... mas não é que ele desanimou, é que ele não estava podendo na época, não estava tendo condição de vender, aí ele me chamou, para ver se eu tinha possibilidade de pegar pois ele não queria que parasse... e também na época era um momento... por que a “Central” nos trabalhos, principalmente no início das feiras e tal, a gente tinha um trabalho que era incentivar o pessoal da região à comer a carne de bode, pois o pessoal produzia o bode, vendia mas quase não comia a carne do bode... o bode era consumido aqui na região (antes) ... e aí foi um desafio mesmo voltar a consumir... e o bode que é consumido aqui na região hoje é muito, hoje já se consome muito bode aqui na região. E como eu estava falando, ele tinha interesse que não parasse a venda e eu tinha na época, então eu disse: eu vou pegar... e eu fiquei vendendo um período, fiquei vendendo um bom período, eu vendi um bom tempo lá esses bodes, vendi muito bode ... e foi bom. Não era aquele negócio de ganhar muito dinheiro mas você tinha, em toda feira, um negócio que te dava um retorno, não era muito mas era coisa segura, certa... Só que aí, quando passou o tempo ele estava precisando pegar de novo. Ele disse – “Rapaz eu passei para você” - mas foi conversado que se ele quisesse a voltar a vender eu passava de novo para ele. E aí como ele tinha falado no início e eu peguei e ele falou de novo que ele estava querendo, eu não poderia dizer para ele que não, e aí eu passei para

ele. Então foi assim, não era que eu não estava interessado, mas foi porque ele quis pegar de novo, e eu passei para ele... Mesmo tendo boxes vazios (na feira), só que aí, na verdade, dois, como nós somos aqui próximos, se a gente for vender dois, por exemplo, ter dois boxes vendendo carne de bode, em alguns períodos é bom, mas só que em outros ter duas coisas não vai ser muito bom... tanto na dificuldade de encontrar os bodes como também a condição de venda lá é muito pouca e não vai ter um retorno suficiente, tanto para ele quanto para mim... vai ficar os dois e não compensa... É interessante sim, no caso de ser um, como ele tá vendendo agora... e ele disser – “cansei” – ou - “eu vou precisar sair um pouco”, com certeza ele vai me falar de novo e eu vou voltar a vender...

(Valdemar Santos de Oliveira – Dunga, 2011)<sup>96</sup>

Manter um ponto de venda semanal na feira de Queimada Nova significa para Dunga incentivar e aumentar a oferta e o consumo da carne de bode, incrementando as possibilidades de renda para as famílias, uma vez que há uma diversidade de casas que abastecem o ponto de venda de João e Dunga. A venda na feira incentivou outros pontos de consumo, como nos restaurantes da beira da estrada. Destaque para o restaurante “Bode Assado”, mantido pela família de Ana Clara em Várzea Alegre. Algumas famílias também passaram a fornecer bodes para os restaurantes localizados nos postos de gasolina em Queimada Nova e nas saídas para Brotas de Macaúbas e Oliveira dos Brejinhos. A realização de vendas diretas por encomendas também ampliou as possibilidades de renda das famílias.

Sim, ele está sempre lá. Tem algum sábado que não tem, porque às vezes falta o bode, ou isso ou aquilo, deu alguma zebra, e às vezes não tem, mas... Ali é bom demais... nas feiras que é próximo do início do mês se vende mais... entendeu... na questão do bode lá abatido na feira, como verdura e tudo e tal, as feiras do início do mês vendem mais... Quando chega no final do mês a coisa está mais apertada aí vende menos. Aí quando você está no ramo ali você já sabe quando você mata mais, quando você mata menos... tem o período do final do ano que tem gente que mora em São Paulo e vem passear aqui, e vende demais também, tem vezes que nem dá conta... O período melhor é no final do ano. A gente vende lá, cortado, como muita gente encomenda o bode inteiro. Tem até venda por encomenda... No final do ano tinha semana de matar oito bodes, seis bodes... Isso tudo de encomenda... Não era para levar lá para cortar não... Era só matar, ajeitar e entregar. Quando eu estava entregando lá na feira, matando bode para vender na feira, eu vendia também em outros locais, como lá no posto Luizão, eu entreguei um bom tempo lá, no posto de Queimada Nova também, e na região eu vendia também na semana... eu vendia na feira... aí dava um lucrozinho até bom... Na feira o preço eu acho que está dez reais agora... não tenho certeza absoluta, mas acho que está dez reais... quando as pessoas compram o bode inteiro, aí geralmente a gente faz uma diferença... Por exemplo, se tá vendendo o quilo à dez reais, a gente faz por nove e cinquenta, nove e oitenta... Aí a gente faz uma diferença, não tem jeito, a gente faz...

(Valdemar Santos de Oliveira – Dunga, 2011)<sup>97</sup>

<sup>96</sup> Entrevista realizada na casa de Dunga, em outubro de 2011, durante trabalho de campo para a pesquisa de doutorado.

<sup>97</sup> Entrevista realizada na casa de Dunga, em outubro de 2011, durante trabalho de campo para a pesquisa de doutorado.

Com variações, se percebe a constante predominância da produção de bodes e ovelhas no modo de vida das famílias de “fundo de pasto” de Oliveira dos Brejinhos. A produção está basicamente orientada para venda à atravessadores, mas que hoje mantêm o consumo das famílias produtoras e também a venda para o comércio local.

Inversamente, a produção de porcos foi bastante reduzida e em certas casas até extinta. Uma das explicações é a substituição da gordura de porco pelos óleos vegetais. Mas as modificações na área de livre circulação dos animais também devem ser associadas a esta questão. No caso específico dos porcos a diminuição de aguadas disponíveis para os animais faz com que a criação de porcos soltos seja indesejável, uma vez que estes animais costumam a banhar-se nos tanques quando estes estão rasos, o que coincide com o período mais crítico do período de secas. Segundo os criadores, os porcos reviram a lama do fundo dos tanques, deixando a água turva e com um cheiro desagradável, sendo rejeitada pelos demais animais.<sup>98</sup> Os porcos passam a ser criados presos em chiqueiros, pelo menos na época final da estiagem. Portanto as condições de criação, a substituição da gordura de porco pelos óleos vegetais, e o baixo comércio seriam os fatores que incentivariam a diminuição ou mesmo a interrupção da criação deste animal. Ressalto que algumas famílias permanecem criando porcos em quantidade que possibilite a venda para famílias não produtoras.

Quem compra animal para abater e vender na feira é João. Tanto bode, como porco. De vez em quando até eu faço uma encomenda ou ele aparece aqui. Ele disse que - “Aqui na casa de vocês quando eu tenho, eu nunca deixo de vir.” Ele mata e a gente compra na mão dele... O porco é a oito o quilo. A última carinha não foi a oito. Foi a dez reais. Eu tinha encomendado porco. Desde domingo ele falou que ia matar um porco e eu falei - “pode levar João, que eu quero uns dois quilos”. E outro lá me trouxeram um pernil de bode... Outro dia Jean estava aqui fazendo um reboco aqui. Aí ele aproveitou e chegou vendendo.

(Nilza Vieira, 2011)<sup>99</sup>

Já os quintais se apresentam bastante valorizados em todas as casas que visitei desde 2005. Quase que invariavelmente me deparei com hortas de couve, temperos, condimentos, plantas medicinais, aipim, árvores frutíferas e uma variedade de plantas ornamentais. Basicamente é uma produção destinada para o consumo familiar, ou para abastecer as reuniões e comemorações nas localidades.

A quantidade de hortaliças plantadas hoje é relativamente menor se tomarmos como comparação a época da construção da estrada. Mas a presença de hortaliças é frequente na

<sup>98</sup> Em 2006 acompanhei uma reunião na “Associação de Várzea Alegre” na qual um dos assuntos era a necessidade de uma família se desfazer da produção de porcos que estavam inviabilizando os pontos de aguada mais próximos numa época na qual a estiagem estava castigando os animais. (CARVALHO, 2008, p. 102)

<sup>99</sup> Entrevista realizada em sua casa, em outubro de 2011, durante trabalho de campo para a pesquisa de doutorado

alimentação em todas as reuniões que participei na região desde 1999, e nas minhas visitas às casas das famílias. Nas refeições, especialmente as saladas são compostas por ingredientes produzidos pelas famílias.

As galinhas são outra produção constante encontrada em todas as casas visitadas. Algumas famílias produzem carne e ovos para venda e consumo.

Assim, o bode te dá o dinheiro para comprar outras coisas, mas a galinha também é importante, pois a galinha você consome. Não tem carne aqui, mas tem uma galinha. Essa semana passada mesmo foram três, três por semana... Teve uns dias que nós estávamos com um número de galinhas maior e a gente estava vendendo ovos na feira. Mas a gente vende mesmo é bode. Essa semana a gente vendeu 25 cabeças. A galinha a gente utiliza mais é para o uso. E os ovos, vendemos porque estava sobrando...

(Nilza Vieira, 2011) <sup>100</sup>

Com relação às frutas, em Várzea Grande foi criado um grupo de mulheres que fazem o aproveitamento comercial do umbu, maracujá do mato (extrativismo) e da manga (quintais), através da elaboração de doces e sucos. Este grupo se formou após um intercâmbio com outras localidades de “fundo de pasto” da região do lago de Sobradinho e da região de Uauá<sup>101</sup> chegando a participar do “Programa de Aquisição de Alimentos” (PAA) da “Companhia Nacional de Abastecimento” (CONAB).

Mais recentemente, outro programa nacional, relacionado à alimentação escolar <sup>102</sup> está sendo implantado em Oliveira dos Brejinhos e Brotas de Macaúbas. Algumas famílias começam a se organizar para poderem fornecer para prefeitura alimentos que serão destinados às crianças durante o período escolar. Nele as prefeituras são obrigadas a adquirir ao menos 30% de toda merenda escolar de famílias de “comunidades tradicionais, indígenas, quilombolas e assentamentos de reforma agrária”.

---

<sup>100</sup> Entrevista realizada em sua casa, em outubro de 2011, durante trabalho de campo para a pesquisa de doutorado

<sup>101</sup> Algumas localidades de “fundo de pasto” do lago de Sobradinho e da região de Canudos, Uauá e Curaçá integram a “Rede Sabor Natural do Sertão”. Esta rede se intitula como “um espaço de discussão e articulação política que agrega organizações formais e informais de agricultores, comunidades tradicionais e entidades de apoio à agricultura familiar no semiárido brasileiro”. É constituída por grupos informais e entidades que articulam ações de beneficiamento e comercialização de produtos associados à “Agricultura Familiar”. Afirmam que seus princípios e valores são fundamentados e inspirados na “Economia Solidária” cujo objetivo é fortalecer e afirmar um “novo modelo de desenvolvimento” baseado na cooperação e na solidariedade entre espaços sociais e territoriais. Maiores informações ver site: <http://www.dosertao.com.br/rede-sabor-natural-do-sertao/>

<sup>102</sup> A lei nacional nº 11.947, de 16/6/2009, em seu artigo 14 determina que “do total dos recursos financeiros repassados pelo “Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), no mínimo 30% deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da “agricultura familiar” e do “empreendedor familiar rural” ou de suas organizações, priorizando-se os “assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais, indígenas e comunidades quilombolas.”

A prefeitura tem que comprar 30% da agricultura familiar<sup>103</sup> para a merenda escolar... É nessa proposta do governo federal, que hoje é lei, tem que comprar no mínimo 30% da agricultura familiar. Se eles não acharem 30% no seu município, se não tiver ninguém organizado para atender, eles tem que procurar no município vizinho... Teve um ano que eles se lixaram para procurar, não foi?... Eles tem a secretaria da ação social e outros secretários para fazer isso, a EBDA para fazer isso, mas eles continuaram comprando de quem eles queriam. Aí os movimentos questionaram, via território (da cidadania), começou pressionando mesmo, e eles tiveram que dar resposta. Aí eles correram atrás de alguns agricultores para poder atingir a meta,... O teto máximo do PAA é quatro mil por agricultor, cada produtor tem direito de fornecer por ano... A CONAB é por ano, quatro mil por ano... Alguns produtos, que são mais flexíveis em termos de legislação, (como) para fornecer verdura, bolo, esse tipo de coisa, é mais tranquilo. Mas agora ovos, leite, carne, já é mais difícil. É o que o pessoal da ATES<sup>104</sup> explicou para a gente trabalhar, para gente formar um grupo de cinquenta pessoas, da área de fundo de pasto, para fornecer também (carne), arrumar as famílias... Para quem a gente vai entregar não é o problema. Temos que organizar isso aqui, fazer ser viável, pois tem o abate ser em frigorífico, ter inspeção, para preparar para o público destinatário... E a merenda escolar de qualquer forma exige a inspeção... Os movimentos já tem cobrado essa viabilidade. Eu mesmo e Jani estivemos numa reunião no SEBRAE em Salvador e nós colocamos que diante da situação da legislação atual, nestas condições, jamais teremos condições de colocar um produto no mercado... Como que nós, agricultores, com uma pequena produção vamos chegar no mercado?

(Nilza Vieira, 2012)<sup>105</sup>

Estes dois programas governamentais, PNAE e PAA, e algumas ações de ONGs que objetivam estimular a produção local de alimentos, são fatores que passam a orientar o planejamento da produção das famílias de “fundo de pasto”. A transformação de produtos como as frutas em sucos, doces, geleias, e a confecção de bolos e biscoitos já é uma realidade para algumas famílias. Estes programas são relativamente recentes. As ações das ONGs

<sup>103</sup> A expressão “Agricultura familiar” foi incorporada pelo governo Brasileiro em 1995, por ocasião da criação do “Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar” (PRONAF), sendo utilizada pelos agentes sociais em substituição ao termo “trabalhador rural”. Os sindicatos de Oliveira dos Brejinhos e Brotas de Macaúbas mudaram suas denominações de “Sindicato de Trabalhadores Rurais” (STR) para “Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar” (SINTRAF). Para Wanderley “a agricultura familiar não é uma categoria social recente nem a ela corresponde uma categoria analítica nova na “Sociologia Rural”. No entanto, sua utilização, com o significado e a abrangência, que lhe tem sido atribuídos nos últimos anos, no Brasil, assume ares de novidade e renovação. Fala-se de uma agricultura familiar como um novo personagem, diferente do camponês tradicional, que teria assumido sua condição de produtor moderno; propõem-se políticas para estimular-los, fundadas em tipologias que se baseiam em sua viabilidade econômica e social diferenciada.” A noção de “agricultura familiar” seria uma designação genérica em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo. (WANDERLEY, 1996, p. 2). Não utilizei esta expressão nesta pesquisa em razão de sua pequena “força” explicativa para designar as situações empíricas observadas.

<sup>104</sup> O Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (Ates), implantado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), se apresenta como uma programa que “alia o saber tradicional dos assentados aos conhecimentos científicos dos técnicos.” Maiores informações ver site [http://www.incra.gov.br/sr01/index.php?option=com\\_content&view=category&id=39&layout=blog&Itemid=69](http://www.incra.gov.br/sr01/index.php?option=com_content&view=category&id=39&layout=blog&Itemid=69)

<sup>105</sup> Nilza Vieira forneceu esta entrevista após uma reunião na sede da “Associação de Várzea Grande”, durante trabalho de campo para esta pesquisa de doutorado, em junho de 2012

restritas a pequenos grupos em cada “Associação”. Alguns obstáculos são identificados pelas próprias famílias para inserção nestes programas governamentais e nos grupos de produção das “Associações”.

Estava no início, saiu a proposta que 30% da merenda escolar podia ser do agricultor, ou melhor, teria que ser do agricultor. Aí falaram: “por que você não trabalha com isso já que você tem este talento de fazer (bolos, pães)?”. Eu falei que até agora eu nem sabia. Aí comecei a conversar, falei com os meninos do ATES, que era irmã Nilce, e uma turma que trabalha na EBDA de Ibotirama: “se você estiver disposta a gente vai agilizar para você.” Aí fizemos um projeto, e vai lá mostrar na prefeitura, para a prefeitura aprovar ou não... aí ótimo... eu fiz um primeiro projeto no ano passado... Eles colocaram que eu teria que participar de uma reunião que teria que ter um técnico da prefeitura, um engenheiro para orientar, pois eu teria que construir uma cozinha ou melhorar a minha, pois eu não podia fazer merenda escolar sem um espaço adequado e devido as exigências eu não teria. Mas enquanto isso, na primeira reunião, o prefeito disse: “a gente vai ter que dar um pouco de cobertura nas exigências e vocês colaborarem, pois se vocês convivem numa cozinha na qual a alimentação dos filhos, de seus filhos sai tudo dali, na feira compram tudo o que vocês fazem, por que para escola vai ser tão rigorosa, a exigência para vocês entrarem no programa porque as condições de vocês, a estrutura de vocês não é suficiente...” E ele ainda colocou que ele daria o material e a gente entraria com a mão de obra, mas realmente não foi bem o que ele fez, ele só disse. Mas graças a Deus, com a coragem que eu tenho e a família, enfrentamos e construímos uma cozinha, uma pequena cozinha, e aí eu comecei o ano passado, sem acabamento, só com o telhado e piso rústico, e reboque de parede, mas hoje eu já estou com ela funcionando, com forro...

(Avanyr Rodrigues de Oliveira, 2012)<sup>106</sup>

Para atender “normas sanitárias” as famílias que almejam participar dos programas governamentais relacionados ao fornecimento de merenda escolar estão sendo obrigadas a realizarem investimentos nas condições de suas instalações produtivas.<sup>107</sup> As escolas demandam significativo fornecimento de alimentos, e os programas governamentais estão estimulando a produção de famílias das localidades de “fundo de pasto”. Segundo as lideranças da “Central”, como Nilza e Avanyr, os pais são estimulados a participar do fornecimento da merenda escolar sabendo que os alimentos produzidos serão consumidos pelas próprias crianças das famílias de suas localidades.

<sup>106</sup> Avanyr Rodrigues era na época tesoureira da “Central de Associações de Fundos de Pasto” e forneceu esta entrevista após uma reunião na sede da “Associação de Várzea Grande”, durante trabalho de campo para esta pesquisa de doutorado, em junho de 2012

<sup>107</sup> Várias organizações técnicas, organizações dos movimentos sociais, associações e cooperativas estão argumentando sobre a necessidade de adequação das normas sanitárias ao modo de vida das “comunidades tradicionais”. Uma crítica se refere à própria formulação das normas, que seriam baseadas na lógica da produção industrial/ empresarial e não consideram os conhecimentos tradicionais, diferentes modos de vida e outras racionalidades. Ressalto que as diversas organizações citadas consideram a necessidade de adequações sanitária, mas que uma diversidade de critérios precisam ser considerados, tendo como referência a garantia do fornecimento de alimentos de boa qualidade.

A feira semanal realizada na localidade de Queimada Nova é outro espaço que está relacionado diretamente com a produção e o consumo das famílias. Cabe destacar que a feira é percebida como espaço de trocas e se destaca para além de um local para venda e compra de produtos. Proporciona o encontro entre amigos e parentes, momentos para realização de “negócios” e compartilhar informações. Em alguns relatos aqui já apresentados, a feira é considerada como uma referência para as relações sociais entre as famílias, fazendo parte dos espaços sociais que integram o modo de vida local.

Rapaz, na verdade a gente fala feira, feira, a gente fala feira, por que claro a gente vende algumas coisas, mas é mais assim um ponto de encontro com as pessoas e tal, é mais é para isso... se torna uma feira é claro porque ali se vende cereais, verduras, frutas, e outras coisas... mas na verdade se torna um ponto de encontro, é um ponto de negócios na qual se vende coisas que não são coisas que se vendem na feira... encontra os parentes, encontra os amigos...

(Valdemar Santos de Oliveira, 2012) <sup>108</sup>

Da feira, a gente aproveita e já liga. Se a gente liga de cartão eles pedem para ligar a cobrar. É um relacionamento bom com todo mundo que está lá (São Paulo). Com sobrinho, com tudo...

(Nilza Vieira, 2011) <sup>109</sup>

Um ponto no mercado, no dia da feira, se desdobra em outras possibilidades de venda por encomenda, em contatos diversos para negócios, articulações e mobilizações políticas. É um lugar de visibilidade que propicia a partilha de informações.

Especialmente na época em que os parentes de São Paulo voltam para visitar a família, entre dezembro e janeiro, se intensificam as trocas. A demanda aumenta pela carne de bode, que impulsiona a renda das famílias, como também a demanda por uma diversidade de produtos vindos de outras regiões. Em janeiro ocorre a festa do padroeiro, São Sebastião, da localidade de Queimada Nova, que impulsiona ainda mais as trocas durante os dias de feira.

Na feira circulam informações diversas relacionadas com o preço de produtos agrícolas, a vinda de compradores, a conjuntura político partidária. Oportunidades de emprego em outras localidades da Bahia, ou mesmo São Paulo Rio de Janeiro e Brasília chegam a ser divulgadas. Ir à feira também permite acesso a telefones públicos e a internet.

A feira também é o local que possibilita oportunidades transitórias de vendas. Um exemplo foi relatado por Jurandir, que passou a vender “mudas” de uva durante um tempo que necessitava aumentar a renda familiar.

---

<sup>108</sup> Entrevista realizada na casa de Dunga, em outubro de 2011, durante trabalho de campo para a pesquisa de doutorado.

<sup>109</sup> Entrevista realizada em sua casa, em outubro de 2011, durante trabalho de campo para a pesquisa de doutorado

Eu já cheguei a vender (na feira)... Uns anos aqui atrás eu inventei com minha mãe... Tinha um pé de uva, que aqui para nós é a negra, roxa, conhecida roxa. E o pessoal gosta muito da fruta, e tal e tal, e era muito procurada. E aí eu fui usando o meu “Don”, a minha criatividade, e fui fazendo a muda. E me ajudou. Todo ano eu fazia as mudas e saía nas feiras, por aí vendendo. E gerava renda... Mas depois começou a esfriar... A planta que eu pegava a semente, a muda, morreu e aí eu parei. Sempre é por época, eu vou inventando alguma coisa.

(Jurandir Oliveira Nogueira, 2012)<sup>110</sup>

Quadro 5 – Exemplos de produtos vendidos na feira semanal de Queimada Nova

Feirante	procedência	Produtos Vendidos	Origem dos produtos
Liaci	Flora Oliveira dos Brejinhos	Temperos e produtos medicinais Açafrão, cominho, corante, imburana, erva doce, urucuia, pimenta do reino moída e inteira, alecrin, canela, sal grosso, linhaça, coentro, casca da mangaba, unha danta, romã; barbatimão, aroeira, carobinha	De própria produção, colhidos em sua maioria pela própria feirante.
Jucelino	Bom Sossego Oliveira dos Brejinhos	cheiro verde, mamão, laranja, manga, o licuri, doce de cocada (coco com rapadura), alface	Do quintal de sua casa, destacando que “é natural, sem veneno”
Maria Ferreira e Hildemar Ferreira	Lagoa de Dionísio Ibitiara	Beiju, tapioca, farinha, feijão	Beiju feito por Maria e os demais produtos adquiridos de agricultores da Lagoa de Dionísio
Marilene Oliveira	Pau Ferro Ibitiara	Banana, cebola, pepino, abacate, cenoura, alface, cheiro verde, couve, açafrão, melancia, farinha	A maioria dos produtos vindos de uma localidade denominada Brejos Luíz de Brito, plantado por ela ou comprado diretamente de agricultores. A melancia e a farinha vem de Seabra, comprada de atravessadores.
Marco	Ibotirama	Peixes – Curimatá, Piranha, Tambaqui, Traíra, Surubim, Dourado	Compra no “Mercado de Peixes” em Ibotirama e revende em diversas feiras.

Este quadro ilustra apenas uma pequena amostra de coisas que são vendidas na feira de Queimada Nova. Grande parte do que é vendido é produzido por famílias de agricultores de localidades próximas à Oliveiras dos Brejinhos, em condições de produção bem parecidas à das famílias de localidades de “fundos de pasto”.

<sup>110</sup> Entrevista realizada em sua casa, em junho de 2012, durante trabalho de campo para a pesquisa de doutorado



A festividade que atinge a maior repercussão na região foi denominada de “Feira do Bode” e é organizada pela “Central de Associações de Fundo de Pasto”. Organizada anualmente, esta festa recebe muitos visitantes e sua realização conta com a participação direta das famílias das localidades de “fundo de pasto”. Há uma grande participação de pessoas das cidades próximas, e de pessoas oriundas de localidades mais distantes, como das cidades do Oeste da Bahia, da chapada Diamantina e da beira do rio São Francisco - Ibotirama, Bom Jesus da Lapa, Tabocas do Brejo Velho, Barreiras, Seabra, Irecê, Xique-xique e Barra. A “Feira do Bode” recebe o apoio de diversas organizações, como os “Sindicatos” e as “Centrais Sindicais”, ONGs, igrejas, “Associações”, empresários locais e de grupos de pesquisa de universidades. As desde as primeiras edições da feira há o registro da presença de autoridades públicas, como juízes, prefeitos, vereadores e deputados. Para as famílias das “Associações de Fundo de Pasto” a realização desta festa demonstra a força política organizativa, e simboliza a vitória da “Luta do Bode”.

A feira do bode, ela é, vamos dizer assim, hoje ela é um instrumento, uma participação que tem do pessoal que leva pra nossa região um desenvolvimento muito grande. É mostrar o trabalho do nosso agricultor. É tudo assim, uma coisa que a gente vinha esperando muitos anos e graças a deus a gente conseguiu chegar, começar esse trabalho. Hoje pra nós ela tem um desenvolvimento assim muito grande na região e eu acho que no estado também. E a feira pra nós hoje, pro agricultor, acho que é tudo, porque assim, onde ele pode mostrar o seu trabalho, onde ele pode vender o seu produto... fazer aquilo que tanto quis fazer. A gente está tentando livrar um pouco a questão dos atravessadores que vem através dessa feira a gente vem tentando isso... A feira no contexto social tem um desenvolvimento muito grande. Pra nós, vamos dizer assim, a feira é uma coisa que pra nós foi muito bom. Eu não sei se todos concordam com isso, mas pra mim a feira chegou assim pro agricultor uma coisa que veio para ficar e também pro agricultor chegar e mostrar o seu trabalho. O trabalho de venda dos bodes, exposição de venda, venda de doce, venda de tudo que o agricultor tem na região, o artesanato, tudo que a gente possa estar trazendo, a gente traz para essa feira. Então pra mim a feira tem um trabalho assim muito grande, muito bom dentro do contexto da agricultura familiar.

(Edite Alves de Oliveira, 2010) <sup>111</sup>

A “Feira do Bode” se estabelece como um espaço de afirmação política. Articula a exposição e venda de animais, com a preparação dos alimentos baseados na carne de bode e que são servidos durante o dia da feira. Realizam-se oficinas, reuniões de trabalho, palestras. Montam-se barracas para exposição de diversos produtos agrícolas e artesanais, e também de trabalhos e atividades realizados propiciando uma visão diversificada sobre o modo de vida

---

<sup>111</sup> Depoimento proferido durante a “oficina de mapas” para a confecção da cartografia social que resultou na publicação do Fascículo “Fundos de Pasto: Nosso Jeito de Viver no Sertão. Oliveira dos Brejinhos e Brotas de Macaúbas.” (CENTRAL DE ASSOCIAÇÕES DE FUNDO DE PASTO DE OLIVEIRA DOS BREJINHOS E BROTAS DE MACAÚBAS, 2012)

das famílias. Algumas atividades culturais são apresentadas – poesias, cordéis, chulas, músicas regionais - em um palco montado e que anima todo evento.

Lideranças como Nilza, Avanyr, Dunga e Valter percebem que a renda familiar cresce com as novas possibilidades de venda. A busca por uma melhor renda estaria impulsionando mudanças na organização da produção e por consequência uma reorientação das propriedades de acordo com a lógica da racionalidade técnica. Uma das decorrências desta reorientação é a maximização do aproveitamento das áreas para criação de cabras e ovelhas. Outra decorrência de uma maior renda monetária é a possibilidade de adquirir alimentos no mercado.

Enquanto que a busca por uma maior renda orienta a produção de animais e a redução das áreas de plantio de alimentos, um excedente monetário propicia a aquisição de alimentos que não são produzidos pelas famílias, através da compra nos mercados. Sublinho que a renda obtida pelas famílias são de diversificadas fontes e atividades.

Dunga tem na profissão de pedreiro uma forma de complementar a renda familiar. Por muitas vezes foi a São Paulo, onde identifica que há maior oferta de emprego e melhores salários. Mas desde em 2011 exerce a atividade de pedreiro unicamente na região de Oliveira dos Brejinhos. Para Dunga a atividade de pedreiro, que desenvolveu em toda sua vida adulta, é apenas um complemento da atividade que ele considera como principal, a criação de cabras e bodes. Valter segue uma estratégia parecida a de Dunga, e busca na profissão de pedreiro uma renda que propicia investimentos, como a construção de sua casa, a aquisição de um carro e o próprio investimento na organização produtiva de sua área. Diferentemente, Jurandir considera a atividade de pedreiro como sua atividade principal, delegando a sua esposa Andréia os cuidados com os animais.

Trabalho de pedreiro... porque é assim... as coisas são interessantes... quando tinha muita gente aqui que trabalhava de pedreiro, faltava serviço. Hoje falta quem faz. Eu mesmo digo o seguinte, tem tanto serviço agora, eu peguei um serviço ali, serviço de acabamento de uma casa, e eu sinceramente estava querendo dispensar. Pois eu estou terminando um que eu estava fazendo em Brejinhos, tem um outro encostado do mesmo dono, que tá querendo que eu faça e eu não vou ter possibilidade de fazer, peguei esse outro e aqui tem uma série de serviços para fazer. Tem uma casa da minha irmã ali que é para terminar de fazer, também. Então não tem é tempo suficiente para fazer as coisas, fazer todos os serviços. E aqui é o seguinte, você trabalha, trabalha, mas o ganho é muito pouco. Por isso que faz a diferença ir para São Paulo. Ficar de cinco à seis meses, de quatro a seis meses, dá para ganhar um dinheiro. O dinheiro que lá eu ganho em quatro meses, aqui eu trabalho um ano e não consigo ganhar. A diferença é muito grande. Com relação a falta de pessoas para fazer o serviço é porque uns já não estão trabalhando mais pois já tem uma idade mais avançada e não estão mais trabalhando. E outros estão para SP. Devido à São Paulo ficar muito bom de

serviço na área de construção civil, aí a maioria dos pedreiros daqui da região foram para São Paulo. Alguns estão morando lá, outros vão lá. Vem e ficam poucos dias aqui e nem querem trabalhar, pois querem descansar um pouco. E aqui também tem necessidade de fazer os trabalhos, mas está faltando mão de obra. Quem trabalha de pedreiro aqui hoje, vão dizer assim, pessoas que estão habilitadas, qualificadas para trabalhar de pedreiro, não tem, muito pouco os que têm e não se dá conta do serviço para fazer. Mas esse trabalho de pedreiro não é o que eu quero para mim não. É só porque agora no momento é uma opção. Na verdade, o meu pensamento é terminar de cercar um terreno que eu comprei, porque eu quero investir principalmente na ovinocultura, que é o que eu quero criar mais. Assim que terminar de fechar este terreno, quero deixar esse ramo de pedreiro e investir só nisso daí, quero trabalhar com a caprino e ovinocultura.

(Valdemar Santos de Oliveira, 2011)<sup>112</sup>

Aldeir, esposa de Dunga, também se dedica a algumas atividades para complementar a renda da família. Vende produtos cosméticos industrializados, ovos de galinha caipira, sabão, que ela mesma faz, e revende pamonha na feira de Queimada Nova.

Já tem mais de dez anos que eu vendo Avon. E agora, de dois meses para cá eu estou vendendo pamonha na feira... eu compro em Seabra e vendo na feira... Todo sábado de manhã cedinho, por volta de umas cinco meia, seis horas, tem um ônibus da novo horizonte que vem de Seabra, aí ela manda por este ônibus e entrega lá no posto de Queimada Nova. Vem no isopor, e chega ainda quentinha. Porque o isopor conserva. O preço que eu pego lá por unidade é setenta e cinco centavos e aqui eu vendo por um e cinquenta. Lá em Seabra ela vende a um real a pamonha. Mas como eu compro em grande quantidade eu perguntei se não dava para fazer mais barato. Mas tem também a despesa que tem que pagar para vir... Antes até o isopor para ela me mandar eu tinha que pagar também... são dois, grandes... aí eu pagava dez reais só para pagar os isopor... Aí eu consegui uma pessoa que mora lá em Seabra e ele tem um caminhão que vem para feira... Assim logo que eu vendo as pamonhas eu já mando os isopor de volta por ele e ele não me cobra nada... E eu vendo tudo, duzentas pamonhas todo sábado. Pamonha numa época desta por aqui é novidade, pois sempre que tem destas coisas é na época da chuvas, que está produzindo o milho. E o pessoal gosta. Tem uns que já deixam encomendado com medo de faltar... Aqui na nossa região, devido estar tão seco, está sendo uma novidade, quase... Tem algumas crianças que não conheciam pamonha... Lá mesmo chegou pessoas dizendo que os filhos não conhecem pamonha. Que antes de fazia muito, agora... diminuiu bastante e tem gente que nem faz.

(Aldeir Guimarães Oliveira, 2011)<sup>113</sup>

Aldeir relata sinteticamente toda a logística montada para revender as pamonhas na feira de Queimada Nova, mas que são preparadas por uma senhora em Seabra. Ela se articulou com outros comerciantes que vêm de Seabra para feira toda semana. E a pamonha, que antes cada família produzia a sua, estava em falta, especialmente pela dificuldade na

<sup>112</sup> Entrevista realizada na casa de Dunga, em outubro de 2011, durante trabalho de campo para a pesquisa de doutorado.

<sup>113</sup> Entrevista realizada na casa de Aldeir, em outubro de 2011, durante trabalho de campo para a pesquisa de doutorado.

produção do milho em decorrência do período de seca. Em agosto de 2013 estive com ela, que contou que continuava a vender a pamonha.

Outro produto bastante procurado são os ovos caipira, produzidos por galinhas criadas no quintal das famílias. Aldeir também costuma vender ovos na feira, mas no tempo das chuvas quando a produção é maior. Na época de seca a produção é para o próprio consumo da família, tendo algumas vezes a necessidade de comprar. O sabão consumido é outro produto que Aldeir mesmo prepara. Além de utilizá-lo em casa faz vendas sob encomenda. Aldeir se mostra atenta para coisas que podem ser comercializadas, tanto na feira, como por venda direta. Mostra desenvoltura em tratar com as pessoas.

Na época das águas produz bastante ovo, mas na seca assim, não produz muito não... Nas águas mesmo, no mês de janeiro, eu vendi tanto ovo. Quando chove que vem o verde, então elas botam bastante... A venda é para alguém daqui da região mesmo que não cria galinha, é para essa gente mesmo. Mas também se faz doce, se faz brevidade, o consumo também gasta um pouco e a família é grande e gosta de ovo também... Eu falei que as galinhas na época das chuvas que botam bastante, mas a quantidade das galinhas não é suficiente para ter muita produção. Os ovos consomem mesmo aqui na região... É muito difícil a gente comprar. Mas às vezes a gente quer fazer alguma coisinha que vai mais ovos e a gente precisa comprar para poder interar o da gente. Mas na maioria das vezes não se compra não, como agora, não dá para vender, mas não precisa comprar não, para o consumo dá... Mas eu gosto de negociar... Sabão eu não compro não... Sabão em pedra eu mesmo que faço... quer ver o sabão que eu faço, é de sebo de bode... Eu faço sabão para consumo e vendo, também dou... Mas a venda é só para alguém que encomenda, as vezes alguém não sabe fazer e pede para eu fazer. Aí eu já ganho dinheiro para fazer... Outro dia mesmo eu fiz duas receitas para uma mulher... É muito bom o sabão, dá para lavar roupa, lavar louça...

(Aldeir Guimarães Oliveira, 2011)<sup>114</sup>

Jurandir e Andréia também mostraram estar atentos a coisas que possam ser comercializadas. Mudanças de plantas, sementes de capim foram dois exemplos de coisas vendidas pelo casal para incrementar a renda familiar.

Os benefícios sociais complementam a renda das famílias. As pessoas da casa de Nilza contavam com a aposentadoria e a pensão que sua mãe recebia, além da aposentadoria de seu irmão. Elias e sua esposa recebem aposentadoria. Na casa de Dunga, Valter e Jurandir há a complementação da renda com a bolsa família. Os benefícios sociais são rendas consideradas importantes e que ajudam a incrementar a renda da família.

Os deslocamentos para São Paulo antes de serem um indício de um processo de proletarização consistem numa estratégia para aumentar a renda. As casas da família de

---

<sup>114</sup> Entrevista realizada na casa de Aldeir, em outubro de 2011, durante trabalho de campo para a pesquisa de doutorado.

Dunga e Valter foram construídas com o salário que cada casal obteve quando foram trabalhar especificamente para este fim. Também esta foi a forma encontrada por Dunga comprar uma moto, e como já mencionado, Valter comprar um carro. Entre 2009 e 2010 Dunga também esteve trabalhando em São Paulo, sendo que Aldeir ficou cuidando dos filhos, da criação, do plantio e de outros negócios da família. A renda obtida neste tempo se direcionou para organizar as áreas para a criação dos animais

São Paulo... é uma cidade que a maioria daqui conhece, já tem alguns irmãos, o pessoal da família que mora lá, alguns moram lá, e tem acesso a trabalho também. E é até hoje assim, das cidades brasileiras que eu conheço, que eu consigo ganhar algum dinheiro, é lá. Aqui para se manter assim, com alguma dificuldade a gente vai se mantendo, mas se quiser fazer alguma coisa assim que depende um pouco mais de dinheiro, eu só tenho conseguido quando eu vou lá, sinceramente. É assim mesmo no caso de comprar moto, essas coisas assim, alguma coisa que eu tenho, foi o dinheiro foi de lá... Por exemplo é essa casa aqui mesmo, pois quando a gente construiu nós fomos trabalhar em São Paulo. É, na época só tinha as duas meninas, Artemísia e Andressa, e aí eu fui mais Aldeir trabalhar e deixamos elas aqui. Trabalhamos um tempo lá, pagamos para levantar a casa, compramos material, e pagamos para fazer. Quer dizer, fazer em parte, pagamos para levantar só, aí nós viemos, eu vim primeiro ela ficou lá, aí o resultado foi eu mesmo com umas pessoas daqui que terminei, quando eu cheguei eu terminei de fazer. Mas aqui, o que você produz aqui... se dá é para despesa. Se quer alguma coisa assim, não dá não... tem de trabalhar aqui ou... Uma parte da renda nossa aqui, vem da criação de pequeno porte, junto com o gado a gente cria um pouco de gado, sabe, mas o restante é eu trabalhar por aí, de pedreiro, Aldair vende umas coisas por aí, faz os negócios dela, então...

(Valdemar Santos de Oliveira, 2011) <sup>115</sup>

Uma diversidade de atividades são estrategicamente planejadas para a manutenção do modo de vida das famílias – criação de animais, pequenos plantios, extrativismos, benefícios sociais, venda de produtos diversos e atividades não agrícolas, que incluem o deslocamento para São Paulo.

Nos últimos quarenta anos as áreas de plantio de alimentos foram sendo transformadas em áreas destinadas à criação de cabras e ovelhas. As famílias apresentam em seus quintais uma produção diversificada, com hortas, frutas, plantas medicinais e ornamentais. O mercado local se apresenta com relativo vigor, sendo que era abastecido, predominantemente, pelas próprias famílias de localidades próximas. Hoje os gêneros alimentares que abastecem este mercado procedem de localidades mais distantes, especialmente o arroz, açúcar, café, macarrão, óleos vegetais, molho de tomate, farinha de trigo e de mandioca. O milho e sorgo que são destinados aos animais também não são

---

<sup>115</sup> Entrevista realizada na casa de Dunga, em outubro de 2011, durante trabalho de campo para a pesquisa de doutorado.

produzidos localmente. As próprias sementes usadas, muitas delas estão sendo adquiridas no mercado, na feira, e deixando de serem reproduzidas pelas famílias. As famílias ficam submetidas a produtos que não mais controlam a qualidade, como é o caso de produtos que receberam o uso de venenos no manejo agrícola ou oriundos da utilização de sementes geneticamente modificadas, conhecidas como transgênicas.

A relação entre a produção e consumo se alterou consideravelmente nestes últimos quarenta anos, tempo que ocorre uma maior monetarização da economia. A criação de animais, antes soltos em uma vasta área, hoje está restrita às áreas abertas, inseridas no perímetro cercado que corresponde a cada associação. A produção de galinhas para o abate e os ovos, os produtos da horta, as plantas medicinais, e o feijão das áreas de plantio são os destaques da produção para o consumo. A criação de animais para comercialização é a base da produção das famílias das localidades de “fundo de pasto” dos municípios de Oliveira dos Brejinhos e Brotas de Macaúbas.

#### **FUNDO DE PASTO: TERRA “COLETIVA” DE “USO COMUM”**

A descrição apresentada se refere a situações localmente observadas no decorrer do trabalho de campo para a elaboração desta tese, e que fornecem elementos para identificar e analisar as noções de “coletivo” e “uso comum” utilizadas pelos agentes sociais aqui caracterizados como referidos a “comunidades de fundos de pasto”. Estas noções possibilitam, por sua vez, elementos para apoiar a compreensão do significado do termo “Fundo de Pasto”, que passou a identificar as famílias de determinadas localidades dos municípios de Oliveira dos Brejinhos e Brotas de Macaúbas.

As terras que estas famílias ocupam tradicionalmente eram consideradas “soltas”. Uma terra ser denominada “solta” designa que alguns recursos, que nela se encontram, estavam “abertos” ao uso “público”. Particularmente em localidades de Oliveira dos Brejinhos e Brotas de Macaúbas, esta denominação, “soltas”, se referia à possibilidade para o pastejo de animais. Esses animais pertenciam à diversas famílias de distintas localidades, e circulavam em uma área relativamente extensa e considerada de “uso comum” a todos. Embora os animais pudessem caminhar por uma grande extensão de terras, estas pertenciam a distintas famílias e sua posse era reconhecida por todos os circundantes.<sup>116</sup>

Portando uma terra podia ser considerada “solta” e ao mesmo tempo ser identificada uma relação de posse individual ou familiar sobre ela. Nestas posses, segundo o costume,

---

<sup>116</sup> Exceção feita aos topos de serras na qual não se identificavam pertencer à algum dono.

apenas pequenas partes deveriam ser cuidadosamente cercadas, tornando-as inacessíveis aos animais. Estas partes cercadas encontravam-se inseridas nas “terras soltas”. Correspondiam aos quintais, aos locais de moradia, às hortas, às áreas de plantio e a algumas aguadas.

Ações do Estado modificaram a disponibilidade das “terras soltas”. Destaco a construção das rodovias que cortaram as terras, a disponibilização de créditos bancários para fomentar a produção de monocultivos agrícolas e o posterior processo de regularização fundiária das terras. Estas ações do Estado motivaram distintos interesses que almejavam as terras da região, especialmente as próximas às rodovias. Valorizadas simbólica e monetariamente, as terras foram alvo da ação de grileiros.

Como forma de proteger as terras da espoliação pela grilagem, as famílias passaram a cercar suas posses. Grupos de famílias se organizaram e passaram a cercar os limites de áreas que confrontavam com as áreas invadidas pelos grileiros. Como já descrito neste capítulo, foram denominados de “círculo comunitário” os espaços físicos que tiveram seu perímetro totalmente cercado. As terras inseridas em cada perímetro foram vinculadas a uma “Associação”, que passou a representar institucionalmente as famílias que nele possuíam áreas. As cercas que formam cada perímetro não permitem a passagem de animais, tanto de grande como de pequeno porte. Embora a ação de cercar os limites foi bem sucedida em inibir o avanço da grilagem, este momento marca a redução da área disponível para o pastejo dos animais, marca a passagem da “terra solta” para o “fundo de pasto”. Na concepção dos agentes sociais, as terras deixaram de ser “soltas”, passaram de um uso público para um uso restrito às famílias que possuíam áreas dentro deste perímetro.

Por ação da regularização fundiária as terras dentro do perímetro foram divididas em duas “categorias”: áreas “individuais” e uma área “coletiva”. As áreas das diversas famílias foram denominadas de áreas “individuais”. As terras que estão nas áreas “individuais”, e que não são cercadas, são consideradas “abertas”, estando disponíveis para o pastejo dos animais. Nas terras “abertas” que se localizam nas áreas “individuais” o uso para o pastejo é denominado de “uso comum”, ou simplesmente de “comum”.

Já o termo área “coletiva”, ou simplesmente “coletivo”, é usado para designar a área que foi registrada em nome de uma “Associação” criada durante o processo de regularização fundiária. A área ser de uma “Associação” significa que pertence a todos os sócios e permanece “aberta”, possibilitando que dentro de cada perímetro os animais possam circular livremente.

A terra é considerada “coletiva”, mas não os recursos que estão nela. Parte dos recursos são de uso comum, mas sua apropriação é individualizada por casa ou família. Assim aguadas, frutas, plantas para o pastejo animal e para uso medicinal, madeiras “secas” são consideradas de “uso comum”. Há, entretanto, alguns recursos que são mantidos indisponíveis, como as madeiras “vivas”<sup>117</sup>, a própria terra, isto é, o solo como um recurso natural, e os minerais que se encontram no subsolo.

As frutas após serem colhidas e os animais que pastejam nas terras “abertas”, estejam elas em áreas “individuais” ou “coletiva”, são de propriedade individual ou familiar. Não registrei a presença de plantios ou criações “coletivos”, isto é, que pertençam ao conjunto de associados, ou há grupos de família. Quando uma associação ou mesmo a “Central de Associações” necessita de recursos para alguma atividade, como o deslocamento de representantes para uma reunião distante ou a compra de materiais, como arames para reforçar o perímetro da “Associação”, as famílias costumam a doar animais para a arrecadação de recursos e assim efetivar a realização da atividade de interesse de todos.

O termo “coletivo” também é designado para nomear os trabalhos realizados conjuntamente pelos sócios, isto quando voltados para beneficiar a associação como um todo. Um exemplo deste trabalho denominado de “coletivo” é a construção ou a manutenção de cercas que limitam a área da associação com seus vizinhos. Outro trabalho realizado “coletivamente” são alguns serviços de preparação de festas, como o da “Feira do Bode”.

Os trabalhos “coletivos” se diferenciam do “trabalho em grupo”. São designados como “trabalhos em grupo” os trabalhos realizados conjuntamente por um grupo restrito de pessoas. O rendimento das atividades realizadas conjuntamente são repartidos apenas para os membros do grupo. Este é o caso do “grupo de mulheres”, que beneficia frutas na sede da “Associação de Várzea Grande”. Dividem a renda gerada pela venda de doces, geleias e sucos, apenas entre quem participa das atividades de beneficiamento.

Feitas as devidas distinções nas designações dos termos, a formação de uma “área coletiva” em cada perímetro cercado foi uma ação utilizada pelos representantes das famílias, quando perceberam a redução drástica das terras disponíveis para o pastejo dos animais. A redução aconteceu em um período relativamente curto, na qual uma ampla área de terras “soltas” foi reduzida para as terras “abertas” restritas em cada um destes perímetros. Os diretores da “Central de Associações” relataram o temor de que as terras localizadas nas áreas

---

<sup>117</sup> As madeiras “secas” são restos de árvores que já estão mortas e servem especificamente para lenha doméstica. As madeiras “vivas” são as madeiras retiradas de árvores ainda vivas e a depender da árvore se destinam especificamente para a construção de casas e cercas, ou para lenha doméstica.



“individuais” de cada família fossem gradativamente cercadas, reduzindo ainda mais as áreas disponíveis ao pastejo dos animais. A criação da área “coletiva”, inspirada no exemplo das áreas de “fundo de pasto” da região de Uauá, nordeste da Bahia, passou a caracterizar as famílias também de Oliveira dos Brejinhos. A denominação “fundo de pasto” passa então a nomear uma área reservada para o “uso comum” e vai identificar o modo de vida das famílias que são representadas institucionalmente por “Associações” e pela “Central de Associações de Fundo de Pasto”. Estas famílias passam a se articular e a se organizar conjuntamente visando o fortalecimento do seu modo de vida, caracterizado pelo “uso comum”, especialmente para a criação de animais e extrativismo de frutas e plantas, conjugado com a realização de uma agricultura em pequenas áreas. Mesmo decorrentes de um mesmo processo de territorialização, as famílias apresentam territorialidades específicas, como pode ser observado na descrição relacionada às cinco famílias que integraram esta pesquisa. O conjunto de famílias que se organizam em cada perímetro e são representados institucionalmente por uma “associação” passam então a coletivamente se autodenominar de “Comunidades de Fundo de Pasto”.

Do ponto de vista da produção, há trinta, quarenta anos atrás existiam grandes reservas de mata virgem, de caatinga virgem por este sertão a fora, coisa que hoje já não existe mais. A questão “Fundo de Pasto” é muito positiva, mas ela foi criada não assim exatamente um “Fundo de Pasto”, ela teve todo um processo de degradação da nossa caatinga desse nosso sertão que nos levou a conclusão que para continuarmos criando os bodes nós precisávamos dos “Fundos de Pasto”, de um lugar reservado para que essa criação ficasse solta. Esse é um fator. Um outro fator foi a questão da grilagem, os fazendeiros chegaram num determinado momento que vinham fechando o cerco e nós que somos produtores, pequenos produtores vínhamos nos sentido sufocados. Então as organizações, igrejas, sindicatos de trabalhadores rurais, as ONGs daqui da região se reuniram, fizemos documentos de reivindicações para o governo do estado até chegarmos hoje nesta coisa que chamamos de “Fundo de Pasto”. E por incrível que pareça ainda tem pessoas que necessitam, que dependem destes “Fundos de Pasto” que não compreenderam o valor que ele tem, a necessidade da gente de manter estes “Fundos de Pasto” ativos e organizados, para garantirmos o sustento de nossa famílias através da produção de frutas, de ovinos, de todas as atividade econômicas que a gente exerce dentro destas áreas”

(Gilson Paulo Moreira, 2006) <sup>118</sup>

A argumentação de Gilson Moreira demonstra a consciência ambiental que orientou a criação das áreas de “fundo de pasto”. Algumas famílias, não todas, buscavam garantir que uma área ficaria “aberta” possibilitando o “uso comum”. Dentro de cada perímetro cercado foi estabelecido que todas as áreas individuais deveriam fazer fronteira com a área de “fundo

---

<sup>118</sup>Entrevista realizada na festa IV Festa do Bode, com Gilson Paulo Moreira, pertencente à comunidade de Jatobá, em 30/07/2006, durante trabalho de campo para a pesquisa de mestrado intitulada “Fundos de Pasto: Organização Política e Território” (CARVALHO, 2008, p. 80)

de pasto”. Essa proposição permitiria que cada família pudesse deixar aberta uma passagem entre suas áreas “individuais” e a área de “fundo de pasto”, ampliando a área de “uso comum” para todas as áreas individuais “abertas”. Essa ação permitiu uma área maior para a pastagem dos animais, e ao mesmo tempo um menor impacto dos animais sobre os recursos localizados no “fundo de pasto”.

Pode-se afirmar que as famílias se organizaram em “comunidades” para a manutenção do “uso comum” dos recursos naturais. A preocupação com a gestão dos recursos, objetivando sua sustentabilidade, representa a garantia dos meios de reprodução das famílias. Por muitos anos os recursos naturais estiveram sob o “uso comum” sem serem esgotados. Este caso em questão pode ser relacionado com os estudos elaborados pela cientista política Elinor Ostrom<sup>119</sup> na qual afirma que “comunidades” são capazes de gerir recursos em comum de forma mais sustentável que o Estado ou que proprietários privados. (OSTROM, 1990) As ações do Estado, aqui já enfatizadas, acarretaram em uma mudança brusca no estoque de terras “soltas”. A crescente utilização de cercas para proteção contra a grilagem, e mais atualmente, as orientações técnicas para manejo dos animais em forma de confinamento, despertam os agentes sociais para a necessidade de reformulação de suas estratégias de sustentabilidade. A criação do “fundo de pasto” se constituiu como uma destas novas estratégias.

O processo de regularização fundiária teria transcorrido de forma mais célere se só fossem levadas em consideração as áreas de cada família, que correspondiam mais aproximadamente às formas previstas no ordenamento jurídico da ação do Estado. A reivindicação pela implantação de uma área de “fundo de pasto” como estratégia de proteção “coletiva” para garantir a preservação de uma parte da área, e assim a garantia do “uso comum”, interpôs uma série de impasses à realização do processo de regularização<sup>120</sup>, uma vez que os agentes do Estado tinham dificuldade de estabelecer uma normatização para tal ação.

No início dos anos de 1980, o ordenamento jurídico do Estado não se alinhava às formas de uma territorialidade que não corresponde ao formato da titulação de parcelas ou lotes individuais. (ALMEIDA, 2008a, p. 17-18)

---

<sup>119</sup> Elinor Ostrom recebeu o Prêmio Nobel de Economia em 2009. O prêmio foi concedido por seus estudos e análises relativos à “governança econômica” e “governança comunitária”, dedicados em grande parte à “gestão comunitária” de recursos de uso comum.

<sup>120</sup> Nos capítulos posteriores serão elencados os principais impasses à realização do processo de regularização fundiária das áreas de “fundo de pasto”.

Os fundamentos do ordenamento jurídico do Estado se baseiam na intensificação do processo de privatização das terras públicas como forma de dinamização do mercado de terras e assim na mercantilização dos recursos naturais. Considera as práticas de “uso comum” como “rudimentares” e “primitivas”, características de economias arcaicas, marcadas por irracionalidades, que se contrapõem ao desenvolvimento tecnológico, e provocariam a imobilização dos recursos básicos, impedindo que as terras e os recursos naturais fossem transacionadas livremente como mercadorias. (2011, p. 13-14)

A saída encontrada, pelos técnicos responsáveis pelo processo de regularização fundiária e pelos procuradores do Estado, foi a de regularizar a área de “fundo de pasto” como propriedade privada em nome de uma “Associação” que representasse o interesse das famílias que estavam reivindicando a implantação de tal área. A criação das “Associações” foi, portanto, uma exigência do Estado, que através de uma instituição legalmente constituída como entidade jurídica pudesse adquirir a propriedade da terra. Os “fundos de pasto” de Oliveira dos Brejinhos e Brotas de Macaúbas foram criados desta forma.

A formulação jurídica que enquadrou as áreas “individuais” e as áreas de “fundo de pasto” como propriedade privada, com inscrição no cartório de imóveis, propiciou que ambas adentrassem ao mercado formal de terras<sup>121</sup>. Simultaneamente foi uma forma de considerar as práticas de “uso comum”. Essa consideração só foi possível mediante a ação organizada e articulada de diversas famílias localizadas em diferentes regiões do Estado da Bahia e que passaram, como em Oliveira dos Brejinhos, a se autodenominar como “Comunidades de Fundo de Pasto”.<sup>122</sup>

Neste sentido o caso das “Comunidades de Fundo de Pasto” da Bahia contraria interpretações baseadas em formulações evolucionistas e deterministas que reiteram uma “crise dos comuns”, associada à uma “crise do tradicional”. Essas interpretações apontam para o “trágico declínio” ou de uma “tendência inexorável ao desaparecimento” das modalidades de “uso comum” (ALMEIDA, 2008a, p. 20). Ao se articular com outros grupos sociais e povos tradicionais - povos indígenas, comunidades quilombolas, de pescadores, movimentos de luta pela terra - as “Comunidades de Fundo de Pasto” propiciam elementos suficientes para a compreensão do que está realmente em “crise” é a interpretação que

---

<sup>121</sup> Atualmente esta formulação encontra resistência na própria Procuradoria Geral do Estado da Bahia (PGE/BA). Para isso os procuradores se baseiam em uma interpretação da Constituição Estadual de 1989, alegando que a terra pertence ao Estado e que não se poderia conceder um título de propriedade, e sim a concessão do direito real do uso. Essa interpretação está se referindo apenas à área de “fundo de pasto”. No último capítulo desta tese irei adentrar mais detidamente nos argumentos dos procuradores da PGE/BA e suas consequências.

<sup>122</sup> No capítulo seguinte vou relacionar a situação empírica aqui descrita com realidades de outras “Comunidades de Fundo de Pasto” localizadas em outras partes da Bahia.

propaga a “capacidade das instituições que regulam o mercado” em orientar ações que visem a sustentabilidade ambiental. (ACSELRAD, 2012, p. 9-15)

O momento da passagem de uma situação de “terras soltas” para outra, a de “fundos de pasto”, pode também ser visualizado no desafio para atualização das formas de gestão do “uso comum”. Nesta perspectiva precisamos visualizar as condições de possibilidade para atualização das normas e dos conhecimentos tradicionais dos agentes sociais que partilham o “uso comum” dos recursos.

Os conhecimentos tradicionais e as normas que regulam o “uso comum” dos recursos mudam consoante os processos de transformações sociais. (ALMEIDA, 2011, p. 20) No caso aqui estudado, percebe-se um processo de intensa mobilização em torno da afirmação de direitos territoriais que propiciaram a consolidação de formas organizativas em torno de uma categoria específica de autodefinição: “Comunidades de Fundos de Pasto”. Estas formas organizativas se apresentam como uma identidade coletiva que fortalece estruturas comunitárias e as práticas de “uso comum”. Possuem autonomia organizativa, representada formalmente pelas “Associações”, pela “Central de Associações” e pela “Articulação Estadual de Comunidades de Fundo de Pasto”.

Nesse caso a relação afetiva não é sinônima de relações tradicional, como poderia sugerir uma leitura estrita das interpretações weberianas. O sentido de uso comum mostra-se político denotando uma autoconsciência cultural e um certo “jeito de viver” tradicionalmente, que implica uma ação política coletiva, seja no sertão ou na floresta, no litoral ou nos lagos da região amazônica. (2011, p. 20)

As novas formas de organização passam a fazer parte da vida das famílias de “comunidades de fundo de pasto” e podem ser observadas em distintos grupos sociais, como povos indígenas, comunidades quilombolas, quebradeiras de coco babaçu, faxinalenses, pescadores. Estas formas organizativas não se restringem à contratos formais entre sócios que comumente são relacionados à relações associativas. Também não se restringem à grupos étnicos ou de parentes, da família ou do povoado, que repetidamente são relacionados à relações afetivas e tidas como tradicionais. (ALMEIDA, 2008a, p. 29-30)

Nas “Comunidades de Fundo de Pasto” de Oliveira dos Brejinhos a coesão e solidariedade entre pessoas de famílias distintas foram reforçadas com a presença dos grileiros que criaram uma situação de adversidade e conflito. A resistência foi orientada por um grau de conscientização que criou ou reforçou redes de solidariedade. A noção de “tradicional” incorporou a identidade “fundo de pasto” propiciando uma mobilização continuada. As unidades sociais podem ser então descritas como “unidades de mobilização”. (2008a, p. 30)

Os próprios agentes sociais inseridos nestas unidades de mobilização percebem que o saber prático precisava ser atualizado. Esta atualização se refere às formas de conservação e renovação dos recursos naturais partilhados pelo “uso comum”, dentro de uma lógica orientada pelo modo de vida tradicional. Este saber constrói as normas que regulam o acesso aos recursos, orienta as tecnologias utilizadas e a forma de manejo agrícola e animal.

A reivindicação pela implantação dos “fundos de pasto” foi realizada num contexto na qual havia uma grande alteração na disponibilidade das “terras abertas”, como uma maior interferência da ação do Estado. A ação do Estado estimulou e favoreceu a presença de outros agentes, que continuam a buscar formas de se apropriar dos recursos naturais utilizados pelas “Comunidades de Fundos de Pasto”. Estes agentes representam interesses que efetivam uma forma de apropriação dos recursos naturais que não é partilhada pelo “uso comum”, como as carvoarias, as mineradoras e as fazendas de monocultivos. São interesses empresariais marcados pela lógica de mercado.

Assegurar a conservação e a reprodução dos recursos naturais passa por uma nova compreensão das forças sociais presentes na região, passa pela compreensão dos limites e possibilidades das novas formas organizativas, nos limites das tecnologias utilizadas. Passa também em estabelecer relações com o Estado, e em elaborar estratégias de enfrentamento contra antagonistas, a identificação de alianças com outras instituições. A atualização de um saber que permitam desenvolver o modo de vida com autonomia. Atualizar o saber, base do conhecimento tradicional, ao mesmo tempo que o modo de vida se renova.

A renovação não significou a extinção do “uso comum”, mas a alteração de como ele é praticado, de como ele é regulado. Ocorreu a reinvenção da tradição. Para demonstrar as alterações neste modo de vida procurei descrever situações concretas do cotidiano de cinco diferentes famílias localizadas nos municípios de Oliveira dos Brejinhos e Brotas de Macaúba. Enfatizei as transformações no uso da terra, a caracterização de territorialidades específicas, as alterações na produção e consumo das famílias, que variaram mesmo com a proximidade física e social entre as famílias. Nos próximos capítulos irei enfatizar o processo de organização social e resistência à lógica de mercado, primeiramente descrevendo de forma mais detalhada a “Luta pelo Bode Solto”. Depois passo para a análise das reflexões de lideranças que compõem a “Articulação Estadual de Comunidades de Fundo de Pasto” e uma crítica às interpretações que estão sendo formuladas a respeito dessa categoria de mobilização coletiva.

## **CAPÍTULO 2: A LUTA PELO BODE SOLTO**

### **O SENTIDO DE LUTA**

“A Luta pelo Bode Solto” é uma expressão utilizada nos municípios de Oliveira dos Brejinhos e Brotas de Macaúbas por representantes de famílias que se autodenominam “Comunidades de Fundo de Pasto”. Essa expressão, “Luta pelo Bode Solto”, se refere às ações de resistência que foram organizadas para garantir o direito da criação de animais nas terras “soltas”, isto é, em áreas abertas ao “uso comum”<sup>123</sup>, com destaque para a criação de caprinos e ovinos. Essa forma de criar os animais é um costume diretamente relacionado ao modo de vida das famílias, que empreenderam atos de resistência que aqui serão descritas.

Como explicitarei no capítulo anterior, o “uso comum” de recursos é combinado com uma apropriação individualizada, tendo como referência o produto do trabalho familiar, em uma lógica orientada pelo modo de vida de cada unidade familiar. As famílias, através de um processo de territorialização, estabelecem territorialidades específicas que podem ser consideradas paisagens de resistência ao se contrapõem ao avanço da mercantilização das terras e dos recursos. (SCOTT, 1985, p. 48-85) As territorialidades observadas podem ser sinteticamente caracterizadas pela criação de animais em terras “abertas”, cultivos agrícolas cercados e descontínuos, utilização de aguadas (em terras fechadas ou abertas), e a realização do extrativismo de plantas, frutas e madeiras. Essa combinação entre criação solta, uma pequena agricultura e formas de extrativismo não esgotou os recursos naturais, possibilitando a preservação de várias áreas de caatinga. Volto a salientar que as formas territoriais observadas nesta pesquisa não correspondem ao formato da titulação de parcelas ou lotes individuais. Estas últimas são melhor enquadradas nas orientações prioritárias do ordenamento jurídico do Estado. (ALMEIDA, 2008a, p. 17-18)

A “luta pelo bode solto” é aqui interpretada como um confronto entre posições, isto é, um conflito que implica na destruição da posição do antagonista. Este conflito é representado, de um lado, pelo modo de vida das famílias que ocupam tradicionalmente terras soltas, utilizando o uso comum dos recursos e permitindo a livre circulação dos animais. De outro estão os interesses do capital mercantil, que quer se apossar das terras e dos recursos naturais nelas existentes. O termo “luta” está associada a ação coletiva de enfrentamento na situação de conflito. (COMERFORD, 1999, p. 19-20)

---

<sup>123</sup> As noções de “uso comum” utilizadas para descrever a situação empírica aqui relatada foram explicitadas no capítulo anterior em sua parte final: Fundos de Pasto: terra “coletiva” de “uso comum”

Esta interpretação se afasta de outras, de teor conservador, que atribuem ao conceito de “luta” uma forma de relação social, um aspecto de motivação moral ou ainda um tipo de concorrência. Para alguns autores, o conflito seria uma necessidade, um regulador social, com função de socialização. (WEBER, 1991, p. 23-25) (SIMMEL, 1983, p. 122) (COSER, 1966, p. 211-222). O termo “luta” é empregado, neste trabalho, como um conceito que enfatiza a dissociação e a ruptura decorrentes de uma situação de conflito. Assim a compreensão dos conflitos aqui descritos se aproxima do sentido empregado por Franz Fanon, quando indica a violência como forma de libertação (FANON, 1968, p. 44), ou ainda do sentido empregado por James Scott quando enfatiza as formas cotidianas da resistência camponesa (SCOTT, 2002, p. 10-31), ou mesmo Edward Said quando se refere à uma cultura de resistência (SAID, 2011, p. 328-344).

Todos os agentes sociais entrevistados se autoapresentam como integrantes das “comunidades de fundos de pasto”. Alguns deles participaram diretamente das ações iniciais relacionadas à “luta pelo bode solto”, como Francisco Nogueira (Panáscuo Pé do Morro), Elias Neri (Boa Sorte), José Fernandez (Panáscuo Pé do Morro), Joaquim Ferreira (Panáscuo Pé do Morro), João Ruanga (Várzea Grande). Outros, que também vivenciaram como crianças o início da “luta” são lideranças atuais de suas associações e da “Central de Associações”, como Nilza Vieira (Várzea Grande) e Valdemar Oliveira (Dunga) (Várzea Grande). Já Vanda Sales (Várzea Grande), professora, é filha de uma das primeiras pessoas que foram indiciadas pela polícia na época da “luta do bode solto”. Por fim, Andréia Vieira (Panáscuo Pé do Morro), e Jurandir Nogueira (Panáscuo Pé do Morro), mais jovens, não acompanharam os momentos iniciais da “luta”.

Utilizei as entrevistas, que me foram concedidas em diferentes ocasiões, para descrever a “luta pelo bode solto”. Como processo de elaboração, selecionei e classifiquei as entrevistas de acordo com quatro aspectos. O primeiro se refere aos antecedentes que culminaram no conflito. O segundo é a própria formação do conflito. O terceiro aspecto se relaciona com a capacidade de mobilização dos agentes sociais para enfrentar os grupos antagonistas que ameaçavam usurpar suas terras. Por fim trarei algumas reflexões sobre o processo de regularização fundiária que foi executado e que se encontra em andamento.

**Quadro 6: síntese referente à posição ocupada pelos agentes sociais entrevistados**

<b>Nome</b>	<b>Posição<sup>124</sup></b>	<b>Fundo de Pasto</b>
<b>Francisco Borges Nogueira</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Integrante da “Associação Comunitária da fazenda Panasco Pé do Morro”</li> <li>• Participou do início da “luta”, com família já constituída.</li> <li>• Recebe aposentadoria Rural</li> </ul>	Panasco Pé do Morro
<b>Elias Neri<sup>125</sup></b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Dirigente da “Associação Comunitária de Caprinocultores de Boa Sorte”</li> <li>• Participação ativa na “Central de Associações”</li> <li>• Referência das CEBs<sup>126</sup></li> <li>• Participou do início da “luta”, com família já constituída.</li> <li>• Ex-dirigente sindical</li> <li>• Recebe aposentadoria Rural</li> </ul>	Boa Sorte
<b>José Fernandez Nogueira</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Dirigente da “Associação Comunitária da fazenda Panasco Pé do Morro”</li> <li>• Participação ativa na “Central de Associações”</li> <li>• Participou do início da “luta”, na época solteiro.</li> </ul>	Panasco Pé do Morro
<b>Ivanilde Nogueira Sales</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Professora Municipal</li> <li>• Integrante da “Associação Comunitária de Várzea Grande”;</li> <li>• Participação ativa na “Central de Associações”</li> <li>• Acompanhou sua mãe no início da “luta”, na época adolesceste.</li> </ul>	Várzea Grande
<b>Joaquim Gomes Nogueira</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Dirigente da Associação “Comunitária da fazenda Panasco Pé do Morro”;</li> <li>• Participação ativa na “Central de Associações”</li> <li>• Participou do início da “luta”, permanece solteiro.</li> </ul>	Panasco Pé do Morro
<b>João Nogueira (Ruanga)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Integrante da “Associação Comunitária de Várzea Grande”;</li> <li>• Participação ativa na “Central de Associações”</li> <li>• Participou do início da “luta”, na época solteiro.</li> <li>• Recebe aposentadoria Rural</li> </ul>	Várzea Grande

<sup>124</sup>124 A “posição” é entendida como reunindo os atributos e as funções desempenhadas junto às instâncias de representação e nos processos de mobilização e luta

<sup>125</sup> Referências mais aprofundadas na página 32, capítulo 1

<sup>126</sup> CEBs - Comunidades Eclesiais de Base, Igreja Católica



<p><b>Valdemar Santos Oliveira (Dunga)</b> <sup>127</sup></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Dirigente da “Associação Comunitária de caprinocultores de Várzea Grande”</li> <li>• Ex-presidente da “Central de Associações”</li> <li>• No início da “luta” era criança.</li> </ul>	<p>Várzea Grande</p>
<p><b>Nilza Vieira</b> <sup>128</sup></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Dirigente da “Associação Comunitária de caprinocultores de Várzea Grande”</li> <li>• Ex-presidente da “Central de Associações”</li> <li>• No início da “luta” era criança.</li> <li>• Ex-dirigente sindical</li> </ul>	<p>Várzea Grande</p>
<p><b>Andréia Rosa Vieira</b> <sup>129</sup></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Integrante da “Associação Comunitária da fazenda Panasco Pé do Morro” Não era nascida no início da “luta”.</li> <li>• Participante dos grupos de jovens de Panasco Pé do Morro</li> </ul>	<p>Panasco Pé do Morro</p>
<p><b>Jurandir Oliveira Nogueira</b> <sup>130</sup></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Dirigente da “Associação Comunitária da fazenda Panasco Pé do Morro”</li> <li>• Não era nascido no início da “luta”.</li> <li>• Participante dos grupos de jovens de Panasco Pé do Morro</li> </ul>	<p>Panasco Pé do Morro</p>

<sup>127</sup> Referências mais aprofundadas na página 27, capítulo 1

<sup>128</sup> Referências mais aprofundadas na página 28, capítulo 1

<sup>129</sup> Referências mais aprofundadas na página 34, capítulo 1

<sup>130</sup> Referências mais aprofundadas na página 34, capítulo 1

Pode-se afirmar que a “luta pelo bode solto” é deflagrada após a realização de algumas intervenções do Estado na região Oeste da Bahia, como a construção de rodovias e o fomento de crédito agrícola. Essas ações visavam a incorporação de terras e dos recursos naturais nelas localizados, vinculados a interesses empresariais relacionados ao mercado de commodities. Em Oliveira dos Brejinhos e Brotas de Macaúbas, fazendeiros e pequenos empresários buscam então se apossar das terras tradicionalmente ocupadas, e assim se apropriar dos recursos naturais existentes.

É, se a gente não cuida... o pior é que grilavam tudo. Mas se não fosse o nosso querer iam meter os pés... Eles estavam cercando para cá... Foi preciso cuidar, movimentar... Porque se não os grandes tomavam tudo e os pequenos para onde iam?... Eu já era casado moço... Eu já era casado quando começou... Porque se não, os grandes tomavam conta e os pequenos ficavam sendo empregados deles, e a gente achou que não era conveniente ser empregado dos empresários... Não dava não... Eles eram com o governo e os documentos eram fracos. A gente tinha que fazer documentos e cercar a terra. Agora cercou a terra, fez fundo de pasto, documento, tudo reconhecido em Salvador, tudo se diferenciou mais. Mas a luta foi dura, foi dura...

(Francisco Borges Nogueira, 2012)<sup>131</sup>

Impedir a criação de pequenos animais soltos era uma forma de desestabilizar o modo de vida das famílias, e foi acompanhada por ações para usurpar as que terras que tradicionalmente ocupam. Essas ações foram basicamente impulsionadas por três interesses principais: aquisição de terras para o desenvolvimento de projetos agropecuários, extração de madeira para a fabricação de carvão e utilização de áreas nas proximidades da estrada federal<sup>132</sup> para a construção de empreendimentos, como postos de gasolina. As autoridades locais - prefeitos, vereadores, delegados e juízes - apoiavam ações vinculadas a esses interesses. Determinados a manter seu modo de vida intrínseco, as famílias se articularam para garantir sua autonomia resistindo através de ações articuladas coletivamente.

Porém a unidades familia foi quebrada. Uma diferenciação econômica, interna às próprias famílias, motivou algumas pessoas a contraírem créditos bancários para plantação de mandioca visando a produção de farinha, ou ainda créditos para plantio de feijão, ou implantação de pastos através do plantio de capim. Estas pessoas se aliaram aos fazendeiros e

<sup>131</sup> Francisco Nogueira participou ativamente do início da “Luta pelo Bode Solto” e atualmente integra a “Associação Comunitária Fazenda Pé do Morro Panasco”. Este entrevista foi realizada na casa do seu filho Jurandir Oliveira Nogueira e sua nora Andréia Rosa Vieira, na presença de Andréia, em junho de 2012, durante trabalho de campo para a pesquisa de doutorado.

<sup>132</sup> Esta estrada foi nomeada como Rodovia BR242, apelidada por BR242, termo que irei utilizar em trechos do texto.

empresários, tencionando as relações familiares, que em alguns casos foram seriamente abaladas. A intervenção oficial tem como efeito acentuar a divisão do grupo ou mesmo destruí-lo, propiciando condições de seus membros se oporem uns aos outros.

A “luta pelo bode solto” tem como referência o mês de novembro de 1983, com a denominada “reunião no Arroz”. Esse evento consistiu de uma manifestação aberta de mais de mil pessoas que enfrentaram autoridades locais que pretendiam decretar o fim da criação solta de animais nos municípios de Brotas de Macaúbas e Oliveira dos Brejinhos. Para compreender as circunstâncias sociais que envolveram este fato, precisamos, todavia, retroceder ao final dos anos 60 do século XX, quando o Brasil vivia sob um regime de exceção, com restrições aos direitos civis e políticos, governado por militares. Em Brotas de Macaúbas, a serra do Buriti Cristalino serviu como local de refúgio para líderes da oposição armada como o capitão Carlos Lamarca e José Campos Barreto (Zequinha), que junto com outros companheiros, alguns inclusive de Brotas, pretendiam implantar um centro de formação de guerrilheiros para combater o governo da ditatorial.<sup>133</sup> A violência da ação repressora do Estado brasileiro foi acompanhada de perto pelas famílias das localidades. Algumas famílias deram abrigo a Zequinha e a Lamarca, durante sua tentativa de fuga ao cerco militar que foi montado<sup>134</sup>.

Ao mesmo tempo em que governo militar perseguia os opositores ao regime, apoiava a implantação de obras para fortalecer a infraestrutura produtiva em várias locais do Brasil, que era impulsionada por incentivos financeiros à empresários alinhados ao governo. A construção das rodovias BR242 e BA156, e a liberação de créditos agrícolas vai ocasionar mudanças nas relações sociais e econômicas da região de Oliveira dos Brejinhos, acarretando no interesse e valorização das terras.

Até mesmo porque aqui em Boa Sorte, Várzea Grande, nestas beira de asfalto aí a gente começou a defender as áreas, por porque os animais passavam, porque antes eles passavam para lá e também nós considerávamos que mesmo do outro lado do asfalto, tanto desta BR como desta BA, a gente considerava que tudo era pasto para os animais nossos. Mas depois, com estas estradas, influência de fora, pessoas, sei lá, até do lugar mesmo mas com uma ambição por dinheiro, chega uma pessoa de fora e vê uma influência ali na beira de estrada e começa a interessar a comprar terras. Aí compra, faz as roças, e os animais passavam para lá. Aí houve extinção de muitos dos animais, maltratavam os animais, matavam os animais... E também

---

<sup>133</sup> José Campos Barreto (Zequinha) foi o responsável em organizar um campo de treinamento para formação de guerrilheiros. Este campo estava localizado nas terras da família Barreto, próximas à Buriti Cristalino, em Brotas de Macaúbas. Zequinha foi criado em Buriti e tinha um grande conhecimento da região. Para maior aprofundamento indico o documentário “De Buriti à Pintada – Lamarca e Zequinha na Bahia”, de Reinaldo Pereira dos Santos (2011).

<sup>134</sup> Zequinha e Lamarca foram assassinados em 18 de setembro de 1971 pelo Exército, na localidade de Pintadas, município de Ipuiara, cidade vizinha à Brotas de Macaúbas.

com a estrada, não queríamos que os animais fossem pois era prejuízo para gente, prejuízo para quem andava nas pistas, os donos dos carros, e aí evitou... A BA e a BR para nós aí dificultou... (Elias Neri, 2012) <sup>135</sup>

### ANTECEDENTES

As terras tradicionalmente ocupadas pelas comunidades de fundo de pasto foram cortadas pela construção da rodovia federal, a BR242. Projetada ainda no governo do presidente Juscelino Kubitschek, foi iniciada apenas durante a ditadura militar. Tinha como intuito a ligação do interior do Mato Grosso ao litoral da Bahia <sup>136</sup>. Essa ligação propiciaria um caminho alternativo e mais curto para o escoamento das produções agrícolas que estavam sendo estimuladas pelo governo militar no Mato Grosso, Goiás e Oeste da Bahia. Já o trecho da BA156 que cortou as comunidades de fundo de pasto tinha como objetivo a ligação das cidades de Iupuiara e Brotas de Macaúbas à BR242.

A implantação das rodovias trouxe mudanças significativas para as localidades de Oliveira dos Brejinhos. O tráfego de automóveis em pouco tempo se intensificou, aumentando a circulação de pessoas. Proporcionou uma maior agilidade nos deslocamentos e acarretou num fluxo de mercadorias mais intenso. De um lado passaram a chegar produtos industrializados e produtos agrícolas de lugares distantes, na maioria das vezes com preços mais baixos que a produção local. Ao mesmo tempo passaram a circular mais comerciantes interessados em comprar os produtos produzidos localmente, com destaque para os bodes e ovelhas. O acesso mais ágil também incentivou a chegada de novas pessoas interessadas em estabelecer negócios. A relação entre produção e consumo vai se alterar significativamente em poucos anos. <sup>137</sup>

Mas o primeiro impacto negativo, significativo do ponto de vista das famílias da região, se relacionou com a restrição da circulação dos animais. Antes da construção da BR242 os animais circulavam por uma ampla área. Nestas áreas os animais se deslocavam livremente em busca de aguadas e de melhores pastagens. A estrada segmentou esta área e não foram planejados pontos de passagem de animais de um lado para outro da BR242. A estrada também se tornou um atrativo para os animais, que percebiam no piso asfaltado um local confortável para passar as noites. Como consequência a ocorrência acidentes

---

<sup>135</sup> Entrevista realizada em sua casa, em junho de 2012, durante trabalho de campo para a pesquisa de doutorado

<sup>136</sup> Até hoje o projeto original da rodovia BR242 continua em implantação. Está sendo construído mais um porto no Sul da Bahia, nas proximidades de Ilhéus. Também se discute a ampliação da BR242 até São Félix do Araguaia, cortando terras indígenas e a Ilha do Bananal. (informações obtidas no site do DNIT e em vários jornais online do Mato Grosso).

<sup>137</sup> Para maiores detalhes ver cap1, páginas 72-92

envolvendo os animais e os veículos que circulavam na estrada. Também devido a maior facilidade de circulação de automóveis, passaram a ocorrer furtos de animais. Os acidentes e os furtos motivaram a construção de cercas nas margens da rodovia<sup>138</sup>. Estas cercas limitaram a locomoção dos animais, restringindo o acesso às plantas e aos locais com aguadas disponíveis.

Eu acompanhei tudo isso aí. Eu estava aqui no período. A pista, em setenta, setenta e um, por alí, setenta e dois o asfalto já chegava até em Ibotirama, não tinha ponte, mas o asfalto chegou até em Ibotirama. E nesse período eu estava aqui... Trouxe assim muito desgosto em algumas coisas... Cada um tinha sua marca e era respeitado. Não tinha essa coisa de você estar passando o direito do outro, não... Foi assim um período que... eu vejo assim... que para gente, para mim que vivi aquele tempo nessa passagem da BR, eu era rapazinho, eu devia ter de dezoito para vinte anos, tinha esta idade, até mais, era assim uma coisa que deixava a gente um pouco preocupado... Falavam – “vai cercar” – mas se a criação passar lá, morrer, tem que saber quem é o dono e o dono vai pagar o prejuízo destes acidentes... essa coisa toda... E foi assim, a gente ficava preocupado com isso. Também era um coisa que a gente não tinha conhecimento. Aqui na época era raro, não se tinha visto asfalto nenhum aqui por perto. Mas depois que aqui normalizou, teve as consequências... a gente tem lutado forte também... a gente sabe que sempre é assim... quando vem a coisa boa, sempre vem algo que não é muito agradável... Essa parte, mesmo assim onde passou a BR, indenização de casas, alguns tanques... Isso eu acho que teve muito pouco. Acho que na verdade só foi mesmo ali na Várzea Alegre. Eu me lembro que ali a pista passou, está passando hoje, se não é em cima era ali pertinho onde era a casa dos pais de Zuca... Onde tem a capelinha, você lembra, que está do lado de cá do asfalto, e a casa era onde era a de Ana Clara hoje, mais ou menos por aí... A casa velha deles mesmo era alí... Não vou dizer que era na pista, mas era naquele pedaço ali. Sei que a pista passou, se não foi em cima da casa, mas passou no terreno. E aí derrubou a casa... Na época eu não me lembro mais assim como é que foi... Naquela época documento, praticamente ninguém tinha... Foi uma coisa que começou a mexer com o que a gente tinha aqui... De convivência, de coisa da natureza mesmo porque os animais circulavam livremente aí... a gente, na região, naquele tempo assim, não tinha malandragem igual tem agora, essa coisa de roubar, de apanhar o que é do outro, naquele tempo não tinha isso. Podia, às vezes, até de você perder um animal, mas não assim que uma pessoa achou, viu lá no seu terreno... às vezes um animal podia sair destraviado, porque num rebanho é assim um solta e como não tinha muito limite, bicho vai de um rebanho, e passa para outro e vai sair por aí...

(José Fernandez Nogueira, 2012 )<sup>139</sup>

Além de impedir a circulação dos animais, a área ocupada pela própria rodovia tomou parte das extensões de terra das famílias. As indenizações recebidas se restringiram às construções existentes que foram removidas para a passagem da estrada. Nenhuma indenização com relação às terras ocupadas pela BR242 e pela BA156, nem das área do entorno da estrada ou dos canteiros de obra. Não foram indenizadas as áreas de plantio que

<sup>138</sup> Haviam sido construídas cercas quando a estrada foi implantada. Mas em muitos pontos os postes e arames foram roubados o que necessitou a reconstrução das cercas, desta vez com iniciativa das famílias.

<sup>139</sup> Entrevista realizada durante caminhada pela área de “fundo de pasto” da “Associação Comunitária Fazenda Pé do Morro Panasco”, em junho de 2012, durante trabalho de campo para a pesquisa de doutorado

foram destruídas, as áreas desmatadas ou as áreas na qual pedras foram retiradas para servir de base para o leito da estrada.

Esses impactos eram atenuados por uma sensação de desenvolvimento que parecia acompanhar a construção da estrada. Algumas pessoas foram contratadas para abrir os caminhos para a implantação da rodovia, basicamente para serviços de desmatamentos e construção de cercas. Os trabalhadores que vinham de locais distantes necessitavam de alimentação que em parte foi fornecida por pessoas das localidades. Passou a circular mais dinheiro, apareceram mais comerciantes, criando uma aparência de prosperidade.

Mas foi o crédito agrícola, fomentado por agências estatais de desenvolvimento e operado por instituições bancárias, que impulsionou mudanças mais estruturais nas formas de ocupação da terra. Nas proximidades da cidade de Irecê, foi estimulada a monocultura do feijão, e em Xique-Xique foi estimulada a monocultura da cebola. Guanambi, sudoeste da Bahia, divisa com Mina Gerais, recebeu incentivos maiores ainda para a monocultura do algodão, sendo implantadas fabricas para o processamento inicial da pluma<sup>140</sup>. Havia recomendações técnicas, transformadas em normas, que condicionaram a concessão dos créditos agrícolas. Essas normas restringiam a autonomia dos agricultores em suas áreas, não permitindo a pratica do policultivo e a criação solta de animais de pequeno porte, como cabras, ovelhas e porcos. Essas normas eram fiscalizadas periodicamente por agentes bancários que visitavam as áreas de plantio.

Mesmo havendo resistência por parte das famílias, que tentavam ludibriar os fiscais do banco, foi reduzida significativamente a quantidade do rebanho destes animais em vários municípios na qual o crédito rural adentrou com mais vigor. Em Oliveira dos Brejinhos, o crédito estimulava o plantio principalmente de mandioca para a fabricação de farinha, mas também havia crédito para feijão e para o plantio de capim.

O banco facilitou o crédito para os pequenos agricultores, para fazer empréstimo para lavoura de feijão, de mandioca. Parece que eram essas duas, esses dois seguimentos... E capim... Então esses companheiros que acharam ser vantagem isso aí, foram para o banco de bolso cheio, por causa do empréstimo. E aí quando plantava nos quatro fios, o bode entrava. Foi aí que entrou as reclamações e foi até o juiz, e o juiz achou que... apoiou os quatro fios, a lei dos quatro fios.

(José Fernandez Nogueira, 2012)<sup>141</sup>

---

<sup>140</sup> Todas estas cidades ficam num raio de aproximadamente 260km de Oliveira dos Brejinhos

<sup>141</sup> Conversa realizada durante caminhada pela área de fundo de pasto, com a presença de José Fernandez, Joaquim e Jurandir, durante trabalho de campo para a pesquisa de doutorado, junho de 2012.

Enquanto que algumas pessoas começam a se mobilizar visando resolver o problema da restrição do deslocamento dos animais em virtude da construção BR242, outras estavam animadas com a promessa do crédito, tendo como referência as lavouras comerciais de algodão, feijão, cebola e frutas, que já se realizam em outras localidades próximas. Repetia-se a norma para o acesso ao crédito bancário, obrigando os agricultores a acabarem com as criações soltas de animais de médio e pequeno porte.

Em algumas famílias, irmãos começaram a divergir sobre qual caminho era o mais promissor para o desenvolvimento do modo de vida de suas famílias. Embora as famílias de localidades de Oliveira dos Brejinhos não terem sido beneficiada massivamente por estes créditos, a promessa de acessá-los condicionada ao fim da pequena criação solta intensificou a cisão entre grupos, a divergência entre irmãos. De um lado uma pequena parte que queria aderir aos créditos e ao pacote tecnológico contra uma maioria dos que preferiam manter o costume dos policultivos e a criação solta de pequenos animais. Uma classe dominante local, representada por fazendeiros criadores de gado, se juntou a pequenos empresários, que estavam se instalando, e estimulavam algumas pessoas das localidades à acessar o crédito rural e com isso aderir ao fim da criação solta de pequenos animais.

Tinha, tinha. Não era muito não. Contra os bodes eram poucos, não eram muitos não... Eu mesmo tinha um primo que era contra isso... Você sabe que não é todo mundo que pensa de um jeito só. Uns pensam de um jeito e outros pensam de outro. Aqueles com a cabeça mais fraca achavam que dava para viver sem bode... Acham que criar gado passando apenas quatro fios de arame era mais fácil, não é? Mas nem todo mundo tinha essa vaca de comer leite. Criava mais era bode e o bode servia mais. Porque tirava um leitinho, comia o leite, matava um bode e comia a carne. E você pensa que era todo mundo que tinha vaca para comer leite? Os que às vezes tinham duas ou três vacas achavam que dava para viver. E os que não tinham? E não criando o bode e agora como iriam sobreviver? Não tinha com o que não... Tinha projeto e no banco se corria e tinha dinheiro. Os que tinham as cabeças (gado) tomavam dinheiro para cercar as terras, outros não tinham coragem de tomar dinheiro – “Eu é que não vou abrir compromisso no banco” – Chega na hora de pagar e não tinha o retorno para retornar e aí eles começam agora a barruar é as terras. É uma conversa medonha, um serviço danado...

(Francisco Borges Nogueira, 2012)<sup>142</sup>

Em apoio ao fomento do crédito foram implantadas leis municipais, que ficaram conhecidas popularmente como a “lei dos quatro fios” ou a “lei do pé alto”. Essas leis invertiam o costume local. Pelo costume os agricultores precisavam cercar suas áreas de plantio para evitar a entrada de animais. Com estas novas leis eles estavam obrigados a cercar

---

<sup>142</sup> Entrevista realizada na casa de seu filho Jurandir, na presença de sua nora Andréia, em junho de 2012, durante trabalho de campo para a pesquisa de doutorado

suas áreas com apenas quatro fios de arame. Com quatro fios de arame as cercas só barravam os animais maiores – bois, cavalos, jegues. Desta forma a responsabilidade da entrada dos animais de pequeno porte em uma área de plantio deixa de ser do agricultor e passa para o criador. Com isso pretendia-se coibir a criação solta de animais, mesmo daqueles que não pleiteavam o crédito bancário.

Um exemplo dessas leis foi a vigente no município de Paulo Afonso, aprovada por unanimidade pelos vereadores, e que, resumidamente, dispôs:

Art. 1º - A criação de caprinos e ovinos no município deverá ser em área cercada e os rebanhos guardados e vigiados com cuidado preciso a fim de evitar prejuízo a propriedades alheias.

Art. 2 – Aos agricultores e pecuaristas fica assegurado o direito de construir cercas para proteção de suas lavouras e para o criatório do gado vacum com apenas 3 ou 4 fios de arame farpado.

Art. 3 – pela não observância do art. 1º desta lei, os infratores ficam obrigados ao pagamento dos danos causados pelos seus animais, de acordo com as leis vigentes no país.

Art. 4 – Esta lei entrará em vigor no prazo de 90 dias, depois de sua aprovação.

Paulo Afonso, sala das Sessões, em 23 de maio de 1980.

Leis como esta foram estimuladas a serem sancionadas em vários municípios, tendo como referencia o código civil de 1916, com suas modificações feitas em 1919. Segue o trecho deste código que ameaçava modificar o costume da criação solta de animais e que embasou as leis municipais que estavam sendo criadas no interior da Bahia.

#### DO DIREITO DE TAPAGEM

Art. 588. O proprietário tem direito a cercar, murar, valsar, ou tapar de qualquer modo o seu prédio, urbano ou rural, conformando-se com estas disposições:

§ 1º Os tapumes divisórios entre propriedades rurais presumem-se comuns, sendo obrigado a concorrer, partes iguais, para as despesas de sua construção e conservação, os proprietários dos imóveis confinantes.

§ 2º Por "tapumes" entendem-se as sebes vivas, as cercas de arame ou de madeira, as valas ou banquetas, ou quaisquer outro meio de separação dos terrenos, observadas as dimensões estabelecidas em posturas municipais, de acordo com os costumes de cada localidade, contanto que impeçam a passagem de animais de grande porte, como sejam gado vacum, cavalos e muares.

§ 3º A obrigação de cercar as propriedades para deter nos seus limites aves domésticas e animais, tais como cabritos, porcos e carneiros, que exigem tapumes especiais, cabe exclusivamente aos proprietários e detentores.

(Redação dada pelo Decreto do Poder Legislativo nº 3.725, de 1919).<sup>143</sup>

<sup>143</sup> A título de informação este código civil foi alterado pela lei 10.406, assinada pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso no dia 10 de janeiro de 2002. O artigo 1.297 veio substituir o artigo 588 do código civil de 1916. Apresento aqui o parágrafo terceiro do artigo 1.297. Ele altera a responsabilidade sobre a construção de cercas para impedir a passagem de animais de pequeno porte.

§ 3º A construção de tapumes especiais para impedir a passagem de animais de pequeno porte, ou para outro fim, pode ser exigida de quem provocou a necessidade deles, pelo proprietário, que não está obrigado a concorrer para as despesas.



Mesmo com todas estas medidas para coibir a criação solta de animais, vai se construindo uma resistência que afirmou o modo de vida e a ocupação tradicional das terras. Essa resistência ficou conhecida como a “*Luta pelo Bode Solto*”, expressão cunhada por agentes sociais da região de Oliveira dos Brejinhos, que com a “luta”, passaram a de autodenominar pertencer “á comunidades de fundo de pasto”. A expressão “Luta pelo Bode Solto” identificou o primeiro momento da resistência das famílias a imposição das novas normas fomentadas pelo desenvolvimento agrícola que estava na base do crédito bancário.

A Luta Pelo Bode Solto foi que na década de 80 saiu um empréstimo pelo Banco do Brasil para o plantio de mandioca, mas sabemos que no semiárido há diferenças grandes, de uma região para outra, dentro de um mesmo município, e nós sabíamos que aqui não ia dar certo não. Veio junto uma lei, chamada dos quatro fios, que queria acabar com a criação solta, pois cercar a mandioca com apenas quatro fios não ia deixar a gente criar, pois o bode não entende que a cerca, mesmo tendo apenas quatro fios, ele não poderia passar...

(Ivanilda Nogueira de Sales, 2006)<sup>144</sup>

#### **A CONSTRUÇÃO DO CONFLITO E A REUNIÃO DO “ARROZ”**

Dentro deste contexto socioeconômico, jurídico e político mais amplo, as terras tradicionalmente ocupadas pelas famílias da região foram objeto de interesse de pessoas ligadas à classe dominante local, ou mesmo a empresários de outras regiões. Como já me referi anteriormente, demorou um pouco para que estas famílias percebessem que algumas mudanças que estavam ocorrendo, tendo como referência a construção da BR242, ameaçavam o seu modo de vida. A usurpação de algumas áreas foi o fato que precipitou a constatação desta ameaça.

Os primeiros casos de grilagem<sup>145</sup> aconteceram em áreas próximas à estrada, com a finalidade da instalação de empreendimentos, como postos de abastecimento de combustíveis. As famílias atingidas pela construção de dois destes postos pertenciam às localidades de Várzea D’Antas, Boa Sorte e Várzea da Pedra. A implantação especificamente destes postos foi apoiada pelas autoridades municipais, e de certa forma acompanharam os procedimentos para a implantação da BR242, não reconhecendo a posse das famílias como legítima. Eram áreas relativamente pequenas, mas que já trouxeram indignação aos que foram atingidos.

<sup>144</sup> Entrevista realizada na Feira do Bode com Ivanilda Nogueira de Sales Vieira (Vanda), moradora de Várzea Grande, em 30/07/2006, durante trabalho de campo para a pesquisa de mestrado intitulada “Fundos de Pasto: Organização Política e Território”. (CARVALHO, 2008, p. 77)

<sup>145</sup> O termo “grilagem” vai ser usado em referência a invasão e usurpação, realizadas por fazendeiros e empresários, de terras tradicionalmente ocupadas pelas comunidades de fundo de pasto. O sentido aqui usado remete ao uso popular que consagrou o termo ao designar a usurpação das terras, mas sem a necessidade desta ação ter sido ratificada em cartórios.

Mas logo outros casos de grilagem de terras foram se verificando. Em várias situações o procedimento inicial era se aproximar das pessoas das localidades, estabelecendo ao menos um mínimo grau de confiança, até que se efetivasse a compra de uma pequena área de terra<sup>146</sup>. Estamos falando de transações mercantis que não passavam pela mediação de cartórios, apenas eram estabelecidos acordos verbais, ou quando muito se estabeleciam recibos de compra e venda. Depois a pessoa que comprou as terras já revendia esta área, muitas vezes para pessoas que não tinham nenhuma relação com as famílias que venderam o pedaço de terra, e muito menos com as famílias vizinhas à área comprada.

Assim ocorreu em uma pequena área entre as localidades de Boa Sorte e Pé do Morro Panasco. Esta pequena área se tornou a fazenda Ferrari<sup>147</sup> depois que foi revendida para terceiros. Esse novo comprador ampliou a área original, cercando terras além da área comprada. Como já mencionado, o costume era fazer cercas apenas nas áreas de plantio para evitar a entrada de animais. As terras não cercadas eram de uso comum, embora os limites de cada família eram reconhecidos socialmente. O novo comprador não reconhecia estes limites, mesmo sabendo que eles existiam, e aproveitava a ausência de cercas para aumentar a sua área. Neste caso ampliou a área de tal forma que boa parte da divisa entre as duas localidades foi ocupada por esta fazenda.

Aí tem a Ferrari também que atravessou no meio, com o negócio da carvoeira que chegou aqui, e aí a gente aqui na simplicidade, tanto Boa Sorte como do outro lado que pertencia a Pé do Morro, venderam uma área assim, mas a madeira, para fazer lenha. Aquela lenha era queimada para carvão e aí montaram umas carvoeiras, aqui mesmo em Boa Sorte teve uma carvoeira... E como lá era uma terra assim de barro, melhor, terra mais fértil, os próprios mesmo, que montaram as carvoeiras interessaram em comprar... Só deixaram aquela área quando acabou toda aquela madeira de lenha. E a gente só vendeu uma parte assim mesmo, que era capoeira de angico, onde já tinham sido as roças de mandioca. As roças de mandioca eram sempre naqueles carrascos, que tem muito angico. Quando você tirava a mandioca, ou mesmo quando havia a roça, aqui e ali o angico brotava. Quando saía fechava de novo, ficava do mesmo jeito. Aí a carvoeira não comprou mais e a gente não vendeu mais quando tinha gente que queria comprar. Mas nesta outra área, que hoje é a Ferrari, que já estava mais aproximando da turma do Pé do Morro, e uma pequena parte que era daqui de Boa Sorte, interessou nas terras e daí comprou na mão de pessoas que eram de lá mesmo, da fazenda Pé do Morro. Comprou para fazer roça mesmo. Aí fez fazenda, e aí vendeu esta fazenda para pessoa de fora, e

<sup>146</sup> Variaram os procedimentos para usurpar as Terras. Alguns pessoas, como Noé Oliveira, presidente do sindicato, tendo o poder público e a força policial como aliados, tentou grilar as terras pertencentes às famílias da comunidade de Várzea Grande, na beira da estrada, acreditando que estas não apresentariam resistência.

<sup>147</sup> Posteriormente a fazenda Ferrari foi novamente revendida e com o passar do tempo o novo comprador não se interessou mais explorá-la produtivamente. A fazenda Ferrari foi então desapropriada pelo INCRA com fins de reforma agrária, o proprietário indenizado. A maioria dos assentados foram pessoas de localidades próximas, alguns inclusive pertenciam às famílias que tiveram a terra grilada que deu origem a própria fazenda Ferrari.

aí ficou no meio e a Boa Sorte ficou neste quadrinho aí assim. Esta fazenda grande que hoje é a Ferrari, para cá, encostado no município de Brotas... mas tinha pessoas também que moravam aqui mas não tinham assim estes títulos de trabalho comunitário, né, começou a vender a rocinha deles também para pessoas de Brotas aí, também fez a fazenda dele lá, e aí nós ficamos com esse quadrinho aqui.

(Elias Neri, 2012) <sup>148</sup>

Neste relato Elias Neri explica como foi reduzida a área de uso comum de Boa Sorte. Podemos perceber que a ação inicial de comprar uma pequena área de terra foi utilizada para avançar sobre as terras que não eram cercadas. Algumas transações nem se referiam a terra, mas apenas à madeira que estava nela. Geralmente eram locais de plantio de mandioca que estavam em pousio, isto é, descansando para retomar sua fertilidade. Como o primeiro procedimento para plantar a mandioca era mesmo o de desmatar a vegetação que se reconstituiu, aparentava ser um bom negócio deixar alguém explorar a madeira que necessitava ser retirada antes no novo plantio.

A relação estabelecida permitiu, em alguns casos, que área fosse realmente vendida. Mas só a área relativa ao plantio e que já estava cercada. Há uma variação grande entre cada situação, mas ocorreram casos em que a compra de mais de uma área de plantio, e que fossem relativamente próximas, justificou a tomada das áreas de uso comum entre as áreas adquiridas. Outro motivo que pode explicar a demora em uma reação mais efetiva das famílias atingidas pela grilagem é que naquele tempo as áreas comuns eram bastante numerosas, e os primeiros casos de grilagem podem ter sido tomados como “eventuais” ou localizados. Mas não demorou muito para as famílias passarem a reagir às tentativas de usurpação de suas terras.

A primeira medida foi se recusar a vender a terra, mesmo pequenos pedaços, e nem negociar a madeira de suas áreas. Essa ação não foi uniforme, isto é, enquanto algumas famílias perceberam o perigo e passaram a não comercializar suas áreas, outras continuavam negociando com os compradores. Havia uma pressão para a fragmentação das terras por parte de empresários que visavam se apossar dos recursos naturais. Porém, o risco de desmembramento das terras fez com que várias famílias passassem a se unir, e foram abrindo “picadas” demarcatórias ou mesmo construindo cercas para impedir o avanço da grilagem das terras.

Aqui o dono era do outro lado... ele se sentia em boas condições, se enquadrou junto com Jurandir, e quis grilar aí para vender para o Jurandir. Então não foi só o Jurandir... Como essa propriedade que era da família do Miguezinho, eles acabaram empurrando ele daí. É quem tinha documento, é quem tinha dinheiro, e a

---

<sup>148</sup> Entrevista realizada em sua casa, em junho de 2012, durante trabalho de campo para a pesquisa de doutorado

família que morava aí há séculos foi quem acabou saindo daí e eles acabaram possuindo... não foi até lá (apontando para uma outra área) por causa de um colega nosso, que tinha uma propriedade aí e empurrou eles, não aceitou eles... Ele também não tinha documento, mas aqui, onde eles estavam compreendendo, tinha umas roças do pai dele, que estava compreendendo como a “roça”, então ele achou força de empurrar eles por causa das “roças” que o pai dele tinha aí. Então eles respeitaram por isso. Mas foi difícil, ele teve que botar uma “roçona” muito grande aí atravessando a entrada... para lá...

(Joaquim Gomes Nogueira, 2012) <sup>149</sup>

Joaquim Nogueira apresenta alguns parâmetros na qual podemos utilizar para compreender como se estabelece socialmente o reconhecimento ao direito do uso da terra. Como mencionei, num primeiro momento as vendas das áreas por pessoas que eram reconhecidas como detentoras do direito ao uso da terra negociada, possibilitou aos novos compradores a legitimidade da transação. Quando passam a tomar outras áreas, especialmente as de uso comum, estes passam a ser questionados e se tornam uma ameaça. Logo que se percebe que a compra destas áreas foi o que propiciou a presença destes invasores nas terras tradicionalmente ocupadas e que essa ação abriu caminho para grilagem, a venda passa a ser evitada.

A resistência inicial à grilagem passou por iniciativas particulares de cada família. Os grileiros contavam com maior recurso financeiro que as famílias, além de apoio político de autoridades locais. Havia a necessidade de mostrar força para intimidar as ações de grilagem. “Botar roça”, isto é, fazer uma grande área de plantio era uma forma de deixar claro que aquela terra tinha dono, que o dono tinha condições de tocar suas plantações, e que iria dar trabalho tentar tira-lo de lá.

Algumas famílias passaram a se reunir e a traçar ações comuns. A abertura de picadas, a construção de cercas, a implantação de cancelas<sup>150</sup>, foram ações feitas em conjunto, especialmente em áreas de uso comum que confrontavam as áreas na qual o grileiro tinha se implantado.

Essa terra foi o seguinte. Tinha uns moradores alí, um por nome Miguezinho, lá era propriedade dele. Esse que tentou grilar aqui grilou primeiro a terra lá, desse Miguezinho, que está aqui dentro, que encontra com esse morro, que seria Ponta da Serra. Como nós tínhamos tudo em conjunto, nós com Ponta da Serra era tudo em conjunto, estão aqui estava dentro do nosso perímetro mas nós respeitávamos como Ponta da Serra. Então morava esse pessoal aí, na época que apareceu este senhor de

<sup>149</sup> Entrevista realizada durante caminhada pela área de “fundo de pasto”, no local que aconteceu a primeira grilagem da região na época da “luta do bode solto”, durante trabalho de campo para a pesquisa de doutorado, junho de 2012.

<sup>150</sup> Estas cancelas são uma espécie de porteiras que foram localizadas em pontos estratégicos dentro das áreas de “fundo de pasto”. Possibilitam a passagem de animais e um certo controle pelos moradores. As cancelas se tronaram referência de localização.

Jurandir, Zé Nena, Mané Viana, quiseram grilar esta terra deles. Eles precisaram sair daí por causa de briga, não sei o que lá, vendeu a propriedadezinha que eles tinham lá, mas com quanto ele já tinha grilado isso aqui. Eles saíram daí foi despejado da terra, porque esse pessoal aproximou da terra deles... E quando isso aconteceu foi quando se sentiu a necessidade de se agrupar, que Várzea Grande passou aquele arame lá, primeiro que nós aqui, porque quando isso aqui (ocorreu), eles pensaram que podia atingir até lá. E eles nos aconselharam também – “Moço, vamos tirar a picada, vamos evitar isso aí” – que foi isso que eu estou te falando. Tentaram uma picada lá em baixo. Quando a gente veio com picadas por aqui, foi que eles afastaram. Mas a intenção deles era que era que abrangesse esta área aqui toda para eles, que grilaram. Então essa área quando criou a organização aí agora, nós já tínhamos uma picada aqui, isso a gente se esqueceu, a parte do que era do Miguezinho eles venderam, os tanques que eram com casa, mas eles passaram a mão nisso aqui e aí criou aqui o limite com Boa Sorte. Então nós vamos até ali... a fazenda proibida que tem ali é de um fazendeiro de fora, não é mais nem Jurandir, que ele já vendeu para fora. Tudo foi área grilada. E aí criou a organização de Boa Sorte e nós. Essa área aqui, antes de tudo isso aqui, era em conjunto com nós. Esse Jurandir, é Jurandir Martins, de Brotas, é justamente chegado do prefeito, que eu estava falando, que aplaudiu o implantamento daqui... Mas é aqui neste sentido porque a cerca faz um zigue-zague, vai reto e lá ela torna a fazer (curva). Quando ela chegar neste campo, que ela vai aqui, para li já pega Boa Sorte, aqui nós, um pouco adiante Ferrari, e aqui é a parte que hoje é um fazendeiro (que) tem por nome de Nélio. Não é mais de Jurandir, ele fez na época e vendeu.

(Joaquim Gomes Nogueira, 2012)<sup>151</sup>

As picadas e cercas impediram o avanço da grilagem mas não o trânsito dos animais de pequeno porte. Estas cercas, de quatro fios de arame, impediram a passagem dos animais maiores, justamente os animais utilizados pelos fazendeiros que grilaram a terra. Desta forma, além de não conseguir invadir e se apropriar de mais terras, os fazendeiros viram a área de pastagem de seus animais se restringirem ao perder o acesso às terras de uso comum. Ao mesmo tempo os animais das famílias tinham trânsito nas áreas de uso comum e passavam pelas cercas, adentrando nas áreas que estavam na posse destes fazendeiros. Propositamente os fazendeiros não tomam medidas para evitar que estes animais adentrassem os espaços de plantio. Passam então a confiscar ou mesmo matar os animais que entravam nestas áreas, o que causou revolta das famílias que passam a protestar. Começam a acontecer brigas, enfrentamentos diretos, que são encaminhadas pelos fazendeiros ao delegado que por sua vez acionou o juiz local.

---

<sup>151</sup> Entrevista realizada durante caminhada pela área de “fundo de pasto”, no local que aconteceu a primeira grilagem da região na época da “luta do bode solto”, durante trabalho de campo para a pesquisa de doutorado, junho de 2012.

E na verdade os representava, os que tinham contra eram esses mesmos... era Badega, era Jaiminho, o próprio Henrique, que foram os homens da polêmica toda. Mas outros também tinham dado grande apoio também, porque o banco tinha fornecido projetos para quatro fios de arame e dando o direito de criar com os quatro fios de arame. Uns quatro se ingressaram... e chegou até esse ponto...

(Joaquim Gomes Nogueira, 2012) <sup>152</sup>

A construção do conflito conforme foi judicializado era uma artimanha de empresários e fazendeiros para tentar legitimar o esbulho das terras que queriam se apossar. A judicialização também visou coibir as ações de resistência das famílias à invasão das terras tradicionalmente ocupadas e às novas práticas agropastoris propagadas política agrária do governo militar.<sup>153</sup> A quantidade de famílias que lutavam para manter a criação solta era bem maior do que as famílias que se aliaram aos fazendeiros. A judicialização também foi a tentativa para impor pela força da lei um novo costume.

Primeiro algumas pessoas foram intimadas à comparecer à delegacia sob a acusação de ter praticado crime. Mesmo que tenham sido citadas apenas poucas pessoas no processo, a intimação colocava sob ameaça todos os criadores de bode.

Tinha uns pouquinhos, mas tinham... (contra) Era 6%, né? O levantamento que foi feito era 94 contra 6. E nesse seis tinha alguém aqui... A gente escutou uma pessoa falando – “como você vai fazer uma coisa dessas”

(José Fernandez Nogueira, 2012) <sup>154</sup>

Cientes que ser chamado a depor, em condições de acusado, representava uma violência simbólica, uma intimidação e uma desonra, as famílias acompanhavam as pessoas intimadas à delegacia, declarando-se todos implicados na mesma questão. Apresentavam-se sempre mais de cinquenta pessoas na delegacia. O delegado acabava por ficar constrangido de coletar os depoimentos adiando os interrogatórios.

Outra tentativa para coibir a resistências das famílias foi a abertura de processos na justiça. Em uma destes processos o juiz local, determinado em acabar com a criação de animais soltos, resolveu fazer uma diligência na área indicada pelos fazendeiros na qual ocorria o conflito. Esta diligência foi organizada em comum acordo com os fazendeiros que se colocavam prejudicados pelos animais que adentravam as áreas que estavam em sua posse. Algumas autoridades foram convidadas a acompanhar a diligência, como os prefeitos de Oliveira dos Brejinhos e Brotas de Macaúbas, além de vereadores e empresários. Era uma ação com o intuito de acabar de uma vez com a criação solta de bodes, ovelhas e porcos.

<sup>152</sup> Entrevista realizada durante caminhada pela área de fundo de pasto, durante trabalho de campo para a pesquisa de doutorado, junho de 2012.

<sup>153</sup> Estas práticas agrícolas beneficiavam grandes multinacionais de fertilizantes, venenos e sementes e não consideravam os conhecimentos e as práticas agrícolas tradicionais das famílias.

<sup>154</sup> Conversa realizada durante caminhada pela área de “fundo de pasto”, com a presença de José Fernandez, Joaquim e Jurandir, durante trabalho de campo para a pesquisa de doutorado, junho de 2012.

Mas a audiência era marcada porque quando marcou para o juiz vir aqui fazer vistoria na área, ver o que tinha plantado aí. Isso aqui na época estava plantado. Só que a gente olhava aí e estava igual essas malvas, um feijãozinho, um aqui, outro ali, mas tinha uma plantaçozinha. E aí o juiz decidiu vim ver, a lavoura e decidiu encontrar mesmo aqui...

(José Fernandez Nogueira, 2012) <sup>155</sup>

Porém sigilosamente os detalhes desta diligência foram passados para as famílias, que se prepararam para receber o juiz no dia vinte e três de novembro de 1983. Na véspera da visita organizaram uma reunião com o advogado do “Sindicato dos Trabalhadores Rurais”. Esta reunião contou com a presença de representantes de várias localidades que avaliaram como deveriam proceder para desmontar a estratégia dos fazendeiros que queriam que o juiz determinasse o fim da livre circulação dos bodes. Outras instituições também apoiaram a mobilização conjunta das famílias, como a paróquia de Brotas, a “Comissão Pastoral da Terra” e a organização não governamental FUNDIFRAN.

Elas davam apoio... A FUNDIFRAN eu sei que era e parece que a CPT também dava apoio... Essa reunião que tivemos em Zé Pequeno, que era um preparo para a conversa... Foi na véspera... começou de manhã e foi até de noitezinha... Durante o dia a gente teve este preparo... Eu tinha acabado de chegar de São Paulo. Parece que no dia que eu chegava dizia assim que em três dias ia acontecer esse movimento aí...

(José Fernandez Nogueira, 2012) <sup>156</sup>

Mais de mil pessoas compareceram a esta mobilização, que ficou conhecida como a “Reunião do Arroz”, pois aconteceu em uma antiga área denominada por este nome, em terras localizadas em Panáscuo Pé do Morro.

Era todo o município, naquela época, Zé Xia, que tinha caminhão, não sei se você chegou a conhecer, ficou sabendo da história e – “Pode passar aí, o que tiver eu puxo no caminhão”... e ele estava com o caminhão cheio de gente...era muita gente... Isso aqui cá prá dentro, uns cinquenta metros, sei lá, estava tudo cheio aí... É pote de água para gente beber, e cabaça, e tira gosto... de sede não morria não... Tinha da Flora (gente)... . Mas aí o pessoal se preparou e fez uma manifestação muito grande... Não teve assim... como diz... vaias assim... Teve, não deixou de ter algumas vaiazinhas, não deixou de ter... Mas não foi grande, de marcar não... Mas só a presença da multidão de gente que teve aqui dava para qualquer um perceber que a coisa não era assim... Tinha muita gente que estava a favor...

(José Fernandez Nogueira, 2012) <sup>157</sup>

<sup>155</sup> Conversa realizada durante caminhada pela área de “fundo de pasto”, com a presença de José Fernandez, Joaquim e Jurandir, durante trabalho de campo para a pesquisa de doutorado, junho de 2012.

<sup>156</sup> Conversa realizada durante caminhada pela área de “fundo de pasto”, com a presença de José Fernandez, Joaquim e Jurandir, durante trabalho de campo para a pesquisa de doutorado, junho de 2012.

Foi assim mesmo... E aqui era uma multidão de gente, tinha uns caminhões por aqui, cheio de gente... era muita gente... Chamou a atenção. Este Saco de Pedra todo aí. Tinha gente desta região toda...

(Joaquim Gomes Nogueira, 2012) <sup>158</sup>

Ao ver a quantidade de pessoas protestando à favor da criação de animais soltos o juiz nem saiu do carro. Escutou os protestos, as manifestações, recebeu um documento que tinha sido preparado pelo sindicato e voltou para Brotas de Macaúbas sem decretar o fim da criação solta dos animais.

Meio dia, uma hora... estava aqui... O juiz chegou, ele veio daí... Tinha um pé de árvore grande aqui.. .Eu sei que ele parou numa sombrona assim... era angico... Eu sei que ele parou aí... juntaram logo em volta do carro do homem... e o homem não teve muita vontade de sair de dentro do carro não... – “Eu quero é ficar aqui dentro do carro mesmo”... Ele não saiu não, conversou de dentro do carro... A prosa foi uns vinte, trinta minutos... Não foi mais que isso não... Henrique tava no carro também... Eu lembro bem que tava o Henrique e o juiz estavam em baixo... O Zé estava em cima... parece que tinha mais uns dois cabras mas eu nem lembro dos outros... Eu sei que ninguém desceu não, conversou muito de dentro do carro... Muito não, Henrique nem falou muito... ficou dentro do carro... e por aqui mesmo manobraram e voltaram...

(José Fernandez Nogueira, 2012) <sup>159</sup>

A manifestação deste dia, diante das autoridades locais, repercutiu de tal forma que governo do Estado foi constrangido a aceitar a legitimidade da “Luta pelo Bode Solto” em Oliveira dos Brejinhos e Brotas de Macaúbas. Inicia-se um processo de diálogo com as famílias para iniciar a demarcação das terras e a efetivação da regularização fundiária de suas áreas. Vanda, pertencente à Várzea Grande, na qual sua mãe foi também indiciada durante esta época, assim sintetizou este momento da luta pelo bode solto.

A minha mãe, Virgílica Nogueira de Sales, juntamente com dois companheiros, um já falecido, Manoel Gregório da Silva, e seu irmão e José Gregório da Silva, foram três pessoas citadas pela justiça no conflito do bode, pois não poderiam citar todas as pessoas e estas foram citadas... O escrivão da justiça nos procurou em intimidade, que devíamos guardar sigilo, e nos avisou que seria marcada uma reunião para o dia vinte e três de novembro de mil novecentos e oitenta e três, onde a criação de pequeno porte desapareceria da nossa região. Só uma organização bem forte poderia barrar esta decisão da justiça. No dia dessa reunião estavam presentes mais de mil pessoas. Não paramos por aí, fomos a Salvador buscar a forma que poderíamos criar, pois nós éramos considerados posseiros, não tínhamos título de

---

<sup>157</sup> Conversa realizada durante caminhada pela área de “fundo de pasto”, com a presença de José Fernandez, Joaquim e Jurandir, durante trabalho de campo para a pesquisa de doutorado, junho de 2012.

<sup>158</sup> Entrevista realizada durante caminhada pela área de fundo de pasto, durante trabalho de campo para a pesquisa de doutorado, junho de 2012.

<sup>159</sup> Conversa realizada durante caminhada pela área de fundo de pasto, com a presença de José Fernandez, Joaquim e Jurandir, durante trabalho de campo para a pesquisa de doutorado, junho de 2012.



domínio das terras. Em 1985 tivemos com o secretário da agricultura, que nos prometeu mandar o pessoal, na época era INTERBA o órgão que cuidava da questão das terras, e veio uma equipe. Nós tínhamos levado um documento reivindicatório que explicava toda a situação. Eles comprovaram tudo que estava no documento e a partir daí eles fizeram a regularização fundiária, pois disseram que já tinham uma pequena experiência, na região de Uauá, onde a criação era criada num sistema chamado “fundo de pasto”. Então estes “fundos de pasto” nossos surgiram a partir de 1985, até aí não conhecíamos este sistema chamado de “fundos de pasto”, onde as áreas são coletivas. Temos as áreas individuais, com títulos individuais de cada um e um título coletivo daquela área onde a criação é criada solta, mas assim solta dentro daquela área que é chamada de área coletiva. Para nós é uma grande conquista, pois é um reconhecimento até para o Estado, que servirá como modelo para outras regiões do nosso Estado, quem sabe do Brasil. O nosso sistema não era tão diferente de agora, mas tinha um pouco de diferença pois não tinha limite, as criações circulavam por todas as áreas, por todas as comunidades. Hoje em cada “Associação” tem um limite da cerca onde passa a área coletiva, no perímetro da área coletiva, daí as criações já ficam separadas em seus “fundos de pasto”. A vantagem é que se tinha um manejo muito melhor das criações. Da forma que criamos hoje temos um grande prejuízo, e precisa de um manejo do rebanho com mais produtividade que depende da organização, que se não tiver organização a gente não consegue chegar em lugar nenhum.

(Ivanilda Nogueira de Sales (Vanda), 2006) <sup>160</sup>

A criação solta de animais de pequeno porte permaneceu, porém sob novas condições. A área de circulação livre dos animais passou a estar circunscrita às áreas abertas dentro de cada perímetro cercado, reduzindo significativamente a área de pastagem e o acesso a aguadas. Com isso o manejo dos animais vai ser alterado. Para a realização da regularização fundiária se exige a formação de “Associações”, na qual será emitido um título de propriedade da área considerada “coletiva” e denominada de “fundo de pasto”. As ações de resistência a grilagem das terras são identificadas através da denominação “luta pelo bode solto”, marcando mudanças na forma de organização social, na qual laços de solidariedade entre famílias se constroem em novas bases. Neste sentido perceber que as unidades de mobilização de formaram para defender interesses que estavam ameaçados pela grilagem das terras e pelo fim da livre circulação dos animais. A formação da “Central de Associações de Fundo de Pasto” decorre da necessidade de articulação destas unidades de mobilização, representando novas possibilidades para construção de ações conjuntas.

### **CAPACIDADE DE MOBILIZAÇÃO**

As mudanças no contexto social, econômico e político, foram acompanhadas por mudanças na forma de organização social das famílias que participaram da “Luta pelo Bode Solto”. A construção da estrada e seus impactos, as orientações e normas técnicas vinculadas

---

<sup>160</sup> Entrevista realizada na Feira do Bode com Ivanilda Nogueira de Sales Vieira (Vanda), de Várzea Grande, em 30/07/2006, durante trabalho de campo para a pesquisa de mestrado intitulada “Fundos de Pasto: Organização Política e Território”. (CARVALHO, 2008, p. 77-78)

ao crédito rural com base em um modelo agropastoril modernizante e vinculado aos interesses de empresas multinacionais de insumos agrícolas, a invasão e usurpação das terras tradicionalmente ocupadas, a restrição na locomoção dos animais foram acontecimentos que acarretaram numa reorganização das famílias que buscaram formas de resistência para afirmar seu modo de vida.

“... a estrada deu acesso aos fazendeiros, aí começou a vir pessoas daqui, pessoas dali, pessoas de outras regiões e teve gente daqui da região que fez parceria com os caras... Teve umas épocas que nós enfrentamos os poderes públicos, tivemos de enfrentar a prefeitura, tivemos que enfrentar a delegacia, tivemos que enfrentar os companheiros peito a peito, tivemos que jogar pesado... Tinha um monte de esquema para cima da gente... Só conseguimos porque jogamos duro, se a gente não joga apertado de verdade, a gente não conseguia não. Fizemos uma reunião lá no Arroz, e conseguimos reunir a base de umas mil e duzentas pessoas, e veio o juiz, prefeito...tinha um edital do juiz dizendo que era o último dia dos animais soltos, naquela data, se não me engano dia vinte e três de novembro de oitenta e três... organizamos os companheiros, articulamos quando foi no dia, na hora que eles que eles chegaram lá... por volta das dez horas da manhã, chegaram as autoridades ali... consultaram... na hora que eles pararam o carro, subiram umas trinta, quarenta pessoas na carroceria do carro, era uma D10. A bicha levantou aqui... não deixamos os caras sair não, fechamos eles ali, não deixamos sair ninguém... e diante disso... como foi no mato e era um lugar que se fosse para , dizer assim, jogar cacete, tinha madeira batendo lá que estava quebrando até hoje... Lá era um lugar fechado, não saía não, só se chegasse de avião ou chegasse por ali mesmo. Fechamos a estrada em dois lugares...o povo reunido lá no meio... mas não se mexeram também para sair... ficaram ali... o que nós tínhamos para dizer aos companheiros era bastante coisa... e o juiz naquela hora ali colocou se nós estávamos manifestando de alegria.... aí nós falamos que infelizmente... um fato de sentimento que você sendo uma autoridade e tem a ousadia de dizer que hoje é o último dia do bode solto na região e aqui nós queremos dizer para você que quem manda aqui somos nós e a precisão das nossas casas quem conhece somos nós e nós viemos dar um recado para o senhor que aqui nós vamos criar, nós vamos mostrar para o senhor se nós vamos criar ou não vamos..vamos trabalhar...e daquela ação fomos a Salvador, falamos com o secretário, colocou um monte de dificuldade, mas conseguimos entregar um documento e para encurtar a história depois de uns 26 dias apareceu alguém na minha casa para tomar providência, iniciar a documentação das terras... hoje estamos atuando aí, a gente agradece Deus, as forças que a gente tinha, o esforço que a gente fez, e os apoios que a gente teve, as entidades tipo a FUNDIFRAN ajudou a gente, o sindicato, a igreja, a paróquia deu uma força muito grande...”

(João Nogueira (Ruanga), 2006) <sup>161</sup>

Em seu relato João Nogueira, faz questão de evidenciar a importância da organização das famílias para o enfrentamento dos poderes públicos e dos antagonistas, representados por fazendeiros, empresários e até familiares que a eles estavam aliados. A determinação em

---

<sup>161</sup>Entrevista realizada na feira semanal em Queimada Nova, dia 18/03/2006, durante trabalho de campo para a pesquisa de mestrado intitulada: “Fundos de Pasto: Organização Política e Território”. (CARVALHO, 2008, p. 76-77)

manter autonomamente o seu modo de existir agregou diferentes famílias que buscaram se apoiar reciprocamente.

A base desta articulação entre famílias se estruturou muito antes de ocorrer a “Luta pelo Bode Solto”. A ocupação das terras pelas famílias em busca da afirmação de sua autonomia marcou o início da formação das localidades.

Falando assim de Várzea Grande. No início Várzea Grande era do Dionísio. E as primeiras pessoas que, além dele, foram os filhos dele, isto é, com genros e noras. O que é que ele fez... ele espalhou em volta do perímetro da área algumas casas, para que os filhos, noras e genros tomassem conta da fazenda, como se fossem alguns seguranças... Para ficar no perímetro para que outras pessoas não viessem a invadir. Já era família... Nisso veio crescendo a família, mas foi ficando em família. E como isso foi ficando em família, o que que acontecia, por exemplo... eu moro aqui... na época eles faziam é o seguinte... eu vou trabalhando aqui e fui até tal limite... eu vou trabalhar até aqui e tal... porque não tinha um dono ali... eu vou até a estrada, descia picada até tal lugar... Quando vinha outra pessoa por ali ele perguntava até onde era o seu limite. Era marcado desta forma, não era coisa registrada mas as pessoas já tinham noção mais ou menos o que se tinha mais ou menos assim. Realmente dizia o que era dele aquela área. E isso foi crescendo desta forma, assim sucessivamente, cada pessoa, cada família, chegava se estabelecendo num lugar, os filhos daquelas famílias que já estavam ali, se mudassem para um outro local, mas mudavam para um local e já chegavam e demarcavam uma área e assim por diante, foi dessa forma que foi marcado... Geralmente cercavam algumas partes, para trabalhar, plantar, prender animais, mas para dizer está tudo cercado, não tinha não... a maioria dos animais eram tudo mesmo solto, aberto... A Várzea Grande ia até Saco de Pedra, os animais de lá vinham até aqui, os animais de Boa Sorte vinham para cá, os daqui iam para Boa Sorte...

(Valdemar Santos de Oliveira, 2011) <sup>162</sup>

Valdemar relata que a terra foi ocupada pelas famílias, cada uma reconhecendo os limites uma da outra, criando normas de ocupação que eram respeitadas. Essas famílias passam a construir relações de parentesco e compadrio. As relações sociais iniciais vão se estabelecendo tendo como base a organização a partir das famílias. Os núcleos familiares eram as referências desta organização.

Ao longo dos anos escutei vários relatos sobre a organização de mutirões que tinham como objetivo o apoio a alguma família, principalmente por ocorrência de alguma doença, ou mesmo quando um casal novo se instalava numa área e que tinha que montar toda uma estrutura para viver – casa, áreas de plantio, chiqueiros para animais. Também eram organizados trabalhos conjuntos que tinham por finalidade a construção de locais para armazenamento de água como barreiros, cacimbas, ou mesmos de construção de pequenos tanques em locais que ocorriam “minas” de água. Estes mutirões são apontados como uma prática antiga, advinda das primeiras famílias que se instalaram na região.

<sup>162</sup> Entrevista realizadas na casa de Dunga, Valdemar Santos de Oliveira e de sua esposa, Aldeir Guimarães Oliveira, em outubro de 2011, durante trabalho de campo para a pesquisa de doutorado

Outros interesses comuns, como a implantação da primeira escola em um pequeno povoado, Boa Sorte, é referência de uma ação conjunta planejada por algumas famílias. A preocupação com a alfabetização e o ensino da matemática para os filhos motivou a organização desta escola em Boa Sorte. A família Neri, sabendo que outras famílias - os Nogueira, os Vieira, os Almeida, os Ferreira, os Oliveira - também compartilhavam desta preocupação, tomaram a iniciativa de organizar um espaço, convidando as famílias interessadas a mandar crianças para esta escola.

Desde quando eu passei a me entender, eu era pequenininho, pequenininho, e não tinha nem idade de ir para escola, que eu já via esta preocupação, dos pais, os filhos não ficarem sem poder aprender ler. Aí eu pequenininho mesmo, menino de cinco anos, já conheci o irmão de meu pai, e agente falava assim – “abriu uma escola aqui” – e aí vinha este pessoal daqui de Várzea Grande, filho deste pessoal de Várzea Grande, esses Nogueira aí, da família de João Ruanga, de Manelão, esse pessoal todo lá, vinha para a escola. Esse pessoal do Pé do Morro, família do Zé Teodorico, vinham para essa escola deste tio meu. Você conhece Zé Fernandez, os irmãos dele vinham para escola aqui. E todo ano tinha que ter uma pessoa disponível para ocupar, pelo menos dois meses ali, com a escola. Essa preocupação sempre teve, nunca faltou mesmo... e quando chegou nos meus tempos também eu também fui para esta escola, quando chegou na idade de ir a escola. Portanto aqui não ficou ninguém analfabeto, não ficou mesmo. Os pais preocupavam mesmo. Achavam que era uma obrigação mesmo e esse costume foi passando de pai para filho, para não deixar os filhos analfabetos, saber ler, saber escrever, fazer conta, e isso veio até hoje, até esse ponto que eu já lhe falei. De a gente chegar ao poder público... Chegou este ponto que as comunidades foram se despertando mais, cobrando do poder público a criação das escolas nas comunidades. Foi criada mesmo depois que formou as comunidades<sup>163</sup> mesmo. E agora então criou as escolas públicas, enfim... (Elias Neri, 2012)<sup>164</sup>

Havia então uma boa relação entre as famílias quando da construção da BR242. A partir do momento que se perceberam ameaçados, e com a necessidade de mostrar força para evitar a usurpação das terras, passaram a se articular, organizam mutirões para estabelecer marcos e cercas, realizam reuniões mais sistemáticas para refletir e compreender quais as ações que deveriam ser implementadas para proteger suas terras.

Um primeiro espaço de articulação das famílias foi a própria feira semanal de Queimada Nova. Esta feira, que acontece até hoje aos sábados, foi se constituindo como local para além das trocas comerciais, mas como espaço de encontro, na qual se reforçavam os

---

<sup>163</sup> Posteriormente a paróquia de Brotas de Macaúbas, com recursos da cooperação internacional, organizou uma escola, intitulada “Escola Comunidade Rural”. Esta escola voltava-se para o ensino de tecnologias agrícolas para os filhos das famílias agricultoras da região, e ao mesmo tempo provocava a reflexão sobre a realidade agrária local. Esta escola funcionou de 1975 a 1993, formando alunos que se engajaram na luta pelo bode solto. (BURGHGRAVE, 2011)

<sup>164</sup> Entrevista realizada em sua casa, em junho de 2012, durante trabalho de campo para a pesquisa de doutorado

laços de amizade, onde ocorriam trocas de informações e reflexões sobre diversas questões. Muitas das reflexões sobre os casos de grilagem de terras que ocorriam se iniciaram nesta feira. Também a feira foi utilizada para a organização prévia das famílias com relação à reunião com o juiz que aconteceu no Arroz, na fazenda Pé do Morro.

A igreja foi outro espaço utilizado para fortalecer a articulação entre as famílias. A religiosidade era professada principalmente através da igreja católica. Um santo padroeiro era escolhido quase que simultaneamente quando um novo povoado maior era formado e uma capela construída - Bom Jesus, Senhora Santana, São José, Santo Antônio entre outros. Por muito tempo a fé era professada pelas próprias famílias sem intermediação de padres, freis, freiras. As autoridades eclesiásticas não se faziam presentes no cotidiano dos povoados. Quando muito, de ano em ano, um padre fazia uma visita à um povoado maior para realizar batizados e casamentos. Sem a presença sistemática do clero foi sendo professada uma religiosidade com certo afastamento da hierarquia eclesial, possibilitando a formação de um catolicismo de base mais popular. A forma prática na qual a fé era expressada e o conteúdo dos cultos dependia em grande medida das pessoas que estavam na coordenação das pequenas capelas que existiam em alguns povoados, não havendo uma uniformização dos ritos<sup>165</sup>, embora estes aparentassem similaridades.

No final dos anos 60 do século XX, quase que simultaneamente à construção das estradas, chegou à paróquia de Brotas de Macaúbas um padre belga, João Cristiano<sup>166</sup>. Este padre foi o primeiro a se relacionar mais cotidianamente com as famílias das áreas de abrangência de sua paróquia. Sua orientação religiosa estava afinada com o movimento das “Comunidades Eclesiais de Base” (CEBs)<sup>167</sup>, que incentivava a formação e o fortalecimento de “comunidades religiosas” através da atuação direta dos membros das próprias famílias de localidades próximas. Com as CEBs a igreja tinha como papel reforçar uma formação religiosa, mas que esta dialogasse com a vida cotidiana das famílias, com seus problemas.

---

<sup>165</sup> Como “uniformização” me refiro à uma pré-seleção de temas e textos que passaram a ser produzidos por setores da igreja católica e difundidos pelas dioceses e paróquias, até chegar em cada localidade, orientando os “ritos” católicos, como missas, batizados, catequeses.

<sup>166</sup> O nome do Pe. João Cristiano era Johannes Christiaan Franciscus Appelboom

<sup>167</sup> As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) são resultantes de um movimento da igreja católica que também atingiu outras igrejas, principalmente as protestantes, que teve início nos anos 60, com destaque para a América Latina, e que foi influenciado pelo concílio do Vaticano II e as conferências de Medellín e Puebla, baseado pedagogicamente em Paulo Freire e apoiado pelas ciências sociais, inspirado em ideais de liberdade e pela opção aos “pobres da terra”. Quebrava com a estrutura verticalizada da igreja, repartindo poderes que se concentravam na estrutura eclesiástica para membros de cada comunidade, apoiando uma leitura das escrituras da bíblia, como base de organização popular para melhoria das condições de vida. Para mais informações, consultar o documento “As comunidades Eclesiais de Base na Igreja do Brasil”, que foi lançado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Brasília, novembro de 1982.

Nesse sentido a igreja incentivou o fortalecimento da organização social em “comunidades”, que em certa medida reforçou a organização familiar na ação de resistência à grilagem das terras e a na “Luta pelo Bode Solto”.

A comunidade de igreja o papel que eu vejo é esse... a gente vê assim, que através da fé faz com que desperta a gente, no sentido que a fé, não é para ficar uma fé abstrata assim, sem uma ação concreta. Então a fé deve motivar a gente e é isso que a gente acha que tá fazendo, motiva as pessoas... a se unirem, se organizarem, para implantar soluções dos problemas sociais. Não fica só ligado, atrelado ali na reza, na igreja, na escuta da palavra. Escuta a palavra mas aquilo entra no coração da pessoa e a pessoa sente. E eu como cristão tenho a obrigação de lutar. (Elias Neri, 2012) <sup>168</sup>

A concepção de uma organização social na forma de “comunidades de base” possibilitou uma reestruturação da organização baseada nas relações familiares, fortalecendo a autonomia já existente dos agentes sociais. Esta concepção propiciou a projeção idealizada da ação de um grupo de pessoas em forma de “relações comunitárias”. (GUSFIELD, 1975) (WEBER, 1991, p. 25-32) <sup>169</sup> As famílias passam a se enxergar como um grupo articulado e não apenas como famílias independentes. Passam a se imaginar como “comunidades”. (ANDERSON, 2008) (LÉVI-STRAUSS, 2012) (FOUCAULT, 2002) (BOURDIEU, 2006) <sup>170</sup>

Os cultos semanais, realizados aos domingos, passam a ser formalizados como espaços para reflexão e tomada de decisão conjunta entre as famílias sobre questões de interesse comum. Representantes de distintas “comunidades” começaram a participar de encontros que propiciavam a partilha reflexões sobre temas que interessavam a várias famílias. Uma das questões abordadas foi buscar uma melhor forma de se organizar para garantir o direito a terra tradicionalmente ocupada. Observaram a ausência de um sindicato que representasse os interesses das famílias. Articulou-se assim um grupo de pessoas para participar da eleição do “Sindicato dos Trabalhadores Rurais” (STR) de Oliveira dos Brejinhos. Elias Neri foi indicado para presidente do STR e venceu a eleição. A família Neri

---

<sup>168</sup> Entrevista realizada em sua casa, em junho de 2012, durante trabalho de campo para a pesquisa de doutorado

<sup>169</sup> Utilizo a expressão “relações comunitárias” me aproximando do conceito na forma atribuída por Gusfield. Este autor acentua a relação que se estabelece por vínculos solidariedade, estabelecidos de diversas formas. Distancio-me, portanto, da concepção formulada por Max Weber, que identifica “relações comunitárias” como ligações afetivas, de parentesco e étnicas, diferenciando-as de “relações associativas” regidas por estatutos e normas mais rígidas. Nas situações aqui apresentadas estes tipos ideais não ajudam a compreensão.

<sup>170</sup> As reflexões elaboradas por Anderson com relação às bases que possibilitaram a imaginação de uma “comunidade nacional” vão além do que este estudo apresenta. Ao utilizar a ideia de uma “comunidade imaginada” busco relacionar o poder do “símbolo” com a organização de uma ação. Tenho assim como referência a projeção simbólica de “uma ação em comunidade” que orientou a organização conjunta das famílias para a “Luta pelo Bode Solto”. As reflexões de Levi-Strauss, Foucault e Bourdieu, sobre formas classificação e organização do mundo social, complementam o sentido que utilizo ao descrever a organização da ação a partir de uma “comunidade imaginada” na qual utilizo para descrever a situação das “Comunidades de Fundo de Pasto” de Oliveira dos Brejinhos.

era justamente uma das mais atuantes na formação das “Comunidades Eclesiais de Base”, muito respeitados pelas demais famílias.

No início dos anos 80 o sindicato era coordenado por Noé Oliveira Silva<sup>171</sup>, pessoa de confiança dos fazendeiros e subordinados ao poder municipal, conhecido como grileiro de terras do município. Com a eleição de Elias Neri, o sindicato passou a ser composto por uma diretoria que representava o interesse das famílias do município, especialmente com relação ao direito à terra. No município vizinho, Brotas de Macaúbas, as famílias também se organizaram e passaram a dirigir o STR de lá<sup>172</sup>. Desde esta época até hoje os sindicatos dos trabalhadores rurais destes dois municípios sempre estiveram coordenados por representantes das famílias, buscando garantir seus direitos, e fazendo enfrentamento aos grupos dominantes locais. O sindicato pode ser considerado como a primeira instituição formal organicamente vinculada às famílias.

A igreja, através da paróquia de Brotas, e o sindicato foram instituições que passam a apoiar sistematicamente as famílias na afirmação ao direito às terras ocupadas. Estas instituições propiciaram que outras organizações viessem apoiar a “Luta pelo Bode Solto” e o direito do acesso à terra. A “Federação Estadual dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais” (FETAG) disponibilizou um advogado para prestar orientação jurídica às famílias. Outros setores da igreja, como a “Escola Comunidade Rural”, também da paróquia de Brotas, uma organização não governamental fundada pela diocese de Barra, FUNDIFRAN, e até a “Comissão Pastoral da Terra” (CPT), organização ligada a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), também passaram a orientar as famílias, fornecendo elementos para que estas pudessem definir melhor as estratégias na “Luta pelo Bode Solto”. As famílias passaram a se articular mais embasadas na legislação e fortalecidas pelo apoio destas entidades.

Especificamente em razão da diligência do juiz, que ameaçava determinar o fim da criação solta dos bodes, e como o ambiente de igreja também era composto por familiares que se aliaram aos fazendeiros, algumas pessoas perceberam a necessidade de um espaço próprio de reunião. Esse espaço serviria para articular apenas as pessoas que queriam a criação solta dos bodes, ovelhas e porcos. As primeiras reuniões foram realizadas em locais “estratégicos” em cada localidade, geralmente embaixo de “pés de árvores”, na qual a sombra pudesse abrigar de vinte a trinta pessoas. Estas reuniões podem ser vistas como a articulação de

---

<sup>171</sup> No final dos anos 70 ele tentou se apossar de parte das terras da comunidade de Várzea Grande, na beira da rodovia BR242.

<sup>172</sup> O senhor Evaristo, que pertencia ao “fundo de pasto” de Jatobá, fez parte da direção do sindicato de Brotas de Macaúbas em sua nova gestão. Desde então as famílias de Jatobá sempre contaram com representantes na direção do sindicato.

“unidades de mobilização” e marcaram o início de uma nova organização que veio a ser nomeada posteriormente de “Central de Associações de Fundo de Pasto”.

Outro fato que marcou a “Luta pelo Bode Solto” foi a vinda do secretário Estadual de agricultura ao município de Oliveira dos Brejinhos, no início de 1985. Durante a audiência pública, na qual estavam presentes os prefeitos de municípios próximos e autoridades do governo Estadual, o “Sindicato dos Trabalhadores Rurais” apresentou as reivindicações das famílias. Esse fato é bastante citado, pois até este momento as famílias nunca tinham tido a possibilidade de se pronunciar em eventos como este, na qual apenas autoridades como secretários, deputados e prefeitos discursavam. No pronunciamento do representante do STR se solicitou que o governo Estadual tomasse as devidas providências para garantir o direito à criação solta dos animais, bem como a realização dos procedimentos para regularização fundiária das terras. Foi depois desta audiência a realização de uma visita ao município de Uauá, na qual o governo tinha iniciado um processo de regularização fundiária de terras na qual as famílias também buscavam a continuidade da criação de animais soltos. Esta forma de criar, em algumas localidades do município de Uauá, era denominada como “fundo de pasto”.

Foi a partir daí que agora começou... Tinha também o menino da FUNDIFRAN, o técnico que andava por lá, Isac... Aí os prefeitos de Brotas e Brejinhos soltaram os editais, para tapear o povo aí, dizendo, apenas aconselhando, que na opinião deles que no lugar que já tinha costume de criar os animais soltos deveria continuar criando solto. Era só para apaziguar um pouco, aparar... Eu sei que teve um encontro do secretário da agricultura, com essa política deles lá, que era um trabalho meio político, veio o secretário da agricultura, e o encontro foi aqui em Oliveira dos Brejinhos... Os prefeitos daqui de Brotas, Oliveira dos Brejinhos, Ibotirama, veio até de Ibipitanga, Ipupiara, Paratinga, da cidade da Barra... e a gente aproveitou “é a hora de vocês encostarem, ter a vez de vocês, de vocês falarem.” E desta vez da vinda do secretário em Oliveira dos Brejinhos, o sindicato deu presença, e falou assim, pequenas palavras, mas assim... pois já se sabia do conflito aqui da região e todos políticos falavam do bode, dando apoio ao povo, etc, etc, etc... E aí tinha um delegado de terra aí da região, um tal de doutor Arnaldo, engenheiro agrônomo, tava por aí também, e aí ele apresentou que lá no município de Uauá o pessoal já estava se organizando de tal forma assim, assim. E quando chegou a vez do sindicato falar, falou pouquíssimas palavras, assim, que nós queríamos uma audiência com o secretário, no seu gabinete, lá em Salvador. Vixi, os políticos se espantaram assim. E o secretário - “Pois não.” Aí esse delegado de terra foi ansioso, passado os dias ele queria saber, ele queria ir, mas nós não queríamos (que ele fosse junto). Foi a partir daí que se fez a viagem lá para Uauá, primeiro para tomar conhecimento. Fomos lá, em Uauá, tomamos conhecimento... e ficamos sabendo tudo como é que eles (faziam)... Tinha lá o menino também que era delegado de terras, que trabalhava no INTERBA, lá de Uauá, era uma pessoa mais aberta assim, não era desses políticos tradicional, era uma pessoa destas mais aberta. Ele ajudou esse grupo nosso que foi lá em Uauá. Ele disse - “nós fomos primeiro por tal repartição assim, em tal órgão, tal órgão, isso e aquilo, até por fim chegar no secretário da agricultura.” Passar pela CERB, passar por muitos órgãos mesmo lá do governo. E aí, tomamos conhecimento da CAR, essa coisa toda assim... E aí que a gente fez um documento, fazendo um



levantamento aqui da região, de mil novecentos e tanto até esta data, o quanto o pessoal daqui da região vendia do feijão essa coisa assim, vendia de bode, essas coisas assim, para fazer aquela comparação... fez um documento bem forte mesmo e a diferença foi grande demais... grande, grande demais. O bode parece com 95%, e 5% era lavoura, 95%... eles optaram mesmo pelo bode. E aí foi com este documento forte lá, em Salvador, e quando veio de lá agora que já veio com a proposta... veio com a proposta não, as orientações de lá foram estas de criar um fundo de pasto desta forma, de regularizar as terras, fazer um documento de uma área coletiva, para liberar a área dos animais, e assim por diante... e criar uma “Associação” para poder a “Associação” receber este documento da terra, ficar de posse da terra, administrar essa área. E quando voltou de lá é que reuniu com os grupos de famílias e foi uma discussão meio forte. Não demorou alguns dias e veio técnico do governo, técnico do Estado, veio aqui fazer uma visita aqui, para ver se era verdade mesmo, se o documento estava falando a verdade ou se podia ser mentira ou se podia ser uma espécie de estar inventando coisa aí. Mas quando ele chegou aqui, todas as comunidades que eles visitaram e viram uma multidão de povo aí, e a reação do povo e aí eles voltaram e disseram que não restava dúvida e era isso mesmo. Com poucos dias que estes técnicos voltaram chegou a CAR e o INTERBA, as duas primeiras entidades que vieram foi a CAR e o INTERBA. Vieram para aqui e começaram o processo de medição das terras.

(Elias Neri, 2012) <sup>173</sup>

Com o início do processo de regularização das terras tradicionalmente ocupadas, e ao atender duas das principais reivindicações das famílias, o direito a terra tradicionalmente ocupada e a criação solta de animais, os órgãos do governo do Estado reconhecem a legitimidade da “Luta pelo Bode Solto”. Porém esta ação do Estado não significou reconhecer o “modo de vida” das famílias e várias questões foram se apresentando à medida que as ações para regularização fundiária eram realizadas. (FRASER, 2006) e (2007) <sup>174</sup>

Uma das questões foi a exigência da fundação de “Associações” que representariam as famílias juridicamente. Em nome destas “Associações” é que seriam emitidos títulos de propriedade da terra ao final do processo de regularização fundiária. O Estado obrigava desta maneira à uma institucionalização da organização local, e indicava a forma: “Associação”. Porém os agentes do Estado não foram os únicos a introduzir a “associação” como a forma organizativa padrão. A igreja, o sindicato e as ONGs passaram também a incentivar tal tipo de organização.

Os pais da gente eram católicos, realmente, meus pais me criaram na religião católica, mas não tinha também, eles não sabiam, eu, nem meus pais, nem ninguém

<sup>173</sup> Entrevista realizada em sua casa, em junho de 2012, durante trabalho de campo para a pesquisa de doutorado

<sup>174</sup> O Estado realiza a regularização fundiária a partir de normas concebidas em uma racionalidade específica. Esta racionalidade está orientada pela inclusão das terras no mercado. O Estado então apresenta dificuldades para efetivar o direito a terra tradicionalmente ocupada e em reconhecer aos diversos usos que dela fazem seus ocupantes. No último capítulo irei elaborar uma reflexão mais detida sobre as questões envolvidas no reconhecimento do Estado com relação ao modo de vida das “Comunidades de Fundo de Pasto”.

aqui da região, não tinham um conhecimento de passar isso para gente, com mais clareza. Era mesmo através da fé, católica, vamos na missa, vamos na igreja, vamos confessar, vamos participar... Mas era assim, essa coisa tem missa e a gente vai lá. E depois que a gente teve essas informações, essa clareza que veio através do padre João, a gente viu que... para quem é religioso, acho que mudou muito, ajudou muito, clareou muito o conhecimento religioso associado com a sociedade. Para mim eu vejo assim. Para mim foi uma luz muito acertada naquele tempo que começou aquela mudança, na qual a igreja deu esta virada. Foi uma virada. E aí eu quero dizer assim, que a nossa história, que o fundo de pasto, da regularização das terras, ela começa daí. Porque foi realmente destes esclarecimentos, que falava sobre associativismo, cooperativismo, sindicalismo, e aí foi chegando estes conhecimentos e aí a gente foi puxando, achando caminho para as coisas irem clareando, para gente chegar onde queria chegar, ou estamos chegando, quer dizer... E essa história ficar registrada eu acho que é muito importante. Para a nossa região, para os “fundos de pasto”, para a nossa região. Foi um luta que na época, e que até hoje ainda é associada, lógico que hoje cada “comunidade” tem sua “Associação”, tem ali seu grupo, mas em parte a gente tem a “Central”, que trabalha ainda no conjunto, e na época foi uma luta de todos, não teve assim essa coisa separada. Teve uma luta da região, a luta pelo bode solto, a luta pelo documento da terra...

(José Fernandez Nogueira, 2012) <sup>175</sup>

A “Associação” passa a ser mais uma forma de organização local, que se agrega ao STR, a “Central de Associações”, a “comunidade de base” e a família. A “Associação” e o sindicato, organizações jurídicas regidas por estatutos e normas formais, convivem simultaneamente com formas organizativas de caráter menos formal como a “comunidade” e a família. Estas últimas baseadas em normas que são continuamente renovadas no processo de relação social do grupo, referidas na confiança recíproca entre seus participantes.

A “Central de Associações” foge a esta caracterização, pois agrega laços de reciprocidade com o estabelecimento de normas contratuais. Hoje é um dos espaços organizativos estabelecidos e continuamente reafirmados pelas famílias de “fundo de pasto” de Oliveira dos Brejinhos. A “Central” se formou na mobilização de diferentes famílias, e pode ser percebida como o “lugar” de referência que propicia articular uma “rede de solidariedade”, que relaciona e fortalece cada “unidade de mobilização” mais localizada. (ALMEIDA, 2008a, p. 30 e 89) <sup>176</sup>

<sup>175</sup> Conversa realizada na sede da associação Fazenda Pé do Morro Panáscuo, na presença de outros associados, em junho de 2012, durante trabalho de campo para a pesquisa de doutorado.

<sup>176</sup> Como apontado no capítulo anterior, as “unidades de mobilização” designam formas de coesão e solidariedade entre pessoas de famílias distintas, que foram reforçadas em situações de adversidade e conflito. A resistência foi orientada por um grau de conscientização que criou ou reforçou redes de solidariedade. No caso estudado a noção de “tradicional” incorporou a identidade “fundo de pasto” propiciando uma mobilização continuada. As “unidades de mobilização” que se constituíram podem ser interpretadas como constituídas de forças sociais, e não se restringiram a representar problemas localizados. As práticas organizativas foram alteradas e romperam com padrões de relação política baseados em instâncias de legitimação ligadas aos poderes locais, propiciando a emergência de novas lideranças. (Cap. I Pg. 98-99)

As ações de preparação das famílias para a diligência do juiz que pretendia decretar o fim da criação solta de animais pode ser apontado como marco da criação da “rede de solidariedade” que propiciou a formação da “Central”. A partir daí, a “Central” passa a atuar como incentivadora da mobilização das famílias para uma resistência organizada à grilagem, fortalecendo “comunidades de resistência”, que vieram a ser autodenominadas de “Comunidades de Fundos de Pasto”.

Assim, a formulação de “comunidades imaginadas” propiciou aos agentes sociais a condição de possibilidade para uma ação política organizada em novos termos e que estruturou a “Luta pelo Bode Solto”. A autonomia organizativa, tendo como base a articulação de “unidades de mobilização”, se fortalece e cria a possibilidade da existência política de “Comunidades de Fundo de Pasto”. Estas passam a simbolizar uma “cultura de resistência” aos interesses de antagonistas que ameaçam o modo de vida das famílias. (SAID, 2011, p. 328-344) .

De 1983 a 1999, a “Central de Associações” era uma organização informal que tinha como objetivo a articulação e preparação das unidades de mobilização para ações conjuntas. Ela representava as “Associações de Fundo de Pasto” nas reuniões com o governo do Estado, e nas relações com outras organizações representativas de famílias de “fundo de pasto” localizadas em outras partes do Estado.

Mas a partir de 1999 passa a ter personalidade jurídica, como “Associação”, recebendo a denominação de “Central das Associações dos Produtores de Caprinos e Ovinos de Oliveira dos Brejinhos e Brotas de Macaúbas” (CEAPRI)<sup>177</sup>. Essa passagem, de uma organização informal para uma organização juridicamente estabelecida, foi uma ação desenhada com apoio da “Comissão Pastoral da Terra” e da organização não governamental “FUNDIFRAN”. Teve como finalidade propiciar à “Central de Associações” uma conta bancária independente das demais “Associações” e do sindicato. Também visava a elaboração e execução de projetos junto a cooperação internacional e de projetos junto ao governo do Estado e ao governo federal. A partir de então assume estas novas atribuições, sem deixar as anteriores.

Os dirigentes da “Central” e dos sindicatos de Brotas de Macaúbas e Oliveira dos Brejinhos atuam de forma articulada, apoiando um ao outro constantemente<sup>178</sup>. Apesar de

---

<sup>177</sup> Esta denominação é usada apenas em determinadas ocasiões e em documentos oficiais. O nome informal “Central de Associações de Comunidades de Fundo de Pasto”, é o mais conhecido e utilizado no cotidiano.

<sup>178</sup> Acompanhei várias situações em que o dirigente atual da “Central de Fundo de Pasto” tinha sido dirigente do sindicato na gestão anterior e vice-versa.

ambas organizações representarem os “Fundo de Pasto”, a atuação de cada sindicato se restringe aos limites municipais. E em cada município o sindicato atua na representação de todos os filiados. Também o sindicato se envolve em questões trabalhistas e questões relativas a benefícios sociais. Já a coordenação da “Central” tem autonomia para definir em quais municípios atua e pode restringir sua representação e articulação somente às famílias pertencentes à “Associações de Fundo de Pasto” a ela vinculadas<sup>179</sup>. E é a coordenação da “Central” junto com os representantes das “associações” que definem quais são as questões prioritárias em que a “Central” deve-se envolver. Nas reuniões em outros municípios, com órgãos oficiais, com outras instituições, é a “Central de Associações” que representa as “Associações” e famílias de localidades de “Fundo de Pasto”.

Através desta rápida exposição procurei demonstrar que relativamente em pouco tempo, do final dos anos 60 até o final dos anos 80 do século XX, ocorreram mudanças significativas no modo de organização dos agentes sociais que hoje de autodenominam pertencerem a “Comunidades de Fundo de Pasto” nos municípios de Oliveira dos Brejinhos e Brotas de Macaúbas. Estes passaram de uma organização baseada apenas nas relações familiares para uma organização com base em outros vínculos de solidariedade. Formam assim “unidades de mobilização”, representadas por instituições com personalidade jurídica, como o sindicato, as “Associações” e a “Central de Associações”. Estas unidades de mobilização se orientam tanto pelos estatutos e normas formais destas instituições, como pelas normas estabelecidas pelo costume dentro da dinâmica das relações sociais. Articulam-se nestes diferentes espaços sociais de organização, propiciando a defesa do seu modo de vida, da terra tradicionalmente ocupada.

#### **A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA**<sup>180</sup>

Como decorrência da “luta pelo bode solto” iniciou-se o processo de regularização fundiária, realizado pelo governo Estadual através de dois órgãos principais: Instituto de Terras da Bahia (INTERBA) e a Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR). Os procedimentos administrativos tiveram como referência os processos que já estavam sendo executados no município de Uauá. Porém ocorreram adaptações em virtude das diferenças existentes.

<sup>179</sup> São 9 “Associações de Fundo de Pasto” filiadas à “Central”. No município de Oliveira dos Brejinhos são: Boa Sorte, Ferrari, Pé do Morro Panáscuo, Saco de Pedra II, Várzea Alegre, Várzea D’Anta, Várzea Grande, Várzea da Pedra II. Em Brotas de Macaúbas apenas Jatobá.

<sup>180</sup> Para um melhor aprofundamento sobre os processos de regularização fundiária de áreas de “Fundos de Pasto”, estabelecidos pelo governo da Bahia, consultar a dissertação de mestrado de Angélica Santos Reis - Fundos de Pasto Baianos: um estudo sobre a regularização fundiária (REIS, 2010)

Em razão das diferenças de cada caso, uma das fases de mais complexidade do processo de regularização se relacionada à medição das terras. As famílias reconheciam os limites entre famílias, mas não havia uma divisão da área de uma mesma família. O local das casas, os quintais, as áreas de plantio eram separados, e todos reconheciam quem tinha direito ao uso. Mas dentro das áreas haviam muitas terras não cercadas, terras de uso comum, na qual os animais transitavam livremente. Nem todas as pessoas de uma mesma família já tinham construído suas próprias casas, montado as instalações produtivas necessárias para a criação dos animais e para o plantio.

Algumas famílias trataram separar as áreas aproveitando este momento da regularização fundiária. Outras preferiram separar as terras dos irmãos que já viviam em suas casas, deixando como uma área única o restante, que ficaria sob os cuidados dos pais. A família de Maria Almeida (Bião), de Várzea Alegre, definiu por só separar as terras do irmão mais velho Sinésio, que já era casado, tinha filhos e estava com sua estrutura montada. O restante da área da família ficou regularizado em nome do pai de Maria, José Vicente.

Já a família de Nilza, de Várzea Grande, preferiu dividir as terras da família, aproximadamente 100ha, por todos os doze irmãos. Mesmo o irmão caçula, que na época era menor de idade, teve sua área separada, que ficou registrada em nome de sua mãe Marcolína. A área da casa principal, na qual todos foram criados, com quintal, e área de plantio não entrou nesta divisão, sendo registrada também em nome de Marcolína. Os irmãos, os homens, dividiram a terra em partes. Estas não tinham o mesmo tamanho, pois as terras consideradas de melhor qualidade foram separadas em partes menores e as terras consideradas piores foram separadas em partes maiores. Depois de todos estarem de acordo com as partes separas, procederam um sorteio para decidir quem ficava com determinada parte de terra.

Eu não digo que são assim cem (hectares) mesmo, tem que pegar os títulos para somar... é aproximado esse número aí... Acho que Zé até somou isso aí... Todo o dia ele diz que temos que pegar todos esses títulos nossos e somar tudo. Ai quando foi para medir, quando veio a medição para medir, o que é que a gente fez... para que todos tivessem um pedaço de terra, aí reuniu todos os irmãos e loteou, foi tirando os piquetes, foi dividindo, foi tirando o variante, colocando os piquetes e dividindo nas áreas, dividindo, dividindo. E na hora de ver de quem é quem foi no sorteio. Foi dando no nome da área e botando numa vasilha onde cada um pegou. Foi feito isso aí por sorteio. Não tinha um tamanho certo. Olha só o que os meninos fizeram. Isso foi os homens mesmo que decidiram e concordaram com nós, que eles consultavam. Como tinha área melhor, vez de terra melhor que outra, que era considerada melhor, o que eles faziam... As terras que eles identificavam que era melhor eles reduziam aquele pedaço em um menor pedaço. Quando a terra se demonstrava ser menos, aumentavam para compensação. Tem área lá... às vezes... eu ficava com um pedacinho aqui, aí eles diziam que ia tirar uma outra terra, em outro local, numa área melhor para compensar também. Aqui tem gente que tem

dois títulos, outros que só tem um. Mas foi feito tudo no sorteio, tudo de comum acordo, sem nenhum problema, botou numa vasilhinha e alguém pegou. E aí quando o INTERBA veio mediu, e todos tem um título de terra em mãos.

(Nilza Vieira, 2011)<sup>181</sup>

Os técnicos do governo procuraram seguir às orientações das famílias durante a medição das terras. Além das áreas de cada família, que como já mencionei foram denominadas de “áreas individuais”, algumas pessoas propuseram a criação de uma área de reserva em cada localidade. Inspirados na visita que fizeram a Uauá, os representantes das famílias se reuniram e formularam uma proposta para criar uma “área coletiva”, na qual chamaram de área de “fundo de pasto”. Cada família doou uma parte de suas terras para compor esta área, que no seu todo deveria ser contínua e possibilitar a circulação de animais, a realização de extrativismo, o acesso à aguadas. Foi planejada de tal maneira para que área de “fundo de pasto” fizesse limite com todas as áreas individuais. Seria então elaborado um título de propriedade em nome da “Associação de Fundo de Pasto” ao finalizar o processo de regularização desta área de reserva.

Foi feito o requerimento antes de fazer a medição. Aí algumas pessoas daqui de dentro de Várzea Grande, na época, juntamente com outras pessoas, na época não tinha a “Central de Fundos de Pasto”, mas tinha um coletivo como se fosse a “Central”. Aí conversaram, imaginaram como poderia ser e tal. Aí pensaram - “Vamos fazer a área coletiva, que é essa área onde os animais dos produtores que moram aqui dentro da associação tem acesso a toda essa área coletiva”. E essa área foi o seguinte, não eram tituladas as terras nessa época, mas a maioria das famílias tinham (marcos), ou quando não tinham marco ou picada, tinham noção mais ou menos a noção de limites. Assim os mais velhos falavam até em pé de árvore assim, assim e tal, até certo ponto, até tal tanque, dali até aqui é nosso. Não era medido mas era como se fosse. Imagina que eu tinha entorno de 20ha. Eu vou medir aqui, eu cortei minha picada, o meu limite é aqui, 20ha de terra. Só o que que foi feito, antes de chegar no meu limite eu deixei uma parte, como se eu reduzisse para 18, 15, por exemplo. Essa outra parte na época eu estava considerando que eu estava deixando para fundo de pasto... entendeu?... E essa é que é a área coletiva. Isso sucessivamente, cada produtor fez desta forma, uma parte eu vou medir, e a outra parte que eu considerava que era minha essa eu vou doar que é para área coletiva, e hoje é essa que é a área coletiva, essa área que é doada pelas famílias... Mesmo sem título e tal... tem aquela questão dos antigos posseiros, por exemplo, eles já tinham noção de onde era de um, de onde era de outro. As famílias até dividiam entre eles aqui. Essa coisa da terra, que a gente sempre bate na tecla que esta terra aqui é nossa, nessa região aqui e tal, não é coisa de agora não, isso não, isso vem a não sei quantos anos...

(Valdemar Santos de Oliveira, 2011)<sup>182</sup>

---

<sup>181</sup> Entrevista realizada em sua casa, em outubro de 2011, durante trabalho de campo para a pesquisa de doutorado

<sup>182</sup> Entrevista realizadas na casa de Dunga, Valdemar Santos de Oliveira e de sua esposa, Aldeir Guimarães Oliveira, em outubro de 2011, durante trabalho de campo para a pesquisa de doutorado

O relato a seguir de Valdemar explicita uma das razões para a constituição desta área de reserva. Queriam garantir que parte da área sempre fosse destinada ao uso comum, pois percebiam que havia um incentivo à constituição de cercas nas áreas individuais, o que representava um perigo se no futuro todos cercassem suas áreas, terminando assim com as áreas de uso comum.

Essa divisão aí entre individual e coletivo, da maneira que vai aumentando as famílias se não fizesse essa forma coletiva o que ia acontecer? As famílias vão aumentando e vão se estendendo lá dentro e ia chegar o dia que não ia ter mais espaço. Cada um vai fazer uma casa aqui, vou cercar uma roça ou duas, eu vou abrir uma determinada área, eu vou cercar... Um outro vem por outro lado, o outro vai cercando e vai chegando um dia que fecha tudo e aí? Não vai ter um lugar de reserva? Então foi nesse sentido... Ter uma área coletiva é como ter uma reserva... E mesmo assim as áreas individuais tem muita área aberta... mesmo as áreas individuais tem muito aberta. Igual eu falei para vocês destas áreas que estão fechadas, nós temos por volta de uns 40ha ou mais... Quarenta, quarenta e poucos hectares ou mais da família nossa que está aberto. E não é só nós, muitas famílias que tem. Acho que tem mais área individual aberta que a própria área coletiva, e olha que a área coletiva nossa é grande. Então somando juntas as áreas individuais que tem com a coletiva, é muita área aberta que tem na associação.

(Valdemar Santos de Oliveira, 2011)<sup>183</sup>

As cercas eram usadas no manejo dos animais, evitando que eles adentrassem nas áreas de plantio, nos quintais, nas casas e em algumas aguadas. Com a construção das estradas, suas margens são cercadas e impedem a passagem dos animais de um lado para o outro. Depois as cercas entram na vida das famílias no momento que tentam usurpar suas terras. Primeiro a cerca do grileiro que invade as áreas das famílias. Depois as famílias se juntam e começam a se utilizar das cercas para impedir o avanço da grilagem.

Antes era tudo comum... Jatobá, tudo aqui, não tinha a pista, não tinha a BR. Eu fui buscar animais nossos aqui, ainda de meus pais, na Várzea D'Anta. Daquele lado de lá de Várzea D'Anta. Chovia primeiro lá, a rama saía boa, e aí o bicho sentia o cheiro e ia parar lá. Quando a gente tinha notícia, tava lá em Queimada Nova... porque era tudo comum. Não tinha cerca, não tinha pista... Era tudo comum, a fazenda Várzea Grande e a fazenda Panasco. Várzea Grande era parte de lá, não tinha cerca... Só tinham os marcos... mas no decorrer do tempo fomos vendo que em partes precisamos ter cerca pois ficava assim muito longe, muito espaço para os animais. A gente cria o animal de grande porte, aqui não tem às vezes quem cria muito mas quase todos têm seus oito, dez animais, às vezes cinco, dois, quatro... E às vezes acontecia um animal da fazenda Várzea Grande ir parar lá no Jatobá ou do Jatobá vir para cá. Isso dificultava para ter esses contatos, até você saber – “Ah meu garrote sumiu daqui, não sei onde é que está” – “ Ah, tá em Jatobá” – “Tá lá na ponta da Serra, lá depois de Boa Sorte” – aí a gente foi chegando a uma conclusão que se a gente dividisse esta parte facilitaria. Foi aí que a gente criou, teve a ideia de dividir. Aí Várzea Grande com nós fizemos a divisão, primeiro a

<sup>183</sup> Entrevista realizadas na casa de Dunga, Valdemar Santos de Oliveira e de sua esposa, Aldeir Guimarães Oliveira, em outubro de 2011, durante trabalho de campo para a pesquisa de doutorado

gente fez a divisão só com quatro fios de arame, era dividido só para a criação grande e os animais de pequeno porte passavam. Jatobá aqui com Panasco a gente até quando a gente fez o projeto “fundo de pasto” a gente fez junto era cercado só por fora, no meio não tinha (cerca)... era dividido só com o mapa, mas não tinha cerca...

(José Fernandez Nogueira, 2012)<sup>184</sup>

Uns dizem que naquele tempo era melhor para criação pois não tinha divisão e comia no mundo inteiro. E hoje está cercada as fazendas e para criação tem hora que é mais apertado. Precisa ficar dando ração e coisa, e mais.... Se acabasse a criação é que era pior. A gente notou que se parasse de criar era pior do que antes de criar. Antes criar e dar ração, do que acabar. E então a gente cercou e ficou criando nas fazendas. Quem come para lá, come para lá, que come para cá, fica para cá, e não tem aquela mistura mais não.

(Francisco Borges Nogueira, 2012)<sup>185</sup>

Mais recentemente as cercas estão sendo usadas para novas formas de manejo da criação. As áreas individuais são divididas para possibilitar a separação dos rebanhos segundo os critérios de cada criador, que pode levar em conta a idade dos animais, os tratamentos sanitários, ou mesmo o descanso de alguma área para recuperação da vegetação.

Da qual é isso mesmo... a gente tem planos de acordo com os cursos que fizemos aí com alguns técnicos, eles querem também que a gente tente melhorar um pouco as estruturas de “fundo de pasto”, melhorar as aguadas, melhorar as forragens, e dentro disso a gente viu que solto, em conjunto, não tem como você fazer. Aí tá dando toda essa mão de obra que ta precisando a gente a fazer isso... (as cercas)

(Joaquim Gomes Nogueira, 2012)<sup>186</sup>

Outra questão trazida pela regularização fundiária diz respeito ao costume de negociar as terras. Para a terra continuar regularizada as transações de venda e compra, bem como as transferências por herança devem passar pelos cartórios. Além de ser um custo adicional, não é o costume das pessoas fazerem estas transações no cartório.

O pessoal até vendia, antes de ter título o pessoal até vendia. Por exemplo, essa área aqui é minha e eu quero vender para tal fulano. Aí vendia e fazia uma demarcação aonde ele vendeu e aquela outra pessoa se tornava dono. A compra que eu fiz agora eu ainda não registrei ainda não, mas eu tenho o documento de compras e venda e pretendo logo, logo (registrar). Já era até para ter feito, mas só que não tem jeito, gasta um pouco de dinheiro e não está muito fácil a coisa agora. E essa área já está titulada... O nosso costume não se perdeu totalmente... Neste caso foi feito desta forma porque de um lado está o pessoal deles que é parente, e tenho certeza que não vai criar conflito com isso, de outra parte os vizinhos são eles mesmo, de outro (lado)

<sup>184</sup> Entrevista realizada durante caminhada pela área de fundo de pasto da associação comunitária fazenda Pé do Morro Panasco, em junho de 2012, durante trabalho de campo para a pesquisa de doutorado

<sup>185</sup> Entrevista realizada na casa de seu filho Jurandir, na presença de sua nora Andréia, em junho de 2012, durante trabalho de campo para a pesquisa de doutorado

<sup>186</sup> Entrevista realizada na frente da casa de Joaquim enquanto ele alimentava as emas, em junho de 2012, durante trabalho de campo para a pesquisa de doutorado



o vizinho é minha tia, de outra parte é divisa da área da família de mãe, que é nossa também, por isso tá junto de um pessoal ali que com relação a isso não tem preocupação nenhuma. Mas juridicamente quando eu vier a regularizar a terra só vai passar para o meu nome 9ha, o restante vai estar parado. Eu não sei como vai ficar isso para frente, se um dia eu ver a necessidade pode até quem sabe correr atrás, mas é complicado demais, esse processo de inventário é dor de cabeça, viu cara... porque não sai nunca... demora ohhh...

(Valdemar Santos de Oliveira, 2011)<sup>187</sup>

São vários os casos na qual os herdeiros eram menores de idade no tempo em que foi realizada a regularização fundiária. Eles não receberam títulos de propriedade em seu nome e a terra foi repassada posteriormente, pelo costume antigo, sem passar pelo cartório. O caso de Maria Almeida (Bião) é emblemático. Em uma reunião em Salvador, no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), um técnico afirmou que ela não poderia ser presidente da “Associação de Várzea Alegre” por não ter título de terra em seu nome. O coordenador do INCRA corrigiu o técnico esclarecendo que esta era uma norma para os assentamentos de reforma agrária e não cabia para as “Associações de Fundo de Pasto”. Mas ela não poderia acessar os créditos para reforma de sua casa e nem para estimular melhorias nas instalações produtivas. O cadastro realizado pelos órgãos do governo não coincidia com a relação de pessoas elaborada pelas direções das “Associações”, que tinham como critério as famílias que estão produzindo na terra. Pelos critérios do INCRA, o irmão de Maria, Sinésio, que atualmente mora em São Paulo com sua família, poderia ter acesso ao crédito.

Já nas áreas coletivas, quando ocorreram divergências na definição dos limites das terras, os processos administrativos eram interrompidos pelos técnicos, que seguiram a orientação dos procuradores do “Instituto de Terras”. Um dos casos na qual o processo de regularização ficou parado por vários anos foi justamente o relacionado à área do Arroz, e impediu que as comunidades de Pé do Morro e Jatobá recebessem seus respectivos títulos de propriedade da área de “fundo de pasto”.

Na época aqui teve um companheiro que teve um incentivo muito forte. Ele se enquadrou muito na parte política aqui de Brotas, e na época o prefeito que atuava lá foi sempre um prefeito desorganizado, ele não queria ver grupos organizados, então através desta injeçãozinha daí, o prefeito ampliou a coisa e junto com ele criou que chegou a este conflito que tá aí. Foi provocado aí... E ele hoje, esse companheiro, ele foi sócio aqui em Pé do Morro, saiu foi sócio no Jatobá, saiu, veio e fundou a Lagoa do Capim e hoje não é mais de ninguém, mas de nenhuma. Ele não é mais sócio de

<sup>187</sup> Entrevistas realizadas na casa de Dunga, Valdemar Santos de Oliveira (42), e de sua esposa, Aldeir Guimarães Oliveira (36), em outubro de 2011, durante trabalho de campo para a pesquisa de doutorado

“Associação” em lugar nenhum. Mas sabe o que acontece, na época ele não concordou para fazer área coletiva. Ele quis a área dele toda. Ele mediu toda, não deixou área para “fundo de pasto”. Quando surgiu a necessidade, que criou os “fundos de pasto”, temendo as consequências e as previsões que através do “fundo de pasto” a gente poderia ser beneficiado por isso ou por aquilo ele se optou para vir para “Associação”. Ele se manifestou com nós, fez um documento deixando um pedaço da área dele fora. Mas numa hora desta, a área dele já estava titulada e não tinha como ingressar na área coletiva. Mas até isso a gente concordou com ele, e trouxe ele para cá. Logo que ele levantou problemas ele foi para Jatobá. Lá ele levantou os mesmos problemas e veio para a Lagoa do Capim, e hoje ele fechou tudo que ele tem e não é sócio mais em lugar nenhum e o criame dele está tudo solto aí. É para umas cem cabeças de gado ou mais.

(Joaquim Gomes Nogueira, 2012) <sup>188</sup>

No meio, só quando criou este conflito aí em Pé do Morro, da Lagoa do Capim com as duas “Associações”, Pé do Morro e Jatobá, e criou esta outra “Associação de Lagoa do Capim”, que foi parte de Jatobá e parte Pé do Morro... essa história você já tem conhecimento dela.

(José Fernandez Nogueira, 2012) <sup>189</sup>

Aí eles vieram por aqui... Esse um que apanhou um pedacinho de terra dali, na época que o Joaquim empurrou o Jurandir para não grilar aqui, tava ele também. E quando foi agora foi ele quem grilou a terra que o Joaquim defendeu na época. Aquele arame ali que nós passamos, foi uma terra que já foi grilada. O outro que já tinha tomado pela grilagem aqui, quando foi agora, o Joaquim já morreu, e ele pegou e grilou... Isso aí o que aconteceu foi o seguinte. Deste grupo que criou a Lagoa do Capim, era um grupo que era sócio junto com nós, e outros eram associados de Jatobá. Mas diante das despesas, diante das faltas de compreensão, porque o que eu acho que muito foi isso, não querer arcar com as despesas, não querer levar a coisa mais (sério)...Vamos supor, destas daqui, tipo de cerca, de taxas da “Associação”. Então na época começou uns achando o que a gente fazia estava errado, outros não cumpriam com os critérios que tinha no estatuto, e aí a coisa foi criada mais neste sentido. Tal qual isso foi gerado todo através de um só companheiro, só, que começou gerando, e dentro disso foi fazendo um grupo, assim junto com outros que também tinham pouca vontade e que criou este conflito aí. Que hoje está se chegando a conclusão seguinte, se hoje nós estamos precisando estar passando esta cerca aqui, não é totalmente uma divisão que venha trazer por causa do conflito, é uma divisão que a gente esta fazendo hoje por causa do que nós estamos tomando de prejuízo na questão de não contribuição deles com aqui. A maioria dos animais que nós temos aqui, o que vem é o dobro nosso daqui. Aí quando a gente gasta com manutenção de cerca, com manutenção de fazer o trabalho e nas finalidades que nós temos no dizer do estatuto, aí pesa ficar em conjunto com eles. Aí eles não concordam com o tipo da coisa, aí que se criou isso...

(Joaquim Gomes Nogueira, 2012) <sup>190</sup>

<sup>188</sup> Entrevista realizada na frente da casa de Joaquim enquanto ele alimentava as emas, em junho de 2012, durante trabalho de campo para a pesquisa de doutorado

<sup>189</sup> Entrevista realizada durante caminhada pela área de fundo de pasto da Associação Fazenda Pé do Morro Panáscuo, em junho de 2012, durante trabalho de campo para a pesquisa de doutorado

Os procuradores interpretavam esta área como “área em conflito” e não fizeram uma detida investigação para averiguar e selecionar a questão. Com a interrupção dos procedimentos, o prefeito de Brotas de Macaúbas incentivou a criação de uma nova “Associação”, Lagoa do Capim, ao perceber que havia um certo desgaste na relação entre algumas famílias e a direção das “Associações” de Jatobá e Pé do Morro. Esse caso chegou a ser judicializado, havendo audiências de conciliação no fórum de Brotas de Macaúbas. As autoridades locais trataram de aceitar legitimidade da “Associação de Lagoa do Capim”, pressionando Jatobá e Pé do Morro. Depois de muita discussão, debates e reflexões, chegaram a um acordo na definição dos limites entre as áreas das “Associações”.

As organizações, as “Associações”... criou Jatobá, criou aqui a Panasco Pé do Morro, Várzea Grande, Várzea Alegre e assim por diante. Lagoa do Capim não foi identificada como entidade, como “Associação”... nada, nada... Como o perímetro nosso, ia lá, contando era lá com Jatobá, Lagoa do Capim ficou uma parte aqui e outra lá... Na época foi criado a ”Associação”, de acordo com o perímetro ser muito longo, Jatobá era uma área e aqui era outra. Mas divisou só nós com Jatobá, mas foi ambos, nós e Jatobá, não foi o governo que chegou impondo não... Para você ver, teve muita gente que na hora de compor estas organizações não foram por querer não, se sentiram obrigados. A “Associação” não trouxe ninguém para cá dizendo que você tem que ser sócio. Mas diante dos critérios que existiam, de estatuto, estas coisas, vieram, sem querer, para não ficar de fora. Mas quando surgiu isso daí, esses que já não tinham muita vontade, se agruparam e optaram uma outra associação também, em Lagoa do Capim. E aí veio a divisão de Jatobá e Pé do Morro.

(Joaquim Gomes Nogueira, 2012)<sup>191</sup>

Essa divisão prejudicou bastante Jatobá e Panáscuo Pé do Morro tanto por ter fragmentado em duas áreas, quanto por perder uma área de uso comum consideravelmente grande.

É que a terra deles era dentro da Panasco e Jatobá. Como Lagoa do Capim só tinha a região. Mas as terras eram em conjunto, era em comum... Aqui foi medido, mas os únicos títulos que tinham aí desta época eram os individuais. Mas o coletivo não, e até hoje ainda não tem... O nosso... o de Várzea Grande saiu até depois deste conflito daqui. A questão que ficou a amolação do governo mesmo. Este título teve pronto lá, dizendo que tava, por fim foi logo que criou essa polêmica, aí a gente sentiu que eles seguraram. Mas a gente parou com isso aqui, sentindo que não estava bem, até mesmo para ver se recebia o título. Mas quando formou mesmo a polêmica eles mesmo aqui formaram um protesto para que o título não saísse. Outro dia eu vi ele, lá no Pé do Morro, escrito, o que eles levaram para o advogado, um processo que foi lá , expressava bem isso aí. Eles impugnaram o título para não

<sup>190</sup> Entrevista realizada na frente da casa de Joaquim enquanto ele alimentava as emas, em junho de 2012, durante trabalho de campo para a pesquisa de doutorado

<sup>191</sup> Entrevista realizada na frente da casa de Joaquim enquanto ele alimentava as emas, em junho de 2012, durante trabalho de campo para a pesquisa de doutorado

sair, porque eles sentiram que se saísse ia ficar mais difícil para eles... Ele está lá no bauzinho, outro dia mesmo eu peguei nele... eu tava procurando uma ata de combinação vi este documento lá, dizendo bem isso daí.

(Joaquim Gomes Nogueira, 2012)<sup>192</sup>

Quando as famílias de Jatobá e Panáscuo Pé do Morro pensaram que tudo estava encaminhado e que receberiam os títulos de propriedade do que sobrou da área de “fundo de pasto”, a procuradoria geral do Estado da Bahia muda os procedimentos. Agora o Estado não emite mais título para áreas de “Fundo de Pasto”. Os procuradores consideram estas áreas devolutas, e assim públicas, de propriedade do Estado. Os procuradores estão propondo no lugar dos títulos, contratos de concessão de uso, pelo período de 90 anos. Sem os títulos da terra, e sem o contrato de concessão de uso proposto pelo governo, Jatobá, Panáscuo Pé do Morro, e Saco de Pedra II, permanecem direito à terra tradicionalmente ocupada ameaçado.

Além da regularização fundiária novos desafios se fazem presentes, como a recuperação ambiental das áreas de fundo de pasto, a maior e melhor oferta de alimentos para os animais. Mas independente destas questões a “Luta pelo Bode Solto” é referenciada, por diferentes gerações. Sua importância para manter o modo de vida é frequentemente pronunciada.

A luta do bode foi muito importante para eles (os mais velhos) e até para nós (os mais jovens) hoje ainda. Se não fosse a luta deles hoje nós não teríamos a liberdade de estar criando. Foi muito boa mesmo. Para nós que somos mais modernos do que lá desse tempo... sei lá... sei que temos muito desafios ainda, e lutas para ter, vencer ainda... A energia mesmo... Nossa gente iria achar muito bom... Nós não temos grupos de mulheres aqui em Pé do Morro e a gente via que se aqui tivesse a era uma fonte de procurar uma atividade, rendas melhores... Era um meio da gente procurar mais. Ter certas coisas que a gente quer até fazer mas nem tem como, usar aparelhos, essas coisas para procurar uma atividade. Seria muito bom...

(Andréia Rosa Vieira, 2012)<sup>193</sup>

Se não fosse aquela luta, do bode solto, eu acho que a gente nem aqui habitava. Teria grandes fazendeiros, ou até estrangeiro aqui. Naquela época era para isso, para favorecer o criatório de grande porte, o gado. Naquela época chovia bem, e criava pastagem. Hoje não, não tem ninguém com coragem de fazer um investimento porque a chuva é pouca. Naquela época as pessoas investiam, faziam projeto em um banco, para plantio e pastagem para o gado. Então foi naquela época que as pessoas estavam começando a privatizar o bode. O bode você sabe como é que é, não respeita quatro fios de arame. Eu acho que para nós hoje, aquela luta foi

<sup>192</sup> Entrevista realizada na frente da casa de Joaquim enquanto ele alimentava as emas, em junho de 2012, durante trabalho de campo para a pesquisa de doutorado

<sup>193</sup> Entrevista realizada em sua casa, em junho de 2012, durante trabalho de campo para a pesquisa de doutorado

importantíssima. Se não a gente não criava o bode e nem aqui a gente morava... Muitas pessoas queriam invadir... Naquelas épocas que as terras não eram medidas, todo mundo era dono. Foi a partir daquela época que começou as pessoas a criar a expectativa de ter mais domínio, e aí diante do conhecimento se solicitou ao governo para medir as áreas... então foi importantíssima... eu acredito que sim...

(Jurandir Oliveira Nogueira, 2012)<sup>194</sup>

Toda essa luta que a gente teve todos estes anos acho que ela foi muito valiosa na regularização das terras... Muito bem, hoje a gente vê essas ações do governo e já não estão lá essa grande coisa, mudança de leis, essas coisas. Mas de qualquer forma foi muito valioso porque naquele tempo a gente não tinha documento, a gente era posseiro. A gente nasceu aqui nestas áreas e tivemos o direito de ser posseiros, e o documento era esse. Mas o documento, na verdade, a gente não tinha assim um documento que assegurasse... Só mesmo o uso capeão. Sem contar o bode que permanece aí na área. Mudou muito, tem dificuldade assim, racionamento de pasto, água até que melhorou muito... antes o pasto era mais farto, hoje ele está ruim, o pasto talvez diminuiu, mas eu acho que foi muito válido, porque hoje, caatinga na nossa região, uma pessoa que quiser ter seu rebanhinho de cabra pode ter, maior ou menor, pode conseguir e criar bem, pode criar tranquilo, não dependendo de ameaça... Essas mudanças que teve, mesmo na parte da saúde, que a gente sabe que não tá aí grande coisa, melhorou muito. A gente tomou algum conhecimento, sabe buscar as coisas e cobrar do poder público, embora não é atendido o suficiente, mas não deixa de receber alguma coisa, de trazer alguma coisa...

(José Fernandez Nogueira, 2012)<sup>195</sup>

A formação de unidades de mobilização possibilitou condições para uma ação articulada de resistência. “luta pelo bode solto”, e garantiu a posse da terra tradicionalmente ocupada e a renovação de um modo de vida.

---

<sup>194</sup> Entrevista realizada em sua casa, em junho de 2012, durante trabalho de campo para a pesquisa de doutorado

<sup>195</sup> Conversa realizada na sede da associação Fazenda Pé do Morro Panásuco, na presença de outros associados, em junho de 2012, durante trabalho de campo para a pesquisa de doutorado

### **CAPÍTULO 3 - AS REPRESENTAÇÕES E PRÁTICAS DE LIDERANÇAS DE “FUNDO SE PASTO”**

Entre os dias 7 e 9 outubro de 2011 foi realizado o “4º Seminário Estadual de Fundos e Fechos de Pasto” na sede da cidade Uauá, no interior da Bahia. Este seminário foi uma ação da “Articulação Estadual de Fundos e Fechos de Pasto”. Os “seminários” se constituem em um evento na qual a mediação dos mediadores é confirmada, e que possibilita o encontro de distintos agentes sociais que se autodenominam pertencer à “Comunidades de Fundo de Pasto”. É um ritual político de coesão social afirmativa de uma identidade coletiva. Nestes encontros representantes de diferentes organizações e famílias partilham informações e reflexões sobre situações de conflitos, avaliam e planejam ações coletivas. Mais especificamente estas ações estão voltadas para garantir o direito de posse/ propriedade relativo às terras tradicionalmente ocupadas, coexistindo a identidade coletiva..

Estes “encontros” congregam pessoas de instituições representativas de diferentes “unidades de mobilização” e possibilitam a organização de uma força política capaz de articular e generalizar reivindicações locais, reforçando uma mobilização mais abrangente que aumenta o poder de pressão e barganha face ao governo. Diferente da ação sindical, com suas agências disciplinadas por estatutos e dispositivos jurídicos, as organizações representativas de “Comunidades de Fundo de Pasto” se estruturam autonomamente segundo critérios organizativos diversos. (ALMEIDA, 2008a, p. 89 e 92)

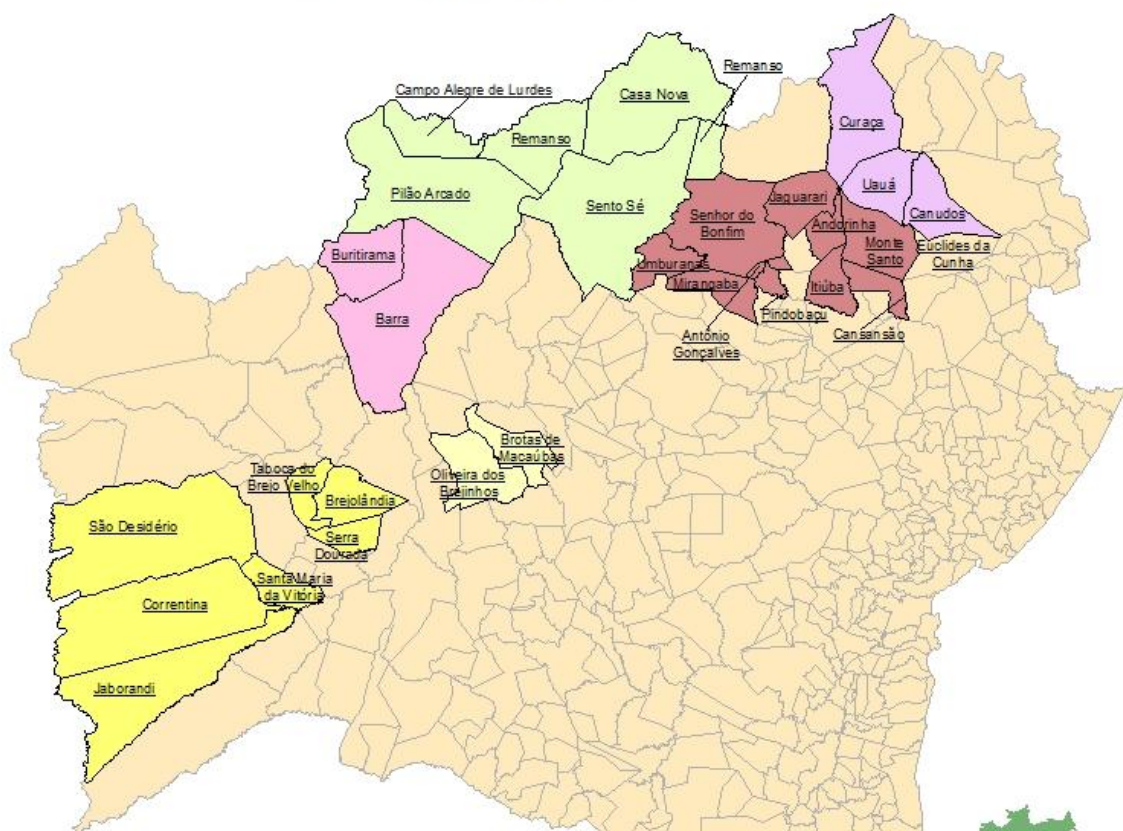
A formação de cada região<sup>196</sup> de “fundo de pasto” se caracteriza pela relação social que se estabelece entre “unidades de mobilizações”, as “Associações” e as instituições representativas mais amplas, como as “Centrais” ou “Unões de Associações”, as “Cooperativas” ou mesmo articulações regionais formadas por “Associações”, sindicatos, ONGs e instituições confessionais.<sup>197</sup> São as organizações agrupadas por “regiões” que formam a “Articulação Estadual de Comunidades de Fundos e Fechos de Pasto”

---

<sup>196</sup> O termo “região” designa a abrangência no espaço físico da representação política das instituições representativa das unidades sociais de “fundo de pasto”. Ela não se confunde com as “regiões” administrativas do Estado.

<sup>197</sup> Muitas “Associações” estão ligadas à mais de uma organização regional, como acontece no município de Uauá, havendo “Associações” filiadas à “Central de Fundos e Fecho de Pasto da Região de Senhor do Bonfim” e que fazem parte da base da cooperativa “COOPERCUC”.

## Articulação Estadual de Fundos e Fechos de Pasto na Bahia Representações Regionais



### Representações Simbólicas

- Municípios com "fundos de pasto" representados pela "Central de Fundos de Fechos de Pasto da Região de Senhor do Bonfim"
- Municípios com "fundos de pasto" representados pela "Central de Fundos de Pasto da Região de Oliveira dos Brejinhos"
- Municípios com "fundos de pasto" referidos à "COOPERCUC"
- Municípios com "fundos de pasto" referidos à "União de Associações de Casa Nova" e a "Articulação Sindical da Borda do Lago de Sobradinho"
- Municípios com "fundos de pasto" referidos à Barra
- Municípios com "fundos e fechos de pasto" referidos ao Oeste da Bahia
- Municípios do Estado da Bahia



Fundos de Pasto - Bahia

Cartografia:  
Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia  
Carolina Pinto da Silva e Franklin Plessmann de Carvalho

2014

Fontes  
IBGE, malha municipal digital do Brasil, 2007  
Coordenação de Desenvolvimento Agrário  
Secretaria de Agricultura - Governo da Bahia

Neste 4º seminário estavam presentes representantes de seis “regiões” politicamente representadas. A “Cooperativa de Agropecuária Familiar de Canudos, Uauá e Curaçá – COOPERCUC” foi a organização anfitriã do evento. Duas “Centrais” representaram as regiões de Oliveira dos Brejinhos e Senhor do Bonfim. A “Articulação Sindical Rural da Borda do lago de Sobradinho” e a “União de Associações de Casa Nova” representavam os “fundos de pasto” da região do lago de Sobradinho. As regiões de Barra e Santa Maria da Vitória eram representadas por diferentes “Associações” que por sua vez eram assessoradas pela Comissão Pastoral da Terra (CPT). A única região que integra a “Articulação Estadual” e que não compareceu ao evento foi a de Vitória da Conquista, que representa os “fundos de pasto” localizados no município de Caetanos, sudoeste da Bahia.<sup>198</sup>

A formação da “Articulação Estadual de Comunidades de Fundo de Pasto” marcou o “1º Seminário Estadual”. Este seminário ocorreu no mês de fevereiro do ano de 2002, em Carnaíba do Sertão, distrito do município de Juazeiro. A “Articulação” se formou como instância de representação política que possibilitasse a ação conjunta de diferentes instituições – “Associações”, “Centrais de Associações” e “Cooperativas”. A maior motivação para a construção desta articulação era pressionar o governo do Estado para retomar as ações de regularização fundiária e a resolução de conflitos que ameaçavam o modo de vida das famílias.<sup>199</sup> Já em abril do mesmo ano a “Articulação Estadual de Fundos de Pasto” participa de uma mobilização organizada conjuntamente por movimentos de reforma agrária, “comunidades quilombolas” e de pescadores que foi realizada na cidade de Salvador.

O “2º seminário” ocorreu no ano de 2005 na sede do município de Oliveira dos Brejinhos. Nesta ocasião a “Articulação Estadual” já contava com certo prestígio dentro e fora do Estado da Bahia. Alguns coordenadores passaram a participar de reuniões com outras organizações que representavam “comunidades tradicionais”, como as quebradeiras de coco babaçu, quilombolas, pescadores, povos ciganos, povos dos faxinais, pomeranos, pantaneiros e geraizeiros. Neste segundo seminário ampliaram-se as discussões para além da regularização fundiária, abrangendo questões ambientais, de produção, comercialização e assistência técnica. A expressão “Fundos de Pasto: nosso jeito de viver no sertão” passa a simbolizar uma identidade coletiva representativa de um modo de vida.

---

<sup>198</sup> Há localidades que se identificam como “fundo de pasto”, mas suas “Associações” não integram à “Articulação Estadual de Fundos de Pasto”. Estas são basicamente representadas por suas próprias “Associações” e pelo sindicato dos trabalhadores rurais de seus respectivos municípios.

<sup>199</sup> Outra questão abordada neste primeiro seminário se relacionou à preservação das áreas, que estariam sendo pressionadas por carvoeiras e mineradoras, bem como pelo adensamento do pastejo em virtude da diminuição das “terras soltas” decorrente da grilagem de terras.



O “3º seminário” ocorreu no ano de 2009 na cidade de Senhor do Bonfim. Foi totalmente custeado pelas próprias organizações representativas das “comunidades de fundo de pasto” e marcou uma mudança na forma de organização da “Articulação Estadual”. Os “fundos de pasto” passam a ter representantes em vários conselhos e comissões nacionais e estaduais. Com destaque o “Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional” (CONSEA), a “Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais” e várias instâncias regionais que foram denominadas de “Conselhos de desenvolvimentos dos Territórios de Identidades”.

O “4º seminário” ocorreu em um momento de certa apreensão. Várias famílias de distintas localidades estavam sendo ameaçadas por empreendimentos econômicos<sup>200</sup> que visavam usurpar as terras tradicionalmente ocupadas e os recursos naturais nelas existentes. Foram denunciadas ações de grilagem de terras, ameaças e assassinatos à agentes sociais<sup>201</sup>, colocando em risco o modo de vida destas famílias. (Conflitos no Campo Brasil, 2009 a 2012)

Quadro 7: Relação de Seminários Realizados

<b>Seminário</b>	<b>Local/ Data</b>	<b>Reivindicação principal</b>	<b>Resultado Principal</b>
1º	Carnaíba do Sertão / Juazeiro Fevereiro de 2002	Regularização Fundiária	Formação da Articulação Estadual
2º	Oliveira dos Brejinhos Março de 2005	Reconhecimento do Modo de Vida	Afirmação institucional dos “Fundos de Pasto” como “comunidade tradicional”
3º	Senhor do Bonfim Outubro de 2009	Adequação de políticas públicas	Fortalecimento da Articulação Estadual como instância mediadora
4º	Uauá Outubro de 2011	Regularização Fundiária	Proposição de alteração da lei Estadual para garantir a efetivação do direito à terra

<sup>200</sup> Destaque para a fabricação de carvão, a extração mineral, grandes monocultivos empresariais ligados ao agronegócio, o fomento da produção de biodiesel e a implantação de parques eólicos.

<sup>201</sup> Ente os anos de 2009 à 2012 a Comissão Pastoral da Terra (CPT) registrou conflitos em 30 “Comunidades de Fundo de Pasto” que envolveram 1014 famílias, em 8 diferentes municípios. Destes conflitos cinco representaram tentativas de assassinato (Muquém do São Francisco e Curaçá) e 7 de assassinatos (Monte Santo e Casa Nova). No município de Monte Santo circula uma lista de mortes encomendadas que incluem 6 lideranças de “Fundos de Pasto”. (Conflitos no Campo Brasil, 2009 a 2012)

Simultaneamente a ocorrência destas situações de violência o governo do Estado da Bahia contestava a legalidade dos procedimentos relacionados a regularização fundiárias das áreas de “fundo de pasto” que foram realizados até então. Como explicitado nos capítulos anteriores, estes procedimentos culminavam com a entrega de título de propriedade da terra denominada de “coletiva”, que era emitido em nome de uma “Associação” indicada por representantes das famílias que formavam uma área de “fundo de pasto”. O governo do Estado da Bahia, baseando-se em um parecer da Procuradoria Geral do Estado (PGE), afirmava que as ações de regularização fundiária que culminavam com títulos de propriedade estavam em desacordo com o artigo 178º da Constituição Estadual (CE)<sup>202</sup>. A PGE indicou ao governo do Estado a elaboração de contratos de concessão de uso, com duração de tempo vinte anos, no lugar da emissão de títulos de propriedade.<sup>203</sup> Os agentes sociais presentes neste seminário não concordavam com esta proposta do governo.

Depois deste seminário o governo propôs um aumento no tempo de duração do contrato de concessão de uso. Primeiramente estipulou os contratos por quarenta anos, e depois alterou a proposta para noventa anos. Mesmo sem a concordância com os representantes de “fundos de pasto”, as lideranças do governo na assembleia legislativa do estado enviaram uma proposta de lei – PL 20417/2013, e que foi aprovada. Assim a lei 12.910, que “dispõe sobre a regularização fundiária de terras públicas estaduais, rurais e devolutas, ocupadas tradicionalmente por Comunidades Remanescentes de Quilombos e por Fundos de Pastos ou Fechos de Pastos” foi assinada pelo governador Jaques Wagner em 11 de outubro de 2013.

A grande maioria dos participantes deste seminário eram agentes sociais que representavam distintas comunidades que integram a “Articulação Estadual”. Totalizavam aproximadamente 80 pessoas Também estavam presentes representantes da Comissão Pastoral da Terra - CPT (3), da Associação dos Advogados de Trabalhadores Rurais – AATR (2), do Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada – IRPAA (2), alunos e pesquisadores do curso de direito da Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS (4) e

---

<sup>202</sup> Art. 178 da CE - Sempre que o Estado considerar conveniente, poderá utilizar-se do direito real de concessão de uso, dispondo sobre a destinação da gleba, o prazo de concessão e outras condições.

Parágrafo único - No caso de uso e cultivo da terra sob forma comunitária, o Estado, se considerar conveniente, poderá conceder o direito real da concessão de uso, gravado de cláusula de inalienabilidade, à associação legitimamente constituída e integrada por todos os seus reais ocupantes, especialmente nas áreas denominadas de Fundos de Pastos ou Fechos e nas ilhas de propriedade do Estado, vedada a este transferência do domínio

<sup>203</sup> Essa recomendação dos procuradores se restringia à área considerada “coletiva” e não abordou o caso dos procedimentos das áreas individuais de cada família.

pesquisadores da pós graduação em antropologia da Universidade Federal da Bahia – PPGA/UFBA (2).

Diante dos conflitos e das questões relativas à regularização fundiária este encontro propiciou entrevistar representantes de diferentes “fundos” e “fechos de pasto”. Selecionei seis entrevistas. Os representantes de “fundo de pasto” entrevistados já participavam ativamente de ações articuladas desde 2002. Já os representantes de “fechos de pasto” que foram entrevistados só mais recentemente começaram a se articular com as demais organizações. Em ambas as situações estavam todos buscando fortalecer sua organização local, bem como conseguir informações sobre seus direitos e as formas possíveis para terem suas terras reconhecidas<sup>204</sup> e regularizadas.

Também registrei os discursos proferidos por cinco lideranças regionais durante as palestras que proferiram para os participantes do seminário. Através dos pronunciamentos destas lideranças pretendo identificar quais são as principais questões que são elencadas por cada uma, especialmente às referentes às situações de conflito e à afirmação ao direito a terra tradicionalmente ocupada.

Os dados e informações obtidos através de entrevistas e das palestras constituem a base das reflexões que irei desenvolver neste capítulo.

---

<sup>204</sup> Utilizo o termo reconhecimento baseado em reflexões a partir das ponderações da filósofa Nancy Fraser sobre os desafios do reconhecimento e redistribuição. Quero destacar que no caso dos fundos de pasto reconhecimento e redistribuição de terras são reivindicações indissociáveis. (FRASER, 2006) (2007)

### SITUAÇÕES VIVENCIADAS POR LIDERANÇAS LOCAIS DE “FUNDO DE PASTOS”

A primeira entrevista que irei examinar é de José Ademar. Ele faz parte da “Associação São João”, que representa três localidades – Sítio do Açude, São João e Lajedo – localizadas no município de Andorinhas, distante 43km de Senhor do Bonfim. Esta “Associação” integra a “Central de Associações de Fundo e Fechos de Pasto”. Desde 1996 ele participa de ações com o intuito de impedir a grilagem das terras tradicionalmente ocupadas de São João e garantir o direito de uso sobre elas.

Eu moro no Sítio do Açude, pertença à comunidade, luto pela comunidade de São João, na qual nós temos uma área de fundo de pasto que abrange três comunidades: Sítio, São João e Lajedo. Município de Andorinhas. E eu sou um dos fundadores daquela entidade, ou seja, da nossa “Associação”, junto com meus companheiros... tenho dois irmãos na luta e alguns companheiros lá que são localizados mesmo lá na comunidade da fazenda São João. Nossa luta começou em 1996. Com um ano de luta nós conseguimos medir com o extinto INTERBA, que hoje é extinto. Nós temos muita história para contar, e muita luta. Nós tivemos problemas com um grileiro, hoje ele é um vereador da cidade de Andorinhas, é do município, o nome dele é Renato Brandão. Foi uma luta terrível, a gente partiu para as rádios, a gente partiu para câmara de vereadores e fizemos umas notas de repúdio pressionando ele e conseguimos entrar em um acordo e tiramos um total da terra para ele e hoje nós estamos livres nesta parte. No momento grileiro não vem atacando a gente não, mas agora a nossa preocupação, Franklin, é justamente com o que está acontecendo por parte da regularização fundiária das terras. Tem uns colegas que estão começando a querer sair da reta e a gente pedindo para eles terem paciência, para gente ir a luta, nunca desistir e não jogar pela janela o que a gente construiu até agora. Então é o caso que eu conversei com você, eu tenho experiências em outras coisas, já tive em muitas mobilizações em Salvador, já fiz muitos rastros por aí em pró da minha comunidade. É de lá que eu tiro o meu sustento, da minha família e eu não abro mão assim fácil não. Então nós vamos a luta, vamos nos mobilizar, vou levar para minha base, a luta da gente e o que foi discutido, com o conhecimento de algumas pessoas, como você mesmo, e doutor Sander, e outros e outros, Temos um conhecimento mais profundo e a gente não vai desistir desta luta assim tão fácil não. A minha intuição, ou seja, em pró de um dia a gente ter um sossego, ficar a vontade, viver bem a vontade. Essa é minha intenção e eu não desisto e meus colegas uns querem jogar a camisa, mas a maioria não joga não. É por aí, tem que lutar para conseguir alguma coisa.

(José Ademar Ribeiro, 2011)<sup>205</sup>

Neste trecho da entrevista José Ademar ressalta três instâncias organizativas que passam a ser realidade na vida dos “Fundos de Pasto”. A “Associação” como instituição representativa de diferentes famílias que se reúnem para resistir à grilagem. A “mobilização” que reúne diferentes movimentos sociais em uma ação de pressão ao governo para garantir o

---

<sup>205</sup> Entrevista concedida durante o IV seminário de comunidades de Fundos de Pasto, Uauá, outubro de 2011.

direito à terra. Por fim o “seminário” como espaço social de troca de informações e de atualização de estratégias mais amplas de mobilização.

Destaco também a utilização da palavra “luta” para designar o processo de resistência à ação dos grileiros. Esse processo vai desde o enfrentamento direto, derrubando ou construindo cercas, ao enfrentamento às ameaças de morte. Neste sentido o termo “luta” relaciona-se a conflitos, marcados por enfrentamentos concretos, envolvendo violência física e a ruptura com normas que regulam o modo de vida. A “luta” como estratégia de uma ação coletiva que por sua vez vai construindo novas formas organizativas e de mobilização. O termo “luta” também é usado para designar as ações conjuntas na busca de visibilidade e reconhecimento públicos. Neste sentido “estar na luta” se refere às atividades da representação política, participação nos ritos que marcam a ação de militância (COMERFORD, 1999, p. 19-20)

No trecho seguinte Ademar vai destacar a diferenciação no processo de regularização fundiária entre terras individuais, que foram registradas em seu nome, e a dificuldade de efetivar a regularização das terras de “fundo de pasto”.

Tenho dois (títulos). De propriedade particular. Todos os dois registrados. Tenho do local na qual é minha residência, e tenho outra terra, da qual foi a primeira que eu consegui. Antigamente quando era o INTERBA, se você media uma área você não tinha direito da segunda, a não ser que pagasse. Depois veio um outro critério que conseguia medir e não pagava nada. E foi aí que foi extinto o INTERBA e eu consegui o segundo título que foi medido pelo CDA. Da época do César Borges, que era o governador do Estado da Bahia. E eu esperava muito do Jaques Wagner, achando que a gente votou na corrente aí do PT e tudo, que é o partido dos trabalhadores e eu desde já falo aqui e deixo bem claro que fiquei decepcionado com o nosso governo atual. Mas meus títulos são registrados e os outros impasses que tem por aí, das conversas que surgem deste impasse, como é que vai acontecer a titulação das terras aqui do Estado da Bahia, eu não abro mão, meus títulos são ouro, que dá segurança à mim e à minha família. O outro terreno está improdutivo. Eu entrei, estou encaminhando um projeto para ver se eu pego, entro numa linha de financiamento aí no banco, um empréstimo para eu conseguir beneficiar ele, cercar, entendeu, pois é o terreno maior que eu tenho. O que tem nele hoje mesmo é só a vegetação na qual os animais pastam, mas está em aberto. É improdutivo. Eu planto na roça do vizinho, a minha propriedade na qual eu cultivei é pequena e hoje é tomada de capim e eu não quero judiar o capim e nem tenho como, os meus animais precisam. Eu sou um lutador e hoje eu alimento minha criação com sisal, na roça do meu irmão é com palma, e fica assim trabalhando, um ajudando o outro. Ele me ajuda com o alimento para os meus animais e eu ajudo com a mão de obra para cuidar dos animais dele. A gente vem levando a vida desta maneira. Inclusive eu estou aqui estes três dias e ele lá está cuidando do que é meu.

(José Ademar Ribeiro, 2011)<sup>206</sup>

---

<sup>206</sup> Entrevista concedida durante o IV seminário de comunidades de Fundos de Pasto, Uauá, outubro de 2011.

No decorrer dos anos o próprio órgão fundiário foi modificado. De “Instituto de Terras” (INTERBA) passa a ser uma “Coordenação de Desenvolvimento Agrário” (CDA). Essa mudança é apontada como uma forma de fragilizar o órgão responsável pela regularização fundiária, diminuindo sua capacidade operativa, pela fragilização do corpo técnico e a diminuição do orçamento para a execução de suas atividades. A mudança de governo também não melhora a situação. Na visão de Ademar há um retrocesso pois o atual governo nega o título de propriedade da área do “fundo de pasto” à “Associação”, e propõe em seu lugar um contrato de concessão de uso, com tempo determinado.

Neste trecho da entrevista o termo “luta” se refere ao trabalho cotidiano, por pelo menos três lustros, relacionado ao sofrimento e a dedicação, representando uma valorização do esforço de cada um. “Luta” como ação individual, vinculada ao sacrifício diário e que é responsável pelo bem estar da família. (1999, p. 19)

A seguir Ademar apresenta que a relação com o Estado não se restringe à regularização fundiária. Órgãos de extensão buscam implantar novas técnicas de plantio, associadas a disponibilidade do crédito bancário. Não só técnicas são veiculadas, mas a implantação da lógica de mercado como orientação para os agricultores e suas famílias.

É a área coletiva, que é da nossa “Associação”, que é da fazenda São João. Mas nós não temos grileiro atacando a gente. O problema que muitos falaram para gente, nós não temos mineradora lá, no momento. Só que agora é o seguinte, a nossa intuição, o nosso prazer era de nós cercarmos nossa área para poder usufruir dentro da comunidade, ou seja, dos associados. Mas já recorremos, já fomos nos órgãos públicos. Secretaria da agricultura lá de Andorinhas, nos bancos, nisso e aquilo tudo, a CDA, melhor dizendo, a EBDA, desculpe. A EBDA está lá com os técnicos e tudo e não tem um linha de crédito para cercar a área e nós usufruir dela, o quadro de associados. Eu já falei para meus colegas que se um dia nós conseguíssemos cercar a nossa área ia mudar um bando de coisas para melhor. Disso aí eu não tenho dúvidas. Ia mudar para melhor. A área já foi medida, três vezes, está geo referenciada, toda marcada, tudo lá. Agora estamos esperando a gente um dia, quem sabe o governo olha com bons olhos para o “fundo de pasto” e ver se a gente consegue cercar a nossa área. Eu sou contra essa proposta de concessão de uso. E meu pessoal é contra. O pessoal de lá já tem conhecimento, e como eu já te falei, a gente sempre está em busca de informações com a “Central”, e da qual nós temos um rapaz que faz parte do conselho lá, dos diretores da “Central”, e todo mês, mês sim, mês não, ele está lá presente para trazer informações para gente e nós temos conhecimento do que está ocorrendo... Não concordo porque nós não temos uma segurança da terra. E aquele título de domínio, esse aí é o que nós queremos, esse aí de domínio. Nós não queremos a terra para venda, nós queremos usufruir dela, e para ficar para nossos filhos, nossos netos. Hoje eu estou com 63 anos, eu tenho a luta de 15 anos... e eu já falei para os meus amigos, meus colegas, eu não jogo a toalha não, eu vou em frente até a hora que eu puder andar. Já estive em Salvador, em toda região que me convocam aí eu vou, inclusive éramos para

estarmos em dois aqui, mas infelizmente não foi possível, era para ter um aqui me encontrando...

(José Ademar Ribeiro, 2011)<sup>207</sup>

Ademar destaca a ação de solidariedade de seu grupo, que realiza suas atividades quando ele está ausente, especialmente no cuidado com os animais. Esse apoio do grupo é o que possibilita à ele participar dos encontros e efetivar a representação de sua “Associação”.

A presença de Ademar neste seminário é motivada especificamente pelo impasse com relação a regularização fundiária. O contrato de concessão de uso se apresenta como frágil. Mesmo que no momento a grilagem foi interrompida e nenhum interesse econômico se mostra interessado nas terras de “fundo de pasto” de sua “Associação”, a grande preocupação demonstra que para o grupo a tranqüilidade é provisória. O título de propriedade é percebido como uma garantia da efetivação do permanente uso fruto da terra. O termo “luta” é novamente utilizado para designar ação de militância, que no caso se apresenta ininterrupta por 15 anos, visando o reconhecimento do governo com relação ao território ocupado.

A segunda entrevistada selecionada foi realizada com Valdemar Rodrigues. Valdemar pertence à “Associação de Lages da Aroeiras”<sup>208</sup>, município de Uauá. Ele é integrante da Cooperativa de Agricultura Familiar de Canudos, Uauá e Canudos (COOPERCUC). A busca por informações é a motivação para Valdemar participar em reuniões, encontros e seminários.

O que me trás aqui é que eu sempre participei dos acontecimentos. Há mais de vinte anos que eu comecei a participar do movimento da igreja, daquele movimento do sindicato e vários tantos outros que eu gostei de me manter informado, saber um pouco. E também representando a comunidade durante os quinze anos... hoje não porque tem a associação. Mas ainda continuo participando e defendendo aquilo que interessa à comunidade. Porque a gente faz parte de uma pequena área de fundo de pasto. A gente comprou 150 hectares de terra... foi a questão que eu falei lá no início para o senhor que é a questão que a gente estava imprensado lá por causa da grilagem de terra e cercaram todas as terras. Então a gente comprou, era uma área que foi grilada da gente, há mais de 60 anos, que a gente vivia e preservava aquela área, aquela terra, e de um momento veio o fazendeiro e invadiu. O nome da área é Lages das Aroeiras, e foi nos anos 80, que teve os programas do governo, os projetos... O projeto sertanejo foi a maior invasão de terras daquela época. Então a gente preservava aquela área, tinha todo um zelo pela área. Mas a gente só tinha o uso campeão da área, pelo tempo que a gente tinha. E aí veio o fazendeiro e levou toda essa área e ficou imprensado. A gente tentou levar, não tinha o conhecimento, não sabia como defender, uma parte ficou correndo atrás das autoridades, mas as autoridades estavam do lado de quem

<sup>207</sup> Entrevista concedida durante o IV seminário de comunidades de Fundos de Pasto, Uauá, outubro de 2011.

<sup>208</sup> Para maiores informações sobre esta localidade ver dissertação de mestrado intitulada “Lages das Aroeiras: territorialização, parentesco e produção em uma comunidade rural do semiárido baiano”, de Elisa Camarote (PPGA/UFBA), orientada pela professora Maria Rosário Gonçalves de Carvalho. (CAMAROTE, 2010)

tinha dinheiro e a gente acabou perdendo a área. Para a gente conseguir metade desta área, depois que ele morreu, que ele dizia ter documentos, ter documentado a área... e o que aconteceu? Ele disse que tinha comprado a área, 30 hectares e acerou 258 hectares de terra. Praticamente toda a área que a gente preservava. Para a gente adquirir uma parte desta área, a gente pensando que eles tinham documento, e tal. Depois que ele morreu, um filho bastardo dele se fez herdeiro, e nos vendeu 100 hectares de terra. E aí o que acontece, quando a gente fez todo o pagamento, e comprou 100 hectares de terra, por quase quinze mil reais, tirando da comunidade, lutando, buscando, sem nenhuma condição. Mas a gente aplicou tudo o que a gente tinha, porque era obrigado, a gente não tinha outra alternativa. Mas daí quando a gente foi até ele pelo documento da área, ele não tinha o documento da terra. Nem sequer um recibo ele teve para passar para a gente. Os documentos que a gente tinha da área e tem, são os recibos de pagamento. E para gente ser dono desta terra, ainda ser suposto dono desta terra, a gente teve que requerer ao Estado e o governo doou esta área. O CDA veio, mediu. A área está medida a mais de três anos e até hoje a gente não conseguiu o documento. As pequenas propriedades, as individuais, já estão regularizadas há muito tempo. Quase todo mundo tem.

(Valdemar Rodrigues Cardoso da Silva, 2011)<sup>209</sup>

O processo de grilagem narrado aponta para os próprios programas governamentais como responsáveis pelo estímulo à usurpação das terras de “fundo de pasto”. O Estado é quem fornece legitimidade aos fazendeiros. Não se verifica nem a existência de documentos, quanto mais sua autenticidade e a legalidade dos mesmos. No caso de Lages das Aroeiras não existiam e só se descobriu quando a terra foi comprada pela “Associação” numa transação direta com o filho do fazendeiro, depois do falecimento de seu pai. Para surpresa do grupo não havia documento algum relacionado à propriedade da terra, permanecendo fragilizada a situação fundiária da área de “fundo de pasto”. Para as famílias era inconcebível que as autoridades responsáveis não tivessem verificado os documentos que o fazendeiro afirmava possuir.

Valdemar esclarece que as áreas individuais, que formariam as pequenas propriedades das famílias, estão regularizadas. A área de “fundo de pasto”, é que teve o processo de regularização fundiária interrompido. Esta foi demarcada há alguns anos pelo órgão responsável, mas sem a finalização do processo de regularização.

Do relato de Valdemar podemos perceber uma ênfase no papel exercido pela “Associação” em representar os interesses do grupo. Antes as famílias escolhiam pessoas específicas para tal representação, que a faziam usando de seu prestígio pessoal. A representação era personificada. Passa-se a ter uma instituição como referência da representação coletiva do grupo, mesmo que as pessoas que representem a “Associação”

---

<sup>209</sup> Entrevista concedida durante o IV seminário de comunidades de Fundos de Pasto, Uauá, outubro de 2011.



sejam as mesmas de antes. Porém o processo de representação passa pela institucionalização, dentro de um sistema de associativismo.

O termo “luta” foi utilizado aqui para designar as atividades cotidianas, neste caso representa o “trabalho” para conseguir os recursos para a compra da terra. Diferencia-se ao associar uma ação individual de trabalho empregada em benefício coletivo, a formação de um fundo comum para conseguir os recursos para compra da terra.

A terceira entrevista selecionada foi realizada com Domingos Silva Costa. Domingos é conhecido por Galego, e pertence à “Associação do Bom Sucesso”, município de Sobradinho. Tem como referência de organização a “Articulação Sindical Rural da Borda do lago de Sobradinho” e sua história de vida está vinculada à construção da “barragem” de Sobradinho. Suas terras foram atingidas e sua família foi realocada em outra área. Hoje outros interesses ameaçam a posse de sua terra, com destaque para a instalação de parques eólicos, o interesse das mineradoras e a formação do parque nacional Boqueirão da Onça.

Eu sou Domingos Silva Costa, sou conhecido como Galego do Bom Sucesso, sou da área de “fundo de pasto”. Sobradinho tem uma história muito bonita e uma história de luta também. Foi uma terra que aconteceu uma barragem e muita gente foi despejado das áreas de onde viviam nas beiras do rio e foram para Caatinga. E aí começaram a formar suas áreas de “fundo de pasto”. Sobradinho tem uma área de um município pequeno, em torno de 1.200km<sup>2</sup> e hoje existem cerca de doze “Associações de Fundo de Pasto”, e acho que já um número considerável e é uma área que tem também algumas fazendas em tamanho assim grande. Com isso inviabilizou até mais a criação de áreas de “fundo de pasto”, por conta destas fazendas. Mas estas doze áreas de “fundo de pasto” que existem lá, o pessoal continua resistindo, apesar das ameaças que hoje tem na região por questão dos grandes projetos que estão chegando, os parques eólicos, as mineradoras, tudo isso são ameaças a nossa região. Mas é isso, Sobradinho vai continuar resistindo, vamos lutar para continuar nas nossas terras mesmo com essas ameaças que vão encostando, mas a gente vai continuar resistindo. A gente já conseguiu demarcar estas áreas, estão todas demarcadas, inclusive já estão definidas tanto as “áreas coletivas” como as “áreas individuais”. O único problema é esse, que as áreas individuais todas já tem os seus títulos, tem alguma associação que ainda tem uma pendência de um ou dois títulos, mas as outras todas já tem os seus títulos. Mas os títulos das áreas coletivas, hoje eu só conheço duas “Associações” que tem estes títulos. Um o título já está em mãos da “Associação” e a outra não está em mãos porque houve uma pendência na questão que a “Associação” tinha um débito. Por conta deste débito e como eles não correram atrás para dar conta de quitar este débito para poder pegar o título da “área coletiva”. Mas existem dois títulos que foram liberados das “áreas coletivas”. Mas na questão das outras áreas, as outras associações continuam ainda na pendência. Foram medidas, todas medidas, estão definidas as medidas mas infelizmente o título da “área coletiva” não saiu ainda... Na realidade eu acho que os títulos não saíram por conta desta lei, que está aí, que emperrou. Ou a questão também da pouca vontade dos governos, porque a gente sabe que não há um interesse muito grande por

parte dos governos para que as áreas dos pequenos sejam reconhecidas... a verdade é essa. A gente tem que ser bem claro neste ponto de vista que a gente sabe que o que acontece realmente é isso. A nossa luta na realidade é uma luta bonita, como eu falei no início. Nós tivemos um enfrentamento com um projeto que seria um desastre, que seria mais uma barragem na vida daquelas pessoas, que era o parque “Boqueirão da Onça”. Esse parque que era para ser de um tamanho grande, 862 mil ha, ia atingir 5 municípios, que eram Sobradinho, Sento Sé, Umburanas, Campo Formoso e Juazeiro. E aí a gente se mobilizou conseguindo com o que o parque não acontecesse da forma como estava projetado. A gente conseguiu modificar o projeto. Mas hoje a gente entende que a luta foi bonita, foi boa, mas não parou por aí. Está começando outros parques, mudaram o nome de parque nacional para parque eólico, e a gente continua na luta contra as ameaças.

(Domingos Silva Costa – Galego, 2011)<sup>210</sup>

Galego apresenta a mesma situação com relação à regularização fundiária: terras coletivas medidas, os “fundos de pasto”, mas o processo de regularização não finalizado. Apenas duas áreas, do total de doze, estão com os títulos emitidos no município de Sobradinho. Já os títulos das áreas individuais foram entregues em quase toda a sua totalidade.

O termo “luta” é vinculado ao termo “resistência”, que se vincula às ações de militância para impedir que grandes projetos sejam instalados. As novas ameaças – parque nacional e o parque eólico – são associados ao despejo que ocorreu em virtude da construção da barragem de Sobradinho. O termo “luta” se inspira na vivência de um passado recente, fortalecendo a resistência aos projetos no presente. As novas terras tradicionalmente ocupadas são ameaçadas diretamente por uma outra ação do Estado que visa a implantação do “Parque Nacional Boqueirão da Onça”. Quando aparentemente conseguem alterar a dimensão do parque, ficando os “fundos de pasto” fora da nova área estabelecida, uma nova ameaça se constitui: a implantação de um parque eólico, com incentivo do Estado.

Outro ponto que destaco do relato de Galego se refere à sua percepção que as fazendas, que ocupam grandes áreas de terra, inviabilizam a constituição de novas áreas de “fundos de pasto”. O antagonismo entre as duas formas de ocupação da terra – fazendas e “fundos de pasto” - é acentuado e se difere de outras relações que se estabelecem com famílias de extrativistas e de pescadores, que compartilham áreas de uso comum dos recursos. A própria formação da paisagem pode ser interpretada como uma “paisagem de resistência” formada no contraste da paisagem dos “fundos de pasto”, caracterizada pela exuberante

---

<sup>210</sup> Entrevista concedida durante o IV seminário de comunidades de Fundos de Pasto, Uauá, outubro de 2011.

caatinga intermediada por pequenos roçados com plantios diversificados, em oposição à paisagem das fazendas, caracterizada pela formação de monoculturas homogêneas. (SCOT, 1985, p. 48-85)

João Silva Santana, apelidado de João Cambaia, pertencente a “Associação do Calderãozinho”, Uauá<sup>211</sup>, é o quarto entrevistado selecionado. Como Valdemar, faz parte da COOPERCUC. Ele relatou a situação que vivencia e que se diferente dos demais casos aqui apresentados, pois a situação de conflito foi judicializada.<sup>212</sup>

Sou João Silva Santana, conhecido pelo apelido de João Cambaia. Moro na fazenda Calderãozinho, Uauá. Estou a vinte e cinco anos debatendo na justiça uma ação de manutenção de posse de uma área de “Fundo de Pasto”. Essa terra foi reconhecida pelo INTERBA, já foi reconhecida pela AATR, a advogada da AATR, doutora Lúcia, doutor Valmir, doutor Paulo Torres, que trabalhou neste processo. Esse processo já ganhamos mas os cabras entraram com outro processo de reintegração de posse, pedindo o embargo, que eu espero que vai se resolver agora em novembro, se Deus quiser. Agora entraram com outra ação... os meninos foram lá com o oficial de justiça de outro município, Curaçá, mentindo para o oficial de justiça. Então eles fazem esse negócio... E que a gente está lutando para liquidar com essa briga. Mas nós temos a grande área quase que dividida. Devido à divisão do litígio, a CDA já mediu, mas aí teve um travo na justiça. Mas já mediu, estamos com a medição na mão, falta só julgar o processo. Estamos esperando para ver se agora decide. Nós vamos ver se vamos para área de “Fundo de Pasto”, e se a gente precisar a gente vai convidar a CPT, a AATR, um advogado no dia da audiência de campo para comparecer e ver o movimento de abertura.... o pessoal da universidade, você conhece o Denilson de Salvador? Então o Denilson já mediu esta área todinha, a área nossa, a área de “fundo de pasto”, todinha e tudo. Ficou dele entregar um livro e os colegas dele assinar lá para trazer para nós... que eu fui mais ele para serra de Januário... estou aguardando uns papéis que eu tirei antes daqui, de novembro, da medição que ele fez pela universidade para botar no papel para os outros saberem que a área não está à toa, e encaminhada pelos órgãos competentes...O título individual todo mundo na nossa associação já tem. Uns estão registrados, outros estão acabando de registrar por mó de pendência de ITR, pois o cabra cadastrou trinta hectares no ITR e quando mediu uma roça, outra ficou no “fundo de pasto”... ficou de retificar... quem tinha certo já registrou, e quem não tinha fez outro “INCRA” nas áreas que aumentou os hectares, mas já registraram... faltam poucos... falta registrar o meu e de mais umas cinco ou seis pessoas. Mas devagarzinho vamos lá. Hoje nós estamos sendo ameaçados por um cara que já veio aí duas vezes.... Só que o INEMA foi favorável, o relatório que fez deixou de pagar umas multas que tinham derrubado um umbuzeiro no limite da estrada... um

---

<sup>211</sup> Para maiores informações sobre esta localidade ver dissertação de mestrado intitulada “Entre a forma espacial e a racionalidade jurídica: comunidade de Fundo de Pasto da Fazenda Calderãozinho - Uauá-Bahia orientada pela professora Guiomar Germani (ALCÂNTARA, 2011)

<sup>212</sup> Segundo Boaventura de Souza Santos as relações entre o sistema judicial e o sistema político atravessam um momento de tensão sem precedentes na qual a judicialização da política conduz à politização da justiça. Há judicialização da política sempre que os tribunais, no desempenho normal das suas funções, afetam de modo significativo as condições da ação política. No caso dos “fundos de pasto” a judicialização ocorre quando parte da classe política, não podendo resolver a luta pelo poder pelos mecanismos habituais do sistema político, transfere para os tribunais os seus conflitos internos através de denúncias cruzadas, quase sempre através da comunicação social, esperando que a exposição judicial do adversário, qualquer que seja o desenlace, o enfraqueça ou mesmo o liquide politicamente. (SANTOS, 2003)

cabra de uma mineradora veio fazer uma pesquisa num lugar que já era providenciado para eles vir mesmo, e no assentamento da sonda furou e não deu nada, foi embora e agora o cara trouxe que a área agora era dele... mas por causa do INEMA... que chegou só com o relatório que ele fez, quando ele saiu o relatório disse que a terra pertence a “Associação do Calderãozinho” e não ao cara. Então nós vamos registrar isso aí, e botar em ata, que até o pessoal da firma disse que é o local de nossa morada e nós temos o direito. O cara é Marcos Gonçalves, esse que está travando. Tô até com um papel que ele trouxe um oficial de justiça para a casa do rapaz. Pegou, foi para o mato, os meninos acompanharam... três... Aí ele entrou com ação, com o oficial de justiça, dizendo que o pessoal desacatou ele, com facão, ameaçaram e tal, e essa petição entrou no processo esta semana. Estou com a xerox aqui que é para eu refazer este trabalho pela associação e depois botar ao advogados para fazer a defesa. Eu cheguei em sessenta aqui no Calderãozinho e já existia esta briga. Mas para entrar na justiça foi em 85. Eles chegaram e queimavam as madeiras, vieram com arma e atiraram no pessoal, bateram em gente, fizeram tudo. Eu nem sei se já entregaram essas armas... não entregaram... devem estar amoitadas... Mas a gente não sabe, sabe que naquela época eles tinham as armas... Mas aí fomos para cima deles, pusemos na justiça. Foi polícia para lá e nós enfrentamos também. Já foram dois juízes. Um, o primário, deu uma liminar para nós. O outro, doutor André, fez uma audiência mais Estácio, doutora Amélia... Agora, em dez de janeiro de 2010... Mas eles não obedeceram, empurraram uma cerca por cima da picada novamente... mas vê como as ameaças que nós sofremos era prejuízo... Mas nós vamos vencer, se deus quiser.

(João Silva Santana, 2011)<sup>213</sup>

A interlocução com o Estado difere uma vez que o foco se divide entre dois poderes: executivo e judiciário. Novamente o impasse se estabelece na área de “fundo de pasto”, pois as chamadas áreas individuais já receberam os títulos de propriedade.

A presença de advogados é referida como um marco, como uma necessidade e demonstra que estão orientados para agir perante a justiça. João também descreve a relação de parceria com distintas organizações – ONG, igreja, universidade - que agregam possibilidades de reconhecimento e legitimidade à questão.

A ação da universidade, também pode ser interpretada como um “ato do Estado”.<sup>214</sup> Esta ação viabilizou condições para a realização de uma autodemarcação da área de “fundo de pasto”. João pretende usar o resultado deste trabalho para dar visibilidade ao ponto de vista das famílias no processo jurídico.

Os representantes da “Associação de Calderãozinho” também buscaram estabelecer parcerias com instituições governamentais, acionando o Instituto do Meio Ambiente e dos

<sup>213</sup> Entrevista concedida durante o IV seminário de comunidades de Fundos de Pasto, Uauá, outubro de 2011.

<sup>214</sup> Os “atos do Estado” se diferem da “ação do Estado”. São atos políticos com pretensões a ter efeitos no mundo social. Estes “atos políticos” devem sua eficácia à sua legitimidade e à crença na existência do princípio que os fundamenta. Estes atos representam o “poder central” e são autorizados, isto é, dotados de uma autoridade remetida a uma série de delegações em cadeia que remetem ao Estado. Neste caso a Universidade Pública que confere a autoridade ao pesquisador. (BOURDIEU, 2014, p. 39-40)

Recursos Hídrico (INEMA) para impedir a ação de uma mineradora na área de fundo de pasto. Por seu lado, enfrentam a ação dos grileiros acompanhados de oficiais de justiça com mandatos de reintegração de posse.

Podemos descrever a situação como uma disputa entre diferentes ações do Estado, que a depender da instituição estaria agindo com o “braço direito”, apoiando os interesses empresariais. Já outras instituições representariam o braço esquerdo do Estado, fortalecendo o posicionamento das famílias de “fundos de pasto”. (BOURDIEU, 1998, p. 9-20)

Novas nomenclaturas acabam por fazer parte do repertório na qual os agentes sociais passam ter que lidar no seu cotidiano: audiências, liminares, recursos, prazos, mandatos de reintegração de posse, ações de manutenção de posse. Ao mesmo tempo em que lidam com formas de enfrentamento já há algum tempo conhecidas, como ações que incluem a construção e derrubada de cercas, o cuidado para evitar emboscadas preparadas pelos capangas/ pistoleiros dos grileiros, hoje renomeados por “seguranças”, que em muitos casos são policiais militares realizando serviços “extra” para as empresas de mineração, do agronegócio ou para os fazendeiros.<sup>215</sup>

O termo “lutar” foi utilizado por João para descrever as ações de militância na relação com o Estado. Ele utilizou “lutar” se referindo às ações cotidianas de lideranças que buscavam de alguma forma resolver o conflito através da intervenção do Estado, e assim terminar com a “briga”. O termo “briga” foi utilizado para descrever as situações de confronto direto que João acompanha desde os anos de 1960. São situações de grilagem de terras e de ameaça a integridade física das pessoas.

A judicialização do conflito ocorre em 1985, exatamente no momento que o Estado começa a intervir com a realização de ações de regulação fundiária. Quando a grilagem ameaça as terras das famílias, o poder judiciário não intervém. Quando a ação de um setor do Estado passa a intervir a favor das famílias, o “braço direito” do Estado busca barrar a ação do “braço esquerdo”, e a esfera sai do campo do poder executivo para adentrar o do judiciário.

A quinta entrevista foi realizada com José Fernandez de Alecrin, da “Associação Quati”, município de Santa Maria da Vitória, oeste da Bahia. Quati possui tanto áreas de “fundo” como de “fecho de pasto.” Neste caso a área de “fundo de pasto” é um

---

<sup>215</sup> A situação vivenciada por famílias das comunidades de Melancia, Riacho Grande, Jurema e Salina da Brinca, no município de Casa Nova, teve grande repercussão. Após a retomada de terras griladas, as famílias foram feitas de refém por seguranças encapuzados. Quando a polícia militar chegou ao local os seguranças conversaram tranquilamente com os policiais. As famílias perceberam, posteriormente, que os seguranças encapuzados eram policiais que estavam à serviço da empresa CAMARAJIBE. (informação obtida através de relato feito por Valério da Rocha, liderança do município de Casa Nova, e Pedro Diamantino, da Associação dos Advogados de Trabalhadores Rurais e hoje professor da Universidade Estadual de Feira de Santana)

prolongamento da área familiar de José, ficando próxima da casa, do quintal. Esta área era utilizada para cultivos como mandioca e feijão, mas agora está plantada com capim especificamente para o confinamento dos animais. O “fecho” por sua vez é uma área mais distante e bem maior. É uma área de uso comum, na qual os animais são deixados em determinadas épocas do ano. Esta área é compartilhada por várias famílias, tanto para soltar os animais, como uma área de extrativismo. É exatamente esta área que vem sendo ameaçada pelos grileiros.

Meu nome José Fernandez de Alecrin. Sou de Correntina, sou, moro do município de Santa Maria da Vitória, comunidade de Quati, Mutun, Jucurutu, tudo é uma comunidade sozinha. Mas a minha mesmo, na qual a gente faz parte é a dos Quati, município de Santa Maria da Vitória. A gente veio de lá prá aqui defender, lutar, ver se consegue os nossos direitos da gente, pois se lá onde nasceu e criou, o umbigo da gente tá lá enterrado, os dos avós da gente... Eu não acho certo a gente sair de lá e ir para onde? Debaixo de uma ponte? Lá, do jeito que tá, com a família do jeito que está, acaba de sobreviver, porque os filhos criando e o ponto da gente é pequeno. Se nós não tivermos lá fora o direito, que é o fecho de pasto, o fundo é dentro o fecho é lá fora, para a gente sobreviver não tem como a gente viver. Nossa comunidade é de “Fundo e Fecho de Pasto”... É o seguinte, no tempo dos avós da gente tudo era lá fora. A gente só tinha moradia cá e tudo lá fora. Aí foi morrendo os troncos da gente e a gente foi ficando por ali. Aí hoje em dia chegou o grileiro, foi fechando, fechando... pôs uma cancela num canto, pois a cerca acolá, corta um arame da li. E a gente ali ameaçado. Se a gente vai cortar um pau de lenha, porque o fogão da gente é um fogão à lenha ainda, fogão à gás ainda são poucas as pessoas que têm lá. E a lenha mesmo que a gente usa lá é para o fogão caipira, esse ainda é o certo da gente lá ainda. É ainda tradição lá... que as coisas lá são tudo diferente do mundo de hoje ainda. Lá tem muita coisa diferente... é o carro de boi, a canga... tudo isso lá para nós existe. Inclusive eu mesmo sei botar uma peça em um carro de boi... entendeu? O bicho sai cantando e eu saí montado em cima com um maior prazer da minha vida. E aí a gente vive lá neste sistema, que não pode mais viver da mesma forma na qual eu fui criado quando criança, que ia apanhar o caju lá fora, o pequi... A gente apanha, porque o costume da gente era esse, porque nunca vai abrir mão daquilo, porque se deixar no final a gente vai para onde. A luta nossa é porque a gente é da li e não quer sair e é só ameaça e o maior é o que mais tem força. Em Santa Maria nós não temos assim um apoio mesmo que ajuda a gente em certas coisas... todas as coisas estão na mão do maior... o pequeno vai ficando pelo lado, esquecido. Eu acho aquilo, para mim, um coisa, uma fraqueza... os governantes que não enxergam a gente, pois cada um tem seu direito de viver... nós somos seres humanos, me considero assim como um filho de Deus... No caso meu, é permanecer lá na minha arezinha até o fim da minha vida e deixar para os meus filhos... eu não tenho outro jeito. Então é isso que eu quero dizer... Inclusive que no fundo tem é pasto, capim de a gente criar os animaizinhos da gente. O que era da gente cultivar a gente cultivou, está tudo debaixo do capim. A minha arezinha é pequena, seis hectares de chão. Aí veio essa medição e mediu uma arezinha que estava na minha frente e aí incluiu... Mas veio esse negócio dos títulos e

estão impedidos que ninguém sabe. No caso eu baseio que era mais um hectare que tava... lá tem uma estrada, um campinho de futebol perto da comunidade. Daí eu conversei com a comunidade para poder cercar... era uma arezinha pequenininha... no caso aumentou... eu baseio de um hectare do meu. E lá fora é o que a gente está lutando para conseguir o direito lá fora, que é o fecho, para as criações... O fecho é uma área mais preservada... tem várias árvores lá, inclusive tem o buriti... é uma coisa muito linda lá no fundo, dessa terrinha minha tem uns pés de bananeira, nós plantamos canteiro, alface, tudo... A gente está impedido por isso, as bebidas que tinham antigamente, que no tempo do meu conhecimento foi toda cercada e foi cercando pouco, a pouco... pensou que não e tomou todas as bebidas. No caso se soltar o trem não tem mais onde beber. E aí tem uma solta, uma bebida que essa daí é da natureza mesmo, de bicho selvagem e o fazendeiro chegou e cercou e a questão está aí. O juiz dá o direito dele, aí pensa que não e a gente arranja o direito. Lá agora só tá um tempo de soltar um crédito, o juiz mandou abrir, mandou um oficial de justiça ir lá olhar e tava aberto. Mas o direito que acho que diz, que deram, foi de abrir tudo. Mas só abriu na base de seis metros. Depois que a gente colocou os trem já fechou de novo lá. Daí veio uns ventos que deitou que quebrou... prá dentro e tá lá, nessa luta. E a gente está com o trem lá solto e com medo de ter que ir duas, três vezes para ver se esses trem não estão passando sede... o medo da gente é esse... A gente está aqui, mas tem gente lá olhando, para ver se os trem estão passando sede ou se estão bebendo.

(José Fernandez de Alecrin, 2011)<sup>216</sup>

Destaco a ênfase em como José relaciona o “modo de vida” à situação de conflito. “Fechar a terra”, “fechar as águas” corresponde a impedir o acesso às mesmas e compromete o modo de vida de sua família, de seu grupo. Ficam impossibilitados de soltar os animais no “fecho de pasto”, ficam impossibilitados de permanecer com sua territorialidade específica, compelida a ser modificada à sua revelia.

José associa o “modo de vida” à preservação do “fecho”, em oposição ao fazendeiro que realiza grandes desmatamentos. Quando as terras ainda estão “soltas” mas as aguadas cercadas, os animais soltos no “fecho de pasto” ficam impedidos de acessar as fontes de água. As famílias são obrigadas a constantemente vigiar as aguadas para ver se estão abertas e se os animais não estão passando sede. Também ficam inacessíveis para famílias os recursos como madeira e frutas.

A afirmação que os governos “não os enxergam” remete à uma ação com sujeito ativo, com identidade de grupo, coletiva, que afirma o direito que possuem e que não é

---

<sup>216</sup> Entrevista concedida durante o IV seminário de comunidades de Fundos de Pasto, Uauá, outubro de 2011.

efetivado. O termo “luta” é usado tanto no sentido do trabalho militante na busca pelo reconhecimento do direito, como no enfrentamento direto contra as ações de “fechar” a terra.

A sexta e última entrevista selecionada é Noel de Oliveira, do município de Correntina, também no oeste da Bahia. Ele fez um relato na qual descreve a grilagem do fecho de pasto.

Sou Noel de Oliveira, município de Correntina, Bahia. Estou aqui em Uauá, por causa dos “fechos de pasto” da nossa região lá de Correntina que estão sendo ameaçados pelos grileiros e testas de ferro. Inclusive eu vou citar um nome, que não sei se você conhece, que é cabo Ernani. Não sei, mas ele é muito conhecido. Ele está ameaçando a terra lá e nós estamos aqui atrás do título de nossa terra, que a mais de cem anos nós habitamos lá e queremos que tirem estes grileiros de lá para ficarmos nesta terra, que é uma terra preservada, porque nós estamos lutando para manter ela muito preservada... Tem buriti... todas as demais frutas do cerrado temos lá... e preservar as cabeceiras, as nascentes, onde nós criamos o nosso gado lá... Eles estão querendo tirar de lá é todos. Eles não querem que nós tiremos nenhum pedaço de terra. Querem tirar nós de uma vez e não deixar botar o gado mais lá. Fechando nós lá de cerca... e nós estamos lá, resistindo... Isso na área de solta. Só área de solta mesmo. Da área de moradia nós temos o documento. Mas agora essa área lá, nós estamos atrás do título. Essa área lá, inclusive, nós temos direito desde os antigos, dos avós nossos. Área de muito tempo, habitou lá e foram morrendo mas deixaram a área para nós, e estamos lá até hoje... Esta área nós temos lá só para a solta de gado. Nós queremos preservar mais ainda... madeira, no cerrado queremos preservar as cabeceiras, somos contra fogo, contra caça... tudo somos nós que estamos protegendo lá. Até se nós soubermos que alguém pôs fogo nós vamos atrás. Nós não queremos que ponham fogo, nem caçar, nem derrubar madeira. Nós tiramos madeira mesmo se for para cercar dentro da fazenda, fazer um fecho, fazer a nossa casa lá de dentro, que nós precisamos. Mas a madeira muito fora das nascentes... o objetivo nosso é esse, e com fé em Deus nós vamos adquirir isso aí... Essa área lá é de 11 mil hectares. Mas não é só para associado, são 65 associados, só dentro da “Associação”. Mas tem várias comunidades que dependem desta área. Só não está associado dentro da “Associação”. Mas também usa... é tipo uma área de lazer, lá tem uns pontos muito bons... vai pescar, vai tomar banho, vez em quando pega algum peixinho lá, mas é difícil... Tirar buriti, lá é muito e muito buriti, quando é época do buriti se vai. E quando é época de botar o gado lá eles ficam nos ameaçando ... querem até proibir de nós passarmos... nós ficamos até escondido... o trem lá está meio complicado... Nós mesmos ficamos proibidos de acessar a área... e tem hora que eles nem querem que a gente passe lá perto deles, eu já fui até ameaçado de tiro lá. Já vi uma boca de cano lá assim de uns dez metros... Na área de moradia nossa estamos tranquilo, graças a Deus... mas nós queremos essa área, pois se não for esta área lá nós não criamos os animais, pois a área nossa é pequena... Na área individual... nós temos o pastinho que é de criar o gado, plantar mandioca, planto feijão, planto milho, planto de tudo lá, cria um pouco de galinha... mas nós dependemos muito desta área lá, pois quando chega o tempo de inverno nós temos que por o gado lá, época de chuva nós temos que tornar a montar o gado lá de novo... a metade da nossa vida está nesta área lá.

(Noel de Oliveira, 2011)<sup>217</sup>

---

<sup>217</sup> Entrevista concedida durante o IV seminário de comunidades de Fundos de Pasto, Uauá, outubro de 2011.



Noel expressa a forte relação da área de “fecho de pasto” na conformação do modo de vida de sua família – “metade da vida está lá”. A área de “fecho de pasto”, área “solta” e de uso comum de diferentes grupos sociais está ameaçada de grilagem, está sendo fechada com cercas.

Nem todos que utilizam desta mesma área se conhecem. No caso de Noel, o início da área fica afastado uns dez quilômetros da sua moradia. A “Associação” na qual Noel faz parte reúne apenas um dos grupos de pessoas que acessam a área solta, ou como alguns chamam, a “área de solta”. O primeiro uso do termo se refere a área não estar fechada por cercas, e assim se encontraria “solta”. A segunda utilização do termo se refere que a área é destinada para soltar os animais em certa época do ano. O uso é compartilhado com outras pessoas, especialmente extrativistas e outros criadores, que também tem no seu modo de vida uma relação com a mesma área, que Noel denomina como “fecho de pasto”. Área relativamente grande, o processo é para a regularização fundiária de onze mil hectares. Independente de se conhecerem ou manterem uma relação, os diferentes grupos reconhecem o direito de uso comum da mesma área. Ao reivindicar esta área em nome de sua “Associação”, se quer barrar a ação de grilagem das terras, impedir o fechamento das áreas e continuar a permitir o uso comum de diferentes grupos.

Noel descreve que exatamente estes grupos, que utilizam há anos esta terra, são responsáveis por sua preservação ambiental. As ações de preservação estão associadas à importância que esta terra, tradicionalmente ocupada, possui na conformação do modo de vida das distintas famílias, independente do significado e do papel que esta terra possui para cada uma das famílias em suas respectivas territorialidades.

O termo “luta” foi utilizado por Noel para expressar as ações de preservação, como coibir queimadas, desmatamentos e as caçadas.<sup>218</sup> Já para se referir às ações de combate a grilagem das terras e o impedimento de circulação livre nas áreas em conflito, utilizou o termo “resistência”. Este termo descreve as ações de confronto contra os “grileiros”, os “testas de ferro”, os “pistoleiros” que estavam cercando as “terras de solta” e ameaçando a vida das pessoas. O próprio Noel foi abordado mais de uma vez por pistoleiros que não queriam que ele circulasse pela área em conflito.

---

<sup>218</sup> São coibidos os desmatamentos e as caçadas que fogem a lógica do uso para manter as necessidades das famílias, como os desmatamento para o fornecimento de madeiras para abastecer carvoarias, ou as caçadas que objetivam a matança de grande números de animais para fins esportivos ou comerciais. As queimadas, prática que permite a rebrota de plantas, também é coibida intensamente.

Em todos os casos aqui relatados a situação de ameaça paira sobre áreas de uso comum que não estão de posse exclusiva de uma família. Estas áreas recebiam a denominação “soltas”, isto é, que não estão fechadas por cercas. Hoje elas são conhecidas como áreas de “fundo” ou “fecho de pasto”. Nos casos de grilagem na qual os conflitos foram instalados, o poder público se omitiu em verificar a existência de documentos comprobatórios sobre a propriedade da área. Quando o fez, não buscava verificar sua legitimidade. Nos casos de implantação de grandes projetos, o governo é a própria ameaça, deslocando as famílias atingidas e as colocando em vulnerabilidade.

Os termos “luta”, “resistência” e “briga” foram usados, algumas vezes de forma associada, para se referir ao enfrentamento direto em situações de conflito. Representam uma ação coletiva para impedir o avanço da grilagem, o enfrentamento a violência física e ao rompimento de normas que orientam os distintos modos de vida. O termo “luta” também foi utilizado por Noel como ação direta e coletiva de preservação das áreas de “fecho de pasto”. Como observei, podemos utilizar a noção de “paisagem da resistência”, desenvolvida por James Scott com relação às diferentes paisagens que formam os “fundos e fechos de pasto”, e que contrastam com as paisagens formadas pelas monoculturas formadas pelas “fazendas. (SCOT, 1985, p. 48-85)

O termo “luta”, novamente associado ao termo “resistência”, descreveu também a realização de ações cotidianas de militância. Estas ações tinham como intuito pressionar o governo à efetivar a regularização fundiária das terras de “fundo” ou “fecho de pasto”.

Ainda o termo “luta” foi utilizado por Ademar para descrever a ação cotidiana representada pelo esforço individual para sustentar sua família. Por fim, “luta” designou uma ação específica, que contou com o esforço individual de cada pessoa integrante do “Fundo de Pasto Lage das Aroeiras” para arrumar dinheiro para comprar a terra que tinha sido grilada. Mesmo sendo formado um fundo coletivo para compra da terra, as ações para conseguir o dinheiro foram individuais.<sup>219</sup>

As ações coletivas ajudaram a formar novas formas organizativas que passaram a fazer parte do modo de vidas das famílias. Novos espaços de mobilização foram criados e

---

<sup>219</sup> A utilização do termo “luta” por estes cinco entrevistados muito se aproxima da utilização realizada por agricultores e lideranças ligadas ao sindicato dos trabalhadores rurais de Santa Maria da Vitória, nos anos de 1989 e 1990, que foram estudadas pelo agrônomo e antropólogo John Cunha Comerford. Ao analisar os diferentes usos do “termo”, Comerford os classificou em três grupos: i) “luta” como trabalho individual e cotidiano, em oposição à preguiça e associada a sofrimento e dignidade; ii) “luta” associada a ação coletiva de enfrentamento em situações de conflito; iii) “luta” para designar as atividades de militância de lideranças sindicais. (COMERFORD, 1999, p. 19-20)

possibilitaram reunir distintas organizações locais que passaram a se identificar sob uma mesma identidade coletiva – “fundos” ou “fechos de pasto”. A principal reivindicação, a efetivação do direito ao uso da terra tradicionalmente ocupada, se transformou na busca pela regularização fundiária, que simbolizaria para os representantes de “fundos de pasto” o “reconhecimento” do Estado pelo seu modo de vida, sua territorialidade específica, sua terra tradicionalmente ocupada.

Porém a relação com o Estado é marcada por uma contradição permanente. Em uma primeira abordagem seria uma contradição entre a ação prioritária e célere da “mão direita” do Estado, que estimula e legitima a grilagem das terras, ou que combate as ações da “mão esquerda” do Estado. Como exemplo desta segunda situação foi citado o enfraquecimento do órgão responsável pela regularização fundiária, antes INTERBA e agora a CDA, que teve diminuindo o poder de ação dos seus técnicos. A judicialização dos conflitos também é outra ação da “mão direita” que bloqueia os processos de regularização fundiária. Cabe resaltar que a judicialização não se restringe aos casos em que os processos vão parar na justiça. Os procuradores do Estado estão presentes no próprio órgão responsável pela regularização fundiária e interrompem os procedimentos caso alguém manifeste um conflito de interesse com relação a área a ser regularizada.

Numa outra abordagem é a própria “mão esquerda” do Estado que passa a introduzir a lógica de mercado quando estabelece projetos direcionados numa perspectiva de inclusão das famílias à agroindústria e de forma subordinada. O Estado apresenta dificuldade de compreender diferentes lógicas que estão presentes em distintos grupos sociais, como os “fundos” e “fechos de pasto”. João Fernandez, de Correntina descreveu que “os governantes não enxergam a gente pois cada um tem seu direito de viver”. Fernandez clama pelo direito à autonomia de decidir como quer viver a sua própria vida.

Porém não é só o “braço esquerdo” do Estado que tem dificuldade de compreender o modo de vida dos grupos. As organizações que prestam assessoria às famílias e suas formas organizativas também se utilizam de conceitos que reforçam interpretações coloniais, reafirmando mecanismos de tutela e subordinação.<sup>220</sup>

---

<sup>220</sup> Na próxima parte deste capítulo irei analisar o discurso de cinco lideranças durante o “4º Seminário de Fundos e Fechos de Pasto”. No capítulo final irei aprofundar alguns conceitos que estão sendo utilizados para descrever as situações de conflito e a relação com o Estado

### **AS REPRESENTAÇÕES E PRÁTICAS DE LIDERANÇAS DA ARTICULAÇÃO ESTADUAL**

O “4º Seminário Estadual de Fundos de Pasto e Fechos de Pasto” teve como coordenadores Valdivino Rodrigues, representante da “Cooperativa de Agropecuária Familiar de Canudos, Uauá e Curaçá – COOPERCUC”, e anfitrião do evento; Carlos Eduardo e Raimundo Jeremias da “Central de Associações de Fundos e Fechos de Pasto da região de Senhor do Bonfim”; Valério da Rocha da “União de Associações de Casa Nova” e representante da “Articulação Sindical Rural da Borda do lago de Sobradinho”. Nilza Vieira, da “Central de Associações de Fundos de Pasto de Brotas de Macaúbas e Oliveira dos Brejinhos” integrou a coordenação do evento apenas nos dias de sua realização.

Como já explanado, os “fundos de pasto” são representados por suas “Associações” que por suas vez fazem parte de organizações regionais. A região de Oliveira dos Brejinhos é representada por uma “Central de Associações de Fundos de Pasto” e abrange os municípios Oliveira dos Brejinhos e Brotas de Macaúbas. A região de Senhor do Bonfim é representada por outra “Central Associações”, porém que representa associações de “fundos” e “fechos de pasto”, abrangendo os municípios de Jaguarari, Andorinhas, Monte Santo, Uauá, Itiúba, Campo Formoso, Antônio Gonçalves, Pindobaçu, Mirangaba e Umburanas. A região de Uauá tem sua organização articulada por uma cooperativa, a COOPERCUC, e abrange os municípios de Canudos, Uauá e Curaçá. Já a região do Lago de Sobradinho possui uma articulação de entidades, que era predominantemente composta pelos sindicatos de trabalhadores rurais. Mais recentemente o município de Casa Nova passa a ser a referência para a representação desta região, através da “União de Associações de Fundo de Pasto de Casa Nova”. Esta região abrange os “fundos de pasto” de Casa Nova, Remanso, Pilão Arcado, Campo Alegre de Lourdes, Sobradinho e Sento Sé. A região de Barra não tem uma organização formal, apenas uma articulação de “Associações de Fundo de Pasto”, e abrange os municípios de Barra e Buritirama. Por fim, a região de Santa Maria da Vitória, que possui uma articulação informal de “fundos” e “fechos de pasto”, abrangendo os municípios de Santa Maria da Vitória, Correntina, Jaborandi, São Desidério, Tabocas do Brejo Velho e Serra Dourada.

A mesa de abertura foi composta por Raimundo Jeremias, da Região de Senhor do Bonfim, Nilza Vieira, da Região de Oliveira dos Brejinhos, Valério da Rocha, da região do Lago de Sobradinho, e Valdivino Rodriguês, da região de Uauá.

A primeira liderança a se pronunciar foi Raimundo Jeremias. Raimundo pertence ao “fundo de pasto” de Corrência e Tanque do Serrote, do município de Jaguarari. Participa desde 2003 da diretoria da “Central de Associações de Fundo e Fecho de Pasto” da região de Senhor do Bonfim. Solteiro, liderança bastante ativa, se apresenta como admirador do cangaço numa referência à Virgulino Ferreira da Silva e sua luta armada contra fazendeiros. Além de agricultor, criador e vaqueiro, é artesão, trabalhando com peças de couro. Na representação da “Articulação Estadual de Fundo de Pasto” visitou os “povos dos faxinais” por duas vezes: uma em 2005 e outra em 2010. Essas visitas permitiram a ele conhecer outros grupos sociais que estão reivindicando o direito à terra tradicionalmente ocupada. Em várias ocasiões afirmou que estas visitas aos “povos dos faxinais” propiciaram a ele uma outra compreensão e perspectiva do próprio processo que ele vivência com os “fundo de pasto”.

Eu queria lembrar um pouco, retomando a questão da luta, do surgimento na comunidade do São Bento, começou a se levantar as conversas, as atenções, na busca de assegurar a terra. Mas não só a terra, mas todos os pertence, pois individualizamos muito a terra pela questão da terra ser um dos patrimônios indispensáveis para a nossa vida, mas nós não abrimos mão que existe todo um elo de natureza que se junta. A vida, a terra, a vida sobretudo que está sobre ela, e é onde a gente vive. Eu lembro também que às vezes falar de luta é estranho porque o companheiro e companheira que não vivenciou muito pensa que luta é no cabo da enxada, do machado ou partir para brigar, mas é uma briga mesmo, pois hoje em dia, se não for com luta, a gente vai acabar se perdendo. As lutas não dispensam em nenhum momento a questão da gente ter e manter, vivendo no nosso pedaço de chão, buscando a identidade, buscando o documento, no plano organizativo. Eu falei em documento, eu falo da busca da regularização da terra. A gente sabe que desde antigamente a terra foi conquistada, e ainda é pela grande grilagem e ela não abriu mão não, ela só mudou um pouco a forma de se apresentar. Antes era o grileiro, quer dizer, ainda continua forte, o fazendeiro. Mas hoje as empresas também representam ameaça às terras. A gente sabe que esta luta vem de muito tempo e aí eu quero lembrar um pouco da caminhada das “comunidades tradicionais de fundo de pasto”, de “fecho de pasto”.

(Raimundo Jeremias de Souza, 2011)<sup>221</sup>

A referência ao “Fundo de Pasto de São Bento” corresponde ao início da década de 1980 e sinaliza o momento em que o Estado passa a empreender ações de regularização

---

<sup>221</sup> Trecho de pronunciamento proferido na mesa de abertura do IV seminário de comunidades de Fundos de Pasto, Uauá, outubro de 2011.

fundiária em “fundos de pasto”.<sup>222</sup> Raimundo busca enfatizar o longo período, trinta anos, de ação do Estado em questões específicas voltadas para áreas de “fundo de pasto”.

A “terra” é apresentada como o suporte ao “modo de vida”. Essa postura marca uma diferenciação da lógica do capital, representada pelos fazendeiros e pelas empresas, que carregam uma perspectiva utilitária dos recursos naturais. Essa lógica percebe a terra meramente como propriedade e uma forma de obter recursos naturais que poderão ser comercializados, isto é, transformados em capital. Raimundo relaciona a “terra” ao lugar em que se vive e com “a forma de se viver”.

Ao utilizar o termo “luta” destaca as diferentes formas de sua aplicação e o sentido que faz referência em cada momento. Num primeiro momento utiliza “luta” associada ao termo “briga”, no sentido de uma forma de enfrentamento direto à grilagem das terras. Um segundo sentido de “luta” são as ações para o fortalecimento da identidade e da organização dos “fundos de pasto”, na busca pela regularização fundiária visando a garantia do modo de vida. O terceiro sentido do termo “luta” se refere aos afazeres da vida cotidiana.

Outro destaque deste trecho do pronunciamento explicita uma diferenciação entre os antagonistas enfrentados. Antes a percepção de enfrentamento vinculava o “fazendeiro” como principal antagonista. Hoje as empresas são identificadas desta forma. Para Raimundo a ação de grilagem permanece forte, mas com novas formas de apresentação.

Raimundo apresenta os “seminários” como forma do estabelecimento de “parcerias” entre organizações de “fundo de pasto” de diferentes regiões. O seminário como um espaço de partilhar informações, estabelecer relações, construir ações conjuntas que possibilitem a a implantação de uma política voltada para a realidade dos “fundos de pasto”.

No primeiro seminário, lá em Carnaibas do Sertão, na região de Juazeiro, 2002. Depois vem o segundo seminário de Oliveira dos Brejinhos, 2004. Em seguida nós tivemos um outro em Senhor do Bonfim, foi em 2008. E aí a gente sentiu a necessidade de estar realizando este encontro, numa região. Às vezes a gente se encontrava na reunião da articulação estadual, e refletíamos que este seminário é muito importante, na conjuntura, este seminário foi e é importante, e não podemos abrir mão, pois ele tem buscado o conhecimento de nós compreender, da gente entender que do outro lado a gente tem um parceiro, uma parceira, que tá lá vivendo e convivendo a mesma dificuldade em busca de uma melhoria para todos. E esses seminários refletiram muito essa luta, essa busca, que a gente não perde de

---

<sup>222</sup> Em 1984 o governo do Estado da Bahia, através da CAR e do INTERBA e seguindo orientações do Banco Mundial, iniciou o “Projeto Fundo de Pasto”. Para a elaboração deste projeto realizou um estudo que foi denominado “Análise Econômica e Financeira da Viabilidade do Fundo de Pasto”. Deste estudo realizou-se um projeto piloto para a regularização de duas áreas, uma delas a de São Bento. O “Projeto Fundo de Pasto” estava vinculado ao “Programa de Apoio ao Produtor Rural” (PAP), que por sua vez fazia parte do “Programa de Desenvolvimento Rural Integrado” (PDRI) e que integrava o “Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste (POLONORDESTE). Foi financiado inicialmente com recursos vindos do BIRD e do FIMSOCIAL, e depois do PROTERRA. (REIS, 2010)

vista... as vezes a gente perde de contato, de estar no dia a dia, na luta de conquistar. Porque assim a luta de resgatar a terra é um luta incessante, pois sem perder de vista o que a gente construiu ao longo deste tempo, a busca de uma política voltada para a nossa realidade. E a gente viu que não é fácil. A gente viu que o grande desafio é você estar propondo e encarar o poder público, porque é um poder que a gente nos engana, quer dizer, muitas vezes a gente fica desconfiado e começa a se enganar. Aí eu quero lembrar que nós queremos uma luta, agora assim a gente tem que fazer uma visão desde o fundo mesmo, desde atrás, porque a gente sabe que na luta as vidas que são trocadas em busca destas conquistas. A gente sabe que há muitos parceiros, que nos deram a mão e continuam. Aqui a gente lembra dos sindicatos foram importantes, são muito importantes para os trabalhadores rurais e foi quem junto com as paróquias, que na época de 60, 70, conseguiram emplacar essa luta e em seguida a AATR, e graças a Deus é uma grande parceira e assim juntos a gente continua.. O IRPAA... eu não quero falar muito assim das entidades de apoio por que são muitas, mas eu estou falando desse momento importante que a gente viveu e continua vivendo e é importante estar na busca de apoio. Construiu-se propostas bonitas que a gente tem aí nas nossas bagagens, como o projeto “Fundo de Pasto que Queremos”.

(Raimundo Jeremias de Souza, 2011)<sup>223</sup>

Os seminários como espaços sociais de relação que propiciam a discussão de temas e formação de alianças políticas. Estas alianças são descritas como “parcerias”. Parcerias estas que podem ser “parcerias de luta”, quando se referem a representantes de outros “fundos de pasto” que vivenciam situações similares de conflito. “Parcerias de apoio” quando se refere às organizações como sindicatos, igreja e Ongs. Essa distinção marca uma definição de papéis e carrega nela uma visão de autonomia organizativa dos “fundos de pasto” perante outras instituições.

As alianças são necessárias para o enfrentamento da “luta incessante”. A aplicação do termo “luta” está associada à relação com o Estado e a busca, adjetivada pelo termo “incessante”, pela implantação de políticas públicas que fortaleçam o modo de vida das famílias. A construção do projeto “Fundo de Pasto que Queremos”<sup>224</sup> é destacada como um esforço coletivo para orientar o governo. Raimundo fez uma reflexão sobre as forças de mobilização da “Articulação Estadual”

Construiu-se propostas bonitas que a gente tem aí nas nossas bagagens, como o projeto “Fundo de Pasto que Queremos”. Agora vale lembrar que eu não sei se foi por conta da política partidária que a gente maneirou um pouco sem atenção na

<sup>223</sup> Trecho de pronunciamento proferido na mesa de abertura do IV seminário de comunidades de Fundos de Pasto, Uauá, outubro de 2011.

<sup>224</sup> Este projeto foi construído e apresentado pela primeira vez para o governo da Bahia em 2004. Foi reformulado e atualizado anualmente até o ano de 2009 quando ocorreu um grande seminário organizado pela “Articulação Estadual de Fundos e Fechos de Pasto” com governo da Bahia para a discussão de propostas para a implantação de políticas voltadas especificamente para os “fundos” e “fechos de pasto”. O projeto contém propostas para a realização de políticas com relação à questão agrária, incluindo a regularização fundiária, ambiental e agrícola.

busca destas conquistas. Na década de 90, na região Bonfim, por exemplo, eu só quero lembrar disso, era uma luta mais acirrada, claro que acalmou algumas coisas também, não só pela questão partidária, mas até pela questão da gente ter conquistado espaços que a gente não tinha. As organizações constituídas, as “Centrais”, por exemplo a “Central de Senhor do Bonfim”, a região de Juazeiro, que se organiza através também das CPTs, sindicatos, uma pequena “Central” lá na região de Brejinhos tem uma outra “Central”. A região lá mais para oeste tem também a organização deles, quer dizer, nossa, pois a gente também é parceiro. A região de Uauá, Canudos, Curaçá tem uma importante caminhada nestes três municípios, e a gente não se perde na caminhada assim, hora uma coisa, hora outra, mas o sentido é coletivo, mas a gente percebe que a gente fraquejo assim, não quer dizer que fraquejo é dizer que é fraco, acho que a gente dispersou a busca destas conquistas, talvez num momento que a gente elegeu pessoas, partidos, com nosso nome, com nosso empenho, com nossa garra. E gente percebe que companheiros e companheiras, aqui e acolá, participaram e participam, de algum cargo no poder público, e que muitas vezes percebido pelo outro companheiro que tá do lado que a gente não pode estar ferindo o poder público, quer dizer, ferir é não estar batendo assim com nossas propostas com firmeza e a gente percebe que estas coisas tem maneirado a luta. E quando eu maneiro a luta é claro que o poder publico começa a ficar bonzinho, que dizer, entre aspas, lá para eles tá bom porque não estão sendo incomodados. Eu digo isso porque eu aqui não vou encobrir sigla, mas o partido dos trabalhadores tem uma história bonita e tal, a nossa história é mais bonita mas não é publicada... e dentro do governo a gente sabe que há facilidade de diálogo mas infelizmente as nossas propostas elas só acontecem se a gente tiver firme. Se não estivermos firmes nós não vamos conquistar as nossas propostas. Por exemplo, o “Fundo de Pasto que queremos” tem uma bagagem importante que gastou muita energia, sem esquecer que se gastou dinheiro, que a gente gastou tempo, que a gente gastou horas e horas de sono e atenção para ajudar a construir, pois ele foi construído de propostas destas regiões, destas cinco, seis regiões que se articulam. E assim esta conjuntura, essa articulação, porque naquele seminário a gente viu que se a gente não tiver no dia a dia buscando entendimento da região de Bonfim, com Juazeiro, com a região de Uauá, Curaçá, Canudos, a região de Oliveira dos Brejinhos, Barra, Buritirama, enfim, hoje a gente está em contato com outra comunidade do Sudoeste, da região de Conquista, pessoal de Caetanos, que também tem comunidades tradicionais. Quem não estiver a par de toda uma situação fica difícil de ter uma discussão, uma proposta mais afinada.

(Raimundo Jeremias de Souza, 2011)<sup>225</sup>

Raimundo provoca os participantes do seminário a refletir a força de mobilização dos “fundos” e “fechos de pasto”. Para isso ele destaca as organizações formadas nas diferentes regiões e a construção do projeto “Fundo de Pasto que Queremos”. Apresenta este projeto como o resultado da articulação do conhecimento das distintas realidades que compõe a situação dos “fundos de pasto”. Para Raimundo o avanço organizativo permitiu que situações de conflito intenso fossem resolvidas ou transformadas em situações menos conflitivas. A despeito deste avanço organizativo, compartilha sua percepção que o poder de mobilização estaria mais fraco. Associa este fato a relação que se estabelece com o governo do Estado a

---

<sup>225</sup> Trecho de pronunciamento proferido na mesa de abertura do IV seminário de comunidades de Fundos de Pasto, Uauá, outubro de 2011.



partir de 2007, quando ocorre a eleição do governador e de deputados que apoiavam as reivindicações dos “fundos de pasto”. O melhor “diálogo” com as autoridades públicas não acarretou em efetivação de direitos para os “fundos de pasto”. Para Raimundo a ocorrência de novas situações de conflito estão associadas à interrupção da regularização fundiária e a menor capacidade de mobilização na relação junto ao Estado. Não fazer o confronto com o governo significou um retrocesso na efetivação dos direitos, especialmente os relacionados à terra tradicionalmente ocupada.

A questão seria pressionar o governo da Bahia pela implantação de políticas públicas, pelo reconhecimento do modo de vida dos “fundos de pasto”. Num primeiro momento, as organizações de cada região se relacionavam com o governo independentemente uma da outra. A partir do ano de 2002, logo após a realização do “1º Seminário Estadual” e a formação da “Articulação Estadual” passam a agir conjuntamente. A primeira ação organizada pela “Articulação Estadual” foi a ocupação do INCRA em 2002. Desta data até o ano de 2006 foram realizadas ocupações em diversos órgãos – INCRA, CDA e CONDER. Nestas ocupações estiveram presentes distintos movimentos sociais, agregando várias organizações como as de “Sem Terras”, “Atingidos por Barragens”, “Quilombolas”, “Pequenos Agricultores”.

Eu lembro assim dos momentos que a gente começou a perturbar o poder público... perturbar não, pois é um dever nosso de ir exigir que cumpra a política pública... a gente teve momentos importantes, por exemplo, a mobilização de fundos de pasto na qual eu participei e que muitos companheiros participaram em 2006 foi muito importante. Eu digo importante porque eu vi conquistas, não só conquistas de bens materiais, mas de bens culturais, da nossa identidade... a imprensa da Bahia a gente infelizmente tem uma dificuldade de comunicação, mas a imprensa que cobre os nossos momentos de mobilizar faz uma divulgação distorcida. Claro que é importante a divulgação, e não quero parecer que a gente se acha mais importante, na condição legal a gente não é diferente do MST, somos um sem terra diferente, na maneira de ocupar a terra. E a cada ano a gente mobilizou. Em 2004 o movimento teve uma união muito importante, a união que eu digo é que foi mais maciça aquela vez a mobilização de 2004, quando a gente ocupou a CDA, que é uma coordenação de desenvolvimento agrário, mas que eu chamo de “demoramento” agrário. E daí para cá a coisa começou a ficar mais devagar, não sei se foi a questão da política partidária, e a gente sentiu que é preciso a gente estar resgatando estes momentos para poder a gente emplacar as nossas propostas com mais afinidade.

(Raimundo Jeremias de Souza, 2011)<sup>226</sup>

Raimundo compartilha a percepção que nestas ações com outros movimentos a identidade de “fundos de pasto” se fortaleceu. Sua vivência converge com explicações

<sup>226</sup> Trecho de pronunciamento proferido na mesa de abertura do IV seminário de comunidades de Fundos de Pasto, Uauá, outubro de 2011.

teóricas que é na relação que se constrói a identidade. A autoconsciência da identidade se fortaleceria nas circunstâncias de intenso contato com outros grupos. (ERIKSEN, 1988, p. 21-22)

Outra questão destacada por Raimundo aborda a cobertura da imprensa nestes eventos que não faz distinção entre as distintas organizações presentes. A imprensa destaca o MST e não veicula as reivindicações diferenciadas de cada movimento. Aqui chamo a atenção para duas questões. A primeira é um desconhecimento real das distintas organizações que fazem parte destas ações entre diferentes movimentos sociais. Há uma dificuldade em perceber o que reivindicam e que apesar de estarem em uma mesma ação, pertencem a organizações diferentes com pautas específicas de reivindicação. A segunda ponderação é a propositada simplificação das interpretações de tais acontecimentos, visando manipular informações que chegariam à um público mais amplo.

A finalização do pronunciamento de Raimundo se voltou para a questão principal que foi debatida durante todo seminário: o impasse nos procedimentos de regularização fundiária.

Porque o que a gente fez mil e uma propostas, eu digo assim porque foi bastante, cada fundo de pasto que queremos é um catatau assim de propostas ricas. A questão da proposta da regularização fundiária que foi invalidada na chegada do governo Wagner, que em 2007 suspendeu a entrega do título coletivo por conta do parecer jurídico da PGE, do próprio Estado e daí barrou-se tudo da questão dos títulos da terra, inclusive os títulos coletivos. Os títulos individuais cabe aqui a gente ir conversando e a gente percebe que há uma malandragem desde início quando começaram a distribuir. Porque se você for olhar um título coletivo e o que está escrito no individual a diferença é pouca. E o coletivo hoje ele está amarrado, sem uma autorização. Em 2007 se alegava o seguinte, que o governo não tinha conseguido fazer a chancela para carimbar e entregar. Depois inventaram outra coisa, porque, a PGE, uma procuradora, para fortalecer, impediu, que de acordo com a visão legal também não tinha validade nenhuma. É uma coisa que a gente não deve estar esquecendo. Nesse novo seminário a gente vai ter que estar trabalhando em fazer esta reflexão na questão fundiária, na questão das propostas nossas, da nossa política para os fundos e fechos de pasto e a gente tem muito mais coisas além disso. A questão cultural, a questão da união, da consolidação mesmo da gente estar aqui construindo e amarrando a questão da ordem da gente trabalhar, e quando eu falo a questão de ordem não é que a gente receba ordem, mas é da gente estar mais organizado, que a gente esteja mais atento na busca de concretizar o nosso sonho.

(Raimundo Jeremias de Souza, 2011)<sup>227</sup>

Raimundo termina a participação provocando a reflexão sobre a diferença, em termos legais, entre a área considerada coletiva e as áreas individuais. Ele se refere a procedimentos e interpretações diferenciadas para cada situação, ou seja, para as áreas que são

<sup>227</sup> Trecho de pronunciamento proferido na mesa de abertura do IV seminário de comunidades de Fundos de Pasto, Uauá, outubro de 2011.

de cada família e as áreas que são consideradas coletivas. Mas se ambas compõe a “terra tradicionalmente ocupada” por famílias de um “fundo de pasto” o que justificaria diferentes procedimentos? Por que as desculpas para a interrupção da regularização fundiária vão se modificando segundo as circunstâncias? Aponta o fortalecimento da organização conjunta como forma de resistência e de construção de propostas de ações efetivas.

Nilza Vieira foi a segunda a se pronunciar na mesa de abertura. Como já apresentado no primeiro capítulo desta tese, Nilza pertence ao “Fundo de Pasto Várzea Grande”, município de Oliveira dos Brejinhos, Chapada Diamantina. Participa desde 1999 da direção da “Central de Associações de Fundo de Pasto dos municípios de Brotas de Macaúbas e Oliveira dos Brejinhos”. Desde 2004 participa da “Articulação Estadual de Fundos de Pasto.”

Nilza já foi dirigente do sindicato dos trabalhadores rurais, o que propiciou a ela o contato com realidades de outras localidades. Sua experiência de vida passou pela formação no trabalho sindical, o deslocamento para São Paulo e a sua convivência em uma grande cidade, e mais recentemente sua vivência em organizações representativas de “fundo de pasto”. Nilza iniciou seu pronunciamento enfatizando a organização das famílias dos “fundos de pasto”.

Eu só queria lembrar que os momentos de lutas feitos pelos próprios movimentos, pelo povo, na resistência antes do governo Lula e Wagner, tinham como enfrentamento e proposição, e tudo, e a opressão que se sofria naquele momento, a pressão e violência. A gente chega num governo Lula que a gente também ajuda a construir e a se eleger na esperança de se aliviar esta pressão e opressão e avançar em nossa proposta e chegar com estagnação. Principalmente na luta de regularização fundiária. Não quero entrar aqui no mérito de outras questões, educação, saúde, projetos da segurança alimentar, não quero entrar neste mérito não, eu quero entrar na discussão da garantia a terra, do acesso a terra, de garantia da terra. No governo Wagner aqui na Bahia fica bem claro que quando chegou o governo parou tudo e nem foram liberados nem os títulos e nem se fez um processo de regularização. Nas áreas de “fundo de pasto” a violência vem voltando a tona, vem voltando a violência e também a falta de um proposta mais clara do governo para a regularização das terras e a documentação destas terras, na qual Raimundo já falou, da questão dos títulos que parou por conta do artigo que tá lá e da PGE, tudo isso e essa embromação toda que não é clara porque é hoje é implementada esta lei e os outros governos faziam vista grossa e tocavam os barcos para frente. A gente não quer trazer para discussão os motivos, mas que foi que parou sim o processo de regularização. Os títulos não estão sendo liberados e nem estão sendo feitos os processos (de medição). Outra coisa também é a violência que tem aumentado e os trabalhadores ficam refém disso, não tem saída, estão reféns da violência e não tem uma resposta, não tem uma ação clara para também barrar esta violência, para responder a demanda dos trabalhadores.

(Nilza Vieira, 2011)<sup>228</sup>

---

<sup>228</sup> Trecho de pronunciamento proferido na mesa de abertura do IV seminário de comunidades de Fundos de Pasto, Uauá, outubro de 2011

Nilza utiliza o termo “luta” vinculado à “resistência” em situações de conflito marcadas pela grilagem das terras e pela violência física. Depois utiliza “luta” ao se referir ao processo de regularização fundiária. Aprofunda a crítica à atitude do atual governo da Bahia que paralisou as ações de regularização fundiária. O diálogo com o governo anterior era muito difícil, porém os procedimentos de regularização fundiária, mesmo que vagarosamente, eram implementados. Nilza associa a “não ação do Estado” com o aumento da violência sofrida nos “fundos de pasto”.

Diante disso eu acho que as “áreas de fundo de pasto” também vêm sofrendo... que são os grandes projetos, com a implementação dos grandes projetos e com isso sofrem, as áreas também sofrendo com esse modelo de desenvolvimento, com a implantação dos grandes projetos e que não tem olhado para essas comunidades tradicionais e agente percebe que no semiárido há ainda uma grande quantidade da população destas comunidades e não se tem um olhar para o desenvolvimento destas comunidades. O olhar é sempre o mesmo, uma mesmice, carece do avanço de olhar para estas comunidades e não tem visto o avanço delas, do tipo de garantir a permanência no campo com qualidade.... sem violência e com qualidade.

(Nilza Vieira, 2011) <sup>229</sup>

Ao questionar à “implementação de grandes projetos” Nilza faz a crítica à “ação do Estado”. Retomo então a referência que fiz ao sociólogo francês Pierre Bourdieu, apresentada sinteticamente na primeira parte deste capítulo, que classifica as ações do Estado em duas formas: as realizadas pela “mão esquerda” e as realizadas pela “mão direita”. Nilza critica a paralisação das ações da “mão esquerda” do Estado, enquanto que a “mão direita” atua cada vez mais intensidade. (BOURDIEU, 1998, p. 9-20)

A ponderação de Nilza sobre o “olhar que é sempre o mesmo” com relação à compreensão do modo de vida dos “fundos de pasto”, pode ser relacionada com a monotonia de interpretações que se repetem constantemente, e que acabam perpetuando modelos interpretativos vinculados ao pensamento colonial. Nesta perspectiva se afirma a da necessidade da tutela e se impede uma compreensão de modos de existir relativamente autônomos de uma determinação central. Para estes interpretes os agentes sociais seriam incapazes em definir os rumos de suas vidas dentro de suas condições de possibilidade.

O “modelo de desenvolvimento” que orienta a “mão direita” do Estado busca definir previamente quais são as melhores escolhas para os agentes sociais, sem se preocupar com os seus modos de vida. Em sua crítica, Nilza indica que existem outras possibilidades para a

---

<sup>229</sup> Trecho de pronunciamento proferido na mesa de abertura do IV seminário de comunidades de Fundos de Pasto, Uauá, outubro de 2011

construção de caminhos que acarretem em maior autonomia das famílias dos “fundos de pasto”.

E por último eu queria falar um pouco da questão da “Articulação Estadual de Fundo de Pasto”. Até então as “comunidades de fundo e fecho de pasto” tinham feito os seus enfrentamentos junto ao governo mas por suas regiões. Mas a partir dos seminários, na construção e realização deste seminários surge a necessidade de ter uma “Articulação de Fundo de Pasto” e que parece estar fazendo um enfrentamento mais articulado no Estado. Foi então a partir daí que surge a “Articulação de Fundos de Pasto” para discutir mais especificamente esta questão da documentação, regularização e documentação das terras, sem ter muito sucesso. Mas tem um lado bom que foi a percepção nossa, das “Comunidades de Fundo de Pasto”, de perceber a necessidade de estarmos mais articulados no estado e não ficarmos individualizados em nossas regiões. Neste aspecto é um ponto positivo, mas a gente precisa melhorar esta qualidade de articulação e ter uma proposta mais clara por parte de nós, “Comunidades de fundos de Pasto”.

(Nilza Vieira, 2011)<sup>230</sup>

Ao finalizar, ponderando sobre a atuação da “Articulação Estadual”, reforça o papel dos “seminários” como espaço de reflexão conjunta e que orienta a elaboração de ações coletivas. Faz uma avaliação dos limites desta “Articulação” para efetivar a garantia à “terra tradicionalmente coupada” indicando a necessidade de mudanças que possibilitem ações mais efetivas.

Valério da Rocha foi a terceira liderança a se pronunciar. Valério pertence ao “Fundo de Pasto de Melancia”, do município de Casa Nova, norte da Bahia. É uma das lideranças da “União de Associações de Casa Nova”, e integra a “Articulação Sindical Rural da Borda do Lago de Sobradinho”. Participa da “Articulação Estadual de Fundos de Pasto” desde sua formação. A sua maneira, Valério retoma assuntos já abordados por Nilza e Raimundo

Eu nem tenho mais o que falar pois os companheiros já falaram quase tudo, mas quero aqui reforçar o que Nilza coloca e Raimundo, na questão da fragilidade... como Raimundo falou que em 2002, no seminário de Carnaíbas, estadual, e que daí para cá o movimento de “fundo de pasto” teve uma força muito grande. Na mobilização de 2004 a gente estava lá reivindicando a regularização fundiária. Foi uma mobilização muito forte para o movimento. Depois que os companheiros, que se diziam, do partido dos trabalhadores começaram a se eleger o movimento foi se fragilizando na parte de mobilização. Muita gente dizia que agora o governo é nosso, e com esse papo de governo nosso acabou-se as mobilizações. E quando a gente foi fazer mobilização, a gente ainda fez junto, se não me engano foi até 2008, né Raimundo... a gente... só uma galera que queria e “fundo de pasto”, regularização fundiária, foi se acabando. E aí o governador inventou esse negócio do contrato, dos títulos da área coletiva, e vem sempre mandando propostas para o movimento... vinte anos, noventa e nove, e até hoje não conseguiu. E o movimento ainda não fez uma mobilização para mostrar para o governo que as “comunidades” não aceitam este tipo de contrato. Então

---

<sup>230</sup> Trecho de pronunciamento proferido na mesa de abertura do IV seminário de comunidades de Fundos de Pasto, Uauá, outubro de 2011

acho que é por isso, por a gente ter os colegas, os companheiros, que a gente chamava de companheiros, que até faziam parte de algumas “comunidades”, foram para o governo e a gente obedeceu, e quem está nas “comunidades” não está mais com aquela força de mobilização. Os companheiros estão lá, falam por nós, e o governo faz o que quer, e a regularização fundiária se acabou.

(Valério da Rocha, 2011)<sup>231</sup>

Valério associa a alteração da “força de mobilização” com a eleição de um governo que seria mais próximo aos movimentos. Um governo formado por “companheiros” acarretou uma menor pressão por parte dos movimentos sociais, e com isso a regularização fundiária teria sido paralisada. Indo além, Valério reforça que as situações de grilagem e violência, que resultaram em assassinatos em Casa Nova e Monte Santo, se intensificaram e que as organizações dos “fundo de pasto” não estão conseguindo efetivar ações de resistência articulando as várias regiões. O governo federal e o estadual não agem de forma ativa para apurar os assassinatos e nem empreendem ações concretas para evitar novas ocorrências.

E agora a gente vê que aumentou a questão da grilagem, as ameaças, os assassinatos aqui na Bahia, coisas que a gente nunca tinha visto, já viu depois desta nossa fragilidade, do movimento. A gente tem que entender, refletir o por que disto estar acontecendo, de estar tendo uma fraqueza do movimento, das “comunidades”. Os trabalhadores que estão no campo às vezes estão ouvindo muito quem estão lá em cima, os secretários, o senhor coordenador da CDA que é um companheiro nosso, a gente não vai mais ocupar a CDA porque é um companheiro que está lá, e nossos companheiros estão tombando lá no campo. Casa Nova mesmo, uma coisa que nunca aconteceu, foi assassinado um companheiro em 2009, e até hoje nem o laudo com a causa da morte dele saiu. Então há uma falta de mobilização. A comunidade em si fez pressão, mas o movimento a nível de Estado não fez. Monte Santo vão ter várias audiências públicas pois os companheiros foram assassinados e não se tem muitos resultados. E a gente pode fazer esta análise aqui e aí eu fico imaginando, como será de agora para frente. A gente vai sair de um seminário deste com todas as regiões do estado, vendo o que está acontecendo... tem que refletir para poder ver onde está a falha... tem culpa do governo, mas tem algo do nosso lado. E o movimento não pode confiar nos colegas que se dizia companheiro e que vai para lá administrar a máquina pública e deixar os companheiros tombando e dizer que nada pode fazer. A gente vê que tudo pode, depende é de querer, tudo isso é interesse político. As mineradoras do sertão, no Estado todo, destruindo tudo.... A gente está vivendo esta crise e esta sendo muito rápido. Porque em todas as regiões estão as mineradoras destruindo toda a nossa vegetação. E amanhã ou depois onde é que vai estar o bode, criar o bode em Uauá, em Casa Nova que é terra do bode também. Tá tudo demarcado, em algumas “comunidades” já estão explorando minério, mas nada tem sido feito a nível de governo para as licenças liberadas aí a torto e a direito, não tem limite. Quando você vê os camaradas já chegam para explorar. As “comunidades” se vão dialogar para fazer um projeto para energia não (acontece) porque tem que ter a licença ambiental do IMA ou do IBAMA e não liberam. Mas quando tem o interesse da mineradora isso é muito rápido. E o fundo de pasto está todo retalhado na nossa

---

<sup>231</sup> Trecho de pronunciamento proferido na mesa de abertura do IV seminário de comunidades de Fundos de Pasto, Uauá, outubro de 2011

região e tenho certeza que nas outras regiões está da mesma forma. E na questão política a gente não tem muito respaldo. A tendência deste governo é cada vez mais aumentar e investir no grande capital. Nós, trabalhadores rurais, homens do campo que dê seu jeito de viver do lado da mineradora. E aí é uma coisa muito séria que eu gosto de estar colocando é que o governo libera um recurso para construir a cisterna e investe dinheiro na mineradora. As mineradoras do lado das cisternas, quando dá o tiro para as pedras quebrarem, detona toda a cisterna que foi construída com dinheiro público. E aí a gente já sabe para que lado vai esse governo, mas ao meu ver eu acho que está faltando a questão da mobilização, todas as regiões se unir para poder pressionar. O governo já está claro que não funciona sem pressão e a tendência dele agora é investir no grande capital. E nós, trabalhadores rurais que somos maioria temos que estar mobilizado cada vez mais se a gente consegue controlar ou organizar a maioria destes problemas que tem aí.

(Valério da Rocha, 2011)<sup>232</sup>

Valério aponta que parte da responsabilidade da atual situação está justamente na postura das famílias e lideranças de “fundos de pasto” na relação com o governo. Em sua visão necessitar-se-ia romper com a confiança que foi depositada nos antigos “companheiros” que hoje fazem parte da estrutura administrativa do Estado. Estado esse que privilegia as ações do “braço direito” que estão embasadas nos interesses do “capital”. As mineradoras representam de forma mais significativa estes interesses e estariam acabando com os recursos naturais das áreas de “fundo de pasto”.

Valdivino Rodrigues de Souza, que pertence ao “Fundo de Pasto de Lages das Aroeiras”, do município de Uauá, norte da Bahia, estava na coordenação desta primeira mesa, e também se pronunciou brevemente. Valdivino faz parte da “Cooperativa de Agropecuária Familiar dos municípios de Canudos, Uauá e Curaçá” (COOPERCUC). Participa da “Articulação Estadual Fundos e Fechos de Pasto” desde sua formação. Representa os “fundos de pasto” na “Comissão Nacional para o Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais”

Este quarto “Seminário Estadual dos Fundos e Fechos de Pasto” tem como tema garantir o território dos “fundos e fechos de pasto”. Nós defendemos, a “Articulação Estadual” defende, que para viver numa terra, para garantir a permanência destas “comunidades” na terra é preciso lutar pela garantia dela e aí nós vamos nestes três dias... debater, discutir caminhos, para garantir a permanência destas comunidades na terra que ocupamos há muitos anos. E com o lema “Fundos de Fechos de Pasto Nosso Jeito de Viver no Nosso Território”, é que as terras dos “fundos de pasto” são compreendidas pelas próprias “comunidades” e pelas entidades que assessoram o movimento, como território próprio, digno, destas “comunidades”. Esse quarto “Seminário Estadual dos Fundos e Fechos de Pasto” será um momento para debatermos e discutir a legislação fundiária, o momento que está emperrando o avanço destas “comunidades dos fundos e fechos

---

<sup>232</sup> Trecho de pronunciamento proferido na mesa de abertura do IV seminário de comunidades de Fundos de Pasto, Uauá, outubro de 2011

de pasto” do Estado da Bahia. Desde 2007 o movimento tem pautado, tem estado na luta com o Estado para garantir a titulação destas terras. Mas infelizmente de 2007 para cá as “comunidades de fundo de pasto” não tem mais acesso ao documento que tanto as “comunidades” exigem, uma forma mais ágil, mas adequada de regularizar os territórios destas “comunidades”.

(Valdivino Rodrigues de Souza, 2011)<sup>233</sup>

Ao associar a garantia do “território” com a manutenção do “modo de vida”, Valdivino expressa a compreensão da ligação entre “território” e um “jeito próprio” de se viver nele. A expressão “jeito nosso de viver” é referida pelos representantes de “fundos de pasto” desde o seminário de 2004 em Oliveira dos Brejinhos. O “nosso jeito” indica um modo de vida específico, uma forma própria de organizar a cultura e que afirma a autodeterminação através de sua própria lógica, que implica em dizer quem são, como vivem e o que querem para o futuro. A tradição é acionada para se contrapor a interesses que ameaçam destruir este modo de vida.

Valdivino utiliza o termo “luta” em referência a garantir o direito a terra, tanto em ações de resistência, quanto em ações de militância na relação com o governo para efetivar a regularização fundiária. Neste sentido o desafio é garantir que a regularização fundiária aconteça, que respeite às territorialidades específicas encontradas em cada situação e que seja implementada com urgência para assegurar os modos de vida que estão ameaçados

Raimundo Jeremias aproveitou que Valdivino abordou a questão da legislação fundiária e citou algumas novas formas de perseguição, referentes a normas e legislações que regem a aplicação de políticas públicas, que estão ameaçando o modo de vida das “Comunidades de Fundo de Pasto.”

Só assim lembrando que a gente é cercado por essas ameaças por muito tempo e uma das coisas que me faz lembrar, que estão só cada vez mais pressionando. A gente pressiona eles, e eles pressionam nós. A questão da carne de bode, veio a ADAB<sup>234</sup> aprisionando, queimando a carne de bode e agora em seguida a apreensão dos motos irregulares. Outro dia estava na estrada e um companheiro falando que para ele ir a feira ao invés de vir na moto vai ter que ir a cavalo ou a jegue. Talvez o jegue tá dando a resposta no luxo do assunto. E a para animar mesmo porque se a gente não colocar em prática e com seriedade a gente não vai construir a nossa política pública, porque independente de quem seja o governo, de qual partido, só funciona se a gente pressionar e acreditar nas nossas propostas. Pode ser Wagner, ACM, e tal... facilidade a gente tem de conversa mas não adianta a gente ter facilidade de conversa e encontrar as portas fechadas lá. Achar que vai

<sup>233</sup> Trecho de pronunciamento proferido na mesa de abertura do IV seminário de comunidades de Fundos de Pasto, Uauá, outubro de 2011.

<sup>234</sup> Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia (ADAB) responsável pela fiscalização de produtos de origem animal e vegetal que são comercializados.



chegar aqui a bandeja pronta. Ou a gente acredita, faz valer nossas propostas, ou a gente vai continuar no mesmo dilema. (Raimundo Jeremias de Souza, 2011)<sup>235</sup>

Raimundo reforça as denúncias relativas às ações do Estado que estão em desacordo com o modo de vida das famílias de “fundos de pasto”. Os órgãos de vigilância sanitária, baseados em uma lógica restrita de sanidade, estão apreendendo a carne do bode que é levada para consumo e venda direta nas sedes das cidades próximas aos “fundos de pasto”. O processamento e comercialização de doces, sucos e geleias também estão sendo inviabilizado por normas que não dialogam com o modo de vida das famílias. Raimundo reforça que há necessidade em se fazer pressão para a construção de políticas públicas que sejam orientadas por parâmetros mais amplos, que garantam segurança aos consumidores, mas a partir de uma discussão mais ampla. Sua fala remete à distintas racionalidades sobre o que é sujo, o que é impróprio para o consumo.

Os pronunciamentos da mesa de abertura reforçaram a importância da formação da “Articulação Estadual de Fundos de Fechos de Pasto”. No segundo dia do seminário, Carlos Eduardo Cardoso Lima fez um breve relato sobre o histórico de organização dos “fundos de pasto” desde 2002. Eduardo pertence ao “Fundo de Pasto de Monte Alegre”, do município de Monte Santo. É liderança ativa da “Central de Associações de Fundo e Fecho de Pasto” da região de Senhor do Bonfim. Por três anos assumiu a responsabilidade pela mobilização da “Articulação Estadual”. Representa, como Valdivino, os “fundos de pasto” na “Comissão Nacional para o Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais”. Seu pronunciamento teve como objetivo compartilhar, com os presentes ao seminário, uma perspectiva sobre a trajetória organizativa, destacando os esforços em realizar uma articulação visando estabelecer relações entre os “Fundos de Pasto” de diferentes regiões e a construção de ações conjuntas para pressionar o poder público.

Sobre a articulação estadual. Em 2006, nós ocupamos a CONDER<sup>236</sup>, a região Bonfim, Juazeiro... Em 2007 foi a ocupação do INCRA, que foi a última mobilização em nível de “Articulação Estadual de Fundo de Pasto”... 2007... Bonfim, Juazeiro e Uauá que estavam inseridos na retomada da mobilização. Eu estou pontuando as mobilizações, pois a vida da “Articulação” não tem sido fácil porque quando você está num espaço democrático onde várias pessoas estão pensando, cada um pensa diferente. Algumas regiões concordavam com a mobilização outras regiões achavam desgastante, pois o pessoal dos “fundos de pasto”... não têm o costume de ir para uma mobilização, e acostumados em cada um ter sua casinha não são acostumados em ficar debaixo da lona preta, ou de vir polícia para cima... Então isso ficou um pouco da mobilização de 2004 até a mobilização de 2007 a decadência das relações cada vez foi ficando pior. A

<sup>235</sup> Trecho de pronunciamento proferido na mesa de abertura do IV seminário de comunidades de Fundos de Pasto, Uauá, outubro de 2011.

<sup>236</sup> Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER)

repressão que teve no CDA, o pessoal sentiu bastante. Da mobilização de 2003, que ficamos no museu e íamos para rua fazer as caminhadas para ocupação em 2004 que foi no CDA, onde duas ou três horas da manhã fomos despejados, chovendo, a polícia em cima, quem nunca tinha visto aquilo ficou assombrado e se afastaram. Isso foi diminuindo também a questão de algumas regiões de participar da mobilização. E até também por outros problemas. Questão pessoal, algumas regiões não são tão grandes como outras regiões, “comunidades”, e também as articulações dentro daquela região que acaba enfraquecendo a questão das mobilizações. Mas a “Articulação” não cuidava só de mobilizações. Faz reuniões na qual cada região indica de dois a três representantes, mas isso vai depender de cada região, pois de quiser levar quatro ou cinco e conseguir bancar tudo bem. E as reuniões sempre foram em Salvador, no início. Depois Feira, e agora a última foi em Juazeiro. E com bastante dificuldade porque neste tempo a assessoria que bancava nossas reuniões, com recursos para deslocamento tendo em vista as distâncias do nosso Estado. O pessoal de Oliveira, a distância é bastante grande para chegar ou em Salvador, ou mesmo em Feira. Para Bonfim é mais perto, Juazeiro, Uauá, a locomoção para se encontrar... mas mesmo nestas regiões há dificuldade para o pessoal sair das suas “comunidades”... E assim a articulação não deslanchou. Mas assim, avaliando, até na minha própria região, quando a gente ia fazer uma mobilização a região de Bonfim decidia e só avisava as outras regiões – “Vamos fazer uma mobilização” – e a gente passava como se fosse um trator sobre as outras regiões. E ao passar do tempo, pensamos até de sair da articulação, Bonfim achando as outras regiões “mole” e tal, sem querer mobilizar, pegando carona nas nossas costas, mas com a conversa da assessoria que alertava que se a gente fizesse isso iria acabar se enfraquecendo. E algumas pessoas do movimento – “Não, a gente não precisa de outros”... Mas aí a gente caiu em si que a gente precisava, a luta era igual, e se a gente não dispor a gente não teria condições chegar... Aí se definiu em ouvir as outras regiões, sentar e traçar a estratégia de mobilização. Se as outras regiões concordassem com a mobilização a gente planejava, se não concordassem a gente recuava. Então a caminhada até agora, hoje, da primeira mobilização nossa, 2002, para cá, algumas pessoas acham que a “Articulação” parou, “parou”, mas ela continua forte ainda em nós, porque ela tem respeitado as outras regiões, cada um tem respeitado cada região. Então a região de Bonfim propõe uma mobilização, mas se as regiões falam que não dá para ir, que não tem uma estratégia de luta, então Bonfim não vai, recuou, porque não acha interessante bancar uma mobilização sem os outros companheiros estarem participando. Então a dificuldade também da mobilização... é de algumas estratégias que a gente tem que usar para poder sair na mídia. A gente vai colocar aqui para vocês para vocês verem a dificuldade que a gente tinha para chegar a reunir estas regiões. Primeiramente, se as assessorias não apoiassem a gente não se conseguia marcar uma reunião da “Articulação”. Ou se a gente fizesse uma reunião na CDA e um dia antes a gente se reunisse. Assim a gente tinha que marcar uma reunião com a CDA para poder se reunir em Salvador, até para fazer o planejamento da “Articulação”... E aí, para gente se encontrar, fazer planejamento, traçar a meta do ano da “Articulação”, a gente tinha que fazer o que? Se humilhar... fazer uma reunião com o CDA, para que com dois dias antes fazer nossa reunião para depois se reunir com o CDA... Então a situação da “Articulação” não tem sido fácil. Por que o pensamento deste seminário em Uauá? Vem da dificuldade da região de Uauá com a “Articulação”. Porque o companheiro Valdivino acaba por representar esta região sozinho. Nessa região aqui que é o CUC, uma das primeiras pessoas que trabalharam na “Articulação” era Adelson e Lurdinha, mas Lurdinha é assessoria de área de “fundo de pasto”. Lurdinha sempre esteve lá ajudando a região do CUC. E depois Adelson pediu arrego e aí ficou Valdivino sozinho. Ele fala que está com Denise agora, mas tudo que precisamos desta região se procura

pela pessoa de Valdivino. E as dificuldades da “Articulação”, o trabalho acaba sobrecarregando uma pessoa só. Se Valdivino adoecer a região fica sem representação na reunião da “Articulação”. Então qual o pensamento, mostrar para o pessoal do CUC a importância da “Articulação Estadual”, as conquistas de luta, o caminho que se traçou de 2002 para cá fazendo esta articulação, juntando o Estado para buscar a regularização fundiária e políticas públicas. Hoje descobrimos outra região começando a caminhar como “fundo de pasto”, na região de Vitória de Conquista, no município de Caetanos. Já convidaram a gente da “Articulação” para estar participando de uma audiência pública para estar falando sobre “fundos de pasto”, regularização fundiária, comunidades tradicionais.

(Carlos Eduardo Cardoso Lima, 2011)<sup>237</sup>

Eduardo utiliza o termo “luta” para descrever três situações. A primeira utilização se refere a dois sentidos simultaneamente. Quando ele se expressa à “luta era igual” ele está se referindo tanto aos conflitos ocasionados pela grilagem e as ameaças de assassinatos, como a busca pela intervenção do Estado. A segunda utilização do termo, “estratégias de luta”, se relaciona a organização de ações conjuntas de militância entre regiões de “fundo de pasto”. O terceiro uso do termo, “conquistas de luta”, se refere aos resultados obtidos através da realização de ações seguindo uma orientação “estratégica”, isto é, as conquistas alcançadas a partir das ações de militância.

Eduardo apresenta três ações principais da “Articulação Estadual”: a organização de “mobilizações”, a realização periódicas de “reuniões” e a preparação de seminários. As “mobilizações” são ações que envolvem representações de vários “fundos de pasto”, e realizadas em conjunto com diferentes “movimentos sociais”. Buscam denunciar diversas situações sociais de conflito, como as de grilagem e as ameaças à integridade física de agentes sociais. As “mobilizações” são também uma ação para pressionar o Estado com a finalidade que este intervenha nas situações ao lado dos “movimentos sociais”. Para os “fundos de pasto” a principal reivindicação durante as mobilizações é a garantia a terra tradicionalmente ocupada.

As “reuniões” são espaços sociais mais restritos, que envolvem apenas representações das organizações regionais de “fundo de pasto”. Estas reuniões tem como função estabelecer relações entre distintas “lideranças” de organizações regionais, buscando a definição de ações comuns na relação com o Estado. Alguns assessores, vinculados a instituições que apoiam os “fundos de pasto”, são convidados à participar destas reuniões.

Os “seminários” são também espaços mais restritos que as “mobilizações”, porém mais amplos que as “reuniões”. Visão partilhar informações das situações de cada região e a reflexão conjunta de alguns temas/questões. São antecedidos de “encontros regionais” que

<sup>237</sup> Pronunciamento durante o “4º Seminário de Fundos de Pasto”, Uauá, outubro de 2011.

servem de preparação aos “seminários”. Estes “encontros” possibilitam a discussão de temas que são definidos pelos próprios representantes de “fundos de pasto” que se fazem presente. Por serem realizados localmente, permitem uma representatividade grande de diferentes localidades. Nestes “encontros” são escolhidos os “representantes regionais” que vão participar do “seminário estadual”. Os “seminários” são coordenados pela “Articulação Estadual”, que é composta por representantes das “organizações regionais”. Em reuniões prévias são debatidos os temas de cada “encontro regional”. Estas reuniões preparatórias definem os temas principais que serão refletidos nos seminários.

Eduardo apresentou algumas dificuldades para viabilizar uma articulação entre as diferentes regiões. O primeiro desafio é referente aos recursos necessários para a realização das atividades, sejam elas as “reuniões”, as “mobilizações” e os “seminários”. Os deslocamentos representam custos relativamente altos pois as distâncias entre as regiões são bastante grandes. A alimentação e hospedagem, particularmente nos seminários, representam uma despesa considerável. Os custos das atividades, ao menos uma parte significativa, são repartidos pelas organizações regionais e as próprias “Associações” locais. As instituições que prestam apoio à “Articulação Estadual” contribuem significativamente para a realização de algumas atividades.<sup>238 239</sup>. A necessidade de recursos implica em ao menos duas questões: as condições objetivas para a realização de encontros e a autonomia organizativa.

Outro desafio abordado por Eduardo são as diferenças existentes entre as regiões. Estas diferenças passam pelas próprias organizações representativas que se constituíram em diferentes processos sociais e apresentam perspectivas distintas de estabelecer relações com o Estado. Eduardo buscou transmitir a experiência da “Articulação Estadual” em reunir distintas perspectivas numa mesma organização, e o esforço que se realiza em compreende-las para assim traçar ações comuns.

O processo de constituição de cada organização regional se dá ao mesmo tempo em que se estabelece uma relação com o Estado em situações de conflito. Antes de 2002 as organizações de cada região se relacionavam isoladamente com o Estado. Posteriormente

---

<sup>238</sup> O “4º seminário” foi viabilizado através de recursos do projeto “Recaatingamento: com comunidades agropastoris e extrativistas”, financiado pelo Programa Petrobrás Ambiental através do Instituto da Pequena Agropecuária Apropriada (IRPAA). O “3º seminário” foi viabilizado com recursos adquiridos junto aos órgãos do governo e das próprias organizações regionais. Os custos do “2º e 1º seminários” foram divididos entre as instituições de apoio e as organizações regionais.

<sup>239</sup> O IRPAA é uma organização não governamental sediada na cidade de Juazeiro e que atua na assessoria de organizações representativas dos “fundos de pasto” em duas regiões: borda do lago de Sobradinho e Canudos/ Uauá / Curaçá (CUC). O Projeto Recaatingamento se baseia em princípios da “preservação ambiental” e visa fortalecer iniciativas de uso sustentável de seus recursos naturais e que se contraponham processos desertificação. Nestes princípios se procede o apoio ao “4º seminário”.

passaram a partilhar de estratégias comuns. O processo de articular ações propiciou uma aproximação nas relações entre agentes sociais de diferentes regiões e possibilitou uma interlocução conjunta e organizada perante o Estado.

Então, de 2002 até o momento da realização do “4º seminário”, a “Articulação Estadual de Fundos de Pasto” teve como referência a organização de reivindicações conjuntas para apresentação ao governo do Estado. Esta “Articulação” foi se estruturando para dialogar com o governo, o que levou suas lideranças a cada vez mais adentrar no mundo das burocracias, passando a compreender e interagir com lógica que direciona o trabalho dos aparatos do Estado.

Entre o terceiro “seminário” (2009) e o quarto (2011), os representantes da “Articulação Estadual” passam a questionar a efetividade do próprio aparato do Estado para garantir o direito a terra tradicionalmente ocupada. Essa percepção leva à uma insegurança quanto as ações que vinham sendo realizadas, como a “mobilização”. Há uma transição de 2011 à 2014, e a “Articulação Estadual” reverte seus esforços na proposição de mudanças na legislação Estadual visando garantir a efetividade do direito à terra tradicionalmente ocupada.

Os “fundos de pasto” passam a ser referência como um novo movimento social, apresentando uma diversidade em sua forma própria de se organizar. Caracterizam-se por uma diversidade de formas organizativas que a constituem a “Articulação Estadual”. Oliveira dos Brejinhos e Senhor do Bonfim possuem uma “Central de Associações”. Em Canudos, Uauá e Curaçá é uma “Cooperativa” que se apresenta como organização que reúne os “fundos de pasto”. Em Casa Nova, uma “União de Associações”, que em várias ocasiões também representa os “fundos de pasto” da região do lago de Sobradinho. Nesta última região predominou por vários anos a representação sindical. Mais recentemente, após o “4º seminário”, os “fundos de pasto” de Pilão Arcado e Campo Alegre de Lurdes também criaram uma “União de Associações”. Outras regiões, como Barra e Santa Maria da Vitória, não constituíram uma organização regional específica, e se reúnem quando percebem que há necessidade de uma ação conjunta.

Há certa complexidade organizativa nas próprias regiões. No primeiro capítulo desta tese, descrevi a territorialidade de cinco famílias dos “fundos de pasto” de Oliveira dos Brejinhos. Mesmo neste pequeno grupo encontrei três territorialidades específicas distintas e organizações familiares diferentes. As etnografias realizadas pelas antropólogas Elisa Machado Camarote e Rosana Carvalho Paiva, respectivamente em Lages das Aroeiras/Uauá e

São Pedro/Monte Santo, descrevem também particularidades organizativas significativas. (CAMAROTE, 2010) (PAIVA, 2012)

Ao longo da minha trajetória profissional como agrônomo, visitei “fundos de pasto” nas regiões do lago de Sobradinho, Senhor do Bonfim e Uauá. Os arranjos organizativos entre as famílias e as suas organizações se apresentavam distintos. Algumas organizações tem uma aproximação maior com o movimento sindical, outras com movimentos sociais ligados com a “Via Campesina”<sup>240</sup>. Todas as regiões se relacionavam com setores da igreja católica, com destaque para as “Comunidades Eclesiais de Base - CEBs” e a “Comissão Pastoral da Terra – CPT”. Localmente o associativismo foi institucionalizado em praticamente todas as localidades de “fundos de pasto”. Porém a forma como o associativismo é exercido varia enormemente.

Essa diversidade não está apenas na constituição das instituições. Das famílias à “Articulação Estadual”, as maneiras de perceber a ação política variam. De uma forma mais geral, ao menos desde os anos de 1980, rompeu-se com as formas clientelísticas de se submeter aos poderes locais. A ação direta é exercida, seja com relação ao enfrentamento aos antagonistas, seja na busca por reconhecimento pelo Estado do direito à terra tradicionalmente ocupada. A mediação é feita por representantes dos próprios grupos. Sindicatos, pastorais, ONGs são instituições de apoio. Mesmo que possam ser descritas tensões na relação das organizações representativas dos “fundos de pasto” com as instituições de apoio, o exercício da ação política é feito com autonomia.

A busca pela autonomia permite que a ação política tenha variações de região para região, de acordo com as perspectivas e possibilidades de cada “unidade de mobilização”. Mesmo as instituições regionais, como as “Centrais de Associações”, ou a organização mais ampla, a “Articulação Estadual”, se estabeleceram na relação com as “unidades de mobilização”. A ação coletiva, construída entre tensões e divergências de posições, foi se consolidando como a ação conjunta dos “fundo de pasto”. A busca não é pela homogeneidade de um posicionamento, mas por um sentido comum de várias ações distintas na afirmação da terra tradicionalmente ocupada. Ações que perpassam a luta direta de resistência à grilagem, a ocupação de prédios públicos e estradas, a proposição de alteração da legislação e o acompanhamento das ações dos poderes públicos.

---

<sup>240</sup> Via Campesina é uma organização internacional composta por movimentos sociais e organizações de todo o mundo. No Brasil os principais movimentos são o “Movimento dos Sem Terra” (MST), o “Movimento dos Pequenos Agricultores” (MPA), “Movimento dos Atingidos por Barragens” (MAB).

As “unidades de mobilização” se constituíram a partir de diferentes perspectivas, mesmo que possamos perceber que as situações de conflito foram motivações iniciais e que reforçaram os laços de solidariedade. Portanto a diversidade existente nas organizações sociais que representam “unidades sociais” que se autodenominam como “comunidades de fundo de pasto” é um desafio para a compreensão destes grupos. Descrever o conjunto de “unidades sociais” a partir de uma única perspectiva, ou, selecionar critérios distintos para produzir generalizações, criando estereótipos, confunde e dificulta ainda mais a compreensão destes grupos.

A garantia da posse da terra tradicionalmente ocupada e a relação entre modo de vida e território se afirmaram nos pronunciamentos das lideranças. Terra usurpada como uma ameaça ao modo de viver e a própria vida. Manifestaram também a preocupação com o atual momento, destacando a paralisação do Estado na realização da regularização fundiária.

Com exceção de Valério todos utilizaram o termo “luta”. O primeiro sentido em que o termo foi utilizado estava associado à resistência à grilagem, e “lutar”, enquanto “encarar a briga” seria uma necessidade. “Lutar”, numa conotação de “briga”, “enfrentamento”, ao mesmo tempo que se mantém o modo de vida, que se organiza para outras estratégias de resistência além da ação direta de enfrentamento à grilagem. “Lutar” é então utilizada em um segundo sentido, o de realizar atividades de militância que provoquem o Estado à interceder, a agir com seu “braço esquerdo”, para fortalecer o “modo de vida” das famílias dos “fundos de pasto”.

Algumas lideranças apontaram que um dos desafios seria mudar a concepção do modelo de desenvolvimento que embasa o planejamento e execução de grandes projetos e que barra ações que fortaleceriam o modo de vida das famílias. Os planejadores “oficiais” do Estado<sup>241</sup> desconsideram ou menosprezam a existência de “fundos de pasto”, do seu modo de vida das famílias que lá estão.

A dificuldade de compreensão do modo de vida destas famílias é partilhada por uma diversidade de profissionais, que vão desde pesquisadores de universidades, passando por técnicos de ONGs, de instituições confessionais, empresas privadas e militantes de movimentos sociais. Para vencer esta dificuldade é preciso romper com os obstáculos epistemológicos que dificultam a compreensão dos modos de vida<sup>242</sup>, das territorialidades

---

<sup>241</sup> Como planejadores “oficiais” estou considerando mais especificamente os técnicos responsáveis pelo planejamento e execução de políticas públicas e de grandes projetos.

<sup>242</sup> Segundo Bachelard “é em termos de obstáculos que o problema do conhecimento científico deve ser colocado. E não se trata de colocar obstáculos externos, como a complexidade ou a fugacidade dos fenômenos, nem incriminar a fragilidade dos sentidos e do próprio espírito humano: é no âmago do próprio ato

específicas, dos processos de territorialização, dos conhecimentos tradicionais, das perspectivas e necessidades de cada grupo.

---

de conhecer que aparecem uma espécie de imperativo funcional, lentsidões e conflitos.” Para Bachelard é aí que se deve mostrar as causas de estagnação e até regressão, onde se detecta causas de inércia à quais ele nomeia de obstáculos epistemológicos. “O conhecimento do real é luz que sempre projeta algumas sombras. Nunca é imediato e pleno. As revelações do real são recorrentes. O real nunca é “o que se poderia achar”, mas é sempre o que se deveria ser pensado. (BACHELARD, 1996, p. 17-27)



## **CAPÍTULO 4: CRÍTICA DAS INTERPRETAÇÕES**

Gostaria de retomar a argumentação de Nilza Vieira, apresentada no capítulo anterior, de que “o olhar que é sempre o mesmo”, quando se refere à forma como os “fundos de pasto” são interpretados pelos agentes de governo. Quero associar esta ponderação ao desafio apontado por Carlos Eduardo com relação à compreensão da diversidade que compõe o “jeito de ser” dos “fundos de pasto”.

### **TUTELA, AUTODEFINIÇÃO E O CONTROLE DOS RECURSOS NATURAIS**

Em 12 de outubro de 2013 foi promulgada a lei estadual nº 12.910 que dispõe sobre a “regularização fundiária de terras públicas estaduais, rurais e devolutas, ocupadas tradicionalmente por Comunidades Remanescentes de Quilombos e por Fundos de Pastos ou Fechos de Pastos.” Esta lei, em seu artigo segundo, estabelece o critério de “autodefinição” como indicador de uma “comunidade de fundo de pasto”. Indica, simultaneamente que sejam observadas algumas características como: o uso comunitário da terra, as formas de produção, o uso dos recursos naturais e o bioma de localização. Esta lei ainda designa à Secretaria de Promoção da Igualdade Racial - SEPROMI, a função de atribuir uma declaração sobre a existência de uma “comunidade de fundo de pasto” mediante certificação de reconhecimento expedida através de um processo administrativo.

**Art. 2º** - Fica autorizada a concessão de direito real de uso das terras públicas estaduais, rurais e devolutas, ocupadas tradicionalmente, de forma coletiva, pelas comunidades de Fundos de Pastos ou Fechos de Pastos, com vistas à manutenção de sua reprodução física, social e cultural, segundo critérios de autodefinição, e em que sejam observadas, simultaneamente, as seguintes características:

I - uso comunitário da terra, podendo estar aliado ao uso individual para subsistência;

II - produção animal, produção agrícola de base familiar, policultura alimentar de subsistência, para consumo ou comercialização, ou extrativismo de baixo impacto;

III - cultura própria, parentesco, compadrio ou solidariedade comunitária associada à preservação de tradições e práticas sociais;

IV - uso adequado dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente, segundo práticas tradicionais;

V - localização nos biomas Caatinga e Cerrado, bem como nas transições Caatinga/Cerrado.

§ 1º - Compete ao Estado da Bahia, por intermédio da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial - SEPROMI, declarar a existência da Comunidade de Fundos de Pastos ou Fechos de Pastos, mediante certificação de reconhecimento expedida após regular processo administrativo, dela cientificando a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

§ 2º - Para os fins desta Lei, são consideradas Comunidades de Fundos de Pastos ou Fechos de Pastos aquelas certificadas pela SEPROMI, mediante autodefinição

da comunidade, a qual caberá indicar a área ocupada, observando-se os critérios previstos neste artigo.

§ 3º - A SEPROMI, por ato de seu Secretário, expedirá as normas necessárias à certificação prevista no § 1º deste artigo.

**Art. 3º** - O contrato de concessão de direito real de uso da área será celebrado por instrumento público com associação comunitária, integrada por todos os seus reais ocupantes, e gravado com cláusula de inalienabilidade, impenhorabilidade e imprescritibilidade.

§ 1º - O contrato terá duração de 90 (noventa) anos, prorrogável por iguais e sucessivos períodos.

§ 2º - Os contratos de concessão de direito real de uso de que trata esta Lei serão celebrados com as associações que protocolizem os pedidos de certificação de reconhecimento e de regularização fundiária, nos órgãos competentes, até 31 de dezembro de 2018.

§ 3º - Nos casos de comprovação de desvio de finalidade na utilização da área concedida, nos termos dos incisos I, II e IV do art. 2º desta Lei, por meio de regular processo administrativo, operar-se-á a resolução do contrato, com retorno do bem à posse do Estado da Bahia, com acessões e benfeitorias existentes e sem necessidade de nova notificação.

§ 4º - Na hipótese descrita no parágrafo anterior, será devida indenização pelas acessões e benfeitorias, necessárias e úteis, erigidas exclusivamente durante o tempo de real duração, sem, porém, reconhecimento do direito de retenção à concessionária ou a seus associados.

A formulação de tal lei foi objeto, por dois anos, de debates entre os representantes da “Articulação Estadual de Fundos de Pasto”, deputados da assembleia legislativa e o governo do estado da Bahia.<sup>243</sup> Três questões específicas foram questionadas mais incisivamente pelas representações dos “fundos de pasto”: a formulação jurídica “concessão de direito real de uso” como forma de garantia do direito à terra ocupada tradicionalmente; o tempo de concessão; e a data limite para protocolizar os “pedidos de certificação de reconhecimento e de regularização fundiária”. Nestes dois anos de debates sobre a formulação do dispositivo jurídico a coordenação da “Articulação Estadual” questionou que a proposta de lei, que estava sendo definida, não reconheceria os direitos já consolidados, o que iria acarretar em uma regularização fundiária inadequada com a redução da terra tradicionalmente ocupada. (GOMES e BONFIM, 2012)

Os questionamentos da coordenação da “Articulação Estadual” se referiam a diversos dispositivos jurídicos, nacionais e internacionais, que foram “acordados”, “assinados” e “ratificados” pelo Brasil, os quais fazem referência aos “grupos sociais

---

<sup>243</sup>Pelo governo do Estado, a interlocução se realizou através da Casa Civil, da Procuradoria Geral do Estado (PGE), a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial – (SEPROMI) e a Coordenação de Desenvolvimento Agrário (CDA) vinculada à Secretaria de Agricultura nesta ocasião (depois de finalizada esta tese, em 2015, a CDA passou a estar vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Rural/SDR). A “Articulação Estadual” contou com a assessoria jurídica da “Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais” (AATR).

portadores de identidade étnica e coletiva” tal como são designados os diversos “povos e comunidades tradicionais” no país. Estes dispositivos possibilitam condições para o reconhecimento desses grupos. Vários países da América Latina alteraram seus dispositivos jurídicos constitucionais e infra-constitucionais no sentido de reconhecer o caráter “pluricultural” e “multiétnico” de suas sociedades (TOMEI; SEWPSTON, 1999 apud SHIRAIISHI, 2007:27). No Brasil ocorreu uma intensa mobilização pelo reconhecimento de direitos protagonizados pelos povos indígenas, povos quilombolas, seringueiros, castanheiros, quebradeiras de coco babaçu, ribeirinhos, faxinalenses, fundo de pasto dentre outros. Nestes últimos anos, especialmente após a constituição de 1988, o Estado brasileiro orienta algumas de suas políticas em acordo com estes diversos dispositivos jurídicos que objetivam reconhecer e promover as diferenças culturais existentes. (SHIRAIISHI NETO, 2007, p. 25-26)

Apresento a seguir, como forma de exemplificação, trechos de dois dispositivos que possibilitam o reconhecimento da territorialidade de “Fundos de Pasto”: a “política nacional de desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais” e a “convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais em países independentes, resolução referente à ação da OIT sobre povos indígenas e tribais”.

#### **POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS**

Art. 1º As ações e atividades voltadas para o alcance dos objetivos da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais deverão ocorrer de forma intersetorial, integrada, coordenada, sistemática e observar os seguintes princípios:

I - o reconhecimento, a valorização e o respeito à diversidade socioambiental e cultural dos povos e comunidades tradicionais, levando-se em conta, dentre outros aspectos, os recortes etnia, raça, gênero, idade, religiosidade, ancestralidade, orientação sexual e atividades laborais, entre outros, bem como a relação desses em cada comunidade ou povo, de modo a não desrespeitar, subsumir ou negligenciar as diferenças dos mesmos grupos, comunidades ou povos ou, ainda, instaurar ou reforçar qualquer relação de desigualdade;

II - a visibilidade dos povos e comunidades tradicionais deve se expressar por meio do pleno e efetivo exercício da cidadania;

VI - a pluralidade socioambiental, econômica e cultural das comunidades e dos povos tradicionais que interagem nos diferentes biomas e ecossistemas, sejam em áreas rurais ou urbanas;

VIII - o reconhecimento e a consolidação dos direitos dos povos e comunidades tradicionais;

IX - a articulação com as demais políticas públicas relacionadas aos direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais nas diferentes esferas de governo;

X - a promoção dos meios necessários para a efetiva participação dos Povos e Comunidades Tradicionais nas instâncias de controle social e nos processos decisórios relacionados aos seus direitos e interesses;

#### OBJETIVO GERAL

Art. 2º A PNPCT tem como principal objetivo promover o desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições.

#### OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Art. 3º São objetivos específicos da PNPCT:

I - garantir aos povos e comunidades tradicionais seus territórios, e o acesso aos recursos naturais que tradicionalmente utilizam para sua reprodução física, cultural e econômica;

II - solucionar e/ou minimizar os conflitos gerados pela implantação de Unidades de Conservação de Proteção Integral em territórios tradicionais e estimular a criação de Unidades de Conservação de Uso Sustentável;

III - implantar infraestrutura adequada às realidades sócio-culturais e demandas dos povos e comunidades tradicionais;

IV - garantir os direitos dos povos e das comunidades tradicionais afetados direta ou indiretamente por projetos, obras e empreendimentos;

V - garantir e valorizar as formas tradicionais de educação e fortalecer processos dialógicos como contribuição ao desenvolvimento próprio de cada povo e comunidade, garantindo a participação e controle social tanto nos processos de formação educativos formais quanto nos “não-formais”;

VI - reconhecer, com celeridade, a auto-identificação dos povos e comunidades tradicionais, de modo que possam ter acesso pleno aos seus direitos civis individuais e coletivos;

XIV - assegurar o pleno exercício dos direitos individuais e coletivos concernentes aos povos e comunidades tradicionais, sobretudo nas situações de conflito ou ameaça à sua integridade;

XV - reconhecer, proteger e promover os direitos dos povos e comunidades tradicionais sobre os seus conhecimentos, práticas e usos tradicionais;

XVI - apoiar e garantir o processo de formalização institucional, quando necessário, considerando as formas tradicionais de organização e representação locais;

XVII - apoiar e garantir a inclusão produtiva com a promoção de tecnologias sustentáveis, respeitando o sistema de organização social dos povos e comunidades tradicionais, valorizando os recursos naturais locais e práticas, saberes e tecnologias tradicionais.

Trechos do decreto nº 6040 de 7 de fevereiro de 2007, que instituiu a Política de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

**Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais em países independentes e Resolução referente à ação da OIT sobre povos indígenas e tribais**

PARTE II – TERRA

*Artigo 13*

1. Ao aplicar as disposições desta parte da Convenção, os governos deverão atentar para a especial importância que, para as culturas e valores espirituais desses povos, tem, alguns casos, sua relação com a terra ou território, ou com ambos, que ocupam ou utilizam de alguma maneira e, particularmente, os aspectos coletivos dessa relação.
2. A utilização do termo "terra" nos artigos 15 e 16 deverá incluir o conceito de territórios, que abrange a totalidade do habitat das regiões que esses povos ocupam ou utilizam de alguma forma.

*Artigo 14*

1. Dever-se-ão reconhecer aos povos indígenas e tribais os direitos de propriedade e posse da terra que ocupam tradicionalmente. Além disso, nos devidos casos, deverão ser adotadas medidas para salvaguardar o direito desses povos de utilizar terras que não sejam exclusivamente ocupadas por eles, mas às quais tradicionalmente tenham tido acesso para suas atividades tradicionais e de subsistência. Nesse particular, deverá ser dispensada especial atenção à situação de povos nômades e de agricultores itinerantes.
2. Os governos deverão adotar as medidas que se fizerem necessárias para demarcar as terras tradicionalmente ocupadas por esses povos e garantir a efetiva proteção de seus direitos de propriedade e posse.
3. Procedimentos adequados deverão ser instituídos, no âmbito do sistema jurídico nacional, para dar solução a reivindicações de terras por esses povos.

*Artigo 17*

1. Deverá ser respeitadas as modalidades estabelecidas por esses povos para a transmissão, entre eles, de direitos sobre a terra.
2. Os povos indígenas e tribais deverão ser consultados sempre que se considerar capacidade de alienar suas terras ou de transmitir de outra forma seus direitos sobre essas terras para fora de sua comunidade.
3. Dever-se-á impedir que pessoas alheias a esses povos possam se aproveitar de seus costumes ou desconhecimento das leis por parte dos seus membros para se arrogarem a propriedade, posse ou uso das terras a eles pertencentes.

Trechos da Convenção nº 169 da OIT sobre povos indígenas e tribais foi adotada na 76ª Conferência Internacional do Trabalho em 1989, foi ratificada pelo congresso brasileiro em julho de 2002

A política nacional de desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais foi elaborada tendo como referência a convenção nº169 da OIT. Por estes dois dispositivos o Estado deve garantir aos “fundos de pasto” os territórios ocupados tradicionalmente e que estes possam ser transmitidos segundo suas tradições. Devem ser fortalecidas as formas próprias de expressão de sua identidade, bem como as formas organizativas que os representem. A lei estadual nº 12.910 está embasada em um esquema de pensamento jurídico contraditório à estes dispositivos, e sua implantação significa a restrição de direitos aos “fundos de pasto”.

Enfatizo que existem diversos dispositivos jurídicos vigentes no sistema legal brasileiro, que estão em sintonia com estes dois dispositivos aqui exemplificados, e possibilitam reconhecer e promover as diferenças culturais existentes e assim melhorar o atendimento às demandas, múltiplas e complexas, oriundas dos grupos sociais. A dinâmica vivenciada pelos “fundos de pasto” na busca pelo direito de viver a diferença, permite ampliar as perspectivas do próprio “direito”, na medida em que o obriga ao reconhecimento de outras “práticas jurídicas”, as quais se encontram coadunadas a outras formas de saber, mais localizadas, situadas nas experiências de cada “unidade social”. Por isso, trata-se de refletir sobre os esquemas de pensamento jurídico dominantes, cuja implicação primeira é rever determinadas noções e princípios profundamente cristalizados e que se encontram “inculcados” nos “operadores do direito”. (SHIRAIISHI NETO, 2007, p. 36)

A compreensão de que o Brasil é uma sociedade plural é uma perspectiva jurídica que afirma a necessidade de preservar a pluralidade, percebida como valor fundamental para a democracia. (REALE, 1963 apud SHIRAIISHI NETO, 2007, p.28) O processo de reconhecimento do caráter plural e multiétnico das sociedades permite favorecer a constituição de um campo jurídico do “direito étnico” e, portanto, de uma forma própria de refletir o direito. Isto implica no afastamento de uma postura cristalizada, expressa através de “práticas jurídicas”, e também, na abertura de outras possibilidades de interpretação jurídica que se encontram para além de esquemas jurídicos que até bem pouco tempo foram dominantes. (SHIRAIISHI NETO, 2007, p. 27-28) Porém o reconhecimento dos “fundos de pasto” colide com uma tradição política e jurídica autoritária ainda presente em nossas instituições, a despeito dos avanços democratizantes dos últimos anos no Brasil e compõe o quadro de incompletude da “transição democrática”. (DIAMANTINO, 2007, p. 10)

Os artigos da lei 12.910, já apresentados, não se aliam aos princípios dos dispositivos jurídicos que fortalecem o reconhecimento do caráter plural e multiétnico de nossa sociedade. Como observado na apresentação da referida lei, há no dispositivo a indicação dos critérios a serem considerados simultaneamente aos “critérios de autodefinição”. A “autodefinição” estaria assim subordinada a tais critérios prévios. Com esta lei, o Estado da Bahia, que conhece o debate jurídico sobre a questão, insiste na condição de cancelar a autenticidade da existência dos “fundos de pasto”. O Estado quer a legitimidade para definir quem é quem, indicar os critérios da “autodefinição” de um grupo. Reafirma desta forma mecanismos de tutela, totalmente em desacordo com os dispositivos jurídicos federais. (DIAMANTINO, 2007, p. 132)

Passado quase um ano da assinatura da referida lei pelo governador da Bahia, os impasses sobre sua legitimidade perduram, e nenhuma ação de regularização fundiária foi efetivada desde então. Realizaram-se menos de 150 certificações, num universo estimado de mais de 500 associações representativas de “fundos de pasto”.<sup>244</sup>

Para compreender as condições que permitiram que a lei 12.910 fosse elaborada e promulgada é necessário ir além dos interesses que querem perpetuar o Estado como a única instância legítima para definir a “classificação da sociedade”, que são os mesmos interesses que querem indicar os rumos do que venha a ser “sociedade brasileira”. A própria compreensão sobre sociedade, sobre os sujeitos da ação social, precisa ser refletida.

Subjaz uma reflexão sobre as condições de possibilidade para realizarmos “novas descrições” que possibilitam romper com o monopólio de classificações produzidas historicamente pela sociedade colonial, reafirmadas constantemente, como no caso desta lei. Neste sentido devem ser revistos os mecanismos que reafirmam classificações identitárias e territoriais produzidas ao longo de anos, como os recenseamentos, cadastros, códigos e mapas. Estes mecanismos foram produzidos com o objetivo do controle dos recursos naturais para disponibilizá-los à transações mercantis capitalistas. As classificações identitárias e territoriais têm como um dos seus fundamentos a tutela do Estado sobre grupos sociais. (ALMEIDA, 2013a, p. 157)

A compreensão de uma ação sem sujeito, vinculando tudo na “razão” e centrada no Estado, na qual as categorias como “produtor”, “agricultor”, “lavrador”, “trabalhador rural”, “agricultor familiar” eram concebidas como meras ocupações econômicas, perdem sentido. Estas categorias ficam cada vez mais sem força explicativa porquanto manifestavam uma existência atomizada que foi inteiramente transformada com as mobilizações políticas, com a consciência ambiental profunda e com o advento de novas identidades coletivas. Os pretendidos fatores constantes e imutáveis das identidades coletivas foram abalados profundamente. (ALMEIDA, 2008b, p. 73-74)

Há possibilidades de quebrarmos com uma postura colonial, na qual a tutela seria uma grande arma de controle exercida por grupos que se pensam como dominantes de toda uma sociedade. Esse contexto tem possibilitado que novas perspectivas de interpretação de mundo sejam visibilizadas. Conjuntamente novos arranjos teóricos necessitam ser formulados e até mesmo aplicados em situações que anteriormente não eram pensadas. Esse processo

---

<sup>244</sup> Esta contabilização tem como referência o mês de outubro de 2014.

permite reorganizar esquematicamente o nosso pensamento e, no interior do sistema jurídico, restabelecer uma nova hierarquia. (SHIRAISHI NETO, 2007, p. 32-33)

A proposta é de submeter as “práticas jurídicas” a um exercício de reflexão crítica, no sentido da sociologia reflexiva de Pierre Bourdieu, colocando em “suspensão” as noções e os princípios que são tomados indistintamente como “naturais”, a fim de afastarmos qualquer possibilidade de ação que possa servir como restrição de direitos. No caso das situações sociais que envolvem os povos e comunidades tradicionais, atribui-se ao “princípio da pluralidade” o mesmo valor que é atribuído ao princípio da dignidade humana”, que de forma criteriosa tem orientado a elaboração de toda dogmática crítica do direito. O deslocamento do “princípio da dignidade humana” no interior do sistema jurídico, favorecendo o princípio da pluralidade, que o equipara hierarquicamente na estrutura jurídica, provoca uma necessidade inicial de releitura da dogmática crítica, que, com razão, tem reafirmado insistentemente esse princípio como supremo (SHIRAISHI NETO, 2007, p. 32-33)

O princípio da dignidade da pessoa humana inclui a proteção à sua liberdade expressiva, em especial a de dizer, autarquicamente, quem é e quais são as suas convicções de vida. E nesse ponto a lei 12.910 está em total desacordo. Mais uma vez o Estado visa definir a condição do outro, e ratificar a exclusão daqueles que não se enquadram no “novo estereótipo” criado na formulação prévia do vem a ser certificado como “fundo de pasto”. Reafirma-se a não existência pelo não-valor do diferente, numa reificação contemporânea do “bárbaro”. Apresenta-se a dificuldade de abandonar a visão atomista do indivíduo e a recuperação do espaço comum onde são vividas as suas relações definitórias mais importantes e sob a perspectiva construída por seus pares. As novas perspectivas jurídicas embasadas na pluralidade requerem que se compreenda o ambiente no qual se faz uso da norma e a atenção que o grupo ou as pessoas lhe conferem. Compreender, ao invés de interpretar, é sair do *cogito* em direção à prática que se apresenta, e fazê-la falar. É dar efetividade à liberdade expressiva como elemento central na relação desses grupos e pessoas com o Estado, em seus diversos campos. Como exemplo de novos dispositivos jurídicos está a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, que proclama, em seu artigo 13, que “seja assegurado aos povos indígenas que possam entender e fazer-se entender nas atuações políticas, jurídicas e administrativas.” (DUPRAT, 2007, p. 19)

Ao apresentar o livro “Direito dos Povos Tradicionais” de Joaquim Shiraishi Neto, Débora Duprat apresenta um decálogo com as possibilidades existentes com as leis no atual contexto jurídico relacionado com povos e comunidades tradicionais no Brasil.



- 1) O Brasil é uma sociedade plural, onde se respeitam todos os grupos étnico-culturais;
- 2) Cada grupo étnico-cultural constitui uma coletividade com modos próprios de fazer, criar e viver;
- 3) Esses grupos têm, em comum, uma relação especial com o território, relação esta que tem que ser protegida, porque indissociável da identidade;
- 4) O direito a manter essa relação com o território, porque de natureza fundamental, é de aplicação imediata;
- 5) Não é possível o deslocamento desses grupos de seus territórios tradicionais, salvo situação de absoluta excepcionalidade, garantido o seu retorno tão logo cesse a causa que o determinou;
- 6) Qualquer atividade a ser desenvolvida por terceiros, no âmbito desses territórios tradicionais, depende do consentimento informado do grupo;
- 7) A identidade do grupo apenas por este é definida (critério da auto-atribuição).
- 8) Não pode haver, num Estado plural, disputa por direitos identitários. Eventual controvérsia está limitada a alguns direitos conferidos em função da identidade;
- 9) A cultura, porque definida enquanto modo de viver, criar e fazer de um grupo, é um processo dinâmico, que se renova dia-a-dia. Acabam as categorias aculturado/selvagem, e nenhum grupo é obrigado a ficar imobilizado no tempo para ter direitos decorrentes de sua identidade/cultura;
- 10) O direito nacional, em face desses grupos, há de ser aplicado tendo em vista as suas especificidades, sendo assegurado aos seus membros que possam entender e fazer-se entender nas suas atuações políticas, jurídicas e administrativas.

(DUPRAT, 2007, p. 23-24)

Um caminho para efetivar a ruptura com os esquemas jurídicos dominantes requer descrever, de maneira detida, a vida social dos povos que estiveram à margem, por muito tempo, da cena política. No caso dos “fundos de pasto”, estes passaram a reivindicar direitos ao associar a consciência de seu território com a consciência de si mesmos. Passou a existir então uma tensão entre a consciência de si, expressa por ações coletivas e pelas autodefinições, com as categorias censitárias de identidades com nítida inspiração em classificações raciais e primordialistas impostas pelo poder do Estado. (ALMEIDA, 2013a, p. 157)

Um dos desafios para realização desta nova descrição é compreender como se processa uma disputa peculiar que é a “luta por classificações”. Nesta pesquisa voltei minha atenção especificamente com relação à disputa pela definição de “fundo de pasto”, que passa pelo reconhecimento de sua “territorialidade”, seu “modo de vida”, sua “identidade”.

E reconhecer não é a mesma coisa que reconhecimento. (2013b, p. 17) No processo de averiguação para obter reconhecimento há a necessária reconhecimento da existência do grupo. Assim uma situação de conflito, que atinge proporções mais amplas, permite que o grupo seja visibilizado e passa a ter sua existência declarada. As famílias de vários “fundos de pasto”

foram assim “conhecidas”, havia a reconhecimento do grupo pois era noticiada e atestada sua existência.

Mas para ocorrer de fato o reconhecimento há a necessidade da compreensão de quem são estes grupos, como se organizam, como objetivam seu modo de vida, sua territorialidade. E são os próprios integrantes destes grupos que possuem condições de expressar os critérios que organizam sua própria existência. Esta expressão se manifesta em ações coletivas e mobilizações políticas que vão construindo a autoconsciência do grupo. Um processo que por sua vez requer que se reconheça à outras pessoas e por elas seja reconhecido, num reconhecimento recíproco que consiste em uma relação de poder que conduz a “categorias” e “lutas políticas”. (ALMEIDA, 2013b, p. 17-18)

Porém os entraves para o reconhecimento são inúmeros. Como já mencionado, os agentes do “braço direito” do Estado, representam os interesses de grandes corporações em manter o controle dos recursos naturais, buscam perpetuar as formas de dominação e não abrem mão de mecanismos para determinar quais classificações são legítimas. Estes desconsideram toda uma legislação que preconiza a mudança na “concepção colonial” de impor “classificações”. Este é um campo de tensões, na qual as classificações oficiais elaboradas pelo Estado estão sendo constantemente questionadas pelos representantes dos grupos que expressam seu “modo de vida”. Porém, ao menos no caso dos “fundos de pasto”, os profissionais que compõe os campos militante e científico possuem também certa dificuldade em romper totalmente com as categorias que carregam os princípios da classificação que moldam uma hierarquia de mundo que nos foi imposta desde o colonialismo.

Romper com estas classificações existentes, que até hoje permeiam a vida cotidiana, é uma tarefa que exige compreender os meandros da nossa própria formação, de nossa trajetória. No campo científico exige ir além de “submeter à crítica lógica os categoremas do senso comum, emblemas e estigmas, e de substituir os princípios práticos do juízo cotidianos pelos critérios logicamente controlados e empiricamente fundamentados da ciência. Precisamos compreender que as classificações práticas estão subordinadas à funções práticas e orientadas para produzir efeitos sociais.” (BOURDIEU, 2006, p. 112)

### OBSTÁCULOS EPISTEMOLÓGICOS

Como citei ao fim do terceiro capítulo, para Bachelard é em termos de “obstáculos que o problema do conhecimento científico deve ser colocado”. O ato de conhecer dar-se-ia “contra um conhecimento anterior, destruindo conhecimentos mal estabelecidos”. Porém seria também “impossível anular, a um só golpe, todos os conhecimentos habituais”. Assim, em primeiro lugar seria preciso saber formular problemas, questões, que não se formulam de modo espontâneo. (BACHELARD, 1996, p. 17-18)

Gostaria de esclarecer que esse exercício de apreensão do conhecimento se diferencia de uma simples contraposição de esquemas de pensamento, como os estes fossem formados em simples oposições. O exercício busca visibilizar os pressupostos de cada pensamento, compará-los entre si e relaciona-los dentro do campo de produção mais amplo de conhecimentos. Permite que sejam formuladas novas questões ao mesmo tempo em que se compreendem reflexivamente os próprios embasamentos que orientam o exercício. (BOURDIEU, 2007, p. 203-229)

O que está em jogo é a possibilidade de uma visão do mundo social através de princípios próprios que possibilitam uma “redivisão”, que acarreta em enfrentar a luta pelo monopólio de fazer ver e fazer crer, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, de impor uma divisão legítima das divisões do mundo social, fazer e desfazer grupos, a construção do sentido da identidade e unidade de um grupo. (BOURDIEU, 2006, p. 113)

Na Bahia são quase trinta anos desde que organizações de “fundos de pasto”, que representam mais de 20 mil famílias espalhadas por diferentes localidades, buscam o reconhecimento dos seus territórios para garantir seu “modo de vida”. Neste mesmo período organizações indígenas, que representam mais de 17 etnias, buscam a efetivação de seus direitos garantidos na constituição de 1988. Outras organizações que representam “quilombolas”, “povos de terreiro”, “pescadores”, “marisqueiras”, “ciganos”, “fechos de pasto”, passam também a buscar, cada uma a sua maneira, a afirmação de identidades visando a garantia dos respectivos modos de vida. As “unidades sociais”, representadas pelas organizações que representam estas identidades, pressionam o “Estado” a se deparar com uma série de conflitos sociais, e impõe um outro padrão de reivindicação, com novas formas de organização política, baseadas numa ação ambiental com sujeitos específicos, marcada por uma diversidade social e explicada por uma heterogeneidade de formas de relação com a natureza. (ALMEIDA, 2008b, p. 73-74)

A visibilidade alcançada pelos “fundos de pasto” motivou a elaboração de pesquisas com enfoques variados que perpassam diferentes disciplinas. No processo de realização desta tese procedi a leitura de quinze trabalhos.<sup>245</sup> As obras representam o esforço de diferentes pesquisadores em descrever situações de grande complexidade, que abordam situações de conflitos relativamente recentes. São situações contemporâneas na qual os estudos possibilitam a realização de um debate que ainda carece de maior aprofundamento. As reflexões desenvolvidas neste capítulo voltam-se para pontos comuns de algumas narrativas, visando explicitar bases epistemológicas que orientaram a compreensão sobre a identidade e a territorialidade de “fundos de pasto”. O objetivo da análise é ponderar sobre questões relacionadas aos obstáculos epistemológicos que dificultam a realização de uma descrição que rompa com critérios consagrados pela postura colonial. Partindo do suposto que o saber científico deve ser construído a cada momento, as demonstrações epistemológicas incrementam a descrição ao explicitarem as concepções envolvidas no âmbito dos problemas particulares, relativizando preocupações de ordem histórica. (BACHELARD, 1996, p. 10).

Em outra perspectiva, complementar aos obstáculos epistemológicos, seria atribuída a falta de capacidade em perceber outras possibilidades de mundo a dificuldade em construir novos elementos teóricos para propiciar novas descrições das situações vivenciadas.

Trata-se de uma crise das imagens disponíveis e da dificuldade em dar lugar a processos produtores de novas imagens possíveis. Sem um reforço da capacidade imaginária, as intervenções pouco poderão realizar além do papel definido pela imagem da modernidade. São atos de reforço da condição de colonialidade. O reforço à colonialidade ocorre, diretamente, pela imagem da modernização, ou indiretamente, pela ausência de imagens próprias que mobilizem os fundos de pasto em uma direção autônoma e peculiar (FERRARO JR, 2008, p. 335)

Os trabalhos estudados apresentam três obstáculos iniciais que prejudicam a compreensão das situações relacionadas aos “fundos de pasto”. O primeiro se refere à busca por uma “origem comum” aos “fundos de pasto” numa tentativa de homogeneização de trajetórias muito distintas. O segundo é a busca por uma definição genérica de critérios de identidade dos fundos de pasto. O terceiro obstáculo se refere à crença numa razão superior,

---

<sup>245</sup> Foram três teses, nove dissertações, duas monografias e um livro. Estes foram escritos por três sociólogas, duas antropólogas, um agrônomo/antropólogo, dois advogados, uma advogada, uma geógrafa, um geógrafo, três educadores e um agrônomo. Foram três trabalhos na área de meio ambiente (multidisciplinar), três na antropologia, dois na sociologia, dois na geografia, dois no direito, dois na educação e um na interface da sociologia com o direito. As temáticas variam, sendo que um mesmo trabalho abordou diferentes temas. Foram sete trabalhos com relação territorialidade e a identidade. Dois trabalhos sobre manejo e preservação ambiental. Em pelo menos um trabalho foram desenvolvidas as temáticas de educação do campo, impacto da mineração sobre os fundos de pasto, relações de parentesco, organização social e memória. Catorze trabalhos foram realizados depois de 2007. (anexo 5: quadro de trabalhos sobre fundos de pasto)

que embasaria as classificações de mundo. Todos estes obstáculos epistemológicos levam a uma compreensão restrita da agencia dos sujeitos da ação social, reafirmando mecanismos de tutela.

A busca pela origem dos “fundos de pasto” remete a longas descrições sobre a implantação das sesmarias, com detalhamento sobre o funcionamento da “Casa da Ponte” e a “Casa da Torre”. A história recontada de forma repetitiva, tomada como senso comum erudito, utilizada como referência genérica. “O casual desemboca na fatalidade, que anula completamente os agentes históricos, sem sequer sentir a necessidade de justificá-los ou absolvê-los. A narrativa flui de um único prisma, compartilhado pelo narrador e seus ouvintes”. (PACHECO DE OLIVEIRA, 2010, p. 12). Abaixo cito um parágrafo que eu mesmo utilizei na descrição dos fundos de pasto para a elaboração da dissertação de mestrado, e que pude observar em outros trabalhos.

Vaqueiros, negros escravizados e indivíduos com ascendência indígena, compelidos, no mais das vezes, a migrar de suas áreas de estabelecimento, são o embrião das comunidades que vão se formando, dentro do próprio latifúndio ou à sua margem. As grandes distâncias e as dificuldades de comunicação podem ser apontadas como fatores que contribuíram para o desenvolvimento de “uma civilização que procurava retirar do próprio meio o máximo, a fim de atender suas necessidades” (ANDRADE, 1980, p.164 apud CARVALHO, 2008, p. 51)

A narrativa, com pretensão de indicar a “origem histórica” dos “fundos de pasto”, tem como base o “mito das três raças”, que seriam formadoras dos “contingentes populacionais” do Brasil. Essa postura abstrai e reduz a enorme complexidade histórica, impondo uma representação estereotipada da identidade étnica, estabelecendo uma forma de ideologia da realidade, aceita como verdadeira. Passa a ser uma premissa do senso comum que se transformou em “epistemologia brasileira” sobre raça e etnia. (CARVALHO, REESINK e CAVIGNAC, 2011, p. 7)

O “mito das três raças” tem no século XIX a sua referência, momento que se inicia um lento e complexo processo de formação das instituições e da própria identidade nacional. Os vários povos indígenas, os “afrodescendentes” de diferentes trajetórias, são reduzidos à um “indígena genérico” ou a uma mesma “trajetória de escravidão”. Os povos indígenas apresentados como modelos éticos e estéticos de uma “idade de ouro” inexoravelmente varrida pelo progresso. Os indígenas foram descritos como os “heróis do romantismo”, personagens trágicos cujo destino seria o desaparecimento. No Nordeste do Brasil os governos provinciais, sobretudo entre as décadas de 1850 e 1870, consideraram “os indígenas” extintos, e as terras coletivas ocupadas foram liberadas. O discurso oficial e os

discursos de intelectuais convergiam, afirmando que não existiriam mais índios, apenas “remanescentes”, e os estudos deveriam ser voltados para as manifestações culturais, consideradas como folclore. A presença indígena estaria relegada apenas à Amazônia. (PACHECO DE OLIVEIRA, 2011, p. 10-11)

De forma parecida foi invisibilizada as trajetórias dos “afrodescendentes”. Os diferentes contextos que possibilitaram a fuga à escravidão, as relações estabelecidas com diferentes grupos sociais, a constituição de alianças e a formação de novos grupos ocorreu por toda a América e só recentemente tem sido objeto de maior aprofundamento. Identidades como “palenques”, “cumbes”, “marrons”, “grad marronage”, “quilombos”, “mocambos” foram se constituindo em diferentes localidades. A quantidade e a qualidade de estudos sobre a formação destas coletividades variam de lugar para lugar. Tanto no caso dos povos indígenas como dos afrodescendentes, incluindo as relações que estabeleceram entre eles, requer abordar as fontes históricas a partir de uma leitura crítica, identificando as circunstâncias de cada documento e compreendendo as intenções de quem os produziu. “O pesquisador deve buscar nas “entrelinhas” do documento, explorando pequenos indícios, na qual o “silêncio” do autor deva ser também objeto de reflexão.” (REIS e GOMES, 1996, p. 10) Devem-se considerar os agentes sociais como sujeitos de sua própria história.

Pensar o “vaqueiro” como “a origem” do “sujeito” formador do “fundo de pasto” reduz a compreensão da diversidade desta identidade. A imagem do encontro entre índios, negros e vaqueiros, na qual os dois primeiros vão se convertendo no último, é a utilização da mesma lógica, usada para os “povos indígenas” e “comunidades quilombolas”, aplicada para o caso dos “fundos de pasto”. Os mesmos pressupostos teóricos que privilegiam uma versão oficial na qual os agentes sociais são invisibilizados em suas trajetórias e organizações. Forma-se um estereótipo, um tipo ideal de “unidade social” que não corresponde ao “grupo social” que reivindica essa identidade na contemporaneidade. Além da distorção do passado, é um obstáculo para compreensão projetar as “unidades sociais” de hoje, através de “unidades sociais” do passado.

Realizar uma revisão crítica da “história oficial” nos permite desconstruir a idealização de um passado que foi usado para perpetuar a dominação e os mecanismos de tutela. Descrever a diversidade de “unidades sociais” que foram se formando em distintos contextos, se articulando, se dissociando e se reagrupando de acordo com suas trajetórias e condições de possibilidade, nos permite enxergar os sujeitos destas trajetórias, nos permite

compreender as dinâmicas das relações sociais que foram se estabelecendo e das identidades que foram se constituindo.

Além de não ajudar a compreender o que são hoje os “fundo de pasto”, a busca pela “origem”, apresentou contextos sociais segmentados, apartando o litoral do sertão, induzindo a imaginar a formação de sociedades em isolamento geográfico e social. Esta dualidade, sertão/ litoral, dificulta a compreensão da formação social que foi historicamente se constituindo.

O processo brasileiro de colonização se caracterizou pelo latifúndio, forma abusiva de concentração de terra e, conseqüentemente, de renda, por parte de um segmento social demograficamente minoritário, às expensas de um significativo e internamente diverso contingente de mão de obra, compreendendo autóctones originalmente livres, escravos, e, ou, assalariados. Contudo, diferentemente do litoral, que, dominado pelo sistema de plantation, demandou elevado contingente de mão de obra escrava, o sertão requereu menor contingente, constrangido pelo alto preço dos negros escravizados e as péssimas condições das estradas, fatores que oneravam o transporte e, conseqüentemente, reduziam a margem de lucro dos produtos da sua pauta de exportação (PINHEIRO apud ANDRADE, 1980, p. 174).

De alguma forma a pecuária extensiva foi responsável pela conquista, para o Nordeste, da maior porção de sua área territorial, complementando a área úmida agrícola do litoral e abastecendo as cidades nascentes. Além do gado bovino, criava-se, à solta, suínos, caprinos, ovinos e aves domésticas. Também eram carreados para o sertão os excedentes populacionais nos períodos de estagnação da indústria açucareira e aproveitada a energia de trabalho daqueles que não podiam se integrar à civilização da “casa grande” e da “senzala” (ANDRADE, 1980, p. 169)

“... um outro nordeste, o nordeste das caatingas e do gado, que a um só tempo se opunha e complementava ao nordeste do massapé e da cana de açúcar” (MENEZES, 1937 apud ANDRADE, 1980, p. 170)

Estas interpretações, consagradas pela historiografia oficial, acentuaram modelos distintos de colonização, como se houvessem lógicas dissociadas a depender da região de sua implantação. Interpretações mais recentes passam a considerar uma relação mais próxima entre o sertão e às “plantations” do litoral. A crise da lavoura açucareira levou uma crise financeira, especialmente no final do século XIX. Simultaneamente o impacto da extinção do tráfico africano de pessoas e das leis emancipatórias levam a uma redução na população escrava. Com relação ao Recôncavo da Bahia, em 1872 foram registrados 165.403 escravos. Em 1887 este número foi reduzido para 76.838, uma redução de 53,54% do contingente de escravos.<sup>246</sup> Estudos de Fraga Filho, voltados mais especificamente para a população que

<sup>246</sup> Dados obtidos a partir da a partir das listas de escravos inscritas nos inventários do barão de Pirajá, do barão de Cajaíba, conde de Subaé e João de Teive e Argolo de Queiroz. Os engenhos referentes à estes inventários são: Cajaíba, Benfica, Pouco Ponto, Pitanga, Desterro, São Miguel, Itatingui, Botelho, Conde e Água Comprida. Estes inventários estão localizados no Arquivo Público da Bahia. (FRAGA FILHO, 2006, p. 57)

permaneceu no Recôncavo, indicam que estes pertenciam a grupos de famílias e formaram redes extensas de parentesco. Mesmo estando em diferentes engenhos, organizaram-se em “sólidas comunidades”, na qual os laços eram fortalecidos em festas, batizados, casamentos e sepultamentos.<sup>247</sup> Para o autor estas “comunidades” desenvolveram grande experiência em criar estratégias e gerar recursos para a reprodução material e cultural de seus grupos. Os grupos escravizados do Recôncavo desenvolviam atividades independentes e alternativas à grande lavoura de cana, como a criação de animais, a mariscagem, pequenos plantios e extrativismos diversos. (FRAGA FILHO, 2006, p. 31-40)

Este mesmo estudo de Fraga Filho nos permite projetar relações mais estreitas entre o sertão e o litoral. Descreve que as informações circulavam com certa facilidade pelos engenhos, uma vez que os “escravizados” acessavam portos, feiras, vilas e cidades. Havia conexões sociais, intensificadas por um ambiente antiescravista na segunda metade do século XIX que propiciava a compreensão do agravamento da crise canavieira, e o conhecimento de revoltas e fugas. Enfatizo a relação com trabalhadores assalariados vindos do interior do Estado, que em certas épocas do ano se deslocavam de suas regiões de moradia e eram contratados para o corte da cana. Esta relação propiciou uma rota alternativa, tanto para a fuga como para o estabelecimento de alforriados e livres, e incrementou a população dos sertões. (FRAGA FILHO, 2006, p. 37; 100)

Semelhantes estudos aos aqui já indicados, como os organizados Walter Fraga Filho, João Pacheco de Oliveira, Maria Rosário Gonçalves de Carvalho, e João José Reis, reforçam a necessidade de reformulação de questões teórico-metodológicas que embasam os trabalhos históricos.<sup>248</sup> Estes estudos propiciam pensar a formação de “unidades sociais” mais complexas do que antes eram percebidas, decorrentes de trajetórias e encontros de diferentes sujeitos sociais.

Exemplificando essa ponderação, nos estudos sobre quilombos prevaleceram por certo tempo interpretações de cunho culturalistas, na qual “Palmares” se constituiu como a referência de “quilombo”, na qual o isolamento foi enfatizado. Destacou-se o “quilombo” como um espaço de reconstituição da vida na “África”, das “sobrevivências africanas”. A

---

<sup>247</sup> Em seus estudos sobre batismos em freguesias açucareiras do Recôncavo da Bahia, Fraga Filho observou que os escravos escolhiam como padrinho de seus filhos outros cativos, e em muitas ocasiões estes pertenciam a outros engenhos.

<sup>248</sup> Estes mesmos autores organizaram livros na qual reúnem artigos elaborados por vários pesquisadores. Citando os trabalhos consultados para esta tese: João Pacheco de Oliveira organizou o livro “A presença Indígena no Nordeste” no qual reúne 24 autores; João José Reis organizou o livro “Liberdade por um fio” reunindo 17 autores; Maria Rosário Gonçalves de Carvalho organizou o livro “Negros no mundo dos índios” reunindo 12 autores.



concepção que as relações escravistas no Brasil eram harmoniosas também foi por um tempo ênfase das interpretações, com destaque para Gilberto Freyre. Outra linha de trabalhos indicava uma ausência de consciência de classe necessária para a realização de “verdadeiras” mudanças sociais. Nestas interpretações não se admite um comportamento político e uma lógica de poder específicos do “escravo rebelde”, a partir do qual suas ações poderiam ser analisadas. A partir da renovação da historiografia marxista, que procurou incorporar em seu universo perspectivas da antropologia social, na qual aspectos simbólicos e rituais da vida em sociedade foram evidenciados, passam a ser revistos os pressupostos anteriores e se visualiza uma complexa relação entre os “fugitivos” e os diversos grupos da sociedade.<sup>249</sup> (REIS e GOMES, 1996, p. 10-14)

O “mito das três raças” e a oposição entre o “litoral/sertão” estão vinculados a interpretações baseadas em determinismos, biológicos e geográficos, que invisibilizam as trajetórias e contextos dos sujeitos sociais. A formulação da expressão “nosso jeito de viver no sertão”, utilizada pelas organizações de representação dos “fundos de pasto”, além de resignificar o termo “sertão”, que passa estar atrelado à um modo de vida específico, quebra com a reprodução da interpretação determinista.

Outro obstáculo epistemológico dificulta a compreensão da agência dos sujeitos que afirmam um “modo de vida” representado pela identidade “fundo de pasto”. Confunde-se “ser tradicional” com uma “mera reprodução do passado” ou como algo “forjado de maneira a ludibriar” a razão do Estado. Compreende-se a identidade como algo homogêneo e fixo.

Nesse trabalho, o fundo de pasto do qual se tratou foi o “tradicional”, o “original” cujo modo de vida está orientado para a caprinocultura extensiva, em Oliveira dos Brejinhos. Essa ressalva é indicada, pois, em breve, os trabalhos sobre essa categoria necessitará da prévia definição sobre qual “tipo” de fundo de pasto se está pesquisando: fundos de pasto quilombola; fecho de pasto geraizeiros; fundos de pasto brejeiro; fundo de pasto de assentamento; fundo de pasto vazanteiro; fundo de pasto de ribeirinhos etc. Está se processando a construção de uma nova identidade de fundo de pasto, dada a agregação de diferentes agrupamentos camponeses. O “fundo de pasto” não mais representando a condição anterior, caminha para ser um movimento, idealização das assessorias motivadas pela necessidade de aproveitar as pequenas possibilidades postas pelo Estado brasileiro para viabilização do reconhecimento das terras e do modo de vida desses camponeses. (SANTOS, 2010, p. 230)

“No sentido da panaceia – no sentido de remédio para todos os males – o discurso do uso comum hoje atrai investimentos e possibilidades de auferir créditos. Os fundadores dos grupos são exaltados e todos repetem o mesmo discurso da “tradição inventada” seguindo Hobsbawn.” (SANTOS, 2010, p. 35)

---

<sup>249</sup> Reis e Gomes relacionam estudos de Nina Rodrigues, Arthur Ramos, Edison Carneiro, Roger Bastide, Melville Herskovits, Aderbal Jurema, Clóvis Moura, Gilberto Freyre, Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Octavio Ianni, José Alípio Goulart, Luís Luna, Décio Freitas.

Inclusive, os grupos organizados apenas consideram como fundo de pasto os grupos cadastrados ou em fase de reconhecimento pelo estado através dos órgãos responsáveis em implementar essa política, resguardando, também, a observação da historicidade ancestral do grupo, considerando essa característica fundamental para a definição: a de “ser ou não ser” um fundo de pasto tradicional, ou de representar apenas um grupo forjado em um outro processo para garantir a titulação de suas terras. (SANTOS, 2010, p. 69-70)<sup>250</sup>

Ao afirmar que diferentes grupos sociais estariam construindo uma “nova” identidade de “fundo de pasto”, motivados em obter ganhos específicos, no caso o reconhecimento de suas terras, a autora utiliza-se de uma concepção instrumental para compreender a formação de identidades sociais. A ênfase fica direcionada nos “supostos benefícios” que tal identidade propiciaria e nos agentes que a estariam fomentando. Essa perspectiva resalta a importância aos “fundadores” dos “novos grupos” e o papel das assessorias. Num primeiro momento o termo “tradicional” usado como “autenticidade” de “originalidade”. Num segundo momento, a “invenção da tradição” usada para deslegitimar o reconhecimento do novo grupo.

Outros autores também utilizam uma concepção instrumental da formação das identidades sociais. O agrônomo Luiz Ferraro Jr. segue esta mesma linha de reflexão, indicando que a falta de reconhecimento de outras identidades sociais pelo Estado estaria levando ao “inchaço” da categoria “fundo de pasto”.

A categoria dos FP segue “inchando” com sociodiversidade enquanto não há caminhos que acolham as demais identidades dentro de suas especificidades. Pode ser uma tendência de muitos grupos sociais que avançam na conquista de capital político. O paradoxo é que enquanto a categoria dos “fundos de pasto” incha, ela também perde força. Isto ocorre em função de dois movimentos bem claros: a ampliação do caráter mercantil das atividades econômicas, que conspira contra a cultura camponesa em geral, e a possível perda de coesão, resultante da aglutinação regional de grupos diversos sob a mesma identidade de luta. (FERRARO JR, 2008, p. 184)

Nesta perspectiva a diversidade dos grupos que passam a se identificar como “fundo de pasto” acarretaria em uma “perda de força” de reivindicação e de organização política. Simultaneamente estariam ocorrendo mudanças na forma de viver do grupo que estariam conspirando contra a “cultura camponesa” que possuíam. De forma similar esta concepção é partilhada por técnicos do governo, de ONGs, de empresas que se relacionam com os “fundos de pasto”.

---

<sup>250</sup> Estas citações se referem a uma parte específica do trabalho de pesquisa da geógrafa Cirlene Jeane Santos e Santos que considerou os “fundos de pasto” de Oliveira dos Brejinhos como “fundos de pasto originais”. Os “novos” grupos que estariam se identificando não corresponderiam a uma concepção pré definida e desta forma vistos como “forjadores” da identidade “fundo de pasto”.

Estes técnicos, ao exercer suas atividades, manifestavam estar incomodados com uma aparente homogeneidade entre o grupo social que se reconhece através da identidade “fundo de pasto” e os seus vizinhos. Esse incômodo se ampliava quando estes vizinhos faziam parte da mesma família e compartilhavam de características culturais. Estes técnicos apresentavam também a preocupação com a degradação do “modo de vida tradicional”, com a adoção de novas tecnologias e a construção de novos costumes.

A identidade é questionada quando distintos grupos se identificam como “fundo de pasto”, ou quando pessoas da mesma família não se identificam como tal, ou ainda quando ocorrem mudanças no modo de vida do grupo. Pondero que as dificuldades para a compreensão dos processos de formação de “identidades sociais” são decorrentes dos obstáculos epistemológicos utilizados, seja nas situações cotidianas, seja por pesquisadores em seus trabalhos. Cabe resaltar que os pesquisadores que se deparam com questões sobre a identidade “fundo de pasto”, estão inseridos em um amplo debate que acompanha a ciência desde que os “processos de identidade” se tornaram objeto de investigação.

Roberto Cardoso de Oliveira reflete que muitas identidades podem ficar por muito tempo invisíveis, tanto ao olhar comum ou mesmo ao olhar treinado dos cientistas sociais. Nesta compreensão alguns eventos seriam deflagradores da visibilidade de uma identidade. E momentos de crise seriam especialmente estratégicos para se perceber identidades, que em outro momento estariam escamoteadas e passariam despercebidas. (OLIVEIRA, 2006, p. 87-88)

Thomas Hylland Eriksen comparou alguns estudos relacionados à processos de identidade, elaborados por pesquisadores de diversas instituições. Estes estudos podem ser referidos para compreendermos as mudanças epistemológicas que acompanharam as investigações sobre os processos de formação de identidades.

Eriksen cita que pesquisadores da Universidade de Manchester – Godfrey Wilson<sup>251</sup>, Max Gluckman<sup>252</sup>, J. Clyde Mitchel<sup>253</sup> e A. L. Epstein<sup>254</sup> – apontaram casos na qual a etnicidade era realçada, e em outros era camuflada, escondida. Estes pesquisadores estavam preocupados em observar as mudanças e continuidades sociais e culturais em processos de

---

<sup>251</sup> Wilson, Godfrey (1941-2) – Na Essay on the Economics of Detribalization in Northern Rhodesia, Parts I-II. Livingston: Rhodes-Livingstone Institute.

<sup>252</sup> Gluckman, Max (1961) “Anthropological problems arising from the African industrial revolution”. In Aidan Southall, : Social Change in Modern Africa, pp.67-83. London: Oxford University Press.

<sup>253</sup> Mitchell, J. Clyde (1956) The Kalela Dance. Manchester. Manchester University Press, Rhoder-Livingstone papers, nº 27

<sup>254</sup> Epstein, A.L. (1958) Politics in an Urban African Community. Manchester: Manchester University Press

urbanização, com destaque para regiões de mineração na África (Zâmbia). Criaram conceitos como “destribalização” e “retribalização.” Uma conclusão destes estudos foi a percepção que a autoconsciência da identidade étnica se fortaleceria nas circunstâncias de intenso contato com outros grupos. (ERIKSEN, 1988, p. 21-22)

Já pesquisadores da escola de Chicago, encabeçados por Robert Parker<sup>255</sup>, observaram como um grupo étnico permaneceria distinto em uma cidade americana, como Chicago. Tomaram como objeto de estudo a adaptação de imigrantes ao seu novo contexto cultural, buscando perceber aspectos de aculturação e assimilação à cultura americana. Percebiam a cidade como sistema ecológico criando diversas oportunidades e constrangimentos à diferentes indivíduos ou grupos. Os pesquisadores do grupo de Parker se mostraram surpresos uma vez que não encontraram a “total assimilação” de um grupo ou mesmo a “perda” das distinções étnicas em situações na qual estas eram esperadas. Já em 1960 se iniciaram críticas ao conceito de “assimilação cultural”, pois empiricamente se demonstrou estarem erradas e apressadas as prescrições sobre o fim da etnicidade. Estes estudos passaram a descrever os aspectos da classificação étnica como “fluidos”. Primordialismo, raízes culturais, identidades étnicas foram considerados passíveis de serem conscientemente manipulados para determinados fins. Estes estudos tinham certa compatibilidade com a escola de Manchester. (ERIKSEN, 1988, p. 19-20)

Fazendo certo paralelismo com a questão indígena brasileira, mas já acentuando que existem diferenças, essas críticas se aproximam a duas abordagens antropológicas, que tiveram grande importância no século XX. Uma era a abordagem culturalista e outra a estruturalista. Para os culturalistas, tais grupos sociais seriam descritos apenas por aquilo que foram no passado, ou para aquilo que se imagina dessas “unidades sociais”. Para os estruturalistas essas culturas ficaram tão expostas ao campo magnético do ocidente, que se desestruturaram. Ambas confluem negativamente para compreender a dinâmica das identidades sociais. (PACHECO DE OLIVEIRA, 2004, p. 14-17)

Ao comparar estudos de Mitchell, La Pierre<sup>256</sup> e Arens<sup>257</sup>, Eriksen resalta que estes pesquisadores se dedicaram a definir as pessoas por “tipos” idealizados. Essa “tipificação” tinha como propósito facilitar a compreensão de uma sociedade na qual um grupo exerceria

---

255 Park, Robert E. (1950) *Race and Culture*. Glencoe, III. Free Press. e (1955) “Sociology and the social sciences” In *Society, Collective Behaviour, News and Opinion, Sociology and Modern Society*. Glencoe, III. Free Press.

256 La Pierre, R (1934) “Attitudes versus actions”. *Social Forces*, vol 13, pp 230-7

257 Arens, William (1978) *The Man-eating Myth: Anthropology and Anthropophagy*. Oxford:Oxford University Press.

domínio e outro se resignava, referendando conceitos de superioridade e dominação. Formar estereótipos era um recurso para colocar ordem no complexo mundo social, justificar privilégios e diferenças no acesso a recursos, definir as fronteiras entre os grupos, informando as virtudes e vícios dos outros, justificando o pensamento: “eu sou este e não aquele”. Os estereótipos contribuiriam para definir o próprio grupo em relação aos outros e providenciaria um claro mapa do mundo social. (ERIKSEN, 1988, p. 22-23)

Concepções próximas buscavam a combinação de critérios culturais e geográficos, construindo um sistema de classificação social que não apenas distinguiria “nós” e “eles”, mas marcariam vários degraus de inclusão e exclusão de um membro de um grupo. Dependendo da situação, diferentes níveis poderiam ser ativados, diferenciando os agentes sociais, permitindo um maior detalhamento dos “atores” sociais. Essas distinções afirmavam a importância prática na identidade individual, que se confrontaria na relação com os outros. (ERIKSEN, 1988, p. 24-25)

Ao relacionar os estudos realizados por Barth<sup>258</sup>, Wirth<sup>259</sup> e Harald Eidheim<sup>260</sup>, Eriksen destaca a atenção para as relativas distinções dos grupos étnicos em contextos pluriétnicos, na qual permaneciam separados, diferenciados e em autoestima. Estes autores associam a identidade à relação de concorrência e de contraste entre “nós” e “eles”, formando um campo comum para o discurso e a interação interétnica. Os estudos iniciais de Barth deram ênfase aos aspectos do relacionamento, do contato mútuo e de integração. Observaram a adaptação não somente ao meio ambiente tido como “natural”, mas também social, contrapondo a metáfora biológica da simbiose. Se diferenciavam da escola de Chicago, na qual os pesquisadores se preocupavam com a variação da degradação da identidade em estados de isolamento étnico em comparação com os de relacionamento interétnicos. (ERIKSEN, 1988, p. 26-27)

Eriksen observa que nos estudos de Eidheim relativos ao povo Sami (Lapões) na Noruega, as relações interétnicas são assimétricas com referência ao acesso de poder político e recursos econômicos. Estes estudos apresentam que o estigma induziria a identidade a ser escondida ou camuflada, caracterizando grupos politicamente enfraquecidos. Desta forma poderia pensar a desigualdade hierárquica, especialmente relativa a poder político e

---

258 Barth, Frederik (1956) “Ecological relations of ethnic groups in Swat, North Pakistan.” *American Anthropologist*, vol.58 (6), pp 1079-89.

259 Wirth, Louis (1956) *The Ghetto*. Chicago: Chicago University Press

260 Eidheim, Harald (1971) *Aspects of the Lappish Minority Situation*. Oslo: Universitetsforlaget (Scandinavian University Press)

econômico, como resultado de marcas efetivas, construídas ao longo dos anos. (ERIKSEN, 1988, p. 28-29)

Para Eriksen, Robert Park e Mitchell, cada um a sua maneira, verificaram que a identidade social e a etnicidade são geralmente relativas e de alguma forma situacionais. A identidade étnica poderia não ser referida em contextos na qual a identidade de profissão fosse acentuada. Indivíduos poderiam ter várias possibilidades de identidade, e seria uma questão empírica quando e como a identidade étnica se tornaria mais relevante. Estes estudos assinalam a “fluidez” e a “ambiguidade” deste fenômeno, e considerava positivo a identidade ser manipulada pelos agentes. Assim as categorias poderiam ser expandidas e acordadas, a depender da situação, sendo evidenciadas ou mantidas “submersas”. Grupos estigmatizados ou etnicamente inferiorizados poderiam diminuir a importância da etnicidade na interação com grupos dominantes. A conclusão destes estudos é que a identidade pode ter variada sua importância em situações sociais e os agentes é que definem sua significância. (ERIKSEN, 1988, p. 30-31)

Esta pequena regressão teórica permite assinalar que os pesquisadores que se deparam com a identidade de “fundo de pasto” devem ter em conta que existe um amplo debate sobre a identidade, na qual as bases epistemológicas variaram bastantes no século XX, e que atualmente possibilitam novas abordagens teóricas.

Uma destas abordagens argumenta o fenômeno da identidade como algo a ser inventado e não descoberto. A construção da identidade seria o alvo de um esforço, “um objetivo”, como uma coisa que ainda precisa se construir a partir do zero ou escolher entre alternativas e então lutar por ela e protegê-la lutando cada vez mais. Esta abordagem teórica afirma que por muito tempo a condição “precária” e eternamente “inconclusa” da identidade foi escondida, ocultada, mas cada vez mais “a verdade sobre sua condição é revelada”. Esta abordagem converge para os estudos que percebem as identidades com “fluidas” ou “líquidas”. (BAUMAN, 2005, p. 21-22)

Outra abordagem faz críticas às concepções que buscavam uma condição cultural determinada, ou mesmo uma identidade baseada em estruturas fixas, representando uma mudança significativa na forma de perceber as identidades coletivas, possibilitando melhores condições de compreender a dinâmica dos processos envolvidos. O sujeito, previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, estaria se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas contraditórias ou não resolvidas. Esta abordagem descreve as “identidades” como se fossem formadas na

composição de uma paisagem social como resultado de mudanças estruturais e institucionais, e assim a conformidade subjetivista com as “necessidades” objetivas da cultura entraria em colapso. (HALL, 2006. , p. 12)

Enfatizo que os estudos sobre os processos de construção de identidades precisam de outras orientações. Uma única “razão”, com bases em uma restrita construção lógica de classificação, tendo o Estado como o árbitro que aufere legitimidade, esconde o sujeito da ação social. As categorias homogeneizantes perderam sua força explicativa nas descrições das identidades. Tornaram-se inócuos os antigos parâmetros, porquanto manifestavam uma existência atomizada que foi inteiramente transformada com as mobilizações políticas, com a consciência ambiental profunda que se fez coextensiva aos movimentos sociais e com o advento de novas identidades coletivas. Os pretendidos fatores constantes e imutáveis utilizados para compreender as identidades foram abalados profundamente. (Almeida, 2008:73-74) Mas diferentemente das abordagens de Bauman e Hall, que descrevem a identidade contemporânea como “fragmentada” e “líquida”, tenho como perspectiva que são as referências teóricas utilizadas que não conseguem descrever adequadamente os processos de construção de cada identidade social.

Nesta perspectiva seria pouco provável que uma identidade possa ser forjada e difundida sem ter um significado concreto para os agentes sociais que dela fazem uso. Como já foi salientado, as denominações “produtor”, “agricultor familiar”, “lavrador”, “extrativista”, referidas à ocupações econômicas, não dão conta de caracterizar um amplo modo de vida. No caso dos “fundos de pasto”, haviam diferentes denominações regionais usadas para descrever estes modos de vida ou momentos de conflito, como a designação “terras soltas” ou “luta pelo bode solto”. O uso do termo “fundo de pasto” foi decorrente de um processo maior de articulação política, agregando “unidades sociais” que perceberam relações entre diferentes trajetórias, afirmando uma identidade comum. Os conflitos decorridos da ameaça de perder parte do território e um contexto político propício a reivindicações por direitos territoriais, possibilitaram que modos de vida fossem visibilizados através de uma denominação. A identidade “fundo de pasto” passa a representar uma luta por autonomia na qual “unidades sociais” decidem de que forma querem viver. Essa autonomia não se adéqua aos esquemas de interpretação do mundo social que buscam classificar os agentes sociais em modelos pré-estabelecidos. Buscar a compreensão dos processos responsáveis pela construção do pertencimento à cada “unidade social” e realizar uma descrição destes processos é uma ação

que mais se aproxima de um contexto de respeito a autonomia dos grupos em definir suas próprias identidades.

Ademais esta autonomia é descaracterizada ao se enfatizar a ação das instâncias mediadoras, como fossem estas que conduzissem as lutas e como determinantes na ação dos agentes sociais.

A resistência desses grupos provém de grande influência da Igreja Católica, que iniciou a sua inserção nos grupos de Fundo de Pasto com a organização das Comunidades Eclesiásticas de Base (CEBs) desde a segunda metade da década de 1960.. (SANTOS, 2010, p. 68)

No desenvolvimento do trabalho foi percebido o protagonismo exercido pelas assessorias nesse novo momento vivenciado pelos fundos de pasto. Se esses grupos camponeses conseguiram cercar as suas terras para evitar a grilagem, deixou as porteiras abertas para a ação das assessorias, ONGs e técnicos do Estado – agentes externos. A análise que aqui é feita do trabalho das assessorias, tem como objetivo trazer à baila e evidenciar o papel desses sujeitos, na organização política geral desses camponeses e em sua atuação local na construção de uma nova mentalidade aliada à modernização e inovação tecnológica para esse segmento camponês. (SANTOS, 2010, p. 230)

A responsabilidade das assessorias na organização das “unidades sociais” de fundo de pasto é por demais enfatizada. Os sujeitos são percebidos como “atores”, representando papéis sociais que não foram projetados por eles. A mudança no modo de vida seria decorrência da introdução da modernidade pelas assessorias, representando uma reconstrução das formas de dominação. As novas tecnologias seriam “assimiladas” sem maior resistência e sem a “consciência” dos sujeitos que pertencem aos “fundos de pasto”. Não estou aqui isentando as assessorias de posicionamentos que implicaram em decisões tomadas pelas organizações que representam os “fundos de pasto”. Reafirmo a “agência” das famílias dos “fundos de pasto” na tomada de decisões e não uma submissão “cega” ou desprovida de crítica e reflexão.

A perspectiva teórica que utilizo para compreender os processos de identidade, relacionam-se com os trabalhos do pesquisador norueguês, Fredrik Barth. Seus estudos propiciaram compreender a cultura como uma consequência e não como algo intrínseco dos grupos sociais, e desta maneira não poderia ser tomada para identificar e distinguir estes grupos. (BARTH, 2000, p. 29) Nesta abordagem teórica, mudanças de costume e a incorporação de novas tecnologias não interferem necessariamente nas fronteiras identitárias de um grupo.

Barth enfatiza que as identidades devem ser percebidas como categorias atributivas, empregadas pelos próprios agentes sociais, e conseqüentemente tem a função de organizar as interações entre as pessoas. Seus estudos indicam que devemos nos afastar de tipologias para



darmos atenção para os diferentes processos que estão envolvidos na geração e manutenção destas identidades. Desloca o foco da investigação da constituição interna e da história de cada grupo para as fronteiras identitárias e sua manutenção. Com isso descarta outras concepções teóricas que estariam presas à perpetuação biológica ou a valores culturais fundamentais. Critica também uma definição típico-ideal, como “uma raça = uma cultura = uma língua”. Rejeita fundamentalmente uma história que apresenta um mundo de povos separados, cada qual com sua cultura e organizado em sociedades isoladas, passíveis de serem descritas como se fossem ilhas. (Barth, 2000: 27-28)

Sendo o período de formação e origens dos Fundos e Fechos de Pastos diferenciados, com um processo de formação de identidade em movimento, é preciso reconhecer que não existe um tipo ideal de Fundo e Fecho de Pasto. Desta forma, cai-se por terra a ideia de que todos os Fundos e Fechos de Pastos são similares. Os Fundos de Pastos são diferentes dos Fechos de Pastos, bem como cada Fundo de Pasto e cada Fecho de Pasto são diferentes entre si. Uniformizar estes grupos e os seus processos é colocar uma camisa de força no que sempre se reproduziu à revelia do estabelecido e de forma livre. A uniformização impede de se aproximar da realidade e com ela estabelecer o diálogo. (ALCÂNTARA, 2011, p. 89)

Olhando para o processo de formação da identidade “fundos de pasto” percebemos que as ponderações de Barth nos ajudam descrevê-lo. Os conflitos sócio-ambientais apareceram colados com as reivindicações de territórios específicos.<sup>261</sup> O que passa a ser colocado em jogo é o critério de autodefinição objetivado na emergência da sua identidade coletiva.<sup>262</sup> O que passa a importar é como se autodefinem e chamam a si mesmos, e não mais como os outros os designam. É relativizada a importância de como o Estado, os grandes empreendimentos econômicos, os eruditos, ou mesmo as assessorias, os classificam ou querem os classificar. Rompe-se com a maneira de catalogar pessoas como se catalogavam “indivíduos” e “espécies” da natureza. Juntamente com outras identidades coletivas, quebram o suposto da existência de apenas uma “razão” em pauta. Hoje estamos diante de múltiplas racionalidades concorrentes, implodindo com a ideia de um “racional superior” alimentado secularmente pelo colonialismo<sup>263</sup>. (Almeida, 2008:74)

Esse reconhecimento tem condições de possibilidades de ser realizado em âmbito jurídico-formal, a partir de uma legislação na qual foi construída à partir de uma diversidade

<sup>261</sup> A perspectiva ecológica, p.40. In BARTH, Fredrik. 2000. Os Grupos Étnicos e suas Fronteiras. IN *O Guru, o iniciador: e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro. Contra-Capa Livraria.

<sup>262</sup> Princípios gerais da abordagem, p.27 e Grupos étnicos como tipo organizacional, p32. In BARTH, Fredrik. 2000. Os Grupos Étnicos e suas Fronteiras. IN *O Guru, o iniciador: e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro. Contra-Capa Livraria

<sup>263</sup> A associações entre identidades e padrões valorativos, p.37-38. In BARTH, Fredrik. 2000. Os Grupos Étnicos e suas Fronteiras. IN *O Guru, o iniciador: e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro. Contra-Capa Livraria

social que nos liberta da moldura “fisiográfica”. A resposta à estigmatização impulsionou múltiplas identidades regionais (Bourdieu apud Almeida, 2008:74). A reivindicação de novas identidades coletivas tem nas lutas pela terra, pela afirmação de formas intrínsecas de se relacionar com a floresta, com a Caatinga, pela oficialização das línguas indígenas, nas lutas pelo reconhecimento de seus direitos territoriais, numa educação pública adequada a seu modo de existir, uma justificação “objetiva”<sup>264</sup>. (Almeida, 2008:74) É a afirmação da autonomia de decidir “quem sou” e “como quero viver”. No caso dos “fundos de pasto” as formas organizativas próprias foram reforçadas, permitindo que fossem visualizadas territorialidades específicas. Os “fundos de pasto” como agentes de seu próprio destino, formando a “consciência de si” como resultado da relação no mundo social.

#### **DILEMAS PARA O RECONHECIMENTO DA TERRA TRADICIONALMENTE OCUPADA**

Na busca pelo reconhecimento de sua territorialidade, os “fundos de pasto” afirmam a sua forma de existir, afirmam o “seu modo de viver”. As diversas situações apresentadas representam uma diversidade nas trajetórias das “unidades sociais”, trajetórias estas que estão vinculadas à processos de territorialização próprios, que podem ser identificados através de territorialidades específicas que foram se formando.

A busca por reconhecimento é partilhado por uma diversidade de povos e “comunidades” tradicionais, como os indígenas, quilombolas, ciganos, faxinais, quebradeiras de coco, pescadores e marisqueiras. O Estado brasileiro, pressionado por estes grupos, elaborou leis, ratificou tratados e convenções internacionais, possibilitando as condições jurídicas para que o reconhecimento pleno dos “modos de vida” fossem efetivados. Porém, depois de mais de 26 anos da promulgação da constituição de 1988 e 11 anos da ratificação pelo congresso brasileiro da convenção 169 da OIT, o reconhecimento destes grupos enfrenta vários entraves, especialmente com relação ao efetivo direito à posse ou propriedade de suas terras tradicionalmente ocupadas.

Como descrevi no início deste capítulo, o Estado da Bahia persiste em negar a autodefinição dos “fundos de pasto”, assumindo a posição de indicar quais critérios devem ser considerados nesta definição e o papel de “certificador” da existência destes grupos. O Estado também tem dificultado o acesso à terra, procedendo uma regularização fundiária que fragiliza o processo de territorialização das “unidades sociais”. A regularização fundiária,

---

<sup>264</sup> Sistemas sociais pluriétnicos, p.35-36. In BARTH, Fredrik. 2000. Os Grupos Étnicos e suas Fronteiras. IN *O Guru, o iniciador: e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro. Contra-Capa Livraria

conforme foi realizada até o momento, serviu para barrar o avanço da grilagem em determinadas situações, mas não foi capaz de respeitar plenamente a territorialidade específica das famílias. No caso de Oliveira dos Brejinhos as “terras soltas” foram drasticamente reduzidas, e a criação dos animais ficou restrita à pequenas áreas.

Os novos procedimentos de regularização fundiária sinalizam maior fragilidade ainda. As “terras tradicionalmente ocupadas” não são compreendidas como um direito a ser assegurado, e sim como uma “concessão” do Estado. As terras são consideradas públicas pelo Estado, mas a ênfase do público não está no “uso comum”, no uso por quem da terra necessita para sua reprodução física e cultural, mas como um bem do Estado, que pode dispor da terra como melhor lhe aprouver.

Afirma-se que estas comunidades estão assentadas sobre terras públicas que nunca foram discriminadas, como manda a Lei Terras de 1850, artigo 5, inciso 4. Por se manterem na terra, as “comunidades” a consideram um patrimônio do grupo social... Entretanto, o ordenamento jurídico entende que estas terras por não terem sido legalizadas no período de 1850 foram enquadradas enquanto terras devolutas, sendo assim, passíveis de arrecadação por parte do Estado, tornando-se patrimônio do Estado. (ALCÂNTARA, 2011, p. 99)

Todo este processo ocorreu sem observância dos critérios legais de medição e demarcação das glebas, acarretando a reversão formal das mesmas ao patrimônio estatal, tornando-as, a grande parte, terras devolutas a partir da Lei de terras de 1850, terras que foram transferidas para os estados federados pela Constituição Republicana de 1891. (DIAMANTINO, 2007, p. 37)

A persistência nesta interpretação por parte de procuradores do Estado da Bahia está alicerçada em uma leitura restrita de dispositivos jurídicos que foram elaborados com outras premissas, que não dialogam com os avanços da legislação aqui apresentada – constituição federal de 1988, convenções internacionais como a nº169 da OIT, a política nacional de desenvolvimento sustentável de povos e comunidades tradicionais. Tenho que assinalar que a posição do governo do Estado da Bahia e dos deputados que aprovaram a lei estadual nº12.910, é sustentada politicamente pelo interesse que empreendimentos econômicos possuem sobre as terras ocupadas pelas “unidades sociais” de “fundos de pasto”. Estes interesses, como já exposto anteriormente, querem ter livre acesso aos recursos naturais existentes em tais terras.

Estamos diante de uma dupla justificativa que emperra o reconhecimento da territorialidade de “povos e comunidades tradicionais”. Por um lado uma política de redistribuição socioeconômica é negligenciada. As ações de reforma agrária e demarcação de terras tradicionalmente ocupadas estão reduzidas, inexpressivas perto da demanda. Por outro é negligenciada toda uma diversidade social expressa em diferentes modos de vida, em

diferentes lógicas de se pensar o mundo. Uma única razão é fomentada pelo Estado obstruindo a manifestação de outras racionalidades.

O caso dos “fundos de pasto”, aqui apresentado, representa a junção de reivindicações pelo reconhecimento de um modo de vida através de uma efetiva “redistribuição” da propriedade/posse da terra tradicionalmente ocupada. É um caso na qual se pode observar a junção entre redistribuição-reconhecimento. O dilema apontado por Fraser é deslocado, na qual o reconhecimento só se procede com a devida efetivação do direito à terra tradicionalmente ocupada, confirmado que a separação entre “redistribuição” e “reconhecimento” é uma falsa antítese. (FRASER, 2007, p. 102-103)

O que se afirma de modo prático nas reivindicações das “unidades sociais” dos “fundos de pasto” mostra dificuldades para ser efetivado no contexto do Estado brasileiro. O entendimento que existem interesses contrários a realização do direito à posse/ propriedade da terra e que buscam barrar a incorporação de outras racionalidades ao aparato administrativo burocrático do Estado não é suficiente para compreender a situação que nega o reconhecimento do “modo de viver” dos “fundos de pasto”.

Há que se proceder uma revisão epistemológica, já explicitada, que permite realizar novas descrições das situações sociais. Descrições estas que possibilitem compreender as questões de justiça vinculadas à diversidade de modos de vida, que implica em pactuar as questões de justiça dentro de racionalidades distintas. Isso implica refazer pressupostos filosóficos que foram utilizados para a construção de conceitos morais e éticos, reorientando as bases de nosso pensamento. Exercício que requer interesse, que requer compreender formas de perceber o mundo que possibilitem a construção de novas formas de relação no mundo social. Requer a ruptura com formas de pensamento que justificam a tutela de grupos. No caso aqui estudado, compreender os sujeitos que formam os “fundos de pasto” como agentes políticos responsáveis pela condução de seu modo de vida, abandonando a perspectiva de uma existência atomizada, compreendendo que fazem parte de coletividades capazes de participar plenamente do mundo social.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Depois de três anos da realização do “4º Seminário Estadual de Fundos e Fechos de Pasto”, em outubro de 2011, nenhuma área de “fundo de pasto” teve finalizado seu processo de regularização fundiária. O governo do Estado da Bahia, mesmo com a tumultuada elaboração da lei Estadual nº 12.910/2013 e os problemas apontados em sua redação, não efetivou nenhum contrato de concessão de uso. Certificou apenas 139 “fundos de pasto” num universo de mais de 600. A inércia do Estado favorece os interesses que almejam usurpar as terras e os recursos naturais das famílias dos “fundos de pasto”. Em setembro de 2014, oito localidades de “fundos de pasto” do município de Campo Alegre de Lourdes foram ameaçadas de perder parte de suas terras, em mais um caso de grilagem. Trinta anos se passaram desde que os primeiros conflitos em localidades de “fundo de pasto” tiveram maior visibilidade. E o Estado, mesmo com uma legislação favorável e uma grande mobilização de diferentes organizações representativas de “fundos de pasto”, permanece sem reconhecer esse modo de vida.

Concebida como uma categoria de identidade coletiva, “fundo de pasto” é uma expressão relacionada a “um jeito de viver no sertão”. Esse “jeito” representa um modo de vida baseado no uso comum dos recursos naturais. Um modo de vida que tem na “roça” a base de sua estrutura e um local onde se realizam relações sociais. “Roça”, como uma maneira de existir, que designa um saber específico, um conhecimento geográfico, uma atitude, uma ocupação e um elemento identitário. A “tradição” é acionada como um elemento de luta, como um componente relacional de enfrentamento a distintos interesses que ameaçam o “modo de vida”. As “ações do Estado” atreladas a esses interesses, modificaram a disponibilidade de terras para o pastejo dos animais, e as terras deixaram de estar “soltas” e passam a estar “cercadas”. Nesse contexto, o processo de territorialização de várias famílias foi impactado, e as territorialidades específicas alteradas drasticamente.

Esta tese foi construída em um momento de passagem de uma situação de “terras soltas” para os “fundos de pasto”. Diferentemente do que previam algumas teorias que prescreveram a tragédia dos comuns, nos casos aqui relatados foram atualizadas as formas de gestão do “uso comum”. Nesta perspectiva na própria transição se constroem as possibilidades para atualização das normas e dos conhecimentos tradicionais. Esta atualização se estabelece em meio a um processo de intensa mobilização em torno da afirmação de direitos territoriais. Há a consolidação de formas organizativas em torno de uma categoria específica de autodefinição: “Comunidades de Fundos de Pasto”. Estas formas organizativas

se apresentam como uma identidade coletiva que fortalece estruturas comunitárias e as práticas de “uso comum”. Formam-se unidades de mobilização com padrões próprios de relação social, com autonomia organizativa, e representadas institucionalmente pelas “Associações”, pela “Central de Associações” e pela “Articulação Estadual de Comunidades de Fundo de Pasto”.

Para compreender este novo contexto social há necessidade de transpor obstáculos epistemológicos que embasam a construção do conhecimento. Neste sentido, enfatizo uma necessária revisão conceitual que possibilite compreender as questões de justiça vinculadas à diversidade de modos de vida, que implica em compreender racionalidades distintas, reorientando as bases de nosso próprio pensamento. Exercício complexo, que requer interesse e novas formas de perceber o mundo e assim, descrever as novas formas de relações sociais. Ademais, enseja a ruptura com formas de conhecimento não questionadas, com as formas de pensamento que justificam a tutela e com a concepção de um sujeito social atomizado. No caso aqui estudado, os sujeitos que formam os “fundos de pasto” são compreendidos como agentes políticos responsáveis pela condução de seus “modos de vida”.

O que está em jogo é a possibilidade de uma visão do mundo social através de princípios próprios que possibilitam uma “redivisão”, que acarreta em enfrentar a luta pelo monopólio de fazer ver e fazer crer, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, de impor uma divisão legítima das divisões do mundo social, fazer e desfazer grupos, a construção do sentido da identidade e unidade de um grupo.

(BOURDIEU, 2006, p. 113)

No estudo das cinco famílias foi possível observar a transformação na qual o sentido de “roça” está passando. Há diferenças acentuadas entre as famílias no que se refere ao tamanho das terras, sua localização e distribuição. Também diferem na forma de organizar o trabalho com os animais e na realização das atividades de plantio. O território que se forma em cada “fundos de pasto” resulta da relação entre as “territorialidades específicas” de cada família. A utilização das “terras de herança”, “terras de ausente”, “terras de parente” é combinada com o uso das “terras soltas”.

Valter usa a terra que recebeu de herança juntamente com as terras que foram do seu pai, mas que hoje pertencem à sua mãe e seus irmãos. Como os irmãos moram em São Paulo, é Valter que cuida e se utiliza das terras da família. Dunga utiliza tanto as terras que recebeu de herança, como terras que adquiriu por compra. Já a família de Nilza permanece organizando suas atividades agrícolas conjuntamente. Elias Neri compartilha a produção agropastoril com seus filhos e Jurandir recebe apoio do pai, Francisco.

A “ação do Estado” interferiu diretamente no uso comum dos recursos naturais. As estradas, que dividiram o território, e a usurpação das terras tradicionalmente ocupadas reduzem as áreas disponíveis para o pastoreio de animais. Como relatei, organizações mediadoras apresentam novas técnicas agrícolas. O comércio de carne caprina se intensifica e a organização produtiva se direciona para a criação dos animais. A renovação dos conhecimentos se faz numa constante relação entre o conhecimento tradicional e o técnico. As antigas áreas de plantio são agora áreas de produção de forragem ou locais de pastagem para os animais. Parte da alimentação é adquirida em mercados. Mais recentemente, mercados institucionais, como o destinado à merenda escolar, estabelecidos por programas governamentais, passam a estimular a produção de alimentos. Novos conhecimentos são formulados, sem significar uma substituição dos conhecimentos tradicionais, num momento de valorização de uma racionalidade que organiza a produção para atender o mercado. Em uma aparente contradição, o modo de vida se fortalece.

O “uso comum” de recursos é então combinado com uma apropriação individualizada, tendo como referência o produto do trabalho familiar, em uma lógica orientada pelo modo de vida de cada unidade familiar. As famílias, através de um processo de territorialização, estabelecem territorialidades específicas que podem ser consideradas paisagens de resistência ao se contraporem ao avanço da mercantilização das terras e dos recursos. As territorialidades observadas podem ser caracterizadas pela criação de animais em terras “abertas”, cultivos agrícolas cercados e descontínuos, utilização de aguadas (em terras fechadas ou abertas), e a realização do extrativismo de plantas, frutas e madeiras. Essa combinação entre criação solta, uma pequena agricultura, as formas de extrativismo e a preservação os recursos naturais conforma a base do território que possibilita a reprodução física e cultural das famílias. Pode-se afirmar que este é mais um caso em que “comunidades” se mostram mais capazes de gerir recursos em comum do que o Estado ou proprietários privados.

As formas de “luta” são interpretadas como um confronto entre posições, isto é, um conflito que implicaria na destruição uso comum. Este conflito é representado, de um lado, pelo modo de vida das famílias que ocupam tradicionalmente terras soltas, utilizando o uso comum dos recursos e permitindo a livre circulação dos animais. De outro estão os interesses do capital mercantil, que quer se apossar das terras e dos recursos naturais nelas existentes. O termo “luta” está associado a uma ação coletiva em situações de conflito. Abrange diferentes ações de enfrentamento direto contra a grilagem das terras. Destaquei o papel das “cercas”

que em momentos são construídas para impedir o avanço da grilagem. Em outras situações as “cercas” são derrubadas para evitar a perda de uma parte do território. A “luta” também corresponde a ações de militância que visam pressionar o Estado a reconhecer os modos de vida, reconhecer a terra tradicionalmente ocupada.

A articulação de distintas “unidades de mobilização” foi apresentada por lideranças como uma tarefa de grande complexidade. A autonomia organizativa possibilitou a construção de representações políticas com diferentes perspectivas de enfrentamento, e com maneiras próprias de auto-organização. A ação coletiva foi construída entre tensões e diversidade de posições. A busca não é pela homogeneidade de um posicionamento, mas por um sentido comum de várias ações distintas na afirmação da terra tradicionalmente ocupada. Ações que perpassam a luta direta de resistência à grilagem, a ocupação de prédios públicos e estradas, a proposição de alteração da legislação e o acompanhamento das ações dos poderes públicos que efetivem o reconhecimento do “jeito de se viver” na terra ocupada.

Os entraves para o reconhecimento desses modos de vida são inúmeros. O “braço direito” do Estado se relaciona com os interesses de grandes corporações que buscam manter o controle dos recursos naturais e perpetuar formas de dominação da sociedade. Uma destas formas de controle é determinar quais são classificações legítimas da sociedade. Toda uma legislação que preconiza a mudança na “concepção colonial” de impor “classificações” é desconsiderada por estes setores do Estado. Ao mesmo tempo, especialmente depois de promulgada a Constituição de 1988, as classificações oficiais elaborados pelo Estado são constantemente questionadas por representantes de grupos que expressam o seu “modo de vida”. É neste campo de tensões que os “fundos de pasto” se afirmam.

Mas mesmo o “braço esquerdo” do Estado e os profissionais que compõe os campos militante e científico possuem certa dificuldade em romper totalmente com as categorias que nos foram impostas desde o colonialismo. Argumentei que seriam “obstáculos epistemológicos” que dificultariam a plena realização do ato de reconhecer. Formular problemas, questões, que não se estabelecem de modo espontâneo, é um primeiro desafio. Outro desafio é ir além de uma simples contraposição de esquemas de pensamento, como se estes fossem formados em simples oposições. Busquei evidenciar os pressupostos dos principais conceitos utilizados e os relacionei dentro do campo de produção mais amplo de conhecimentos.

A persistência de interpretações que negam os direitos territoriais aos “fundos de pasto” por parte de procuradores do Estado da Bahia está alicerçada também em uma leitura



restrita de dispositivos jurídicos que foram elaborados com outras premissas, que não dialogam com os avanços da legislação aqui apresentada – constituição federal de 1988, convenções internacionais como a nº169 da OIT, o decreto que instituiu a política nacional de desenvolvimento sustentável de povos e comunidades tradicionais. Reforço que a posição do governo do Estado da Bahia e dos deputados que aprovaram a lei estadual nº12.910 / 2013 é sustentada politicamente pelo interesse que empreendimentos econômicos possuem sobre as terras ocupadas pelas “unidades sociais” de “fundos de pasto”. Estes interesses, como já exposto repetidas vezes nesta tese, querem ter livre acesso aos recursos naturais existentes em tais terras.

Como afirmo estamos diante de uma dupla justificativa que emperra o reconhecimento da territorialidade de “povos e comunidades tradicionais”. Por um lado uma política de redistribuição socioeconômica negligenciada, por outro são incompreendidas realidades na qual uma diversidade social se expressa em diferentes modos de vida, em diferentes lógicas de se pensar o mundo.

O caso dos “fundos de pasto” representa a junção de reivindicações pelo reconhecimento de um modo de vida através de uma efetiva “redistribuição” da propriedade/posse da terra tradicionalmente ocupada. O que se afirma de modo prático nas reivindicações das “unidades sociais” dos “fundos de pasto” mostra dificuldades para ser efetivado no contexto do Estado brasileiro. O entendimento que existem interesses contrários a realização do direito à posse/ propriedade da terra, e que buscam barrar a incorporação de outras racionalidades ao aparato administrativo burocrático do Estado, não é suficiente para compreender a situação que nega o reconhecimento do “modo de viver” dos “fundos de pasto”.

Esta tese também se insere neste campo de disputas e romper com as classificações existentes exigiu refletir sobre a minha própria trajetória. Reforço que o processo de apreensão do conhecimento, que propiciou constituir esta tese, decorreu de múltiplas passagens, partindo de uma instância mediadora para uma instância acadêmica. A minha posição como pesquisador foi obtida através de múltiplas passagens e de múltiplos cortes. As pré-noções resultantes de minha vivência como agrônomo proporcionou estabelecer relações de confiança em campo, a apreensão de códigos sociais locais, bem como, facilitou minha comunicação com os agentes sociais. Porém, essa aproximação inicial proporcionou um conhecimento superficial dos contextos na qual a pesquisa se desenvolveu. Os conhecimentos

iniciais foram aprofundados com apoio de uma literatura de sociologia e antropologia, direcionada às situações na qual fui me deparando durante a realização da pesquisa.

Orientei-me por um conhecimento engajado numa política de intervenção no mundo social procurando seguir as regras de rigor no campo científico. Procurei estabelecer uma postura de “intelectual específico”, integrado a um coletivo de pesquisadores e capaz de definir autonomamente os objetos e os fins da pesquisa realizada. Um intelectual preocupado em fortalecer instrumentos de defesa contra a dominação simbólica, submetendo o discurso dominante a uma crítica lógica, ao mesmo tempo preocupado em criar condições de possibilidade para novas descrições do contexto social. Dei atenção à relação de pesquisa que estabeleci em campo, preocupado com os efeitos desta relação sobre os resultados obtidos na própria pesquisa. Essa postura requer uma contínua reflexividade, baseada numa perspectiva sociológica que tenta controlar os próprios efeitos sociais da ação de pesquisar.

A relação que desenvolvi com os agentes sociais e militantes foram relevantes para o meu processo de formação como pesquisador. Durante a trajetória desta tese busquei efetivar uma troca de saberes, possibilitando aos militantes ferramentas de pesquisa e de minha parte aprofundei os conhecimentos sobre a ação militante. Desta forma busquei contribuir para novas formas de comunicação e de debate entre diferentes campos de conhecimento – militante e acadêmico.

Romper com os obstáculos epistemológicos permitiu a realização da descrição aqui realizada. Enfatizo que estou consciente das limitações relacionadas à minha própria compreensão. Mesmo que o resultado final desta tese tenha sido formulado a partir de uma descrição etnográfica inacabada, inserido em trajetória de pesquisa em andamento, me esforcei em propiciar uma reflexão teórica que contribua com futuros trabalhos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, H. Prefácio. In: RICOVERI, G. **Bens Comuns versus Mercadorias**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Multifoco, 2012. Cap. Prefácio, p. 9-15.

ALCÂNTARA, D. M. D. **Entre a forma espacial e a racionalidade jurídica: comunidade de Fundo de Pasto da Fazenda Calderãozinho - Uauá- Bahia**. Salvador: PPGG/IG/UFBA, 2011.

ALMEIDA, A. W. B. D. **Terras de quilombo, terras indígenas, "babaçuais livres", "castanhais do povo", faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas**. 2ª Edição. ed. Manaus: PPGSCA-UFAM, 2008a.

ALMEIDA, A. W. B. D. **Antropologia dos Archivos da Amazônia**. Rio de Janeiro: Fundação Universidade do Amazonas, 2008b.

ALMEIDA, A. W. B. D. Prefácio. In: CAMPOS, N. J. D. **Terras de uso comum no Brasil: abordagem histórico espacial**. Florianópolis: UFSC, 2011. p. 13-23.

ALMEIDA, A. W. B. D. A Batata Amarga dos Sonhos: o prólogo dos prólogos. In: AQUINO, T. **Papo de índio**. Manaus: UEA, 2012. p. 7-29.

ALMEIDA, A. W. B. D. Nova Cartografia Social: territorialidades específicas e politização da consciência das fronteiras. In: ALMEIDA, A. W. B. D.; JÚNIOR, E. D. A. F. **Povos e Comunidades Tradicionais: Nova Cartografia Social**. Manaus: UEA, 2013a. p. 157-173.

ALMEIDA, A. W. B. D. Religião e Economia face à políticas de reconhecimento (prefácio). In: MARTINS, C. C.; FILHO, A. C.; JUNIOR, D. P. **Insurreição de Saberes 3: tradição quilombola em contexto de mobilização**. Manaus: UEA, 2013b. p. 17-19.

ALMEIDA, A. W. B. D. Cartografia social da Amazônia: os significados de território e o rito de passagem da "proteção" ao "protecionismo". In: NELSON SIFFERT, M. C. W. D. A. M. H. M. M. L. **Um Olhar Territorial para o Desenvolvimento da Amazônia**. Rio de Janeiro: BNDES, 2014. p. 351-369.

ANDERSON, B. **Comunidades Imaginadas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANDRADE, M. C. D. **A Terra e o Homem no Nordeste**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1980.

BACHELARD, G. **A formação do espírito científico: contribuição para a psicanálise do conhecimento**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

- BARTH, F. Os Grupos Étnicos e suas Fronteiras.. In: \_\_\_\_\_ **O Guru, o iniciador:** e outras variações antropológicas. Rio de Janeiro.: Contra-Capa Livraria., 2000. p. 25-67..
- BAUMAN, Z. **Identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- BOURDIEU, P. Esboço de uma teoria da prática — precedido de três estudos sobre etnologia Cabila. In: ORTIZ, R. **Pierre Bourdieu:** sociologia. São Paulo: Atica, 1983. p. 46-81.
- BOURDIEU, P. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- BOURDIEU, P. A mão esquerda e a mão direita do Estado. In: \_\_\_\_\_ **Contrafogos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. p. 9-20.
- BOURDIEU, P. Compreender. In: BOURDIEU, P. **Miséria do Mundo**. Petrópolis: Vozes Ltda, 1999. p. 693-713.
- BOURDIEU, P. Efeitos de Lugar. In: BOURDIEU, P. **Miséria do Mundo**. Petrópolis: Vozes Ltda, 1999. p. 159-163.
- BOURDIEU, P. Associar os Pesquisadores e os militantes. In: \_\_\_\_\_ **Contrafogos2**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 70-71.
- BOURDIEU, P. Por um conhecimento engajado. In: \_\_\_\_\_ **Contrafogos 2**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 36-45.
- BOURDIEU, P. **Esboço de auto-análise**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2006.
- BOURDIEU, P. Sistemas de Ensino e Sistemas de Pensamento. In: \_\_\_\_\_ **A Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007. p. 203-229.
- BOURDIEU, P. Atos do Estado. In: \_\_\_\_\_ **Sobre o Estado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. p. 39-42.
- BURGHGRAVE, T. D. **Vagabundos, não senhor. Cidadãos brasileiros e planetários!:** uma experiência educativa pioneira do Campo. Orizona, GO: União das escolas Famílias do Brasil - UNEFAB, 2011.
- CAMAROTE, E. M. **Lages das Aroeiras:** territorialização, parentesco e produção em uma comunidade rural do semiárido baiano. Salvador: PPGA/UFBA, 2010.
- CARVALHO, F. P. D. **Fundos de Pasto:** Organização e Território. Salvador: PPGCS/UFBA, 2008.
- CARVALHO, M. R. G. D.; REESINK, E.; CAVIGNAC, J. **Negro no mundo dos índios:** imagens, reflexos, alteridades. Natal: EDUFRN, 2011.

CENTRAL DE ASSOCIAÇÕES DE FUNDO DE PASTO DE OLIVEIRA DOS BREJINHOS E BROTAS DE MACAÚBAS. **Fundos de Pasto: nosso jeito de viver no Sertão**. Oliveira dos Brejinhos e Brotas de Macaúbas. Manaus: UEA, 2012.

COMERFORD, J. C. **Fazendo a Luta: Sociabilidade, Falas e Rituais na Construção de Organizações Camponesas**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.

COMERFORD, J. C. **Como uma família: sociabilidade, território de parentesco e sindicalismo rural**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no Campo Brasil**. Goiânia: CPT Nacional, 2009 a 2012.

COSER, L. A. The Myth Peasant Revolt. In: \_\_\_\_\_ **The study of social conflict**. Nova York: The Free Press, 1966. p. 211.

COSTA, J. A. S. et al. **Leguminosas Forrageiras da Caatinga: espécies importantes para comunidades rurais do sertão da Bahia**. Feira de Santana: Universidade Federal de Feira de Santana, 2002.

DIAMANTINO, P. T. **"Desde o Raiar da Aurora o Sertão Tonteia": Caminhos e Descaminhos da Trajetória Sócio-Jurídica das Comunidades de Fundo de Pasto pelo Reconhecimento de Seus Direitos Territoriais**. Brasília: UNB, 2007.

DOURADO, S. B. Conhecimentos Tradicionais e Direitos Humanos. In: \_\_\_\_\_ **Anais da 64ª Reunião Anual da SBPC**. São Luis: [s.n.], 2012.

DUPRAT, D. Prefácio. In: SHIRAISHI NETO, J. **Direitos dos Povos e das Comunidades Tradicionais do Brasil**. Manaus: UEA, 2007. p. 18-24.

DURKHEIM, E. Divisão do Trabalho e Suicídio. In: RODRIGUÊS, J. A. **Durkheim**. São Paulo: Ática, 2008. p. 73-203.

ERIKSEN, T. H. Ethnic Classification: US and Then. In: \_\_\_\_\_ **Ethnicity & nationalism: Anthropological Perspectives**. London/Colorado: Pluto Press, 1988. p. 18-35.

EVANS-PRITCHARD, E. E. Algumas Reminiscências e Reflexões sobre o Trabalho de Campo. In: \_\_\_\_\_ **Bruxaria, Oáculos e Magia entre os Azande**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978. p. 298-316.

FANON, F. Da Violência. In: \_\_\_\_\_ **Os Condenados da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. p. 23-74.

FERRARO JR, L. A. **Entre a invenção da tradição e a imaginação da sociedade sustentável: estudo de caso dos fundos de pasto da Bahia**. Brasília: UNB, 2008.

FOUCAULT, M. **As Palavras e as coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. 26<sup>a</sup>. ed. São Paulo: Graal, 2008.

FRAGA FILHO, W. **Encruzilhadas da Liberdade**: histórias de escravos libertos da Bahia (1870 a 1910). Campinas: UNICAMP, 2006.

FRASER, N. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era "pós-socialista". **Cadernos de Campo**, São Paulo, 2006. 231-239.

FRASER, N. Reconhecimento sem ética? **Lua Nova**, São Paulo, 2007. 101-138.

GOMES, T. E. D.; BONFIM, J. S. **Parecer sobre o projeto de lei 20.417**. Articulação Estadual de Fundos de Pasto. Salvador, p. 22. 2012.

GUSFIELD, J. **Community**: a critical response. New York: Harper & Row, 1975.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11<sup>a</sup> edição. ed. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2006..

HOBSBAWM, E.; RANGER, T. **A invenção das Tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HONNETH, A. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34, 2003.

LÉVI-STRAUSS, C. **O Pensamento Selvagem**. 12<sup>a</sup>. ed. Campinas: Papyrus, 2012.

MALINOWSKI, B. Confesiones de Ignorancia Y Fracaso. In: LLOBERA, J. R. **La Antropologia como Ciência**. Barcelona: Anagrama, 1975. p. 129-139.

OLIVEIRA, R. C. D. O mal-estar da ética na antropologia prática. In: OLIVEN, R. G.; MACIEL, M. E.; ORO, A. P. **Antropologia e Ética. O debate atual no Brasil**. Niterói: UFF, 2004. p. 21-32.

OLIVEIRA, R. C. D. Os (des)caminhos da identidade. In: \_\_\_\_\_ **Caminhos da Identidade**. São Paulo: UNESP, 2006. p. 87-116.

OSTROM, E. **Governing the commons**: the evolution of institutions for collective action. New York: Cambridge University Press, 1990.

PACHECO DE OLIVEIRA, J. UMA ETNOGRAFIA DOS "INDIOS MISTURADOS"? SITUAÇÃO COLONIAL, TERRITORIALIZAÇÃO E FLUXOS CULTURAIS. **MANA**, v. 4, p. 47-77, ABRIL 1998. ISSN 1.

PACHECO DE OLIVEIRA, J. "Uma etnologia dos "índios misturados"? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. In: \_\_\_\_\_ **A viagem da volta**: etnicidade, política e reelaboração cultural no nordeste indígena. São Paulo: UNESP, 2004. p. 19-58.

PACHECO DE OLIVEIRA, J. O nascimento do Brasil: Revisão de um paradigma historiográfico. **Anuário Antropológico**, Brasília, p. 11-40, junho 2010. ISSN 2009-1.

PACHECO DE OLIVEIRA, J. **A presença indígena no Nordeste:** processo de territorialização, modos de reconhecimento e regimes de memória. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2011.

PAIVA, R. C. **Fundo de Pasto e Quilombo:** território e identidade em Fazenda São Pedro, sertão baiano. Salvador: PPGA/UFBA, 2012.

REIS, A. S. **Fundos de Pasto Baianos:** um estudo sobre a regularização fundiária. Salvador: PPGCS/UFBA, 2010.

REIS, J. J.; GOMES, F. D. S. **Liberdade por um fio:** história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

RICOEUR, P. **Percursos do reconhecimento.** São Paulo: Edições Loyola, 2004.

SAID, E. W. Temas da Cultura da Resistência. In: SAID, E. W. **Cultura e Imperialismo.** São Paulo: Cia das Letras, 2011. p. 328-344.

SANTOS, B. D. S. A Judicialização da Política. **Center for Social Studies,** Coimbra, 26 maio 2003. Acesso em: 24 outubro 2014.

SANTOS, C. J. S. E. **Fundo de Pasto:** tecitura da resistência, rupturas e permanência no tempo-espaço desse modo de vida camponês. São Paulo: FFLCH/USP, 2010.

SCOTT, J. C. The landscape of Resistance. In: \_\_\_\_\_ **Weapons of the Weak:** everyday forms of peasant resistance. New Haven: Yale University, 1985. p. 48-85.

SCOTT, J. C. Formas Cotidianas da Resistência Camponesa. **Raízes,** Campina Grande, 21, junho 2002. 10-31.

SHILS, E. **Tradition.** Chicago: Chicago Press, 1981.

SHIRAISHI NETO, J. **Direito dos Povos e das Comunidades Tradicionais do Brasil.** Manaus: UEA, 2007.

SIMMEL, G. A Natureza Sociológica do Conflito. In: MORAES FILHO, E. (. **Sociologia.** São Paulo: Ática, 1983. p. 122-134.

TÖNNIES, F. **Comunidade e Sociedad.** Buenos Aires: Losada, 1947.

WANDERLEY, M. D. N. B. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. **XX Encontro Anual da ANPOCS,** Caxambú, outubro 1996.

WEBER, M. **Economia e Sociedade.** Brasília: Universidade de Brasília, v. Vol. I, 1991.

# **ANEXO 1 - FOTOS**





Foto 1: Dunga e Aldeir em sua casa durante a realização de uma conversa/entrevista sobre as atividades complementares de renda. Aldeir está mostrando o sabão que prepara e vende. (Várzea Grande, 2011)



Foto 2: Nilza e Ana na casa de Marcolina durante a realização de uma conversa/entrevista sobre o modo de vida de sua família, especialmente as atividades de produção e comercialização. Estão preparando do almoço. (Várzea Grande, 2011)



Foto 3: Valter em seu quintal realizando a atividade matinal de preparação da alimentação para os animais (Várzea Grande, 2011)



Foto 4: Edézio e Ediane, filhos de Valter e Sildete, na área de individual de sua família, ajudando os pais a cuidar dos animais (Várzea Grande, 2011)

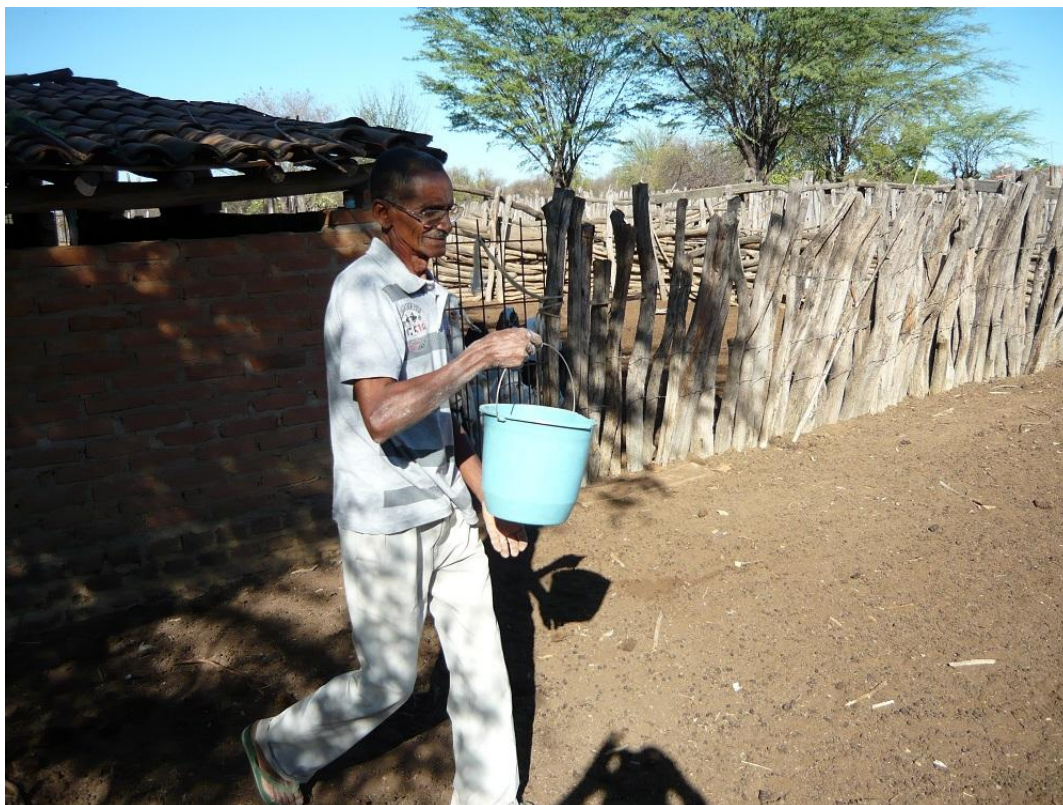


Foto 5: Elias em seu quintal cuidando da alimentação dos animais (Boa Sorte, 2012)



Foto 6: Jurandir no quintal de Joaquim quando me acompanhava em visita às famílias da Associação (Panascuo Pé do Morro, 2012)



Foto 7: Francisco e sua esposa, acompanhados do filho Jurandir e do neto Jeferson, no quintal da casa de Francisco (Panascuo Pé do Morro, 2012)



Foto 8: José Fernandez (esquerda) e Joaquim Nogueira (direita) durante uma caminhada pela área de “fundo de pasto (Panascuo Pé do Morro, 2012)



Foto 9: José Ademar durante uma atividade do “4º Seminário Estadual de Fundos e Fechos de Pasto” (Uauá, 2011)



Foto 10: José Fernandez e Noel, representantes de comunidades de Fechos de Pasto do Oeste da Bahia durante do “4º Seminário Estadual de Fundos e Fechos de Pasto” (Uauá, 2011)



Foto 11: Raimundo fazendo sua explanação durante mesa abertura do “4º Seminário Estadual de Fundos e Fechos de Pasto”. Ao lado Valdivino (Uauá, 2011)



Foto 12: Composição da mesa de abertura do “4º Seminário de Fundos e Fechos de Pasto” com Raimundo, Valério e Nilza. (Uauá, 2011)



Foto 13: Faixa colocada na parede do auditório em que foi realizado o “4º Seminário Estadual de Fundo e Fecho de Pasto” (Uauá, 2011)



Foto 14: A casa de Marcolína, Nilza e Epaminondas (Várzea Grande, 2011)



Foto 14: A casa de Valter e Sildete. Ao lado galpão para estoque de alimentação animal e ferramentas. (Várzea Grande, 2011)



Foto 15: A casa de Jurandir e Andréia (Panascuo Pé do Morro, 2012)





Foto 16: Vista do morro em frente à sede da Associação Panáscuo Pé do Morro  
(Panascuo Pé do Morro, 2012)



Foto 16: Armazenamento do feno produzido por Valter para alimentação de cabras e ovelhas.  
(Várzea Grande, 2011)



Fotos 17: Locais na qual são servidas a alimentação dos animais. (Várzea Grande,2011)



Foto 18: Plantio de palma no quintal da casa de Nilza e o preparo das palmas para serem servidas aos animais por Joaquim, marido de Ana e cunhado de Nilza. (Várzea Grande, 2011)



Foto 19: Cisterna de enxurrada<sup>265</sup> localizada no quintal da casa de Nilza. (Várzea Grande, 2011)

<sup>265</sup> As cisternas de enxurradas são tanques de cimento utilizados para armazenamento de água para produção animal e agrícola, com capacidade de aproximadamente 50 mil litros. Fazem parte das novas tecnologias introduzidas recentemente no sistema de produção de algumas famílias da região.



Foto 20: Criação caprina e ovina depois de se alimentarem com palma no final do dia. Quintal da antiga casa da família de Valter (Várzea Grande, 2011)



Foto 21: Girau com hortaliças no quintal da casa de Nilza (Várzea Grande, 2011)



Foto 22: Criação de galinhas no quintal da casa de Nilza (Várzea Grande, 2011)



Foto 23: Diego e Otacílio limpando peixes que foram pescados por eles mesmos. Foto tirada na área próxima a cozinha na casa de Dunga e Aldenir. (Várzea Grande, 2011)



Foto 24: Sabão Caseiro feito por Aldeir (Várzea Grande, 2012)



Foto 25: Dedé dirigindo sua van pela rodovia BR242, levando eu e seu pai Elias para uma reunião em Várzea Grande (Oliveira dos Brejinhos, 2012)

# **ANEXO 2**

**LEI N° 12.910 DE 11 DE OUTUBRO DE 2013**

## LEI Nº 12.910 DE 11 DE OUTUBRO DE 2013

**Dispõe sobre a regularização fundiária de terras públicas estaduais, rurais e devolutas, ocupadas tradicionalmente por Comunidades Remanescentes de Quilombos e por Fundos de Pastos ou Fechos de Pastos e dá outras providências.**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA**, faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Fica reconhecida a propriedade definitiva das terras públicas estaduais, rurais e devolutas, ocupadas pelas Comunidades Remanescentes de Quilombos.

§ 1º - Para os fins desta Lei, são consideradas Comunidades Remanescentes de Quilombos os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas e com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida, e reconhecimento obtido pela Fundação Cultural Palmares, do Ministério da Cultura, nos termos da Lei Federal nº 7.668, de 22 de agosto de 1988.

§ 2º - O título de domínio coletivo e pró-indiviso será expedido em nome da associação comunitária legalmente constituída, que represente a coletividade dos remanescentes da comunidade quilombola, e gravado com cláusula de inalienabilidade, impenhorabilidade e imprescritibilidade.

**Art. 2º** - Fica autorizada a concessão de direito real de uso das terras públicas estaduais, rurais e devolutas, ocupadas tradicionalmente, de forma coletiva, pelas comunidades de Fundos de Pastos ou Fechos de Pastos, com vistas à manutenção de sua reprodução física, social e cultural, segundo critérios de autodefinição, e em que sejam observadas, simultaneamente, as seguintes características:

I - uso comunitário da terra, podendo estar aliado ao uso individual para subsistência;

II - produção animal, produção agrícola de base familiar, policultura alimentar de subsistência, para consumo ou comercialização, ou extrativismo de baixo impacto;

III - cultura própria, parentesco, compadrio ou solidariedade comunitária associada à preservação de tradições e práticas sociais;

IV - uso adequado dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente, segundo práticas tradicionais;

V - localização nos biomas caatinga e cerrado, bem como nas transições caatinga/cerrado.



§ 1º - Compete ao Estado da Bahia, por intermédio da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial - SEPRONI, declarar a existência da Comunidade de Fundos de Pastos ou Fechos de Pastos, mediante certificação de reconhecimento expedida após regular processo administrativo, dela cientificando a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

§ 2º - Para os fins desta Lei, são consideradas Comunidades de Fundos de Pastos ou Fechos de Pastos aquelas certificadas pela SEPRONI, mediante autodefinição da comunidade, a qual caberá indicar a área ocupada, observando-se os critérios previstos neste artigo.

§ 3º - A SEPRONI, por ato de seu Secretário, expedirá as normas necessárias à certificação prevista no § 1º deste artigo.

**Art. 3º** - O contrato de concessão de direito real de uso da área será celebrado por instrumento público com associação comunitária, integrada por todos os seus reais ocupantes, e gravado com cláusula de inalienabilidade, impenhorabilidade e imprescritibilidade.

§ 1º - O contrato terá duração de 90 (noventa) anos, prorrogável por iguais e sucessivos períodos.

§ 2º - Os contratos de concessão de direito real de uso de que trata esta Lei serão celebrados com as associações que protocolizem os pedidos de certificação de reconhecimento e de regularização fundiária, nos órgãos competentes, até 31 de dezembro de 2018.

§ 3º - Nos casos de comprovação de desvio de finalidade na utilização da área concedida, nos termos dos incisos I, II e IV do art. 2º desta Lei, por meio de regular processo administrativo, operar-se-á a resolução do contrato, com retorno do bem à posse do Estado da Bahia, com acessões e benfeitorias existentes e sem necessidade de nova notificação.

§ 4º - Na hipótese descrita no parágrafo anterior, será devida indenização pelas acessões e benfeitorias, necessárias e úteis, erigidas exclusivamente durante o tempo de real duração, sem, porém, reconhecimento do direito de retenção à concessionária ou a seus associados.

**Art. 4º** - Compete ao Estado da Bahia, por meio da Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Reforma Agrária, Pesca e Aquicultura - SEAGRI, a identificação, demarcação e regularização das terras públicas estaduais, rurais e devolutas, ocupadas pelas comunidades de que cuida esta Lei.

§ 1º - Nas questões surgidas em decorrência dos processos de regularização, a Defensoria Pública do Estado apoiará, nos limites de suas competências legais, a defesa dos interesses das Comunidades Remanescentes de Quilombos e as de Fundos de Pastos ou Fechos de Pastos.

§ 2º - Na hipótese de litígios acerca da dominialidade da área, a regularização fundiária que envolva terras públicas estaduais será precedida da sua resolução, mediante processo administrativo ou judicial, cabendo à Procuradoria Geral do Estado a defesa do patrimônio público.

§ 3º - O Estado da Bahia priorizará a regularização fundiária das terras públicas estaduais, rurais e devolutas, ocupadas pelas comunidades de que trata esta Lei envolvidas em conflitos coletivos pela posse da terra.

**Art. 5º** - Fica assegurada às comunidades interessadas a participação em todas as fases do processo administrativo de regularização, diretamente ou por meio de representantes por elas constituídos, mediante instrumento público de mandato.

**Parágrafo único** - A representação jurídica, entendida aquela exercida por advogado regularmente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, será aceita por instrumento particular.

**Art. 6º** - Quando as terras ocupadas estiverem sobrepostas às unidades de conservação estaduais, os órgãos competentes adotarão as medidas cabíveis, visando garantir a sustentabilidade e/ou a permanência destas comunidades, conciliando-se, sempre que possível, os aspectos de interesse público em exame, com observância da legislação estadual e federal pertinente, em especial da Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000.

**Parágrafo único** - Compete ao Estado da Bahia, por intermédio da Secretaria do Meio Ambiente - SEMA em conjunto com a Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Reforma Agrária, Pesca e Aquicultura - SEAGRI e a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial - SEPRMI, a adoção de todas as medidas necessárias ao cumprimento da legislação, na hipótese prevista no *caput* deste artigo.

**Art. 7º** - A transmissão e o registro imobiliário do título de domínio ou contrato de concessão de direito real de uso de que trata esta Lei nos Ofícios Imobiliários competentes serão procedidos pelo Estado da Bahia, por meio da Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Reforma Agrária, Pesca e Aquicultura - SEAGRI, com o apoio da Secretaria da Administração - SAEB, sem ônus às comunidades beneficiadas, independentemente da dimensão da área, segundo o previsto pela Lei nº 4.380, de 5 de dezembro de 1984.

**Art. 8º** - Não serão objeto de emissão de título de domínio nem de celebração de contrato de concessão de direito real de uso, previstos nesta Lei, as terras de domínio particular, cujos titulares apresentem títulos de propriedade em conformidade com o disposto nas legislações estadual e federal.

**Art. 9º** - O Estado da Bahia, por intermédio da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial - SEPRMI, procederá:

I - ao encaminhamento ao Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural - IPAC, à Fundação Cultural Palmares - FCP e ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN das informações relativas ao patrimônio cultural,

material e imaterial relativos às comunidades de que trata esta Lei, para as providências legais pertinentes;

II - à identificação e ao mapeamento das comunidades de que trata esta Lei no território do Estado da Bahia, devendo desenvolver e manter sistema intersetorial e integrado de informações, envolvendo os órgãos e as entidades da Administração Direta e Indireta do Estado.

**Art. 10** - Poderão ser firmados, para a execução das ações previstas nesta Lei, convênios, acordos de cooperação, ajustes ou outros instrumentos congêneres com órgãos e entidades da Administração Pública Federal ou Municipal e entidades privadas, na forma da legislação vigente.

**Art. 11** - O Estado da Bahia, por meio da Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Reforma Agrária, Pesca e Aquicultura - SEAGRI e da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial - SEPROMI, fica autorizado a promover, no orçamento vigente, as alterações necessárias ao cumprimento desta Lei.

**Art. 12** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em 11 de outubro de 2013.

***JAQUES WAGNER***  
*Governador*

Rui Costa  
Secretário da Casa Civil

Eduardo Seixas de Salles  
Secretário da Agricultura,  
Pecuária, Irrigação, Reforma Agrária,  
Pesca e Aquicultura

Elias de Oliveira Sampaio  
Secretário de Promoção da  
Igualdade Racial

Eugênio Spengler  
Secretário do Meio  
Ambiente

Antônio Albino  
Canelas Rubim  
Secretário de Cultura

Edelvino da Silva Góes  
Filho  
Secretário da  
Administração em exercício

## **ANEXO 3**

# **TRECHOS DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DA BAHIA**

## Trechos da Constituição do Estado da Bahia

### Promulgada em 1989

#### TÍTULO VI - Da Ordem Econômica e Social

#### CAPÍTULO III

##### Da Política Agrícola, Fundiária e da Reforma Agrária

Art. 171 - São princípios e objetivos fundamentais da política agrícola e fundiária:

I - a dignidade da pessoa humana;

II - a valorização e proteção do trabalho, manifestadas pelo cultivo e pela exploração econômica e racional da terra, reconhecendo-se ao trabalhador e à sua família os frutos de seu trabalho;

III - a garantia do acesso à propriedade da terra a trabalhadores que dela dependem para a sua existência ou subsistência e de suas famílias, como exigência da realização da ordem social;

IV - a modernização da estrutura fundiária, em busca da solução pacífica dos conflitos, do equilíbrio econômico-social e da estabilidade do regime democrático, com a erradicação das desigualdades;

V - a função social da propriedade.

Art. 172 - É dever do Estado e dos Municípios colaborar na execução da reforma agrária, visando à realização do desenvolvimento econômico e à promoção da justiça social.

Art. 173 - A ação do Estado será desenvolvida em harmonia com a conservação da natureza, em defesa do solo, do clima, da vegetação e dos recursos hídricos.

Art. 174 - Decreto fixará para as diversas regiões do Estado, até o limite de quinhentos hectares, a área máxima de terras devolutas que os particulares podem ocupar, visando torná-las produtivas, sem pedir permissão ou autorização do Estado.

§ 1º - É ocupante de terra devoluta aquele que a explora efetivamente, obedecidas as disposições legais.

§ 2º - Ao ocupante cabe a preferência na aquisição das terras que ocupa; se o Estado não respeitar o seu direito de preferência por motivo de interesse público ou social, indenizará as benfeitorias e acessões feitas.

Art. 175 - Quem se instalou ou venha a se instalar em área superior à estabelecida na forma do Artigo 174 é mero detentor da área excedente.

Parágrafo único - O Estado poderá conceder aos detentores permissão em caráter precário para a utilização da área, desde que efetivamente explorada.

Art. 176 - Ao ocupante é autorizado realizar as operações de garantia de crédito agrícola.

Art. 177 - As glebas devolutas acima dos limites estabelecidos na forma do art. 174, respeitado o disposto na Constituição Federal quanto à aquisição de terras acima de dois mil e quinhentos hectares, só poderão ser adquiridas mediante prévia aprovação, pelo órgão competente, de projeto de exploração das referidas áreas.

§ 1º- Nessas alienações, o título de domínio concedido pelo Estado conterà cláusula contratual resolutiva pelo não cumprimento do projeto aprovado.

§ 2º- A condição contratual resolutiva estabelecerá o prazo dentro do qual o projeto deva ser executado; se dentro de tal prazo ocorrer a inexecução total ou parcial, reverterá ao Estado a terra não explorada, sem devolução do preço, conforme cláusula contratual.

Art. 178 - Sempre que o Estado considerar conveniente, poderá utilizar-se do direito real de concessão de uso, dispondo sobre a destinação da gleba, o prazo de concessão e outras condições.

Parágrafo único - No caso de uso e cultivo da terra sob forma comunitária, o Estado, se considerar conveniente, poderá conceder o direito real da concessão de uso, gravado de cláusula de inalienabilidade, à associação legitimamente constituída e integrada por todos os seus reais ocupantes, especialmente nas áreas denominadas de Fundos de Pastos ou Fechos e nas ilhas de propriedade do Estado, vedada a este transferência do domínio.

Art. 179 - As terras públicas e devolutas destinadas à irrigação serão sempre objeto de concessão de direito real de uso.

Art. 180 - Os órgãos de classe dos produtores e dos trabalhadores rurais serão cientificados de quaisquer requerimentos relativos a doação, venda ou concessão de terras do Estado.

Art. 181 - A lei disporá no sentido de preservar, nas alienações de área superior a três módulos rurais, de três a dez por cento do imóvel para a cultura de subsistência dos trabalhadores nele residentes.

Art. 182 - O Estado protegerá o pequeno e o médio produtor, com o objetivo de aumentar a produção e a produtividade, bem como apoiará e estimulará as formas associativas de organização e o cooperativismo no meio rural.

Art. 183 - No planejamento de suas ações de política agrícola, fundiária e de reforma agrária, o Estado garantirá a participação dos produtores e trabalhadores rurais.

Parágrafo único - O orçamento do Estado fixará anualmente o montante de recursos para atender, no exercício, aos programas de política agrícola, fundiária e de reforma agrária.

Art. 184 - O Estado, em prazo determinado, promoverá a regularização fundiária e concederá o direito real de uso, em áreas devolutas de até cem hectares, aos produtores que as tenham tornado produtivas, residam e cultivem sob regime familiar.

Art. 185 - Na distribuição de terras devolutas a ser estabelecida, serão excluídas as áreas até cinquenta hectares que já estejam ocupadas ou utilizadas, individualmente, por pequenos produtores rurais ou aquelas utilizadas coletivamente por estes.

Art. 186 - Caberá ao Estado, de forma integrada com o Plano Nacional de Reforma Agrária e em benefício dos projetos de assentamento, elaborar um plano estadual específico, regulamentado em lei, fixando as prioridades regionais e ações a serem desenvolvidas, visando:

I - estabelecer e executar programas especiais de crédito, assistência técnica e extensão rural;

II - executar obras de infraestrutura física e social;

III - estabelecer programa de fornecimento de insumos básicos de serviços de mecanização agrícola;

IV - criar mecanismos de apoio à comercialização da produção;

V - estabelecer programas de pesquisas que subsidiem o diagnóstico e acompanhamento socioeconômico dos assentamentos, bem como seus levantamentos físicos.

Parágrafo único - As ações de apoio econômico e social dos organismos estaduais voltarse-ão preferencialmente para os benefícios dos projetos de assentamentos.

Art. 187 - O Estado, através de organismo competente, desenvolverá ação discriminatória, visando a identificação e a arrecadação das terras públicas como elemento indispensável à regularização fundiária, que se destinarão, preferencialmente, ao assentamento de trabalhadores rurais sem terra ou reservas ecológicas.

Art. 188 - Fica criado o Cadastro Estadual de Propriedade, Terras Públicas e Devolutas, que deverá unificar as informações já existentes nos diversos órgãos estaduais, estabelecida a obrigatoriedade do registro no cadastro.

Art. 189 - Em todos os projetos de construção de obras públicas que importem desalojamento de pequenos agricultores será incluída, obrigatoriamente, a prévia desapropriação de terras para reassentamento dos atingidos, cabendo somente a estes a opção por reassentamento ou indenização em dinheiro.

Art. 190 - (...)\*

\* Revogado pela Emenda à Constituição Estadual nº 07, de 18 de janeiro de 1999.

Art. 191 - A política agrícola será formulada, observadas as peculiaridades locais, visando a desenvolver e consolidar a diversificação e especialização regionais, voltada prioritariamente para os pequenos produtores e para o abastecimento alimentar, assegurando-se:

I - a criação e manutenção de núcleos de demonstração e experimentação de tecnologia apropriada à pequena produção;

II - a manutenção, pelo Poder Público, da pesquisa agropecuária voltada para o desenvolvimento de tecnologias adaptadas às condições microrregionais e à pequena produção, contemplando, inclusive, a identificação e difusão de alternativa ao uso de agrotóxicos;

III - a criação pelo Poder Público, de programa de controle de erosão, manutenção da fertilidade e da recuperação de solos degradados;

IV - a oferta, pelo Poder Público, de assistência técnica e extensão rural gratuita, com exclusividade de atendimento a pequenos produtores rurais e suas diversas formas associativas, bem como aos beneficiários de projetos de reforma agrária;

V - o seguro agrícola;

VI - a eletrificação e telefonia rurais;

VII - a ação sistemática e permanente de convivência com a seca; VIII - a estruturação do setor público, sistematizando as ações do Estado, para que os diversos segmentos intervenientes na agricultura possam planejar suas ações e investimentos com perspectiva de médio e longo prazos.

Art. 192 - O setor público agrícola será estruturado com base nas seguintes funções específicas:

I - planejamento agrícola;

II - geração e difusão de tecnologia agropecuária;

III - defesa sanitária animal e vegetal;

IV - informação rural;

V - comercialização, abastecimento e armazenamento;

VI - cooperativismo e associativismo;

VII - crédito rural;

VIII - seguro agrícola;



IX - formação profissional e educação rural;

X - irrigação e drenagem;

XI - habitação e eletrificação rural;

XII - agroindústria;

XIII - assistência técnica e extensão rural.

Art. 193 -A política de irrigação e drenagem será executada em todo o território estadual, com prioridade para as regiões semi-áridas, áreas de reforma agrária ou colonização e projetos de irrigação pública, compatibilizada com os planos de agricultura, abastecimento e meio ambiente.

Art. 194 - O Estado garantirá ao pequeno produtor participação majoritária na elaboração e gestão de programas e serviços de assistência técnica, armazenamento, irrigação, eletrificação rural, produção e distribuição de insumos, sementes e habitações rurais a ele referentes.

Art. 195 - Os créditos oferecidos aos pequenos produtores rurais pelos programas e órgãos sob controle do Estado terão taxa de juros diferenciada em relação à aplicada a grandes e médios produtores, podendo ser ressarcidos com entrega de parte pré-fixada da produção.

## **ANEXO 4**

**DECRETO QUE INSTITUI A POLÍTICA  
NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL DOS POVOS E COMUNIDADES  
TRADICIONAIS**

## **Decreto Nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007**

Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VI, alínea “a”, da Constituição,

### **DECRETA:**

Art. 1º Fica instituída a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais - PNPCT, na forma do Anexo a este Decreto.

Art. 2º Compete à Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais - CNPCT, criada pelo Decreto de 13 de julho de 2006, coordenar a implementação da Política Nacional para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

Art. 3º Para os fins deste Decreto e do seu Anexo compreende-se por:

I - Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição;

II - Territórios Tradicionais: os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os arts. 231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações; e

III - Desenvolvimento Sustentável: o uso equilibrado dos recursos naturais, voltado para a melhoria da qualidade de vida da presente geração, garantindo as mesmas possibilidades para as gerações futuras.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 7 de fevereiro de 2007; 186º da Independência e 119º da República.

**LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA**

*Patrus Ananias*

*Marina Silva*

## ANEXO

POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

## PRINCÍPIOS

Art. 1º As ações e atividades voltadas para o alcance dos objetivos da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais deverão ocorrer de forma intersetorial, integrada, coordenada, sistemática e observar os seguintes princípios:

I - o reconhecimento, a valorização e o respeito à diversidade socioambiental e cultural dos povos e comunidades tradicionais, levando-se em conta, dentre outros aspectos, os recortes etnia, raça, gênero, idade, religiosidade, ancestralidade, orientação sexual e atividades laborais, entre outros, bem como a relação desses em cada comunidade ou povo, de modo a não desrespeitar, subsumir ou negligenciar as diferenças dos mesmos grupos, comunidades ou povos ou, ainda, instaurar ou reforçar qualquer relação de desigualdade;

II - a visibilidade dos povos e comunidades tradicionais deve se expressar por meio do pleno e efetivo exercício da cidadania;

III - a segurança alimentar e nutricional como direito dos povos e comunidades tradicionais ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis;

IV - o acesso em linguagem acessível à informação e ao conhecimento dos documentos produzidos e utilizados no âmbito da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais;

V - o desenvolvimento sustentável como promoção da melhoria da qualidade de vida dos povos e comunidades tradicionais nas gerações atuais, garantindo as mesmas possibilidades para as gerações futuras e respeitando os seus modos de vida e as suas tradições;

VI - a pluralidade socioambiental, econômica e cultural das comunidades e dos povos tradicionais que interagem nos diferentes biomas e ecossistemas, sejam em áreas rurais ou urbanas;

VII - a promoção da descentralização e transversalidade das ações e da ampla participação da sociedade civil na elaboração, monitoramento e execução desta Política a ser implementada pelas instâncias governamentais;

VIII - o reconhecimento e a consolidação dos direitos dos povos e comunidades tradicionais;

IX - a articulação com as demais políticas públicas relacionadas aos direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais nas diferentes esferas de governo;

X - a promoção dos meios necessários para a efetiva participação dos Povos e Comunidades Tradicionais nas instâncias de controle social e nos processos decisórios relacionados aos seus direitos e interesses;

XI - a articulação e integração com o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional;

XII - a contribuição para a formação de uma sensibilização coletiva por parte dos órgãos públicos sobre a importância dos direitos humanos, econômicos, sociais, culturais, ambientais e do controle social para a garantia dos direitos dos povos e comunidades tradicionais;

XIII - a erradicação de todas as formas de discriminação, incluindo o combate à intolerância religiosa; e

XIV - a preservação dos direitos culturais, o exercício de práticas comunitárias, a memória cultural e a identidade racial e étnica.

### OBJETIVO GERAL

Art. 2º A PNPCT tem como principal objetivo promover o desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições.

### OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Art. 3º São objetivos específicos da PNPCT:

I - garantir aos povos e comunidades tradicionais seus territórios, e o acesso aos recursos naturais que tradicionalmente utilizam para sua reprodução física, cultural e econômica;

II - solucionar e/ou minimizar os conflitos gerados pela implantação de Unidades de Conservação de Proteção Integral em territórios tradicionais e estimular a criação de Unidades de Conservação de Uso Sustentável;

III - implantar infra-estrutura adequada às realidades sócio-culturais e demandas dos povos e comunidades tradicionais;

IV - garantir os direitos dos povos e das comunidades tradicionais afetados direta ou indiretamente por projetos, obras e empreendimentos;

V - garantir e valorizar as formas tradicionais de educação e fortalecer processos dialógicos como contribuição ao desenvolvimento próprio de cada povo e comunidade, garantindo a participação e controle social tanto nos processos de formação educativos formais quanto nos não-formais;

VI - reconhecer, com celeridade, a auto-identificação dos povos e comunidades tradicionais, de modo que possam ter acesso pleno aos seus direitos civis individuais e coletivos;

VII - garantir aos povos e comunidades tradicionais o acesso aos serviços de saúde de qualidade e adequados às suas características sócio-culturais, suas necessidades e demandas, com ênfase nas concepções e práticas da medicina tradicional;

VIII - garantir no sistema público previdenciário a adequação às especificidades dos povos e comunidades tradicionais, no que diz respeito às suas atividades ocupacionais e religiosas e às doenças decorrentes destas atividades;

IX - criar e implementar, urgentemente, uma política pública de saúde voltada aos povos e comunidades tradicionais;

X - garantir o acesso às políticas públicas sociais e a participação de representantes dos povos e comunidades tradicionais nas instâncias de controle social;

XI - garantir nos programas e ações de inclusão social recortes diferenciados voltados especificamente para os povos e comunidades tradicionais;

XII - implementar e fortalecer programas e ações voltados às relações de gênero nos povos e comunidades tradicionais, assegurando a visão e a participação feminina nas ações governamentais, valorizando a importância histórica das mulheres e sua liderança ética e social;

XIII - garantir aos povos e comunidades tradicionais o acesso e a gestão facilitados aos recursos financeiros provenientes dos diferentes órgãos de governo;

XIV - assegurar o pleno exercício dos direitos individuais e coletivos concernentes aos povos e comunidades tradicionais, sobretudo nas situações de conflito ou ameaça à sua integridade;

XV - reconhecer, proteger e promover os direitos dos povos e comunidades tradicionais sobre os seus conhecimentos, práticas e usos tradicionais;

XVI - apoiar e garantir o processo de formalização institucional, quando necessário, considerando as formas tradicionais de organização e representação locais; e

XVII - apoiar e garantir a inclusão produtiva com a promoção de tecnologias sustentáveis, respeitando o sistema de organização social dos povos e comunidades tradicionais, valorizando os recursos naturais locais e práticas, saberes e tecnologias tradicionais.

## DOS INSTRUMENTOS DE IMPLEMENTAÇÃO

Art. 4º São instrumentos de implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais:

I - os Planos de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais;

II - a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, instituída pelo Decreto de 13 de julho de 2006;

III - os fóruns regionais e locais; e

IV - o Plano Plurianual.

#### DOS PLANOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

Art. 5º Os Planos de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais têm por objetivo fundamentar e orientar a implementação da PNPCT e consistem no conjunto das ações de curto, médio e longo prazo, elaboradas com o fim de implementar, nas diferentes esferas de governo, os princípios e os objetivos estabelecidos por esta Política:

I - os Planos de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais poderão ser estabelecidos com base em parâmetros ambientais, regionais, temáticos, étnico-socio-culturais e deverão ser elaborados com a participação equitativa dos representantes de órgãos governamentais e dos povos e comunidades tradicionais envolvidos;

II - a elaboração e implementação dos Planos de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais poderá se dar por meio de fóruns especialmente criados para esta finalidade ou de outros cuja composição, área de abrangência e finalidade sejam compatíveis com o alcance dos objetivos desta Política; e

III - o estabelecimento de Planos de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais não é limitado, desde que respeitada a atenção equiparada aos diversos segmentos dos povos e comunidades tradicionais, de modo a não convergirem exclusivamente para um tema, região, povo ou comunidade.

#### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 6º A Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais deverá, no âmbito de suas competências e no prazo máximo de noventa dias:

I - dar publicidade aos resultados das Oficinas Regionais que subsidiaram a construção da PNPCT, realizadas no período de 13 a 23 de setembro de 2006;

II - estabelecer um Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável para os Povos e Comunidades Tradicionais, o qual deverá ter como base os resultados das Oficinas Regionais mencionados no inciso I; e

III - propor um Programa Multi-setorial destinado à implementação do Plano Nacional mencionado no inciso II no âmbito do Plano Plurianual.

## **ANEXO 5**

**LISTA DE TESES, DISSERTAÇÕES,  
MONOGRAFIAS, LIVROS SOBRE “FUNDOS DE  
PASTO” CONSULTADOS PARA REALIZAÇÃO  
DESTA TESE.**



**Lista de teses, dissertações, monografias, artigos sobre “Fundos de Pasto” consultados para realização desta Tese.**

<b>Autor</b>	<b>Curso/inst</b>	<b>Orientador</b>	<b>Título</b>	<b>Local trabalho de campo</b>	<b>Ano</b>
Luiz Antônio Ferraro Júnior Agrônomo	Desenvolvimento Sustentável (CDS/UNB) Tese	Marcel Bursztyn	Entre a invenção da tradição e a imaginação da sociedade sustentável: estudo de caso dos fundos de pasto na Bahia	Monte Santo	2008
Cirlene Jeane Santos e Santos Geógrafa	Geografia Humana – USP TESE	Marta Inês Medeiros Marques	Fundo de Pasto: Tecitura da Resistência, Ruptura e Permanência Tempo-Espaço desse modo de vida camponês	Várzea Grande - Oliveira dos Brejinhos	2010
Izabel Dantas de Menezes Pedagoga	Educação / UFBA	Álamo Pimentel	Ecologias das Identificações e Suas Sabenças na Comunidade de Fecho de Pasto Mucambo	Antônio Gonçalves	2012
Dione Vinhas Nascimento Cotrim Socióloga	Ciências Sociais – UFBA Dissertação	Carlos Alberto Caroso	O Pastoreio Comunitário em Uauá: uma expressão da subordinação do trabalho ao capital.	Uauá	1992
Pedro Teixeira Diamantino Advogado	Direito - UNB Dissertação	José Geraldo de Souza Júnior	“Desde o raiar da aurora o sertão tonteia”: caminhos e descaminhos da trajetória sócio jurídica das comunidades de fundos de pasto pelo reconhecimento de seus direitos territoriais.	Sem trabalho de campo	2007

Franklin Plessmann de Carvalho Agrônomo/ antropólogo	Ciências Sociais – UFBA Dissertação	Maria Rosário Gonçalves de Carvalho	Fundos de Pasto: Organização e Território	Várzea Alegre, Oliveira dos Brejinhos	2008
Angélica Santos Reis Socióloga	Ciências Sociais – UFBA Dissertação	Lídia Maria Pires Sorares Cardel	Estudos de Pasto Baiano: Um estudo sobre a regularização fundiária	Salvador (agentes envolvidos na regularização)	2010
Elisa Machado Camarote Antropóloga	Antropologia – UFBA Dissertação	Maria Rosário Gonçalves de Carvalho	Lages das Aroeiras: territorialização, parentesco e produção em uma comunidade rural do semiárido baiano.	Lages das Aroeiras, Uauá	2010
Denilson Moreira de Alcântara Geógrafo	Geografia – UFBA Dissertação	Guiomar Inês Germani	Entre a forma espacial e a racionalidade Jurídica : Comunidade de Fundo de Pasto da Fazenda Calderãozinho, Uauá/ BA	Calderãozinho / Uauá	2011
Paulo Rosa Torres Advogado	Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social – UCSAL	Maria Cristina Macedo de Alencar	Terra e territorialidade das áreas de fundo de pastos do seminário baiano 1980 -2010	Sem trabalho de campo	2011
Rosana Carvalho Paiva Antropóloga	Antropologia – UFBA Dissertação	Cintia Müller	Fundo de Pasto e Quilombo: território e identidade coletiva no sertão baiano	Fazenda São Pedro, Monte Santo	2012

Tatiana Emília Dias Gomes Advogada	Sociologia e Direito - UFF Dissertação	Wilson Madeira Filho	Entre o espaço vivido e o espaço explorado: a exploração mineral em uma área de uso comum na caatinga de Juazeiro (BA)	Curral Velho, Juazeiro	2012
Greice Bezerra Viana Socióloga	Educação Ambiental – UEFS especialização monografia	Luiz Antônio Ferraro Júnior	Perspectiva Ambientais e mapeamento social em áreas de Fundo de Pasto	Várzea Dantas, Oliveira dos Brejinhos	2011
Romero Falcão Menezes Agrônomo	Desenvolvimento Sustentável – IF Baiano (Senhor do Bonfim) especialização monografia	Aurélio José Antunes de Carvalho e Marcio Lima Rios	Fundo de Pasto, uma das formas de povos tradicionais viverem no Semiárido brasileiro.	Fazenda do Retiro, Uauá	2013
Thierry de Burghgrave Pedagogo	Educação Escola Família agrícola Livro	-	Vagabundos, não senhor: Cidadãos brasileiros e planetários. Uma experiência educativa pioneira do Campo	Oliveira dos Brejinhos	2011